



VOLUME 5
NÚMERO 2
2019

socio
logias
plurais

Revista discente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Paraná | ISSN 2316-9249



Universidade Federal do Paraná
Reitor: Prof. Dr. Ricardo Marcelo Fonseca
Vice-Reitoria: Prof^ª. Dr^ª. Graciela Bolzón de Muniz

Programa de Pós-Graduação em Sociologia
Coordenadora: Prof^ª. Dr^ª. Maria Aparecida Bridi
Vice-Cordenadora: Prof^ª. Dr^ª. Marlene Tamanini

Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes
Diretora: Prof^ª. Dr^ª. Lígia Negri
Vice-Diretor: Prof. Dr. Rodrigo Rodriguez Tavares

Apoio
Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFPR
e Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de
Nível Superior (CAPES)

SOCIOLOGIAS PLURAIS – Revista Discente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UFPR.
Campus Reitoria, Curitiba, v. 5, n. 2, dez. 2019. Semestral. ISSN: 2316-9249.

Comissão Editorial Executiva

Ana Carolina de Andrade Ferreira, Ana Julia Guilherme, Eduardo Russo Ramos, Henrique da Costa Valério Quagliato, Kamille Brescansin Mattar, Patricia dos Santos Dotti do Prado e Sabrina Cesar Freitas.

Conselho Editorial

Prof. Dr. André Augusto Michelato Ghizelini (UFES), Prof^ª. Dr^ª. Anna Catarina Morawska Vianna (UFSCar), Prof. Dr. Antônio Fernandes Nascimento Junior (UFLA), Prof^ª. Dr^ª. Carolina Cravero (UNR), Prof. Dr. Gabriel de Santis Feltran (UFSCar), Prof^ª. Dr^ª. Gisele Rocha Cortes (UFPB), Prof. Dr. João Feres Júnior (UERJ), Prof. Dr. Joelson Gonçalves de Carvalho (UFSCar), Prof. Dr. Josnei Di Carlo (UFPR/UFSC), Prof^ª. Dr^ª. Larissa Maves Pelucio Silva (UNESP), Prof. Dr. Milton Lahuerta (UNESP), Prof. Dr. Nelson Rosário de Souza (UFPR), Prof. Dr. Richard Miskolci Escudeiro (UNIFESP), Prof^ª. Dr^ª. Rosane Rosa (UFMS), Prof. Dr. Ruy Braga (USP), Prof^ª. Dr^ª. Simone Meucci (UFPR), Prof. Dr. Thales Haddad Novaes de Andrade (UFSCar), Prof^ª. Dr^ª. Vânia Penha Lopes (Bloomfield College), Prof. Dr. Wanderley Marchi Junior (UFPR), Prof. Me. George Gomes Coutinho (UFF) e Prof^ª. Ma. Paula Grechinski (UNICENTRO).

Diagramação

Eduardo Russo Ramos e Ana Carolina de Andrade Ferreira

Capa

Sabrina Cesar Freitas

Imagem

Site Campanha Nacional por el Derecho al Aborto Legal Seguro y Gratuito
(<http://www.abortolegal.com.ar/>) / Reprodução da Imagem

Endereço Sociologias Plurais

Coordenação Programa de Pós-Graduação em Sociologia Rua General Carneiro, 460, 9º andar, Ed. D.

Pedro I, Curitiba - PR

revistas.ufpr.br/scplpr | facebook.com/SociologiasPluraisUFPR sociologiasplurais@gmail.com

SUMÁRIO

Apresentação

Patrícia dos Santos Dotti do Prado

Sabrina César Freitas

5

Entrevista

La lucha feminista y la politica en America Latina: una cita con Manuela Castañeira

Tábata Larissa Soldan

10

X Seminário Nacional de Sociologia e Política da UFPR

Continuidades e transformações da Teoria da Ação de Max Weber entre 1913 e 1921

Bruna dos Santos Bolda

16

Competências e empregabilidade: sentidos da formação nas políticas curriculares para o Ensino Médio

Alana Lemos Bueno

36

Implementação do Plano Nacional do Livro Didático: docentes de Sociologia e os usos do livro didático no Nordeste brasileiro

Lais Celis Merissi

56

O *habitus* autoritário das classes populares: um estudo com alunos do ensino médio de Juiz de Fora – MG

Mariana Cardozo Batista de Oliveira

71

Polícia, PCC e dispositivo letal em São Paulo

Gabriel de Sousa Romero

98

Artigos

“Somos uma igreja como qualquer outra”: modelo de santidade e dissidências sexuais e de gênero em uma igreja inclusiva de Salvador

Lucas Vinicius Oliveira dos Santos

113

Biografias de imigrantes poloneses que se tornaram nomes de endereços de Curitiba – PR

Rafaela Mascarenhas Rocha

133

O Movimento de Três Passos e o processo de construção de hegemonia

Gabriel Pancera Aver

148

O conceito de indivíduo em Theodor W. Adorno

Michel Aires de Souza Dias

171

A modernidade nos clássicos da Sociologia: percepções acerca do mundo moderno em Tocqueville, Durkheim e Weber

Renan Oliveira de Carvalho

194

Espaço Graduação

Da teoria à prática: educação das relações étnico-raciais na educação infantil

Carolina Valentin dos Santos

Mariane Conceição Vieira

212

Os primeiros meses da agenda socioambiental de Jair Bolsonaro e o que esta nos diz sobre nossa ontologia

Ana Julia Vaz dos Santos

226

Lista de pareceristas

245

APRESENTAÇÃO

O segundo volume de 2019 da Sociologias Plurais conta com 13 trabalhos, distribuídos entre artigos de pós-graduação e graduação, parceria com evento acadêmico e, como de hábito em nossas edições, uma entrevista feita pela própria Comissão Executiva. O presente número publica, pois, as contribuições de autores/as de oito diferentes instituições de ensino superior, cujos temas relatamos a seguir.

O número é aberto pela entrevista *La lucha feminista y la política en América Latina: una cita con Manuela Castañeira*. Tabata Larissa Soldan entrevistou a socióloga e feminista argentina durante sua vinda à Curitiba em 2019, por ocasião da X edição do Seminário Nacional Sociologia & Política (SNS&P). Na entrevista, Soldan abordou temas como movimentos sociais na América Latina, semelhanças e diferenças entre os conservadorismos políticos no Brasil e na Argentina, além da experiência de Castañeira no movimento *Ni Una a Menos*. Com efeito, a entrevista expressa os dilemas e transformações dos modos de fazer política na América Latina contemporânea.

A seguir, a edição conta com cinco artigos de pós-graduação oriundos de comunicações orais no X Seminário Nacional Sociologia & Política.¹ A seção SNS&P é aberta pelo artigo *Continuidades e transformações da teoria da ação de Max Weber entre 1913 e 1921*, de autoria de Bruna dos Santos Bolda. No texto, a autora analisa as revisões teóricas entre dois textos de Max Weber, quais sejam, *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva* (1913) e *Conceitos sociológicos fundamentais* (1921). O cotejamento desses trabalhos lança luz à complexificação da categoria de racionalidade ao longo das obras de Weber. Em 1921, a categoria foi desdobrada em duas tipificações, racionalidade com relação a fins e a valores, de modo a abandonar a racionalidade normativa do texto de 1913. As reflexões levantadas por Bolda põem em xeque as interpretações que situam a racionalidade como centro do pensamento weberiano.

Em *Competências e empregabilidade: sentidos da formação nas políticas curriculares para o Ensino Médio*, Alana Lemos Bueno examina as transformações do currículo escolar desde a perspectiva do *trabalho*. Isto é, ao tomar competências e

¹ O Seminário é um evento acadêmico realizado anualmente, desde 2009, na Universidade Federal do Paraná. Há dez anos sua programação versa sobre as características, contradições e desafios da vida em sociedade a partir das Ciências Sociais.

empregabilidades como categorias de investigação, Bueno atina às complexificações do sentido da escola no Brasil pós 1990, cuja formação pedagógica passa a basear-se em uma pedagogia das competências. O efeito é, pois, o de uma política escolar estruturada em torno de noções como individualismo, racionalismo e pragmatismo. Essa redefinição do currículo escolar opera, segundo a autora, não apenas uma reelaboração dos sentidos da escola e do/a estudante, como provoca também transformações nas subjetividades dos atores, sobretudo ao valorizar qualidades do eu voltadas ao mercado de trabalho e organização capitalista da vida.

Tematizando, também, a escola e a educação pública, o artigo de Lais Celis Merissi, intitulado *Implementação do Plano Nacional do Livro Didático: docentes de Sociologia e os usos do livro didático no Nordeste brasileiro*, aborda as maneiras pelas quais os livros didáticos são utilizados por professores/as de Sociologia no ensino básico. Através da análise de 33 questionários aplicados a docentes da disciplina que, atualmente, cursam mestrado no Mestrado Profissional de Sociologia, Merissi considerou haver uma dupla relação do/a docente com o material paradidático: por um lado, a participação ativa desses docentes na escolha do livro e, por outro, o uso do material como apoio central à produção de conteúdo para suas aulas e estudos. As reflexões da autora conduzem, portanto, ao questionamento acerca da formação de professores para o ensino de Sociologia no ensino médio.

Em *O habitus autoritário das classes populares: um estudo com alunos do ensino médio de Juiz de Fora – MG*, Mariana Cardozo Batista de Oliveira também analisa o ambiente escolar. Entretanto, sua análise versa sobre os vínculos entre juventude e pensamento conservador. A autora coletou os dados por aplicação de questionários em quatro diferentes escolas na cidade de Juiz de Fora, cada qual pertencente a um estrato social. A interpretação desses dados, por outro lado, considerou as observações de Pierre Bourdieu em sua teoria dos campos. Assim, Oliveira considerou haver mais vínculos entre os estratos economicamente mais baixos e o pensamento conservador, manifestos em uma despolitização, forte autoritarismo e expressão de fé evangélica. No entendimento da autora, os variáveis graus de autoritarismo da juventude estariam correlacionados a posse, também em distintos níveis, dos capitais cultural, econômico e social.

Finalizando a seção Seminário Nacional, o artigo *Polícia, PCC e dispositivo letal em São Paulo*, de autoria de Gabriel de Sousa Romero, tematiza a segurança pública e a

gestão da violência em São Paulo. Para tanto, Romero aborda o uso da força nas condutas tanto da policial militar de São Paulo quanto do Primeiro Comando da Capital (PCC). Ao observar as formas de regulação da violência implicadas nas relações entre essas instituições, o autor analisa como essas interações se estendem a formação das políticas de segurança do referido estado, isto é, como ambas instituições determinam, desde uma perspectiva altamente agressiva, o uso da força na administração de conflitos.

Abrindo a seção de Artigos, espaço voltado a trabalhos de pós-graduação, está o artigo de Lucas Vinícius Oliveira dos Santos, intitulado “*Somos uma igreja como outra qualquer*”: modelo de santidade e dissidências sexuais e de gênero em uma igreja inclusiva de Salvador. Trata-se de um artigo baseado em etnografia, no qual pretendeu-se complexificar o lugar da experiência LGTB e da sexualidade não-heteronormativa em uma igreja evangélica. A ver a *docilização dos corpos* na disciplina cristã e sua cruzada contra a homossexualidade, como compreender uma instituição religiosa cuja definição de santificação engloba as subjetividades “desviantes”? O modelo de santidade proposto pela igreja em questão envolve, conforme Santos, uma diversidade de gêneros e orientações sexuais, ao mesmo tempo que busca adequar-se a modelos estabelecidos de religiosidade e, com isso, redefinir a dimensão do desvio no seio da própria comunidade religiosa.

O artigo de Rafaela Mascarenhas Rocha, *Biografias de imigrantes poloneses que se tornaram nomes de endereços na cidade de Curitiba – PR*, tem por objeto, como o título indica, as biografias de três imigrantes poloneses que emprestam seus nomes a logradouros em Curitiba. Rocha analisa não apenas os processos individuais de atribuição dos nomes às ruas, como também a cartografia desses logradouros pela cidade. Isto é, onde estão localizadas, qual relação mantêm com a urbanidade de Curitiba, qual sua acessibilidade e as histórias dos bairros. Nesse sentido, trata-se de um artigo que tematiza tanto uma sociologia das homenagens e tradições, ao atinar aos processos mais amplos de perpetuação desses nomes para além da própria vida, quanto o tema da imigração, a medida em que se preocupa com a especificidade da história da imigração polonesa ao Paraná.

Em *O Movimento de Três Passos e a Crítica da Hegemonia*, Gabriel Pancera Aver analisou a produção de um consenso de repúdio ao comunismo na história do primeiro movimento armado contra a ditadura militar brasileira, o Movimento de Três Passos. Para tanto, Aver examinou amplo material empírico primário, qual seja, fontes jornalísticas

que noticiavam as atividades do Movimento, de modo a compreender a formação e circulação de uma opinião pública sobre o Movimento. Nesse sentido, a leitura das fontes enseja a compreensão da formação de uma hegemonia cultural acerca do relato midiático da experiência das mobilizações armadas contra a ditadura militar, compreendidas pela opinião pública desde uma chave de aversão a seus ideais.

No texto *O conceito de Indivíduo em Theodor W. Adorno*, Michel Aires de Souza Dias discute como a noção de *Indivíduo* para Adorno é construída dialeticamente, superando, por sua vez, a clássica dicotomia entre indivíduo e sociedade. Segundo Souza, Adorno assume o *indivíduo* de forma intrínseca e indissolúvel em relação a sua sociedade. Por esse ângulo, o conceito de indivíduo é ligado intimamente ao conceito de sociedade, uma vez que esse refere-se a uma relação entre indivíduos. Com efeito, para Adorno, a individualidade moderna é marcada por traços profundamente nocivos a vida em sociedade; e a saída para esse quadro seria, pois, uma reconstrução do indivíduo mediada pelo processo educativo.

Por fim, o artigo *A Modernidade nos Clássicos da Sociologia: percepções acerca do mundo moderno em Tocqueville, Durkheim e Weber*, de autoria de Renan Oliveira de Carvalho, encerra a seção Artigos. Guiado pelas contribuições do historiador Reinhart Koselleck, Carvalho discute como os autores clássicos interpretaram a novas possibilidades de vida social nos séculos XIX e XX, definida, sobretudo, pela transformação acelerada de processos sociais. Seja através do paradigma da diferenciação, da racionalização ou da igualdade, todos estes autores encararam a modernidade como um período de mudanças incontornáveis, ao qual o passado já não serviria como referência completa para orientação da conduta humana.

Finalizando o número, temos ainda a seção Espaço Graduação, destinada a artigos de estudantes de graduação ou graduados/as. O primeiro trabalho, intitulado *Da Teoria à Prática: Cultura Afro-Brasileira na Educação Infantil*, é de autoria de Carolina Valentin dos Santos e de Mariane Conceição Vieira. No texto, as autoras discutem como conteúdos relacionados a história e cultura afro-brasileira e africana, amparados legalmente pela Lei 10.639/03, são trabalhados nos anos iniciais da educação básica. Para o estudo, Santos e Vieira realizaram pesquisa de campo em instituições educacionais públicas e privadas. Através de observações e entrevistas, as autoras concluíram que, apesar do amparo legal destes conteúdos, o estudo da cultura africana e afro-brasileira

não é sistemático e, por essa razão, acaba por causar um distanciamento da cultura afro-brasileira entre as/os estudantes.

Por fim, o último trabalho do número e do Espaço Graduação é o artigo de Ana Julia Vaz dos Santos, *Os primeiros meses da agenda socioambiental de Jair Bolsonaro e o que ela nos diz sobre nossa ontologia*. Santos nos mostra, através da análise de discursos e comunicações do atual Presidente da República, como esta agenda tem sido caracterizada pelo enfraquecimento de leis, órgãos de proteção e fiscalização ambiental. Com atenção a esse enquadramento, a hipótese defendida no texto é a de que esse posicionamento é fruto de um conflito ontológico ocidental. Essa dissociação, como defende Souza na conclusão de seu trabalho, é marcada pela falta de reconhecimento da interdependência entre animais, ecossistemas e vida humana.

Assim, encerra-se a apresentação deste número. Esperamos que nossas leitoras e leitores desfrutem das análises presentes nas próximas páginas. Desejamos boa leitura a todas e todos.

Patricia dos Santos Dotti do Prado

Sabrina Cesar Freitas

Comissão Editorial Executiva

La lucha feminista y la política en América Latina: una cita con Manuela Castañeira

Tabata Larissa Soldan¹

Manuela Castañeira é uma socióloga e feminista argentina vinculada ao partido Novo Movimento Socialista. Foi candidata à deputada federal da província de Buenos Aires em 2018, e foi a única mulher a concorrer, nas pré-eleições argentinas de 2019, à presidência do país. Durante o ano de 2018, participou ativamente do *Ni Una a Menos*, movimento social e político em defesa da descriminalização e legalização do aborto na Argentina. Em 2019, foi convidada especial da X edição do Seminário Nacional Sociologia & Política, no qual proferiu a palestra de abertura. No ensejo de sua vinda ao evento, Tabata Soldan, em nome da Comissão Executiva da Sociologias Plurais, entrevistou Manuela Castañeira sobre movimentos sociais progressistas e conservadores na América Latina e eleições presidenciais.

Tabata: Primero, gracias por aceptar nuestra invitación; es un honor para nosotros. En primero lugar, nos gustaría escucharte sobre tu experiencia como mujer, feminista y todo lo que pasó en Argentina en el año pasado con la cuestión de legalización y despenalización del aborto. La otra pregunta, ya te digo, para que vayas pensando: ¿Cómo ves la situación en el Senado? Porque allá la ley no pasó. Creo que primero estas dos y después te preguntamos más para que hagas un comparativo entre Brasil y Argentina.

¹ Graduada em Ciências Sociais e mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), atualmente é doutoranda em Sociologia pela mesma instituição. Recebe financiamento CAPES. Contato: tabatasoldan@yahoo.com.br.

Manuela: *Como veo lo que pasó en el año pasado? Fue maravilloso y muy profundo. En realidad, el movimiento de mujeres es ahora una de las cuestiones que quería aportar hoy en el Seminario. Yo opino que es uno de los principales movimientos sociales a nivel mundial y que, en Argentina, hay una vanguardia importante, la vanguardia del proceso. Pero nos fortalecemos mutuamente entre todos los países y las regiones de latinoamerica. Cuando fueron las polacas que hicieron el método del paro por defender la legalización del aborto, en seguida eso nos ayudó en Argentina. Tomamos esta idea del paro y empezamos con los paros de mujeres para el ocho de marzo. Cuando salieron las mujeres contra Donald Trump, en Estados Unidos, en el movimiento "Me too", y el grito de "Ele Não" acá en Brasil contra Jair Bolsonaro. Como las mujeres salieron políticamente a contestar a estos mandatarios de derecha y ultraderecha y también muy misóginos. Pero, ya abarcando algo más que nuestras reivindicaciones y saliendo contra los gobiernos, es muy profundo. Bueno, en Argentina, volviendo a eso, creo que, fue como el florecer o el desarrollo de algo que se venía gestando. El movimiento de las mujeres en Argentina ya tenía varios puntos fuertes, como el Encuentro Nacional de Mujeres...*

Tabata: ¿Está en Córdoba este año, no?

Manuela: *No, este año está en la ciudad de La Plata.*

Tabata: ¿Fue en la Patagonia ya?

Manuela: *Fue en todos lados. Muy lejos y muy difícil, y va rotando lugares. En el año pasado conseguimos que se resuelva que el de este año sea en un lugar cerca del centro del país, para que vaya muchas más mujeres. Así que esperamos más de 100 mil mujeres en el encuentro, seguro. Esperamos un encuentro muy grande. Los encuentros anteriores se hicieron en Rosario, en Córdoba, en Paraná. Y en muchas ciudades del país ya venían siendo una instancia de organización única, con 20 mil, 30 mil mujeres en un final de semana del año discutiendo en comisiones, en asambleas, de manera muy democrática. No todo lo era, pero la mayoría era muy democráticos; en el movimiento de mujeres también hay debates y polémicas. Teníamos este espacio y lo "Ni Una Menos", que empezó*

en 2015, cuando era el gobierno de Cristina Kirchner, con cientos de miles de mujeres marchando contra la violencia machista y por el problema de los feminicidios, entonces que paso a paso se fue fortaleciendo este movimiento. En el año pasado, en la ocasión que se habilitara el debate en el Congreso, fue una erupción desde abajo. De lo que decimos “La Marea Verde” por esa imagen de algo que viene con toda la fuerza, no importa lo que haya en el otro lado, solo crece. Y fue paulatino desde el comienzo del año, con características peculiares, era muy juvenil, protagonistas...

Tabata: Sí, con chicas de la Secundaria. Me acuerdo de ver las chicas en la tele; era lindo ver las chicas debatiendo con un hombre blanco viejo; ellas tenían muchas palabras, era hermoso de ver...

Manuela: Sí, y fue así verlas, lo salto del juvenil, porque esas jóvenes de 13, 14, 15, 18 años que contestaron primero a sus familias, a sus novias o novies², a sus autoridades de la escuela, convencieron a todos ellos y los arrastraron a su lucha. Nadie le dijo lo que tenían que decir; ellas formaron su opinión con argumentos, con fundamentos, con nivel, con estudio y debates. Y llegaron a la conclusión de que la pelea por la legalización del aborto también era una pelea por el futuro, por el rol de las mujeres en la sociedad. Y ellas, o por lo menos cientos de ellas, ataron su futuro a esa batalla y dieron todo, entonces es emocionante porque no termina ahí, eso no se frena, por una negativa del Senado. Nosotras lo vemos como una derrota táctica, momentánea, no final. Porque lo fuerte de ese movimiento es el permanente de este movimiento, lo que nos quedó es muy valioso y nos va a permitir volver a la carga en la pelea por la legalización. Por ejemplo, las vigiliadas en los días de debate en el Congreso, cuando llovió y hizo mucho frío, fue muy inhóspito, y sin embargo, hubo más de 1 millón de personas en Argentina haciendo vigilia por ese derecho. Fuimos mayoría social y lo demostramos en la calle. Siempre se dijo que el debate sobre la legalización del aborto era de un pequeño grupo y nosotras demostramos que no somos un pequeño grupo, no estamos locas, por lo contrario, tenemos argumentos y la sociedad nos apoya. Los sectores de trabajadores estaban en la calle, no solo había mujeres, hubo varones también, el sistema educativo, los colectivos de trabajadores y trabajadoras

² Utilização de linguagem inclusiva.

organizados por el derecho de aborto, lo colectivo de actrices en Argentina; después estuvieron las docentes, las actrices, las trabajadoras sociales, muchos sectores, como el colectivo de trabajadores, definiendo se iban a apoyar o no, y todo esto está. Luego fue al Senado. ¿“¿Qué pasó en el Senado?” es la siguiente pregunta, no?

Tabata: Si.

Manuela: *Que pasó en el Senado es el contraste entre sociedad y Estado. El contraste entre los movimientos de lucha, lo progresivo, lo plural, lo fuerte, lo vivo, lo lleno de futuro y el pasado, los dinosaurios. Porque el Senado es la expresión de la negativa del gobierno Macrista y la presidenta del Senado, la vicepresidenta del país, Gabriela Michetti, que festejó que esto no saliera y es un personaje muy reaccionario. Ellos usaron toda su fuerza parlamentaria para que este derecho no salga en su gobierno. Después, la Iglesia intervino y descargó la señal de largada contra las mujeres. La señal la dio el Papa Francisco, que unos meses antes de la votación salió con la campaña en contra. Entonces, la Iglesia evangélica y la Iglesia Católica hicieron un frente único con el gobierno, con los sectores, por ejemplo, de las direcciones sindicales tradicionales en la burocracia sindical, como la CGT, Moyano toda la base, en contra, es decir, estas pibas, estas mujeres, nosotras, las activistas, les activistes³. Nos enfrentamos contra todo el poder del Estado, de la Iglesia y de los medios de comunicación, que desplegaron todo, y invirtieron mucho dinero, mucho dinero para hacer una campaña en contra. Nos trabaron en ese momento, pero yo creo que perdieron el debate social. Porque quedó demostrado que no tienen argumentos, que recurren a la religión, que es una experiencia personal y individual, y no un asunto de Estado, de política pública. Eso, en el debate, quedó muy claro.*

Tabata: Si. La tercera pregunta es en este sentido, porque que yo ya pensaba que ibas más o menos contestarme con el tema del pensamiento conservador. En Argentina está la Iglesia Católica, acá en Brasil la Iglesia Evangélica. Quería preguntarte, si vos ves algo semejante entre los discursos conservadores de estos países. Yo me acuerdo mucho de un personaje, este disputado de Salta, Olmedo. El discurso que él profería cuando iba a

³ Utilização de linguagem inclusiva.

la Cámara, o cuando hablaba con los medios, era una cosa terrible y similar al discurso que acá tenemos con nuestro representante mayor, Jair Bolsonaro.

Manuela: *Yo creo que se ayudaran mutuamente las campañas de Bolsonaro y los sectores reaccionarios argentinos. Cuando Bolsonaro ganó las elecciones, estábamos en campañas en Argentina y los movimientos, sobretudo la Iglesia Evangélica, salieron en la calle contra la educación sexual con la campañas “Con Mis Hijos No Te Metas”. Ellos se fortalecieron mutuamente y se ayudarán para darse argumentos. Creo que están vinculados, cruzan las fronteras y son muy parecidos en ese terreno. Son gobiernos con políticas económicas neoliberales y, en terreno del social, son ultraconservadores. Apelan al prejuicio, a la desconfianza, a cualquier cosa que sea también secularizante de las relaciones sociales, como el feminismo y otros movimientos, y tienden a querer contestarlos. Así, es muy parecido el fenómeno brasileño con el argentino. Creo que igual, también del otro lado, hay movimientos que no reaccionan, ni que salen, ni que cuestionen, ni que contesten, ni que defiendan la educación sexual y que defienden la lucha en la calle, que defienden la legalización del aborto, que defienden los derechos LGBT. Creo que por ahí, algunas las cosas están más extrapoladas en Brasil y esto me impresiona. No conozco tanto, es solo una impresión, pero me parece más duro en Brasil. En Brasil, por ejemplo, tenemos el terrible asesinato de Marielle Franco. Me parece que es más violento en Brasil, más duro, en Argentina, no tanto. Y al mismo tiempo, en Argentina tenemos un movimiento con más tradición de lucha, con más experiencia y más organizado. Entonces, tenemos que ayudarlos, sobretudo para transmitir esa cosa fuerte que tenemos.*

Tabata: Yo estoy de acuerdo. Cuando viví en Argentina, yo siempre decía a las chicas que tenemos mucho que aprender con ustedes. La última pregunta que quería hacerte es en ese sentido también. Ustedes van a tener las elecciones... ¿que va a pasar en estas elecciones?. ¿Vos crees que es posible que pase algo semejante con lo que pasó acá en Brasil el año pasado? , ¿que ganó una figura así tan conservadora como Bolsonaro?

Manuela: *En Argentina, todo ese giro a la derecha no está estabilizado. Hay mucho cuestionamiento al gobierno de Macri. Su gobierno tiene casi cuatro años y una crisis muy*

grande en el terreno de la economía, que ya se trasladó también a la política, que no convence, que no es seguido. Hay una experiencia muy rápida que han hecho los movimientos de trabajadores; los jóvenes fueron los primeros que salieron a pelear contra el macrismo, como una juventud antimacrista, por decirlo así de alguna manera, como una juventud anti derechas; es muy rápido ese proceso que se ha hecho y el gobierno está muy mal. Las encuestas para Macri están muy mal. Y todos lo que vienen a oponerse a él, lo hacen desde Macri hace el centro, hace la izquierda. Obviamente con distintas variaciones de candidatos, como del peronismo, de los partidos tradicionales. Lo que tienen en común todos es que están contra el aborto y ninguno vas a querer legalizarlo. En Argentina, también tiene figuras de la izquierda que intervienen en el debate nacional. Hay candidaturas de izquierda, y mi caso es una, voy a salir candidata a presidente. Esto todos es uno reflejo de lo que hay en la sociedad. Hay juventudes en la política, hay mujeres en la política y eso también se vas a ver en las elecciones en Argentina. Creo que al margen del resultado eso va a ser enormemente progresivo.

Tabata: *!Ojala! !Y que sea ley! voy hacerte una última pregunta. ¿Después de las elecciones va a volver la ley del aborto y va a pasar?*

Manuela: *Yo creo en Argentina el aborto va a ser ley. Es cuestión de tiempo y de lucha. La verdad es que ningún derecho democrático no fue regalado a los movimientos. No fue así con el sufragio femenino, no fue así con las ocho horas para los trabajadores, incluso la legalización del aborto en otros países en la historia tardo mucho tiempo. Fueron muchos años a pelearlo. Nosotras también veníamos hace muchos años con el proyecto, ya lo habíamos presentado siete veces en el Congreso; esa fue la primera vez que se la trató. Destaquemos que una presidenta mujer, muy respetada por todo el arco político progresista, jamás nos dio el derecho de debatirlo, siquiera, y estuvo siempre en contra. Ahora dice que está favor, pero cuando fue gobierno, Cristina Kirchner no habilitó el debate por la legalización del aborto. Ese es un gran límite de los gobiernos progresistas. Y el año pasado hicimos un montón, construimos un movimiento social por esa discusión y ganamos el debate que tiene que ser legal. Ahora es cuestión de seguir organizándonos, volver a presentarlo para que esto sea ley. Este año tenemos una pelea muy compleja por*

delante, porque todos los partidos tradicionales quieren hacer la campaña electoral y anular el debate de la legalización del aborto. No quieren que se hable en campaña electoral, porque no quieren comprometerse. Los únicos que estamos hablando del aborto legal en campaña somos la gita de la izquierda. Tenemos esa discusión ahora y no se puede sacarla del debate nacional, porque para la sociedad es importante hoy. Creo que no podría decirte en qué momento exacto eso va a pasar, pero como estamos haciendo historia, sé que va a ser ley!

Tabata: ¡Es verdad! ¡Muchas gracias!

Continuidades e transformações da teoria da ação de Max Weber entre 1913 e 1921¹

Bruna dos Santos Bolda²

Recebido em novembro de 2019

Aceito em dezembro de 2019

RESUMO

O ensaio *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva* foi publicado em 1913 e, após inúmeras críticas acerca da incompreensibilidade desse texto, Weber revisou-o e (re)publicou-o em 1921, com o título *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. Em vista disso, neste artigo objetivamos discutir as alterações conceituais e tipológicas da teoria da ação de Weber realizadas de *Categorias* para *Conceitos*. Em 1913, ainda que Weber reflita sobre ações motivadas por fins, valores e afetos, ele não as considera como ações comunitárias. Quiçá trata as ações orientadas pela tradição e/ou pelo hábito como comportamentos. Por outro lado, em 1921, Weber admite a análise intelectual, tanto de ações racionais quanto de ações afetivas e tradicionais, o que equivale metodologicamente a dois tipos de ação racional: a de fins e a de valores. É importante ressaltar que em ambos os ensaios Weber prioriza a análise da ação racional, pois ela possui compreensibilidade evidente. Somente para fins de conveniência metodológica, a Sociologia Compreensiva é “racionalista”. Com base nisso, defendemos que a possível normatividade racionalista, existente em *Categorias*, é nos *Conceitos* erradicada. Com o abandono da racionalidade objetivamente correta e a consequente adoção da racionalidade de fins e de valores, seu “racionalismo heurístico” perdeu a centralidade.

Palavras-chave: Max Weber; Teoria da Ação; Racionalismo Heurístico.

ABSTRACT

The essay *Sobre algumas categorias da sociologia compreensiva* was published in 1913. After several critiques over the incomprehensibility of the text, Weber revised it and republished it in 1921 with the title *Conceitos Sociológicos Fundamentais*. With that in mind, we'll discuss the conceptual and typological changes in Max Weber's action theory from one to the other. In the 1913 version, even though Weber writes about actions oriented by ends, values, and affections, he does not consider them communitarian actions. On the other hand, in the 1921 version he allows for the intellectual analysis of rational as well as affectionate and traditional actions. Still, the rational action types are methodologically equivalent: goal rational action and value rational action. Weber gives priority to rational actions in both versions, given that they are immediately comprehensible. Weber's comprehensive sociology is only “rational” as a methodological convenience. With that in mind, we argue that the rationalist normativity, present in the *Categorias*, is eliminated in the *Conceitos*. As he abandons objectively correct rationality and adopts “means-ends” and “value’ rationality”, his “heuristic rationalism” loses centrality.

¹ Uma primeira versão do texto foi apresentada na X edição do Seminário Nacional Sociologia & Política da UFPR.

² A autora Bruna dos Santos Bolda é Mestranda em Sociologia Política na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: bruna.bolda@hotmail.com.

Keywords: Max Weber; Action Theory; Heuristic Rationalism.

Introdução

Em setembro de 1914 estava agendado um debate sobre os juízos de valor nas Ciências Econômicas e Sociais na *Associação de Política Social*. Weber queria demarcar a sua posição sobre o assunto antes do evento, e, por isso, enviou o ensaio *Sobre algumas categorias da Sociologia Compreensiva* [*Über einige Kategorien der verstehenden Soziologie*]³ para a Revista *Logos*, em 1913. Por mais que os *Elementos de Economia Social* [*Grundriss der Sozialökonomik*] estivessem em processo de edição, com previsão próxima de publicação (prevista para 1914) e Weber tivesse que escrever sobre as Ciências Econômicas e Sociais, ele optou por publicar *Kategorien* em outro veículo.

Ocorreu que o texto publicado às pressas, em 1913, não teve a recepção positiva esperada pelo autor. Seu colega, Hermann Kantorowicz, por exemplo, criticou, por meio de correspondência, a incompreensibilidade do texto. Em vista disso, em 1917, em conversa com o editor Paul Siebeck, Weber manifestou a intenção de produzir uma publicação conjunta dos seus textos sobre metodologia. Tal publicação contaria com uma nova e mais acessível versão do texto de 1913 (SCHLUCHTER, 2014).

Apesar da compilação de seus textos metodológicos não ter sido publicada em vida, a nova e mais acessível versão do texto de 1913 foi divulgada postumamente em *Economia e Sociedade* [*Wirtschaft und Gesellschaft*]⁴, com o título *Conceitos Sociológicos Fundamentais* [*Soziologische Grundbegriffe*]⁵. Na nota preliminar de *Grundbegriffe*, Weber esclarece que esse não é um assunto inédito em sua obra e que sua intenção com o ensaio era, antes, formular de maneira mais clara e correta o que já havia sido discutido em 1913. Quando oportuno e necessário, a sua terminologia foi simplificada e modificada.

No debate sobre as mudanças e/ou permanências conceituais do texto de 1913 e de 1921, há duas posições contrárias. Schluchter (2014, p. 195), em consonância

³ Doravante, *Kategorien* (1913).

⁴ Doravante, *WuG*.

⁵ Doravante, *Grundbegriffe* (1921).

com o argumento de Weber na nota preliminar do texto de 1921, defende que entre os dois textos há somente um refinamento do aparato léxico, e, portanto, não há “duas Sociologias” distintas entre si: “de fato, ‘Conceitos sociológicos fundamentais’ apresenta, em relação ao escrito ‘Categorias’, uma terminologia mais compreensível e simplificada”.

Schluchter (2014) assegura que *Grundbegriffe* (1921) substitui *Kategorien* (1913), do ponto de vista da história da obra, afinal, ambos os textos desempenham o mesmo papel de introduzir o leitor de *WuG* aos métodos e conceitos da Sociologia Compreensiva. A diferença entre esses textos é que o de 1921 foi desenvolvido para introduzir um conjunto de textos de mesmo aparato conceitual (os textos escritos para *WuG* no período pós-Guerra). Já o texto de 1913, sob a perspectiva de Schluchter (2014), apesar de inicialmente ser escrito como introdução à parte antiga da *WuG*, não está situado em um conjunto de textos coerentes e de mesmo aparato conceitual. Isso porque os textos escritos antes da primeira Guerra são de diferentes fases e características.

Klaus Lichtblau (2015), por outro lado, argumenta que os dois textos em questão possuem diferentes abordagens sociológicas. Ao longo de sua trajetória intelectual, o interesse de Weber foi gradualmente se deslocando de uma ciência individualizante (histórica)⁶ para uma ciência generalizante (sociológica). À vista disso, Lichtblau afirma que a Sociologia pré-guerra de Weber – como o texto *Kategorien* (1913) – é orientada por uma teoria dos estágios de desenvolvimento, ainda em proximidade com a história do desenvolvimento.

Já no texto de 1921, Weber evidentemente distancia a Sociologia e a História. O autor caracteriza a Sociologia como a ciência que atenta para as generalidades dos fenômenos sociais e para os significados das orientações das ações. Com base nisso, Lichtblau (2015) afirma que a Sociologia Compreensiva de Weber não é a mesma em 1913 e em 1921. Weber formulou, ao longo de seus escritos, duas Sociologias distintas: uma de característica individualizante, em conexão com a história, e outra efetivamente sociológica.

⁶ Comumente, em seus textos do início da década de 1910, Weber trata as “ciências culturais” em proximidade com a definição de Rickert, como a economia e a história (LICHTBLAU, 2015).

Em vista desse embate, objetivamos discutir as alterações conceituais, tipológicas e de conteúdo da teoria da ação de Weber, por meio de uma análise comparada de *Kategorien* e de *Grundbegriffe*. A pergunta que norteia este estudo é: Weber possui duas teorias da ação distintas? Para responder a essa inquietação, inicialmente discutiremos as aproximações e distanciamentos entre a definição de ação significativa para a análise sociológica de 1913 e de 1921, e, logo após, tomando a estrutura conceitual de *Grundbegriffe* como parâmetro, compararemos a formulação final dos tipos de ação àquela embrionariamente desenvolvida em *Kategorien*.

A ação em contexto social

Imaginemos dois ciclistas andando em sentidos opostos da mesma rodovia, um conduzindo sua bicicleta em direção norte e o outro em direção sul. Em um dado momento, ambos os condutores desviam a atenção e colidem. Tal colisão é uma simples ação humana. Imaginemos agora que logo após a colisão os condutores tentam realizar uma negociação amistosa dos danos físicos causados as suas bicicletas. Há, nessa situação, uma ação em contexto social, já que está orientada subjetivamente pela expectativa objetiva da ação do outro ator. Ambas as dimensões elucidam as propriedades racionais dos agentes, afinal, os atores sustentam subjetivamente a sua expectativa⁷ ao levarem em consideração a média das demais ações racionais de sentido subjetivo.

Em vista disso, uma ação no contexto social somente é significativa para a Sociologia quando é uma conduta em que: 1) o significado subjetivamente visado pelo agente se relaciona com a conduta de outros agentes; 2) o decurso é coorientado por si mesmo e pelas ações dos outros; e 3) pode ser explicada compreensivelmente⁸ por seu

⁷ Em *Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura* (1906), Weber trata a possibilidade objetiva e a expectativa como coisas inteiramente opostas. A possibilidade objetiva seria algo objetivo a ser conhecido, já a expectativa seria uma possessão inteiramente subjetiva. Em *Rudolf Stammler e a "superação" da concepção materialista da história* (1907), a expectativa aparece como um fato empírico, uma causa. Todavia, foi somente em *Kategorien* que Weber (1913) explorou e refinou a distinção entre possibilidade objetiva e possibilidade subjetiva (ou expectativa). Aqui, as possibilidades objetivas são elas mesmas as causas das expectativas (TURNER, 1983).

⁸ As Ciências Sociais, ao não formularem leis gerais dos fenômenos sociais, conseguem integrar tanto o princípio compreensivo do sentido das ações quanto o princípio explicativo das causas e motivações. Conforme a defesa de Schluchter (2014), Weber nos leva a uma terceira posição no debate

sentido subjetivamente visado. Tal objeto primário da Sociologia está retratado de formas distintas em *Kategorien* e em *Grundbegriffe*, conforme ilustra o Quadro 1.

Quadro 1 - Definição de ação significativa em 1913 e 1921

1913 (parte 'antiga')	TRECHO ORIGINAL
	“Von ‘Gemeinschaftshandeln’ wollen wir da sprechen, wo menschliches Handeln subjektiv <i>sinnhaft</i> auf das Verhalten anderer Menschen bezogen wird. [...] Einen wichtigen normalen – wenn auch nicht unentbehrlichen – Bestandteil des Gemeinschaftshandelns bildet insbesondere dessen sinnhafte Orientierung an den <i>Erwartungen</i> eines bestimmten Verhaltens Anderer und den darnach für den Erfolg des eigenen Handelns (subjektiv) geschätzten Chancen” (MWG 1/12, p. 406).
	TRECHO TRADUZIDO
	“Nós falamos em ‘ação em comunidade’, em que a ação humana refere-se subjetiva e significantemente ao comportamento de outras pessoas. [...] Um componente normal importante – embora não indispensável – da ação em comunidade é a sua orientação particularmente significativa norteada por expectativas de um comportamento específico de outros e orientado pelas chances subjetivamente estimadas do sucesso das próprias ações.” (tradução nossa). (tradução nossa).
1921	TRECHO ORIGINAL
	Parágrafo 1: “Soziales’ Handeln aber soll ein solches Handeln heißen, welches seinem von dem oder den Handelnden gemeinten Sinn nach auf das Verhalten anderer bezogen wird und daran in seinem Ablauf orientiert ist” (MWG 1/23) Nota 1 da Parte 2: “Soziales Handeln (einschließlich des Unterlassens oder Duldens) kann orientiert werden am vergangenen, gegenwärtigen oder für künftig erwarteten Verhalten anderer (Rache für frühere Angriffe, Abwehr gegenwärtigen Angriffs, Verteidigungsmaßnahmen gegen künftige Angriffe)” (MWG 1/23,)
	TRECHO TRADUZIDO
	Parágrafo 1: “Ação ‘social’, por sua vez, significa uma ação que, quanto a seu sentido visado pelo agente ou os agentes, refere se ao comportamento de outros , orientando-se por este em seu curso .” (WEBER, 1921, p. 3). Nota 1 da Parte 2: “A ação social (incluindo omissão ou tolerância) orienta-se pelo comportamento de outros, seja este passado, presente ou esperado como futuro (vingança por ataques anteriores, defesa contra ataques presentes ou medidas de defesa para enfrentar ataques futuros).” (WEBER, 1921, p. 13).

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Weber (1921) desenvolveu, em *Grundbegriffe*, a ação social [*soziales Handeln*] como o objeto primário para a Sociologia Compreensiva, e as características que a diferem da simples ‘ação’ são: 1) referência subjetiva (seu sentido refere-se ao comportamento de outros – seja esse um comportamento encerrado, decorrido, em curso, em processo, intencionado ou esperado no futuro); e 2) referência objetiva (a orientação externa do curso da ação também refere-se ao comportamento alheio).

epistemológico: a Sociologia Compreensivo-Explicativa. Ele integra tanto o princípio causalista típico nas Ciências Naturais quanto o princípio hermenêutico das Ciências Sociais. Assim, Weber considera possível explicar as ações humanas em suas regularidades causais e compreender seus conteúdos de sentido.

O objeto primário da Sociologia Compreensiva é, em *Kategorien*, outro: a ação em comunidade [*Gemeinschaftshandeln*]. São duas as suas características fundamentais que a diferem da ‘ação’: 1) referência subjetiva (é uma ação que possui seu sentido orientado segundo as expectativas de comportamento alheio); e 2) está assentada na probabilidade calculada de êxito (a possibilidade objetiva [*objective Möglichkeit*]⁹, para utilizar o léxico weberiano). Em seu caso limite racional, podemos defini-la como uma ação humana que tem seu conteúdo de sentido orientado subjetivamente pela expectativa do comportamento objetivo de outro ator ou de outros atores.

Em 1921, a referência ao comportamento alheio é dupla. Weber concebe a orientação tanto do sentido quanto do curso da ação pessoal pelo comportamento de outrem. Já em 1913 ele contempla a referência direta ao comportamento alheio no nível do sentido subjetivo, mas em seu curso externo a ação assenta-se no cálculo do sucesso e êxito próprio. Isso significa que o agente considera as ações alheias no desenvolvimento de sua própria ação, especialmente como um material de fins. Todavia, os atores não orientam o curso de suas ações diretamente pela expectativa do comportamento alheio. Segundo Wolfgang Ludwig Schneider (2014), o significado subjetivamente pretendido cumpre, aqui, a orientação do agir.

Em outras palavras, a ação social refere-se ao comportamento alheio, tanto em dimensão subjetiva (sentido) quanto em dimensão objetiva (curso da ação), ao passo em que a ação em comunidade refere-se ao comportamento de outrem, especificamente no âmbito subjetivo (sentido). A dimensão objetiva da ação em comunidade fica reservada à probabilidade maior ou menor de que as expectativas da ação dos demais se sustentem na prática. Em ambos os textos, de todo modo, Weber

⁹ John Stuart Mill, o inaugurador da tese da possibilidade objetiva, a compreendia como o equilíbrio entre os fatores que favorecem determinado desfecho de um fenômeno e os fatores que evitam tal desfecho. Mas é com a teoria da adequação causal, de Von Kries, que Weber dialoga, especificamente em *Estudos críticos sobre a lógica das ciências da cultura* [*Kritische Studien auf dem Gebiet der kulturwissenschaftlichen Logik*]. Von Kries transportou o método causalista das Ciências Naturais para as Ciências Sociais, pois defendia que havia conhecimento nomológico também na possibilidade objetiva das conexões causais na análise causal na jurídica: a adequação causal. Na prática, de acordo com Weber (1906), o pesquisador deve procurar compreender o motivo (intenção) da ação dos atores, e, então, verificar se esse motivo efetivamente levou às consequências (efeito) em questão. É necessário pensar contrafactualmente, imaginar como se desenvolveria um determinado acontecimento se sua causa fosse outra ou ausente e quais seriam as divergências possíveis em cursos de ações esperados. Isso é possível graças a nosso conhecimento probabilístico e a nossa capacidade de fabricar possibilidades objetivas e factíveis para os fenômenos.

(1913, 1921) entende a ação em contexto social concomitantemente como algo intimamente individual (por possuir sentido subjetivo) que está em relação ao geral (por referir-se ao comportamento alheio).

O grau máximo de evidência e compreensão é adquirido na análise de uma ação racional com referência a fins, pois atores e sociólogos compartilham, aqui, o mesmo padrão de racionalidade. Desse modo, Weber inter-relaciona três componentes de uso heurístico típicos da ação em comunidade de *Kategorien*: razões, causas e expectativas. Quando assumimos a racionalidade objetivamente correta em uma análise sociológica, ainda que despropositadamente, aceitamos que as probabilidades atuais de decorrência de uma ação coincidem com sua efetivação prática. Isso indica a probabilidade de que uma ação se concretize segundo as regras da experiência, segundo as expectativas comprovadas por ações anteriores típicas (SCHÜTZ, 2018).

Conforme defesa de Wolfgang Schluchter (2014, 2011) e de Jens Greve (2014), em Weber haveria um racionalismo heurístico que priorizaria a análise, a descoberta e a investigação dos fatos por meio da ação racional. Weber nos passa a impressão, em *Kategorien*, de que a racionalidade de fins seria a única forma plenamente racional de ação. Somente ela estaria efetivamente passível de adequação de sentido, de se desenrolar empiricamente de forma mais ou menos próxima da formulação intelectual (SCHLUCHTER, 2014).

Assim como em *Kategorien*, em *Grundbegriffe* Weber prioriza a análise da ação racional com referência a fins, pois ela possui compreensibilidade evidente. Essa é a ação que se orienta pela expectativa do comportamento dos outros agentes, e que, com base nisso, organiza estrategicamente seus meios, a fim de alcançar o grau máximo de probabilidade de êxito. Ela também serve como um tipo ideal que permite compreender, por meio de comparação com um comportamento puramente racional, os 'desvios' influenciados por irracionalidades de diversos tipos em ações reais.

Somente para fins de conveniência metodológica, a Sociologia Compreensiva é 'racionalista'. O sociólogo não pode, portanto, acreditar que na vida cotidiana há a predominância de ações racionais. Segundo Karl-Siegbert Rehberg (2014), embora Weber não acreditasse que a maioria das ações observáveis fossem motivadas

‘racionalmente’, ou mesmo “propositalmente racional”, ele preferia servir “ao racional da finalidade como um tipo ideal”.

A diferença do texto de 1921, quando comparado ao de 1913, é que Weber admite a análise intelectual, tanto de ações racionais quanto de ações irracionais (como as ações intuitivas ou impulsos afetivos). Ainda que essas ações tenham menor grau de evidência, elas são suficientes para a explicação sociológica. A possível interpretação de uma normatividade racionalista, existente em *Kategorien*, é em *Grundbegriffe* esvairida.

Em 1921 Weber abandona a “racionalidade objetivamente correta” e adota, além da racionalidade de fins, a racionalidade valorativa. Sob essa perspectiva, afirma Schluchter (2014), o agente adota a racionalidade subjetiva final ou a racionalidade subjetiva valorativa. A ação orientada por valores, adverte Schluchter (2014), é uma ação que tem seu conteúdo de significado relacionado com a ação de outros agentes e está organizada em função da crença subjetiva em um determinado valor (como, por exemplo, o dever).

Os tipos de ação

Feitas as notas introdutórias acerca do conceito de ação de Weber, é possível, então, adentrar na discussão dos tipos de ação de *Kategorien* e de *Grundbegriffe*. Para tanto, o esquema tipológico da ação social desenvolvido em 1921 é assumido como referência e utilizado como parâmetro de comparação com o esquema ‘embrionário’ de 1913. Emprega-se o termo ‘embrionário’, pois em *Kategorien* Weber não tinha uma clara tipologia da ação que abrangesse a ação tradicional, ação afetiva, ação racional com referência a valores e ação racional com referência a fins. No texto de 1913 ele desenvolveu apenas algumas reflexões ‘diluídas’ sobre ações motivadas por afetos, valores e fins, conforme o Quadro 2 sistematiza.

Quadro 2 – Tipos de ação de *Kategorien* e de *Grundbegriffe*

TRECHO ORIGINAL	
1913 (parte nova)	Capítulo 1: “Zweckrationales Sichverhalten soll ein solches heissen, welches aussliesslich orientiert ist an (subjektiv) als adäquat vorgestellten Mitteln für (subjektiv) eindeutig erfasste Zwecke. Keineswegs nur zweckrationales Handeln ist uns verständlich: wir

	<p>,verstehen‘ auch den typischen Ablauf der Affekte und ihre typischen Konsequenzen für das Verhalten. [...] Bei der Rolle, welche, ‚zweckirrationale‘ Affekte und ‚Gefühlslagen‘ im Handeln des Menschen spielen, und da auch jede zweckrational verstehende Betrachtung fortgesetzt auf Zwecke stösst, die ihrerseits <i>nicht</i> mehr wieder als rationale ‚Mittel‘ für andere Zwecke gedeutet, sondern nur als nicht weiter rational deutbare Zielrichtungen hinngesommen werden müssen könnte man ebensogut gerade das Gegenteil behaupten. [...] Subjektiv sinnhaft auf die Aussenwelt und speziell auf das Handeln Anderer bezogen sind nun auch die Affekthandlungen und die für den Ablauf des Handelns, also indirekt, relevanten ‚Gefühlslagen‘, wie etwa: ‚Würdegefühl‘, ‚Stolz‘, ‚Neid‘, ‚Eifersucht‘” (MWG 1/12, p. 391-393).</p> <p>Capítulo 2: “Denn es kann für bestimmte (<i>nicht</i>: alle) Zwecke der Geschichtschreibung und Soziologie die Tatsache: dass ein subjektiv sinnhaft orientiertes Sichverhalten (Denken und Thun) sich einem Richtigkeitstypus entsprechend, widersprechend oder mehr oder minder ihm sich annähernd orientiert, ein ‚um seiner selbst willen‘ d.h. infolge der leitenden Wertbeziehungen höchst wichtiger Sachverhalt sein.” (MWG 1/12, p. 398).</p>
	<p style="text-align: center;">TRECHO TRADUZIDO</p> <p>Capítulo 1: “Por comportamento racional com referência a fins entende-se aquele orientado exclusivamente por meios subjetivamente avaliados como adequados para alcançar fins (subjetivamente) claramente compreendidos. De modo algum compreendemos somente a ação racional: nós compreendemos também o curso típico dos afetos e suas consequências típicas para o comportamento. [...] Poderia-se se também alegar o contrário, dado o papel que os fins irracionais como os afetos e os estados emocionais desempenham na ação humana, e visto que cada contemplação que compreende de forma racional orientado pelos fins, de forma contínua encontra fins que eles mesmos da sua parte não podem mais ser interpretados novamente como ‚meios‘ racionais para outros fins, mas apenas precisam ser aceitos como orientações que não podem mais ser racionalmente interpretados. [...] Subjetivamente significativos em relação ao mundo exterior e especialmente às ações de outros, são também as ações afetivas, e os ‘estados emocionais’ indiretamente relevantes para o curso das ações, tais como: ‘dignidade’, ‘orgulho’, ‘inveja’, ‘ciúme.’” (tradução nossa)</p> <p>Capítulo 2: “Pois o fato que um comportamento interno subjetivamente significativo (pensar e fazer) corresponde a um tipo objetivamente correto, contraditório ou mais ou menos aproximado pode ser uma situação (uma circunstância) de máxima importância para certos (porém não para todos) fins da historiografia e da sociologia, “por si mesmo”, quer dizer, devido às relações de valores condutivos.” (tradução nossa)</p>
1913 (parte antiga)	<p style="text-align: center;">TRECHO ORIGINAL</p> <p>Capítulo 4: “Der mögliche (subjektiv gemeinte) Sinn des Gemeinschaftshandelns erschöpft sich freilich nicht etwa in der Orientierung speziell an ‚Erwartungen‘ des ‚Handelns‘ Dritter. Im Grenzfall kann davon gänzlich abgesehen und das auf Dritte sinnbezogene Handeln lediglich an dem subjektiv geglaubten ‚Wert‘ seines Sinngehalts als solchen (‚Pflicht‘ oder was es sei) orientiert, das Handeln also nicht erwartungsorientiert, sondern wertorientiert sein. Ebenso muss bei den ‚Erwartungen‘ nicht ein Handeln, sondern es kann auch z.B. nur ein inneres Sichverhalten (etwa eine ‚Freude‘) des Dritten den Inhalt der Erwartung ausmachen. Der Übergang vom Idealtypus des sinnhaften Bezogenseins des eignen auf ein <i>sinnhaftes</i> Verhalten des Dritten endlich zu dem Fall, wo der Dritte (etwa ein Säugling) lediglich als ‚Objekt‘ in Betracht kommt, ist empirisch durchaus flüssig.” (MWG 1/12, p. 407).</p> <p style="text-align: center;">TRECHO TRADUZIDO</p> <p>Capítulo 4: “O sentido possível da ação comunitária (entendido em um sentido subjetivo) não se esgota em sua orientação, pelas expectativas da ação de terceiros. No caso limite, a ação relacionada a terceiros pode estar somente orientada por um ‘valor’ subjetivo (‘dever’ ou o que quer que seja), ou seja, ação não é orientada pela expectativa, mas pelo valor. Da mesma forma, o conteúdo das ‘expectativas’ não precisa necessariamente se referir a uma ação, mas pode se referir também a um comportamento interior (como a ‘alegria’) de um terceiro. Finalmente, no caso em que um terceiro (por</p>

	exemplo um bebê) é considerado apenas um objeto, a transição do tipo ideal de comportamento significativo pessoal a um comportamento significativo do terceiro é empiricamente fluída.” (tradução nossa).
1921	TRECHO ORIGINAL
	Parágrafo 2 da parte 2: “Wie jedes Handeln kann auch das soziale Handeln bestimmt sein 1) zweckrational: durch Erwartungen des Verhaltens von Gegenständen der Außenwelt und von andren Menschen und unter Benutzung dieser Erwartungen als ‚Bedingungen‘ oder als ‚Mittel‘ für rational, als Erfolg, erstrebte und abgewogene eigne Zwecke; 2) wertrational: durch bewußten Glauben an den – ethischen, ästhetischen, religiösen oder wie immer sonst zu deutenden – unbedingten Eigenwert eines bestimmten Sichverhaltens rein als solchen und unabhängig vom Erfolg; 3) affektuell, insbesondere emotional: durch aktuelle Affekte und Gefühlslagen; 4) traditional: durch eingelebte Gewohnheit.” (MWG 1/23).
	TRECHO TRADUZIDO
	Parágrafo 2 da parte 2: “A ação social, como toda ação, pode ser determinada: 1) de modo racional referente a fins : por expectativas quanto ao comportamento de objetos do mundo exterior e de outras pessoas, utilizando essas expectativas como ‘condições’ ou ‘meios’; 2) de modo racional referente a valores : pela crença consciente no valor – ético, estético, religioso ou qualquer que seja sua interpretação – absoluto e inerente a determinado comportamento como tal, independentemente do resultado; 3) de modo afetivo , especialmente <i>emocional</i> : por afetos ou estados emocionais atuais; 4) de modo tradicional : por costume arraigado.” (WEBER, 1921, p. 15).

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Na formulação final de sua Sociologia Compreensiva, Weber elenca quatro tipos ideais de ação social: a ação tradicional, a ação afetiva, a ação racional com referência a valores e a ação racional com referência a fins. Com isso, ele funda uma tipologia quadrialógica da ação, que abrange desde ações que estão no limite do comportamento reativo (como a ação tradicional), passando por ações motivadas por emoções pessoais (como a ação afetiva) e indo até ações efetivamente racionais (como a ação referente a valores e a referente a fins).

O Quadro 3 sistematiza o tratamento que Weber deu aos quatro tipos de ação social (tradicional, afetiva, racional com referência a valores e racional com referência a fins) na parte ‘nova’ e na parte ‘antiga’ de *Kategorien* e em *Grundbegriffe*. Com isso, é possível ter um panorama geral da tipologia weberiana das ações sociais.

Quadro 3 - Tipos de ação social de *Kategorien* e de *Grundbegriffe*

Ações \ Textos	Parte ‘nova’ de 1913	Parte ‘antiga’ de 1913	1921
Ação tradicional	Não há	Não há	<u>Ações sociais</u> automatizadas, rotinizadas e quase reativas
Ação afetiva	<u>Ações</u> emocionais que	<u>Comportamento interno</u>	<u>Ação social</u> referida a

	interferem indiretamente	motivado por afetos e emoções, mas não referido a outro agente	afetos
Ação racional com referência a valores	<u>Comportamento interno</u> motivado por valores e referido ao comportamento de outrem	<u>Comportamento interno</u> motivado por valores, mas não referido ao comportamento de outrem	<u>Ação social</u> racionalmente referida a valores
Ação racional com referência a fins	<u>Ação</u> intimamente instrumental e objetivamente correta	<u>Ação</u> orientada por fins e referida ao comportamento alheio	<u>Ação social</u> racionalmente referida a fins

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Em *Grundbegriffe*, a **ação afetiva** é determinada por estados emocionais e sentimentos. Dentre esses afetos, é possível destacar a satisfação das necessidades pessoais de vingança, de gozo, de entrega, de contemplação ou de descarga (brutal ou sublimada) de afetos. Assim, seu sentido da não está no resultado que a transcende, mas no próprio indivíduo e na satisfação de suas necessidades sentimentais e emocionais individuais.

Ainda que em *Kategorien* Weber tenha formalmente categorizado a ação societária e a ação por acordo como os sub-tipos de sua ação comunitária, ele desenvolveu algumas reflexões sobre a existência de ações influenciadas por afetos, valores e fins. Especificamente na parte ‘nova’ do texto de 1913, o autor brevemente discute a compreensibilidade do curso dos afetos e dos estados emocionais e suas consequências para a ação humana. Tendo em vista o menor grau de racionalidade de seu curso e devido a sua irracionalidade de fins, as ações emocionais (como aquelas motivadas por dignidade, orgulho, inveja ou ciúmes) interferem somente de maneira indireta no curso externo da ação – ainda que se relacionem significativamente com a ação de terceiros.

Na parte ‘antiga’ de *Kategorien*, Weber trata indiretamente os afetos e emoções como comportamentos interiores, nos quais é possível depositar expectativas. Ele não reconhece aqui, portanto, a possibilidade de orientar um comportamento emocional interno pela ação alheia, mas somente que uma ação esteja referida ao afeto de outrem. Assim, enquanto na parte ‘nova’ de *Kategorien* Weber reconhece a existência de ações emocionais, na parte ‘antiga’ ele as retrata como um comportamento interno.

No que tange às diferenças entre ações orientadas por afetos e emoções e ações orientadas por valores, analisando o texto de 1921 pode-se afirmar que ela reside na consciência da orientação da ação. Enquanto a ação afetiva orienta-se por estados internos, a ação de valores é conscientemente orientada por um princípio ético, estético ou religioso, tomado como máxima. A fim de demarcar com precisão e clareza tais diferenças, Gert Albert (2002) inseriu no debate especializado sobre a teoria da ação de Weber o modelo causal da Teoria da Ação de Vilfredo Pareto, ilustrado na Figura 1.

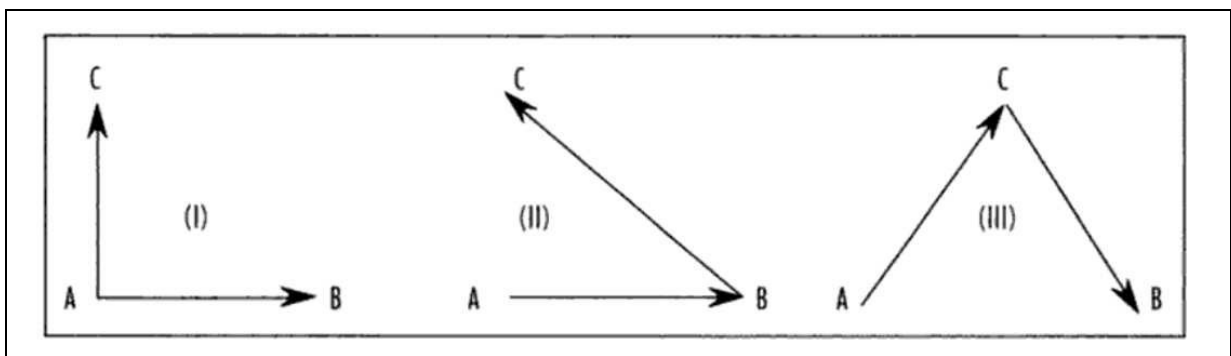


Figura 1 - Modelo causal da Teoria da Ação de Pareto

Fonte: Schluchter (2005).

Na Figura 1, os vetores (I) retratam o processo de formação de um comportamento. Nesse contexto, o estado psíquico A gera, concomitantemente, o sentido C e o comportamento B, sendo que não há conexão direta entre B e C. Já os vetores (II) ilustram o estado mental A que provoca o comportamento B, o qual, por sua vez, funda a crença C. Essa a situação, em que pessoas acreditam em C porque fazem B, pode ser aproximada da ação afetiva de Weber, pois o sentido 'C' não é tomado como a finalidade da ação, mas como o resultado do comportamento B. Os vetores (III) da Figura 2, por outro lado, sinalizam a existência de um estado mental A que provoca a convicção C, que, por sua vez, produz o comportamento B. Essa proposição possui afinidades com o modelo da ação racional com referência a valores, pois o comportamento B só se desenrola com vistas à crença em C tomada como uma máxima normativa.

Sob essa lógica causal, **age de maneira puramente racional com referência a valores** quem orienta-se pela convicção consciente em uma 'causa' de qualquer

natureza – como, por exemplo, a convicção em um valor ético (como princípios, deveres, convicções, ideologias ou dignidade), estético (como padrões estéticos de grupos) ou religioso (mandamentos religiosos). Essas convicções servem como ‘mandamentos’ ou ‘exigências’, nos quais o agente crê e os toma como normas para a realização de sua ação (WEBER, 1921). Nesse aspecto, de acordo com Schluchter (2000), a ação racional com referência a valores tem afinidades com o modelo kantiano do imperativo categórico¹⁰.

Ao analisar minuciosamente o texto *Kategorien*, é possível perceber que a sua conceituação da ação com referência a valores é semelhante àquela desenvolvida em *Grundbegriffe*. Em ambas as partes do texto de 1913 Weber retrata os valores como um comportamento interno significado subjetivamente por sua relação consciente a valores pessoais considerados um ‘dever’, uma ‘máxima’ e uma ‘obrigação’. Tal ação orientada por valores pode, inclusive, ser um tipo objetivamente correto – à semelhança do que é a ação de fins.

Como revela Schluchter (2011), oportunamente, Weber se interessou desde cedo, especialmente na *Ética protestante*, pela não redução dos valores aos fins da ação. Nesse estudo ele demonstrou que a gênese do ‘espírito’ do capitalismo moderno está assentada na racionalidade valorativa e não em uma racionalidade finalística. O puritano tem sua ação motivada pelo valor moral religioso. O capitalista por sua vez, é o produto final do processo de secularização, e, por isso, configura um modelo autônomo frente ao puritano. Isso revela que a ação com referência a valores, por ser racional, não deve ser reduzida a uma variante do cálculo de utilidade. Ela é, em tese, em modelo de ação intimamente distinto da ação finalística.

A ação racional com referência a valores, diferentemente da ação racional com referência a fins, não estipula ‘fins’ ou ‘resultados’ a serem alcançados, nem as

¹⁰ Os imperativos categóricos de Kant (2001) são máximas aceitáveis como leis universais que não podem ser desobedecidas. É dever de toda pessoa agir segundo princípios que considera benéficos, caso fossem seguidos por todos os seres humanos. É uma necessidade moral que os indivíduos coloquem à prova os princípios consigo mesmos, antes de impô-los aos outros. Por meio disso, Kant propõe construir uma ética racional e prática por meio da qual se age de forma moralmente correta. Weber (1921) não forma um tipo de ação correta, como propõe Kant, mas dialoga com a ação movida por princípios como ‘mandamentos’.

‘consequências’ de sua ação¹¹. Conforme defende Schluchter (2014), grande parte das ações relacionadas a valores, ainda que racionais, não consideram os meios e os fins da ação como uma questão central¹². Antes, elas são determinadas pela crença consciente em um valor absoluto e inerente ao comportamento. Assim, se na ação de fins os propósitos são racionais, na ação de valores as crenças o são.

Em uma comparação estrita entre a ação racional com referência a fins e a ação racional com referência a valores, esta última sempre terá caráter irracional. Isso porque, quanto mais um valor é considerado absoluto em uma dada ação, menos seus fins e suas consequências são ponderados. É importante destacar, de todo modo, que ambas as ações são tipos ideais construídos. Determinar esses limites na realidade empírica é um exercício complexo. Até mesmo porque são raros os casos empíricos em que uma ação se orienta exclusivamente por fins ou por valores¹³.

Por isso, pode haver ‘desvios’ na consideração racional típica-ideal de meios, fins e consequências da ação. Weber (1921) exemplifica tais desvios por meio de dois casos, descritos a seguir. Há situações em que os agentes estipulam fins para as suas ações que concorrem com as suas vontades e necessidades subjetivas. Eles ponderam conscientemente as suas ações em uma escala de ‘urgência’, em consonância com o princípio da utilidade marginal¹⁴, e as cumprem de acordo com esse grau maior ou menor de necessidade. Há casos em que, por outro lado, o agente pondera os fins e as

¹¹ Sob uma leitura distinta de Schluchter (2014), Jens Greve defende que tanto na ação racional de fins quanto na de valores, em contraposição à ação tradicional e afetiva, há uma estrutura de fins e meios. Mesmo que essa informação não esteja precisada no texto, é possível deduzir que em ambos os casos os atores buscam por objetivos específicos, ainda que sob circunstâncias distintas. Se na ação de fins o ator escolhe pelo maior benefício e êxito de sua ação, na ação de valores ele age com a finalidade de cumprir o dever ético. Em consonância, Esser (2001 *apud* GREVE, 2003) adota a perspectiva de que a ação de valores funciona como a ação de fins. Afinal, sob sua perspectiva, nela o agente considera as consequências possíveis de sua ação e, a partir disso, chega à conclusão de que não considerará mais tais consequências, haja vista a preservação da ordem social em geral.

¹² Há ações racional-valorativas em que as consequências são importantes, fundamentais e justificáveis. É o caso das máximas morais (SCHLUCHTER, 2014).

¹³ Há abordagens recentes que reconstrõem a relação entre a ação de fins e a ação de valor weberianas. O estudo de Jens Greve (2003), a saber, faz um balanço crítico de três abordagens contemporâneas que integram a ação racional e a ação de valor: a de Raymond Boudon, de Siegwart Lindenberg e de Hartmut Esser. A questão de pano de fundo desse estudo, que vem a largos anos sendo debatida na literatura especializada, é a possibilidade de integrar na mesma teoria uma ação racional de fins e valores.

¹⁴ A lei da utilidade marginal, que advém da economia, propõe a existência de uma relação inversamente proporcional entre utilidade e quantidade/oferta de uma determinada coisa. Um exemplo é a água *versus* o diamante. A água possui grande utilidade total, mas baixa utilidade marginal já que é abundante. O diamante, por sua vez, como é escasso, possui alta utilidade marginal.

consequências de forma incompatível. Isso pode ser explicado pela orientação racional da ação concomitantemente por fins e por valores. Nesse caso, a ação só é racional com referência a fins no que se refere aos meios.

A ação racional com referência a fins em seu tipo ideal ‘puro’ é determinada, em *Grundbegriffe*, pela utilização da expectativa do comportamento de outras pessoas e/ou da expectativa de comportamento de objetos como meios para alcançar fins estipulados. Todas as ‘etapas’ dessa ação são ponderadas: meios, fins e consequências. Assim, o agente considera fins que serão perseguidos racionalmente, atenta para os meios necessários para alcançar esses fins e pondera os meios em relação às possíveis consequências secundárias.

É importante ressaltar que, entretanto, há uma delicada diferença na apresentação da ação racional com referência a fins na parte ‘nova’ de *Kategorien* (capítulos 1 a 3) e na parte ‘antiga’ (capítulos 4 a 7). Algo que, de acordo com Schluchter (2014), comprova a diferença temporal na redação de ambas as partes do ensaio. Nas seções 1 a 3, a ação racional com relação a fins é apresentada como uma ação instrumental, calculabilizada e objetivamente correta. Já das seções 4 a 7, essa ação é enquadrada no contexto da ação em comunidade, e, portanto, é apresentada como uma ação orientada por expectativas subjetivamente geradas. Em vista disso, em consonância com Schluchter (2011), é possível afirmar que Weber prioriza o esquema de interpretação racional com relação a fins, especialmente na primeira parte das *Kategorien*, quando ele enfatiza a racionalidade objetivamente correta, cuja função é elaborar casos limites de ações racionais finais.

Não obstante, há um tipo de ação de *Grundbegriffe* que não está contemplada em *Kategorien*: a **ação tradicional**. Em 1921, Weber realmente parece reconhecer as experiências da vida diária, ao fundamentar a sua tese da ação tradicional. Na sucessão diária de atos, em meio a tantos afazeres, há a tendência de ações automatizadas. Não encontramos nenhum sentido evidente em ações desse tipo, pois elas estão rotinizadas – ainda que, conforme bem destaca Schütz (2018), essas ações tenham significação subjetiva para o próprio agente.

Por isso, entre a ação afetiva e a ação tradicional, é possível destacar mais semelhanças do que dissonâncias. Tanto o comportamento estritamente tradicional

quanto o comportamento estritamente afetivo estão no limite da ação conscientemente orientada pelo sentido. Frequentemente, a ação tradicional, como é determinada pelo costume arraigado, é uma reação surda/obscura a estímulos habituais. A ação afetiva, por outro lado, pode ser uma reação desenfreada, descomedida e desregrada a um estímulo afetivo não-cotidiano.

Ainda assim, é importante ressaltar, que é possível racionalizar as ações tradicionais e as ações afetivas via fins ou via valores, especialmente quando essas ações são mantidas conscientemente. No caso da ação afetiva, por meio de uma descarga consciente do estado emocional (sublimação). Já na ação tradicional, por meio de uma vinculação consciente ao hábito. Cabe ressaltar que a racionalização de ações não racionais pode acontecer para o agente (o ator da ação propriamente dito) e para o observador.

Considerações finais

É possível afirmar que a definição de ação foi modificada em *Grundbegriffe*, se comparada à conceituação de *Kategorien*? Schluchter (2014) defende que o conteúdo do conceito não foi transformado. A formulação foi apenas sofisticada e deslindada. Em ambos os ensaios a ação é entendida como um comportamento humano de fazer interno (motivação) e externo (seu desenrolar voltados a objetos no mundo) dotado de sentido subjetivamente visado.

Se atentarmos para as mudanças no interior de sua formulação, perceberemos que Weber qualificou de formas sensivelmente distintas os tipos de ação em 1913 e em 1921. Se na parte ‘antiga’ de *Kategorien* Weber considerava a ação afetiva como um comportamento interno motivado por afetos e emoções, e sem referência estrita ao comportamento alheio, na parte ‘nova’ ele admite a existência de ações emocionais – ainda que elas interfiram somente de maneira indireta no curso da ação. Mas é somente em *Grundbegriffe* que o autor retrata a ação afetiva como uma ação social referida a afetos pessoais e, ao mesmo tempo, orientada a comportamentos alheios.

Desde o estudo sobre Stammler, ainda quando Weber se ocupava com a economia e o direito, ele introduziu a diferenciação entre ações orientadas por

máximas valorativas e ações orientadas por máximas finais. Em *Kategorien* essa discussão ficou descentralizada, pois Weber optou por evidenciar o dualismo de Tönnies (com a ação em comunidade e a ação societária) e as ações consensuais. Mas em *Grundbegriffe*, ela é retomada e utilizada como uma inovação decisiva em relação ao método (SCHLUCHTER, 2011), especialmente pela racionalização dos valores.

Conforme destaca Turner (1983), ao descentralizar o papel das expectativas e da possibilidade objetiva, que vigoravam no texto de 1913, Weber pôde evidenciar outras formas de ação racional. Desse modo, ele conseguiu equivaler hierárquica e metodologicamente os dois tipos de ação racional em *Grundbegriffe*: a ação de fins e de valores. A partir dessa perspectiva, Weber (1921) demonstrou que há ações ajustadas por valores. Essas ações podem ser intimamente racionais quanto mais consciente e claro for o valor para o próprio agente.

Weber (1921) também inova ao incluir a ação com relação a fins como uma ação que compõe a sua tipologia quádrupla. Em 1913, especificamente na parte ‘nova’, a ação de fins aparecia como um caso-limite de análise de ação instrumental, um tipo objetivamente correto passível de comparação. Já em 1921, além de ser a ação em estado ideal de análise, ela é também um tipo de ação de seu arquétipo. Nisso a categorização de *Grundbegriffe* se aproxima daquela outrora desenvolvida na parte ‘antiga’ de *Kategorien*. Afinal, em ambas Weber aceita a existência da ação orientada por fins e referida ao comportamento de outros agentes. Isso é, uma ação que é racional em sua dimensão subjetiva e objetiva.

Em vista dessas considerações, é possível afirmar que Weber possui três tipologias da ação: a da parte ‘antiga’ de *Kategorien*, a da parte ‘nova’ de *Kategorien* e a de *Grundbegriffe*. Sendo que, nesse cenário, a tipologia que mais se aproxima de sua formulação final de 1921 é aquela que chamamos de parte ‘nova’ de *Kategorien*, porque é na parte ‘nova’ que Weber acena para a possibilidade de que comportamentos motivados por emoções sejam ações, e para o fato de que as ações de fins são tipos-ideais que servem como parâmetro comparativo.

Há, ainda, uma exclusividade efetiva de *Grundbegriffe*: a ação tradicional. Foi somente em 1921 que Weber reconheceu a existência de ações sociais quase automatizadas, rotinizadas e reativas. Uma ação que, se comparada às ações racionais

(como a referida a valores e a referida a fins), pode ser intitulada *defizitäre Modi* [modos deficitários] (NORKUS, 2001) ou *residual categories* [categorias residuais] (PARSONS, 1940).

Em tese, há duas diferenças fundamentais entre as tipologias desses textos: 1) em *Grundbegriffe* Weber admite a análise intelectual, tanto de ações racionais e quanto de ações afetivas e tradicionais; e 2) em 1921 ele retoma seu debate com Stammler sobre as ações orientadas por máximas valorativas e por máximas finais e inova, com isso, sua tipologia. Ele equivale metodologicamente os dois tipos de ação racional: a ação de fins e de valores. É importante ressaltar que em ambos os ensaios Weber prioriza a análise da ação racional, pois ela possui compreensibilidade evidente. Somente para fins de conveniência metodológica, a Sociologia Compreensiva é ‘racionalista’. Com base nisso, defendemos que a possível interpretação de uma normatividade racionalista, existente em *Kategorien*, é em *Grundbegriffe* erradicada. Com o abandono da racionalidade objetivamente correta e a consequente adoção da racionalidade de fins e de valores, seu “racionalismo heurístico” perdeu a centralidade.

Referências

ALBERT, Gert. Paretos hermeneutischer Positivismus. Eine analyse seiner Handlungstheorie. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, n. 54, 2002.

GREVE, Jens. Handlungserklärung und die zwei Rationalitäten? Neuere Ansätze zur Integration von Wert- und Zweckrationalität in ein Handlungsmodell. **Kölner Zeitschrift für Soziologie und Sozialpsychologie**, v. 55, n. 4, 2003.

_____. Wirtschaft und Gesellschaft. Soziologie (1919/1920). In: MÜLLER, Hans-Peter; SIGMUND, Steffen. **Max Weber Handbuch: Leben – Werk – Wirkung**. Stuttgart: J. B. Metzler, 2014.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão pura**. Lisboa: Serviço de Educação, 2001.

LICHTBLAU, Klaus. Max Weber's 'Sociology' as seen against the history of his work. **Max Weber studies**, Londres, v. 15, n. 2, 2015.

NORKUS, Zenonas. **Max Weber und Rational Choice**. Marburg: Metropolis-Verl., 2001.

PARSONS, Talcott. An analytical approach to the theory of social stratification. [1940]. In: PARSONS, Talcott. **Essays in Sociological Theory**. New York: Revised Edition, 1954.

REHBERG, Karl-Sirgbert. Handeln und Handlung. In: MÜLLER, Hans-Peter; SIGMUND, Steffen. **Max Weber Handbuch: Leben – Werk – Wirkung**. Stuttgart: J. B. Metzler, 2014.

SCHNEIDER, Wolfgang Ludwig. Sinn. In: MÜLLER, Hans-Peter; SIGMUND, Steffen. **Max Weber Handbuch: Leben – Werk – Wirkung**. Stuttgart: J. B. Metzler, 2014.

SCHÜTZ, Alfred. **A construção significativa do mundo social**. Petrópolis: Editora Vozes, 2018.

SCHLUCHTER, Wolfgang. **Individualismus, Verantwortungsethik und Vielfalt**. Weilerswist: Velbrück Wissenschaft, 2000.

_____. **Handlung, Ordnung und Kultur**. Heidelberg: Mohr Siebeck, 2005.

_____. **Acción, orden y cultura: estudios para um programa de investigación em conexão com Max Weber**. Buenos Aires: Prometeu, 2011.

_____. Os conceitos sociológicos fundamentais: a fundamentação da sociologia compreensiva de Max Weber. In: SCHLUCHTER, Wolfgang. **O desencantamento do mundo: seis estudos sobre Max Weber**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2014.

TURNER, Stephen. Weber on action. **American Sociological Review**, v. 48, 1983.

WEBER, Max. Stammler's "Überwindung" der materialistischen Geschichtsauffassung. In: WEBER, Max. (Org. Johannes Winckelmann). **Max Weber: Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1985 [1907].

[GdS] _____. (org.). **Grundriss der Sozialökonomik**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1914, vol. I.

[WuG] _____. **Wirtschaft und Gesellschaft: Grundriss der verstehenden Soziologie**. Tübingen: Mohr Siebeck, 1985 [1921].

_____. Kritische Studien auf dem Gebiet der kulturwissenschaftlichen Logik. In: WEBER, Max. (Org. Johannes Winckelmann). **Max Weber: Gesammelte Aufsätze zur Wissenschaftslehre**. Tübingen, 1985 [1906].

[MWG I/23] _____. **Wirtschaft und Gesellschaft: Soziologie (1919–1920)**. Knut Borchardt, Edith Hanke e Wolfgang Schluchter (Eds.) Tübingen: Mohr Siebeck, 2013.

[MWG I/12] _____. *Verstehende Soziologie und Werturteilsfreiheit: Schriften und Reden (1908-1917)*. Johannes Weiss e Sabine Frommer (Eds.) . Tübingen: Mohr Siebeck, 2018.

[EeS] _____. **Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

Competências e empregabilidade: sentidos da formação nas políticas curriculares para o Ensino Médio¹

Alana Lemos Bueno²

Recebido em novembro de 2019

Aceito em dezembro de 2019

RESUMO

As relações entre escola e trabalho tem produzido disputas no projeto de formação da juventude. Em um cenário de expansão da escola pública e de mudanças produzidas nos modos de organização da produção capitalista, uma série de políticas foram estabelecidas buscando indicar as finalidades e sentidos da escola de ensino médio no Brasil. O currículo assume como palco de conflitos político-epistemológicos, que ora alinha-se às demandas do mercado de trabalho ora busca construir outros sentidos para a formação. A partir disso, competência e empregabilidade, conforme Machado (1998), são elencadas como categorias de análise das políticas curriculares produzidas nos últimos vinte anos. A natureza das relações entre trabalho e educação são exploradas de modo a elucidar os caminhos pelas quais a formação da juventude se constrói.

Palavras-chave: Ensino médio; Políticas educacionais; Currículo.

ABSTRACT

The relations between school and work have produced disputes in the youth formation project. In a scenario of expansion of the public school and changes produced in the modes of organization of capitalist production, a series of policies were requested seeking to indicate as purposes and meanings of high school in Brazil. The curriculum takes on the stage of political-epistemological conflicts, which align with the demands of the labor market or seek to build other meanings for training. From this, skills and employability, as Machado (1998), are listed as categories of analysis of curriculum policies produced in the last twenty years. The nature of the relationship between work and education is explored in order to discover the ways in which youth formation is built.

Keywords: High School; Educational Policies; Curriculum.

Introdução

A juventude no Brasil é caracterizada por uma relação antecipada com o trabalho, à medida que a condição juvenil só é experienciada para uma parte majoritária da

¹ Trabalho apresentado no X Seminário Nacional Sociologia & Política – América Latina hoje: rupturas e continuidades; GT 05 – Sociologia da Educação, sob o título “A empresa na escola: competência e empregabilidade como categorias-chave do projeto educacional”.

² Mestranda em Educação na linha de Políticas Educacionais pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná (UFPR), contemplada com bolsa CAPES/PROEX. E-mail: alanalbb@gmail.com.

juventude porque estes trabalham (DAYRELL, 2007). As relações entre o trabalho e a escola não são excludentes ou tampouco se opõem, mas produzem implicações e disputas nas políticas produzidas na área educacional. No campo do currículo, buscaram-se indicar os sentidos do projeto de formação da juventude, especialmente na sua relação com o trabalho.

Em um contexto sócio-histórico de transição para um regime de acumulação flexível a partir da década de 1970, demarcado pela subsunção da subjetividade à lógica do capital, verificou-se que o setor produtivo expande-se para além do aparato produtivo, alcançando a vida social. Desse modo, as novas competências e habilidades demandadas aos trabalhadores do capitalismo flexível vão sendo incorporadas na concepção do sujeito, produtor de si mesmo. Não obstante, a partir da década de 1990, as políticas curriculares para o ensino médio são pautadas nas mudanças do modo de organização do trabalho e da expansão da escola pública.

Nesse artigo, competência e empregabilidade são elencadas como categorias analíticas. As indagações acerca da natureza das relações entre escola e trabalho nas políticas educacionais é o fio condutor a qual se orienta o presente texto. Buscou-se tomar como fontes primordiais de análise os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEP), as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM), Diretrizes Curriculares para a Educação Profissional (DCNEP), e o documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). As movimentações das políticas curriculares em termos teórico-epistemológicos foram explorados de modo a investigar os sentidos da formação da juventude.

O artigo organiza-se da seguinte forma: em um primeiro momento busca-se contextualizar o processo de reorganização do capital a partir da década de 1970, enunciando as transformações estabelecidas pela transição ao regime de acumulação flexível e o advento do toyotismo, articulador de um sujeito-trabalhador. Nesse contexto, são produzidas demandas para as políticas de formação e qualificação profissional. Por conseguinte, apresenta-se as categorias de competência e empregabilidade e suas vinculações à escola a partir das políticas curriculares para o ensino médio. Aqui, as políticas de currículo são tomadas de forma a compreender as

relações entre educação e trabalho, inseridas em um cenário de disputas político-epistemológicas.

A nova hegemonia do capital no toyotismo: a extensão do produtivismo para a totalidade social

Os anos finais do século XX foram palco de intensas transformações no mundo do trabalho. A crise estrutural do capital expressa pelo esgotamento do padrão de acumulação taylorista-fordista introduziu um amplo processo de reestruturação produtiva do capitalismo a partir da década de 1970. A resposta dada à crise do capital engendrou em um renovado regime de acumulação, mais flexível, e que resultou em novos modos de organização do trabalho com inovações organizacionais e tecnológicas, e novas estruturas de mercado e de gestão da força de trabalho.

As dimensões da reorganização do capital foram debatidas por autores como Harvey (2014), Antunes (2005) e Alves (2007) de modo a esclarecer seus efeitos nas instâncias do ser social. As formas da reestruturação produtiva são abordadas por Harvey (2014) tendo como pano de fundo a incapacidade do padrão de acumulação taylorista-fordista – vigente ao longo de várias décadas do século XX – em lidar com as contradições inerentes do capitalismo. Nesse sentido, o autor aponta que a transição para o sistema de acumulação flexível foi "marcada por um confronto direto com a rigidez do fordismo" (HARVEY, p. 140) em termos de processos relacionados ao trabalho, de contratos de trabalho, de mercados, de produtos, de padrões de consumo e de compromissos com o Estado.

Apesar da reorganização do capital em resposta à crise ser concebida de maneira mais ampla pelo surgimento de um novo regime de acumulação, Antunes (2005) reitera que esta somente ocorreu em sua dimensão fenomênica, para reestruturar "sem transformar os pilares essenciais do modo de produção capitalista." (p. 36). Desse modo, a reestruturação do padrão taylorista-fordista de produção efetuou-se de forma a incorporar novos e velhos mecanismos de acumulação, em um processo de continuidade e descontinuidade.

Dentre as novas feições do novo padrão de acumulação do capital destaca-se o modelo toyotista, denominado por Alves (2007, p. 156) como “o verdadeiro espírito do novo complexo de reestruturação produtiva”. Trata-se de um empreendimento capitalista organizado sob a produção fluida, flexível e difusa, conduzida diretamente pela demanda, contrariamente à produção em série de massa, homogeneizada e verticalizada do fordismo (ALVES, 2007; ANTUNES, 2005).

Neste momento, o princípio da flexibilidade é categoria central para elucidar as dimensões da reestruturação produtiva. A flexibilidade adentra não somente nos aspectos técnico-organizacionais da produção, mas, sobretudo nas relações de trabalho que se constituem. Como explica Antunes (2005, p. 36) para uma “efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos trabalhadores” (p. 36). Dessa forma, os regimes e contratos de trabalhos flexíveis em dependência das condições do mercado tornam-se característicos nesse cenário.

No âmbito da acumulação flexível a estrutura do mercado de trabalho é constituída, então, por grupos de trabalhadores que se distinguem em termos de menor ou maior rotatividade. Conforme Harvey (2014), o grupo central é designado pelos empregados em tempo integral, com maior segurança e de posição essencial para o futuro a longo prazo da organização. Por outro lado, o grupo periférico, subdividido em dois grupos; o primeiro, caracterizado por empregados em tempo integral com habilidades facilmente disponíveis no mercado de trabalho, sendo, portanto, altamente rotativos; e o segundo, representado por empregados em tempo parcial, temporários, subcontratados, com muito menos estabilidade que o primeiro grupo periférico.

Aqui, as contribuições de Antunes (2005) possibilitam ampliar o entendimento desse quadro. Para o autor, as transformações do modo de ser da classe trabalhadora designaram um processo de heterogeneização, fragmentação e complexificação. São ilustrativos do novo arranjo da classe trabalhadora aspectos como a desproletarização do trabalho industrial fabril; a expansão do trabalho assalariado através da ampliação do assalariamento no setor de serviços; a heterogeneização do trabalho em decorrência do trabalho feminino e a subproletarização intensificada por meio do trabalho parcial, temporário, e precário.

Além do mais, o elemento compositivo essencial da classe trabalhadora no toyotismo, e que o distingue do padrão fordista-taylorista, se dá pela articulação do plano subjetivo na produção capitalista. A captura da subjetividade operária é descrita por Alves (2007, p. 165, grifos do autor), como “uma nova *forma* organizacional (e sócio-metabólica) capaz de aprofundar e dar uma nova qualidade à subsunção real do trabalho ao capital”.

Em termos gerais, consoante Antunes & Alves (2004), a subsunção configura a relação entre o trabalho e o capital, expressando o modo em que a força de trabalho é transformada em capital. O trabalho constitui o capital, em sua forma negativa, dado que é no ato da venda da força de trabalho, e em seu uso, que opera o próprio processo capitalista de produção. Não obstante, trata-se de um processo vivo em que a força de trabalho embora seja um dos elementos constitutivos da relação social que a aprisiona e subordina, igualmente se torna elemento de negação, de conflitos e oposições (ANTUNES & ALVES, 2004).

Nesse sentido, a subsunção necessita ser reiteradamente afirmada pelo capital. No modelo toyotista, a forma de envolvimento operário, ou a captura da subjetividade operária à lógica do capital atinge seu pleno desenvolvimento, arquitetando um caráter real, diferentemente do taylorismo-fordismo que integrava de maneira formal o elemento subjetivo na produção do capital. Como expõem Antunes & Alves (2004), o fordismo foi incapaz de incorporar na racionalidade capitalista as variáveis psicológicas do comportamento operário uma vez que as relações de produção se reduziam ao aspecto físico-maquinal. Em contrapartida, o toyotismo estabeleceu o controle da dimensão subjetiva por meio da inserção engajada ou do engajamento estimulado do trabalho na produção.

Desse modo, no âmbito da produção, o toyotismo tem instaurado uma nova hegemonia do capital que articula coerção capitalista e consentimento do trabalhador, consolidando, então a subsunção real da subjetividade do trabalho pela lógica do capital. O estabelecimento da “hegemonia produtivista” do toyotismo revela a centralidade dos seus protocolos organizacionais, institucionais e valorativos como concepções reguladoras das instâncias fabris e, sobretudo, da vida social (ALVES, 2007). Isto é, a nova hegemonia do capital no modelo toyotista configura uma extensão

da ideologia produtivista à totalidade social. Para Alves (2007, p. 169), as novas dinâmicas da hegemonia do capital corroem as delimitações inscritas no espaço da produção e do espaço da vida social: “[...] o capital é levado a tornar a sociedade uma imensa fábrica”.

Nesta perspectiva, Dardot & Laval (2016) defendem que a concepção que vê a sociedade como uma empresa composta de empresas necessita de uma nova norma subjetiva, e, com efeito, de uma transformação do indivíduo. O sujeito neoliberal, enunciado pelos autores, é caracterizado por uma homogeneização do discurso do indivíduo em torno da figura da empresa. Este é um indivíduo cuja subjetividade deve estar inteiramente envolvida em suas atividades, participando, engajando-se e entregando-se por completo na sua atividade profissional.

Ainda, o sujeito neoliberal designa um sujeito competitivo, imerso na competitividade do capitalismo mundializado. A racionalidade neoliberal conduz o sujeito como uma entidade em competição, que deve maximizar seus resultados para o enfrentamento da competitividade, ao mesmo tempo em que expõe-se a riscos e assume a responsabilidade por eventuais fracassos (DARDOT & LAVAL, 2016). Nas palavras de Dardot & Laval (2016, p. 331) o novo sujeito do capitalismo flexível

[...] deve cuidar constantemente para ser o mais eficaz possível, mostrar-se inteiramente envolvido no trabalho, aperfeiçoar-se por uma aprendizagem contínua, aceitar a grande flexibilidade exigida pelas mudanças incessantes impostas pelo mercado. Especialista em si mesmo, empregador de si mesmo, inventor de si mesmo, empreendedor de si mesmo: a racionalidade neoliberal impele o eu a agir sobre si mesmo para fortalecer-se e, assim, sobreviver na competição.

Nesse sentido, trata-se de um indivíduo que busca a produção de si, aprimorando-se continuamente para tornar sempre mais eficaz a empresa que ele é. Nessa produção de si, o desenvolvimento de qualidades pessoais são demonstrativos da profunda estrutura subjetiva do trabalho na nova hegemonia do capital. A capacidade para reagir rápido, inovar, criar e até mesmo qualidades como responsabilidade, lealdade, comprometimento, iniciativa e engajamento transformam-se em valores e princípios a serem seguidos pelos sujeitos-empresa (DARDOT & LAVAL, 2016). Estes aspectos concernem às estratégias significativas que permitem articular os objetivos da

racionalidade capitalista aos componentes da vida social e individual, tornando a empresa “[...] não apenas um modelo geral que deve ser imitado, como também uma atitude que deve ser valorizada [...]” (DARDOT & LAVAL, 2016, p. 332).

É a partir disso que pode-se tecer relações possíveis entre as mutações na produção capitalista e a constituição de um novo complexo ideológico que regulará as políticas de formação e qualificação profissional, e que terão respaldos nas demandas concebidas à escola. Assim, essa ideologia é corporificada pelo discurso da competência e da empregabilidade que reorganizam e prescrevem novas referências curriculares para a escola, promovendo conhecimentos, princípios e valores que contemplam as transformações do mercado de modo a educar e qualificar em seus termos.

Competência e empregabilidade: as demandas do mercado articuladas à escola

Diante de intensas transformações no mundo do trabalho, iniciadas a partir da década de 1970, vinculou-se à escola a necessidade de mobilizar práticas formativas capazes de responder às novas exigências do mercado de trabalho. No Brasil, as reformas ocorridas nos anos de 1990 sob o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) estiveram articuladas às demandas da economia, salientando a necessidade da reorganização do currículo escolar. Diante disso, Silva (2003) apresenta a tese de que uma nova proposta para a educação básica no Brasil é estruturada tendo como base a noção de competências. A partir daqui, dá-se abertura a um novo discurso sobre a formação humana pautado na Pedagogia das Competências e suas referências que lhe dão uma identidade político-pedagógica na sociedade capitalista pós-fordista.

Em termos gerais, na esfera do trabalho, o conceito de competências é definido como as “[...] condições subjetivas do desempenho dos sujeitos na realidade atual dos processos de trabalho [...]” (MACHADO, 1998, p. 22). Ademais, de acordo com Araujo e Rodrigues (2011), a competência é articulada no trio de “saberes”, “saber-fazer”, e “saber-ser”. O primeiro diz respeito aos conhecimentos explicitamente transmissíveis; o segundo refere-se às noções adquiridas na prática; e, o terceiro remete às qualidades pessoais.

Aqui, pelos três referenciais vinculados à competência podem ser descritas: o racionalismo, o individualismo e o neopragmatismo. O racionalismo inspirou o modelo de competências com o princípio da racionalização dos processos de trabalho e dos processos formativos. Conforme Araujo e Rodrigues (2011), na educação, os impactos do racionalismo por meio da formação por competências levou a um tipo de organização curricular modular – um sistema de unidades capitalizáveis organizados para resultar no “ser capaz de” –; à práticas com objetivos formativos que visam a máxima eficácia dos sistemas educacionais, considerando as demandas dos setores produtivos; e, por fim, à práticas de avaliação das competências.

No caso do individualismo, outra referência da Pedagogia das Competências, tem-se a valorização de práticas formativas voltadas para o desenvolvimento de capacidades individuais, situando a competência como atributo pessoal, de construção pessoal (ARAUJO & RODRIGUES, 2011). Opera, nesse sentido, o processo de aprendizado focalizado no aluno, contribuindo para moldar uma concepção de sujeito voltada para a valorização do indivíduo e enfraquecimento do coletivo.

Além das bases racionalista e individualista, também atuam sobre a Pedagogia das Competências os fundamentos do neopragmatismo. Assim, são pilares do pragmatismo as noções de utilitarismo, imediatismo e adaptabilidade que se incorporam aos processos formativos que visam “[...] a busca por produzir aprendizagens úteis, aplicáveis e de ajustamento do indivíduo à realidade extremamente dinâmica e móvel” (ARAUJO & RODRIGUES, 2011, p. 24).

A empregabilidade é definida, então, como as “[...] condições subjetivas da integração dos sujeitos à realidade atual dos mercados de trabalho” (MACHADO, 1998, p. 18). As categorias de competência e empregabilidade são definidas mutuamente, e se tornam uma condição da outra. De acordo com Ramos (2001)³ *apud* Silva (2003) empregabilidade refere-se às competências desenvolvidas e continuamente atualizadas pelo trabalhador, e que são transferíveis para contextos diversos de trabalho. Ao ser designada como uma contínua preparação para manter-se em um emprego, ou para integrar-se ao mercado, a empregabilidade estabelece que os

3 RAMOS, Marise Nogueira. Da qualificação à competência: deslocamento conceitual na relação trabalho-educação. 2001. Tese de Doutorado – Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, Brasil.

trabalhadores devem ser convocados a rever e a reavaliar suas capacidades e vantagens competitivas e a se adaptar às novas demandas que definem o que é ser, no capitalismo mundializado, alguém integrável ao mercado (MACHADO, 1998).

Nesse cenário, estrutura-se um arcabouço jurídico-institucional para o ensino médio, buscando indicar as finalidades e sentidos dessa etapa de ensino, expresso na aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em 1996 durante o governo de FHC, os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio (PCNEM) e das Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio (DCNEM) em 1998, além das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico (DCNEP) em 1999.

Tal conjunto de reformulações curriculares introduziram a noção de competência como referência primordial. No âmbito educacional, Ramos (2002, p. 404) aponta que o currículo baseado em competência “[...] parte da análise do processo de trabalho, da qual se constrói uma matriz referencial a ser transposta pedagogicamente para uma organização modular, adotando-se uma abordagem metodológica baseada em projetos ou resolução de problemas.” O fazer torna-se um dos postulados do projeto pedagógico situado nas competências.

Nessa perspectiva, Duarte (2001) aponta que entre os postulados dessa pedagogia, situam-se a valorização da capacidade de realizar aprendizagens por si mesmo e o desenvolvimento de um método de aquisição, elaboração e construção de conhecimentos alinhados aos interesses próprios dos indivíduos, assim como de sua preparação para as transformações em ritmo acelerado das sociedades.

Na LDB, o artigo 35 estabeleceu que o ensino médio, etapa final da educação básica, terá como uma de suas finalidades “II - a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores” (BRASIL, 1996). Por este ângulo, a reformulação curricular do Ensino Médio consubstanciada no Parecer CNE/CEB nº 15, de 25 de junho de 1998 – as DCNEM – apresentam essa perspectiva ao proporem no artigo 4º as competências básicas, conteúdos e formas de tratamento dos conteúdos consoantes às finalidades dessa etapa.

Dentre as quais, destacam-se:

I - desenvolvimento da capacidade de aprender e continuar aprendendo, da autonomia intelectual e do pensamento crítico, de modo a ser capaz de prosseguir os estudos e de adaptar-se com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento;

IV - domínio dos princípios e fundamentos científico-tecnológicos que presidem a produção moderna de bens, serviços e conhecimentos, tanto em seus produtos como em seus processos, de modo a ser capaz de relacionar a teoria com a prática e o desenvolvimento da flexibilidade para novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores; (BRASIL, 1998, s/p).

Nesse cenário, a educação profissional tem sua organização curricular formulada de forma independente do ensino médio a partir do Decreto nº 2.208 de 1997, estabelecendo maior flexibilidade na escolha do itinerário pelo estudante, e de formulação dos currículos pelas instituições de ensino (BRASIL, 1997). A construção de trajetórias profissionais torna-se menos rígida a

um técnico precisa ter competências para transitar com maior desenvoltura e atender às várias demandas de uma área profissional, não se restringindo a uma habilitação vinculada especificamente a um posto de trabalho. [...] Cursos, programas e currículos poderão ser permanentemente estruturados, renovados e atualizados, segundo as emergentes e mutáveis demandas do mundo do trabalho (BRASIL, 2000, p. 20).

Os documentos normativos para o ensino médio indicam o desenvolvimento do aprendizado contínuo alinhado às práticas do trabalho e suas novas configurações no contexto do capitalismo flexível. É expressivo o uso constante do termo flexibilidade, que acompanha a necessidade da adaptabilidade apontada, portanto, como finalidade da escola média e profissional. O artigo 8º das DCNEM, que estabelece o princípio da interdisciplinaridade, indicam nessa perspectiva o papel da escola na construção de “personalidades flexíveis” para o mundo do trabalho:

V - a característica do ensino escolar, tal como indicada no inciso anterior, amplia significativamente a responsabilidade da escola para a constituição de identidades que integram conhecimentos, competências e valores que permitam o exercício pleno da cidadania e a inserção flexível no mundo do trabalho (BRASIL, 1998).

Aqui, são elucidativas as relações que se constroem entre a formação escolar e os conteúdos reais do trabalho. O ideário pedagógico hegemônico pautado nas noções de empregabilidade e competência está posto como constructos normativos das políticas curriculares, evidenciando, conforme Oliveira (1999), o aspecto perverso da relação entre a educação e o trabalho. Nos textos das políticas, a escola média e profissional organizando seus conhecimentos em termos da adaptação e, que, com efeito, sustentam a construção de uma certa concepção de sujeito/aluno na sociedade do capitalismo flexível.

Existe nesse cenário um movimento das políticas educacionais de insistência no pressuposto de que maior instrução formal produz maior empregabilidade. Conforme Krawczyk (2014) a visão economicista presente nas políticas para a educação, com o respaldo da Teoria do Capital Humano, estabeleceu uma relação de causalidade entre educação e desenvolvimento econômico e de educação e mobilidade social. Como vimos, as competências que devem ser adquiridas na escola brasileira se articulam à construção de trajetórias profissionais que sejam capazes de se desenvolverem no mercado de trabalho demarcado por rápidas mudanças.

É preciso se questionar, ainda, se há correspondência entre o perfil de competências construído até a saída da escola e o que se exige pelo mercado de trabalho. O estudo de Thurow (1977) demonstra que em um mercado de trabalho orientado pela competição por emprego, os trabalhadores são distribuídos entre os melhores trabalhadores em potencial – mais treináveis – para os piores trabalhadores em potencial – menos treináveis. Nesse sentido, a seleção entre trabalhadores que possuem o menor custo em termos de treinabilidade passa pelas características de origem, não sendo a escolaridade o único ou mais relevante fator que determina o lugar na competição por um emprego. De todo modo, como explica o autor, a educação torna-se sobretudo uma necessidade defensiva, isto é, uma forma de proteção no mercado de trabalho competitivo.

Todavia, é necessário ressaltar que as disputas político-epistemológicas em torno das políticas curriculares para o ensino médio não se encerraram na Pedagogia das Competências. Com a revogação do Decreto nº 2.208/97 em 2004 no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), a educação profissional técnica de nível médio foi

reorganizada vinculada ao ensino médio pelo Decreto nº 5.154 de 2004, dispondo como premissas as articulações entre educação, trabalho, ciência e tecnologia, além da centralidade do trabalho como princípio educativo e da indissociabilidade entre teoria e prática (BRASIL, 2004). Nesse contexto, são aprovadas pelo Parecer nº 05/2011 e Parecer CNE/CEB nº 11/2012, Resolução CNE/CEB nº 02/2012 e Resolução nº 6/2012 as DCNEM e DCNEP, respectivamente.

As disputas que engendraram divergências entre as políticas curriculares para o ensino médio e profissional são demarcadas pelo tratamento dado nas concepções da relação entre trabalho e educação. Enquanto as Diretrizes de 1998 afirmavam a adequação às demandas de um setor produtivo em rápida mudança, os documentos de 2011 declaravam a compreensão crítica do mundo do trabalho e da sociedade (FERRETTI e SILVA, 2018).

Dois anos depois de promulgadas as Diretrizes Curriculares, o ensino médio deparava-se com o Projeto de Lei (PL) nº 6.840/2013 que propunha a reformulação da organização curricular da última etapa da educação básica. No PL, os currículos do ensino médio deveriam organizar-se em áreas do conhecimento: as linguagens, a matemática, as ciências da natureza e as ciências humanas; além de alteração da carga horária mínima anual de mil e quatrocentas horas (BRASIL, 2013). De acordo com Silva (2016) o PL foi formulado em posição oposta às Diretrizes homologadas no ano de 2011, tecendo para o currículo uma perspectiva fragmentada de escolha por opções formativas, em contraposição a uma dimensão integral e de formação básica comum dos estudantes.

Em setembro de 2016, após o *impeachment* de Dilma Rousseff (2011-2016), é apresentada a Medida Provisória (MP) nº 746/2016, que culmina no processo de produção de política de reforma do ensino médio. Dessa vez, as disputas em torno da organização curricular dessa etapa se inserem no contexto da aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e de estruturação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Disputas dos sentidos da formação da juventude: entre a Base Nacional Comum Curricular e a Reforma do Ensino Médio

No ano de 2015, tem início no Brasil o processo de elaboração de uma política curricular nacional, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) respaldada em marcos legais presentes na Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e no Plano Nacional de Educação (PNE). Em 2017, é incorporada à Lei 13.415 que altera os artigos 35-A e artigos 36 da LDB, e nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio (DCNEM).

A versão final do documento da BNCC define as aprendizagens essenciais para todas as etapas e modalidades da educação básica, de modo que sejam assegurados a todos os alunos seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento (BRASIL, 2018). Nesses termos, o arranjo curricular do ensino médio passa a ser definido por áreas de conhecimento, quais sejam: Linguagens e suas tecnologias, Matemática e suas tecnologias, Ciências da Natureza e suas tecnologias, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas e Formação Técnica e Profissional (BRASIL, 2017).

A última etapa da educação básica se organiza na articulação entre uma formação comum geral e uma parte diversificada oferecida em itinerários formativos, tendo como referência a BNCC. As disciplinas obrigatórias do currículo compreendem Português, Matemática e Inglês nos três anos do ensino médio, complementadas por “estudos e práticas” de Sociologia, Filosofia, Arte e Educação Física (BRASIL, 2017).

Na exposição de motivos da Medida Provisória 746/2016, o enxugamento do currículo a partir do princípio da flexibilidade é proposto como estratégia para promover maior atratividade da escola média à juventude, proporcionando-lhes liberdade de escolha entre diferentes itinerários formativos, e rompendo com um modelo único de currículo extenso. Para além disso, a centralidade do currículo nas proposições evidenciam a necessidade de sua convergência com o setor produtivo e de garantir resultados de aprendizagem eficientes (BRASIL, 2016).

Entre a BNCC e Medida Provisória nº 746/2016 há estreita aproximação de natureza política e educacional (FERRETTI, SILVA, 2018). Para Ferretti e Silva (2018), as relações são evidenciadas no foco em desempenhos nas avaliações em larga escala e na proposta epistemológica de formação da juventude alinhada às formas de organização do setor produtivo e que retomam as noções de competências. Por esse

ângulo, autores como Ferretti e Silva (2017), Ferreira (2017) e Cunha (2017) apontam para um retorno das políticas para o ensino médio produzidas na década de 1990.

Não obstante, as políticas curriculares para o ensino médio assumem particularidades, principalmente em um cenário em que a reforma do ensino médio é produzida entre o PL 6.840/2013, o PNE e a BNCC. Nesse caso, o currículo e a concepção de qualidade da educação apresentam contornos próprios. Ainda assim, Silva (2018) demonstra o modo como a formulação das competências definida nas DCNEM de 1998 e nos PCNEM de 1999 encontram suas premissas na BNCC.

À luz das contribuições de Silva (2017), o modo como tem se concebido as propostas curriculares no sistema educacional brasileiro aponta para a centralidade da noção de competências, que se configura, no atual documento da BNCC, pela mobilização e aplicação de saberes diversos (SILVA, 2017). O currículo é tido, portanto, como “técnica de elaboração de objetivos de aprendizagem” (SILVA, 2017, p. 16), em um sentido limitado ao qual se descartam as dimensões histórico-cultural da construção e formação dos sujeitos.

Isto posto, no artigo 6º, as DCNEM de 2018 definem as competências como “mobilização de conhecimentos, habilidades, atitudes e valores, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018a). Concomitantemente, as habilidades configuram a capacidade de colocar o conhecimento em ação, expresso em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais (BRASIL, 2018a). Os princípios da capacidade de construir conhecimentos e mobilizá-los pelo fazer retomam pressupostos da Pedagogia do “aprender a aprender” – que, inclusive é reafirmada na Exposição de Motivos da MP 746/2016.

Esses aspectos podem ser observados no quadro abaixo, organizado de modo a indicar os pressupostos que são concebidos nas normativas para o ensino médio no contexto da BNCC e da Lei 13.415 de 2017:

Quadro 1: Síntese das definições das finalidades do ensino médio nas políticas curriculares no contexto da Lei nº 13.415/2017.

Normativa	Síntese
-----------	---------

<p>Base Nacional Comum Curricular – LDB art. 26; art. 35-A e art. 36 (alterados pela Lei nº 13.415/2017);</p>	<p>O desenvolvimento de competências que possibilitem aos estudantes inserir-se de forma ativa, crítica, criativa e responsável em um mundo do trabalho cada vez mais complexo e imprevisível criando possibilidades para viabilizar seu projeto de vida e continuar aprendendo, de modo a ser capazes de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores.</p>
<p>Resolução nº 3/2018 – Atualiza as DCNEM</p>	<p>§ 3º As aprendizagens essenciais são as que desenvolvem competências e habilidades entendidas como conhecimentos em ação, com significado para a vida, expressas em práticas cognitivas, profissionais e socioemocionais, atitudes e valores continuamente mobilizados, articulados e integrados, para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do exercício da cidadania e da atuação no mundo do trabalho.</p> <p>Art. 27º IX - capacidade permanente de aprender a aprender, desenvolvendo a autonomia dos estudantes;</p> <p>XXIII - o projeto de vida e carreira do estudante como uma estratégia pedagógica cujo objetivo é promover o autoconhecimento do estudante e sua dimensão cidadã, de modo a orientar o planejamento da carreira profissional almejada, a partir de seus interesses, talentos, desejos e potencialidades.</p>
<p>Portaria nº 1.432/2018 – Referenciais para elaboração dos itinerários formativos</p>	<p>Para participar de uma sociedade cada vez mais marcada pela incerteza, volatilidade e mudança permanente, os estudantes precisam se apropriar cada vez mais de conhecimentos e habilidades que os permitam se adaptar a diferentes contextos e criar novas oportunidades para si e para os demais.</p> <p>Neste eixo [empreendedorismo], os estudantes são estimulados a criar empreendimentos pessoais ou produtivos articulados com seus projetos de vida, que fortaleçam a sua atuação como protagonistas da sua própria trajetória. Para tanto, busca desenvolver autonomia, foco e determinação para que consigam planejar e conquistar objetivos pessoais ou criar</p>

empreendimentos voltados à geração de renda via oferta de produtos e serviços, com ou sem uso de tecnologias.

Fonte: BRASIL (2018a, 2018b, 2018c). Elaboração própria.

O tratamento dado às competências indicam seu alinhamento à construção de trajetórias escolares e profissionais alçadas na concepção do projeto de vida. O elemento empreendedorismo incorporado à Portaria nº 1.432 de 2018, que dá referência à organização dos itinerários formativos, infere à escola a capacidade de desenvolver nos estudantes a criação de empreendimentos de geração de renda. É evidente a retomada da articulação entre escolarização e empregabilidade nas políticas curriculares, tornando-se ainda mais explícitas na normativa analisada. Sobretudo, a capacidade de produção de si, de se tornar empregável é tomada como estratégia pedagógica nas Diretrizes. Aqui o conceito de sujeito neoliberal como empreendedor de si, nas palavras de Dardot e Laval (2016) explicitam o modo como as relações entre escola e trabalho são concebidas nas políticas curriculares vigentes. Nesse sentido, a BNCC e a reforma do ensino médio tem expressado mais uma das facetas de um projeto hegemônico de educação da juventude.

Considerações finais

Na sociedade capitalista a escola torna-se uma das peças-chave no processo de acumulação do capital – fornecendo as competências e habilidades e o pessoal para o aparato produtivo – e no estabelecimento de um complexo ideológico que legitima a reprodução da sociedade de classes. A pedagogia focada no capital preocupa-se com o ajustamento da formação às demandas imediatas do mercado, incorporando nos currículos e práticas as categorias como competência e empregabilidade.

O objetivo deste artigo conduziu-se para refletir sobre o modo como os discursos produtivistas da nova hegemonia do capital adentram nas políticas educacionais, especificamente para o ensino médio no Brasil após as reformas da década de 1990. A Pedagogia das Competências é elencada como um dos principais referenciais para a escola, substancializando orientações para as políticas voltadas à

escola. Da mesma forma, a empregabilidade – concepção condicionante da categoria de competência, e vice-versa – torna-se o dever ser das políticas de formação e qualificação profissional, fixando as condições subjetivas necessárias para fazer-se empregável no capitalismo flexível.

Desse modo, competência e empregabilidade transformam-se em elementos essenciais do complexo ideológico que legitima as contradições inerentes do capitalismo. No capitalismo mundializado demarcado pela elevada competitividade e flexibilidade, o indivíduo é induzido a produzir-se nas relações de trabalho de modo à ser reconhecido como uma mercadoria que vale a pena ser negociada. Qualificar-se nessa perspectiva significa qualificar-se para a competitividade e a adaptação.

A educação comprometida com a formação para o capital baseada na abordagem de adaptação à realidade dos mercados transforma a própria concepção do indivíduo, posto que orienta-o para a produção de si, para a valorização dos seus interesses e sucessos individuais. Cria-se, assim, uma nova via de legitima e solidifica a sociedade de classes por meio de uma escola ajustada à lógica capitalista.

Referências

ALVES, GIOVANNI. 2007. **Dimensões da Reestruturação Produtiva: Ensaios de Sociologia do Trabalho**. 2. Ed. Londrina: Editora Praxis.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. 2004. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Educação & Sociedade**, v. 25, n. 87, p. 335-351. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=87314215003>>. Acesso em: 28 de ago. 2018.

ANTUNES, Ricardo. 2005. **Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial.

ARAÚJO, Ronaldo M. de Lima; RODRIGUES, Doriedson S. 2011. Referências sobre práticas formativas em educação profissional: o velho travestido de novo ante o efetivamente novo. In: **Filosofia da práxis e a didática da educação profissional**. Campinas: Autores Associados, p. 7-44.

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018a. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em 02 de nov. 2019.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Resolução CEB Nº 3, DE 26 de Junho de 1998. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília, Ministério da Educação, 1998. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcebo3_98.pdf>. Acesso em: 10 de ago. 2018.

BRASIL. **Decreto n. 2208, de 17 de abril de 1997.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1997. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D2208.htm>. Acesso em: 20 de jul. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 5.154 de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em 20 de jul. 2019.

BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017.** Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm>. Acesso em 02 de nov. 2019.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016.** Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Mpv/mpv746.htm>. Acesso em 02 de nov. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de nível técnico.** Brasília, 2000. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me002969.pdf>>.

BRASIL. **Portaria nº 1.432, de 28 de dezembro de 2018b.** Brasília, 2018. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/57496579/doi-2018-12-31-portaria-n-1-432-de-28-de-dezembro-de-2018-57496288>.

BRASIL. **Resolução nº 3, de 21 de novembro de 2018c.** Atualiza as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: 2018. Disponível em: <http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/KujrwoTZC2Mb/content/id/51281622>.

CUNHA, Luiz Antônio. 2017. Ensino médio: atalho para o passado. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p. 373-384. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So101-73302017000200373&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 21 de ago. 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. 2016. A fábrica do sujeito neoliberal. In: DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Boitempo, p. 321-376.

DAYRELL, Juarez. 2007. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação e Sociedade**, vol. 28, n. 100 - Especial, p. 1105-1128.

FERREIRA, Eliza Bartolozzi. 2017. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, nº. 139, p. 293-308. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So101-73302017000200293&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 21 de ago. 2019.

FERRETTI, Celso João; SILVA, Monica Ribeiro. 2017. Reforma do Ensino Médio no contexto da Medida Provisória nº 746/2016: Estado, currículo e disputas por hegemonia. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 38, n. 139, p. 385-404.

HARVEY, David. 2014. **Condição pós-moderna**. 25. ed. São Paulo: Ed. Loyola.

KRAWCZYK, Nora. 2014. Conhecimento crítico e política educacional: um diálogo difícil, mas necessário. In: KRAWCZYK, Nora (org.) **Sociologia do Ensino Médio: crítica ao economicismo na política educacional**. São Paulo: Cortez, p.13-33.

MACHADO, Lucília. 1998. Educação Básica, Empregabilidade e Competência. **Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, n. 3, jan./jul. Disponível em:<<http://www.portal.fae.ufmg.br/seer/index.php/trabedu/article/view/1490/1133>>. Acesso em: 06 de ago. 2018.

OLIVEIRA, Ramon. 1999. Empregabilidade e Competência: conceitos novos sustentando velhos interesses. **Trabalho & Educação**. Belo Horizonte, n. 5, p. 50-63. Disponível em: <<https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/viewFile/7537/5828>>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

RAMOS, Marise Nogueira. 2002. A Educação Profissional pela Pedagogia das Competências e a superfície dos documentos oficiais. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 23, n. 80, p. 401-422. Disponível em: <<http://www.cedes.unicamp.br/>>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

SILVA, Monica Ribeiro. 2003. **Competências: a pedagogia do “Novo Ensino Médio”**. Tese (Doutorado em Educação) – PUC, São Paulo, SP, Brasil. Disponível em: <<https://observatorioensinomedio.files.wordpress.com/>>. Acesso em: 09 de ago. 2018.

SILVA, Monica Ribeiro. 2016. O ensino médio como um campo de disputas: interfaces entre políticas educacionais e movimentos sociais. Curitiba, ANPED SUL: Educação, movimentos sociais e políticas governamentais. Disponível em: <<http://www.anpedsul2016.ufpr.br/portal/wp-content/uploads/2015/11/Eixo-2-Ensino-M%C3%A9dio.pdf>>.

SILVA, Monica Ribeiro. 2017. O uso da noção de competências nos textos de políticas curriculares no Brasil – das Diretrizes da década 90 à Base Nacional Comum Curricular de 2017. In: José Clóvis de Azevedo; Jonas Tarcísio Reis. (Org.). **Políticas Educacionais: debates e desafios**. 1ed. Porto Alegre: Editora Universitária Metodista, v. 1, p. 39-59.

SILVA, Monica Ribeiro. 2018. A BNCC da reforma do ensino médio: o resgate de um empoeirado discusso. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 34. p. 1-15. Acesso em: 21 de ago. 2019.

THUROW, L. 1997. Education and economic equality. In: KARABEL, Halsey. **Power and ideology in education**. New York: Oxford University Press.

Implementação do Plano Nacional do Livro Didático: docentes de Sociologia e os usos do Livro Didático no Nordeste brasileiro¹

Lais Celis Merissi²

Recebido em novembro de 2019

Aceito em dezembro de 2019

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise preliminar, resultado de uma pesquisa de mestrado em desenvolvimento, que tem por objetivo investigar de que maneira docentes de Sociologia vem implementando o Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) no Ensino Médio. O universo da pesquisa é composto por docentes da Educação Básica vinculados ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), recorte de natureza metodológica que viabilizou a coleta de dados em uma ampla diversidade territorial e permitiu reunir informações sobre formação docente em Sociologia e os usos do Livro Didático. Neste trabalho, analisamos dados sobre a Região Nordeste do país, coletados por meio de aplicação virtual de questionário. Foram analisados trinta e três questionários que seguem indicando: a) os docentes assumem importante função no processo de implementação do PNLD, participando da escolha da obra e recorrendo à utilização do material com frequência e b) os docentes tem o Livro Didático de Sociologia como principal apoio à suas atividades de planejamento, aspecto que demanda mais apuradas investigações.

Palavras-chave: Livro Didático; Sociologia; PNLD.

RESUMEN

Este artículo presenta un análisis preliminar, resultado de una investigación de maestría en desarrollo, que tiene como objetivo averiguar de qué manera docentes de Sociología vienen implementando el Plan Nacional del Libro Didáctico (PNLD) en la enseñanza secundaria. El universo de esta investigación es compuesto por docentes de la Educación Básica vinculados al Programa de Maestría Profesional de Sociología en Red Nacional (PROFSOCIO), recorte de naturaleza metodológica que permitió la colecta de datos en un amplia diversidad territorial y permitió reunir informaciones sobre formación docente en Sociología y sobre el uso del Libro Didáctico. En este trabajo, analizamos datos de la Región Noroeste del país, recolectados a través de la aplicación virtual de un cuestionario. Fueron analizados treinta y tres cuestionarios que siguen indicando: a) que los docentes asumen importante función en el proceso de implementación del PNLD, participando de la elección de la obra y recorriendo a la utilización del material con frecuencia y, b) que los docentes tienen el Libro Didáctico de Sociología como principal apoyo a sus actividades de planeamiento, aspecto que demanda investigaciones más profundas.

Palabras-claves: Libro Didáctico; Sociología; PNLD.

¹ Trabalho apresentado no X Seminário Nacional de Sociologia & Política da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

² Mestranda no Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), Universidade Federal do Paraná (UFPR). Bolsista CAPES. Contato: laismerissi@gmail.com.

Introdução

Em 2018, um valor superior a Um Bilhão de Reais³ foi investido na compra de Livros Didáticos pelo Estado brasileiro via Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). Produzidos por grupos editoriais privados e distribuídos pelo Ministério da Educação a todas as escolas públicas do território nacional, os Livros Didáticos representam o principal elo entre Estado brasileiro e mercado editorial.

No que diz respeito ao Livro Didático de Sociologia, objeto deste estudo, observa-se algumas particularidades que demandam análise: a) funciona como fator legitimador da Sociologia na Educação Básica⁴; b) é recente a inclusão da disciplina no Programa Nacional do Livro Didático (desde 2012), consequência da intermitência da Sociologia no currículo⁵. Esses fatores somados fazem do Livro Didático de Sociologia um objeto de estudo em crescente evidência. Thayane Gomes Cavalcante (2015), Fábio Braga do Desterro (2016), Ana Martina Engerroff (2017) são alguns exemplos de pesquisas dedicadas a compreender os Materiais Didáticos de Sociologia.

Grande parte dos trabalhos que tomam o Livro Didático de Sociologia como objeto de estudo é empreendida por pesquisadores da área do ensino de Sociologia. No campo de Políticas Públicas, as principais pesquisas nessa linha tratam da avaliação e implementação do PNLD a nível de alto e médio escalão, como observa-se em Eloisa de Mattos Höfling (2000), Andrea Garcia Furtado e Roberta Scrocaro Gagno (2009) e Cristiano Amaral Garboggini Di Giorgi [et.al] (2014). Nestes trabalhos, o PNLD é abordado a partir da discussão do processo decisório, implementação e avaliação, no entanto, a burocracia de nível de rua, conforme tratada por Lipsky (2010), pouco aparece relacionada à implementação desta Política Pública educacional. Ou seja, os docentes, como burocratas de nível de rua (aqueles que possibilitam que o PNLD se adapte a seu público-alvo) são pouco mencionados por pesquisas no Campo das

³ Precisamente R\$ 1.467.232.112,09, segundo dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>> Acesso em: 16/04/2019.

⁴ C.f. Engerroff (2017).

⁵ C.f. Silva (2010), Meucci (2011) e Moraes (2011).

Políticas Públicas. Observa-se uma carência em abordar os professores e professoras como implementadores de Políticas Públicas. Assim, nos perguntamos: os docentes, de fato, implementam o PNLD em sua prática cotidiana?

Na tentativa de responder a esta questão, nos dedicamos à análise preliminar de dados provenientes da aplicação de questionários a docentes que lecionam a disciplina de Sociologia no Ensino Médio da Rede Pública. O questionário encontra-se em fase de coleta de dados e tem recebido a contribuição de docentes vinculados ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO). As respostas até então coletadas provêm da Região Nordeste do país e nos fornecem um panorama preliminar sobre a implementação do PNLD nos estados da Bahia, Ceará, Paraíba, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Foram analisados 33 questionários⁶ com o intuito de identificar se os docentes de Sociologia implementam o PNLD e como recorrem ao Livro Didático em sua prática docente.

As reflexões aqui reunidas partem de uma pesquisa em curso que pretende investigar a forma como docentes de Sociologia vêm recepcionando o Livro Didático do PNLD nas escolas brasileiras, testando, entre outras hipóteses, se o alto investimento público em editoras privadas tem se convertido em apoio ao processo de ensino-aprendizagem em Sociologia no Ensino Médio brasileiro. Neste artigo, me dedicarei especificamente à reflexão sobre o Livro Didático de Sociologia na perspectiva das Políticas Públicas, apresentando um estado da arte sobre o PNLD enquanto objeto de análise, uma discussão sobre a interface público-privada do Programa, a forma como a Sociologia se insere no PNLD e sua análise no âmbito dos agentes implementadores, os(as) professores(as).

Plano nacional do livro didático: unidade autônoma de análise

O Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) é o programa que centraliza os assuntos relativos aos Livros Didáticos no Brasil, envolvendo planejamento, avaliação, compra e distribuição dos livros para as escolas públicas do país. É importante ressaltar

⁶ Sabe-se que o número de vagas ofertadas para esta região do país, em 2018, foi de 134. Ainda não há disponibilidade de dados para mensurar o número efetivo de mestrandos.

que o Estado não produz Livros Didáticos e, sim, os compra das editoras privadas e os distribui. Executado a partir do Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE), O PNLD é um programa de proporções gigantescas, só em 2018 distribuiu 153.899.147 livros para o Ensino Fundamental e Médio⁷.

Célia Cristina de Figueiredo Cassiano (2007) em sua tese “O mercado do livro didático no Brasil: da criação do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) à entrada do capital internacional espanhol (1985-2007)”, procura apresentar um balanço de duas décadas da implementação do PNLD no Brasil e tratar das alterações ocorridas no mercado editorial dos Livros Didáticos nesse período. Tais alterações relacionam-se à passagem da concentração das editoras familiares para o oligopólio dos grandes grupos empresariais espanhóis e a abertura ao capital internacional promovida pelo governo Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 2002. Em síntese, a autora analisa a inserção do Brasil no mercado editorial ibero-americano e as transformações que esse movimento pode ter gerado sobre o Programa Nacional do Livro Didático.

Como um dos principais programas da Política Pública educacional, o PNLD é tomado como uma política social altamente influenciada pela lógica de mercado, assim como defende Eloisa Hofling (2000). Enquanto política social, o Programa atende a princípios de maior democratização nas esferas de decisão e maior distribuição de benefícios sociais à população focalizada. No entanto,

a participação historicamente concentrada de reduzido número de grupos editoriais privados no processo decisório referente à implementação do PNLD, coloca em questão tanto os objetivos como o alcance de uma política pública de corte social (Hofling, 2000).

Nota-se que a implementação do PNLD atende tanto a princípios democratizantes de acesso à educação, como também corresponde a interesses privados de grandes grupos editoriais. A autora entende o PNLD como uma estratégia de apoio à política educacional implementada pelo Estado para suprir uma demanda que se torna obrigatória com a Constituição de 1988, Art. 208. A partir desta legislação, os programas suplementares alteram seu caráter assistencial e conjuntural para um

⁷ Dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <<https://www.fnde.gov.br/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>> Acesso em: 16/04/2019.

preceito constitucional, de caráter universalizante e obrigatório, pelo menos em termos legais. Mesmo sendo possível uma interpretação mais elástica sobre este Artigo 208, toma-se tradicionalmente como função do Estado distribuir gratuitamente o material didático, o próprio Governo entende seu empenho na compra e distribuição gratuita de livros como tarefa essencial no atendimento à população escolar. O Programa, inclusive, vem sendo mencionado e politicamente usado como demonstrativo do “sucesso” da política educacional brasileira.

Nesse sentido, o PNLD se apresenta como uma categoria privilegiada de análise, pois materializa um elo complexo entre Estado e editoras privadas e evidencia uma política social que se desenha sob a lógica do mercado. Dadas as proporções do PNLD, a autora o considera como uma “unidade autônoma de análise, estando nele próprio contidos os contornos de uma política pública de corte social, como é a política educacional.” (Ibidem, 2000).

Entender o PNLD, portanto, é uma tarefa necessária àqueles que investigam os contornos da política educacional brasileira. As nuances desse Programa de grande impacto podem fornecer elementos para a compreensão de uma vasta gama de fenômenos relativos à escola, à formação e à agenda da Política. Para delinear o PNLD no campo das Políticas Públicas, Paulo Celso Costa Gonçalves (2017) busca determinar os elementos que condicionam a formulação da agenda das Políticas de Livro Didático no Brasil. Gonçalves conclui que a principal preocupação da agenda das políticas públicas de Livro Didático é o controle sobre o conteúdo dos livros e a criação de condições que possam garantir o acesso dos estudantes ao Livro Didático. O autor sistematiza os fatores sob os quais as Políticas de Livro Didático se erigiram no Brasil, são eles

- 1) que os livros adotados nas escolas deveriam ser escolhidos pelos professores;
- 2) que os livros didáticos seriam produzidos pelo mercado editorial brasileiro;
- 3) que o Estado poderia exercer, apenas, a avaliação pedagógica do livro didático sem, contudo, interferir no mercado do livro didático e nem na escolha do livro pelo do professor (Gonçalves, 2017).

A proposta de pesquisa que aqui se desenha tem como interesse, dentre outros, fornecer dados que contribuam para averiguar a aplicação dessa política

pública e se os fatores acima sistematizados estão sendo levados em conta no que diz respeito ao uso do Livro Didático de Sociologia.

Sociologia no plano nacional do livro didático

A Sociologia escolar é objeto de estudo no campo da Sociologia da Educação desde as produções de Antônio Candido (1949), Florestan Fernandes (1955), até referências mais contemporâneas como Amaury Moraes (2003; 2011), Simone Meucci (2007; 2014), Ileizi Fiorelli Silva (2007; 2010), dentre outras. Trata-se de um objeto em fase de consolidação que, apesar da intermitência da disciplina, se mantém como uma agenda de interesse entre cientistas sociais preocupados com as questões da educação brasileira. Nessa agenda observam-se temas como currículo, recontextualização dos saberes acadêmicos para escolares, produção de material didático, entre outros. A medida em que a disciplina de Sociologia no Ensino Médio passa por períodos de entradas e saídas do currículo, mais questões de pesquisa se mostram suscetíveis de análise. A partir daí, os temas que passam a compor o currículo despertam debates acadêmicos e públicos, como aponta Bueno e Carniel (2018), tensionando disputas que geram reflexos no âmbito das práticas escolares bem como na produção de material didático de Sociologia.

A produção de material didático de Sociologia tem se mostrado um objeto de análise relevante. Diversas pesquisas sugerem a importância da produção e circulação de material didático como fator legitimador da Sociologia escolar (Engerroff, 2017). O Livro Didático como objeto de investigação tem se destacado nas pesquisas no campo das Ciências Sociais e grande parte dos trabalhos que assim o tomam é conduzida por profissionais da Educação dedicados à reflexão científica da prática docente e de suas ferramentas didáticas.

Levando em conta a pluralidade do corpo de conhecimentos da Sociologia e a incompreensão em relação à sua objetividade e rigor científico, segmentos políticos envolvidos direta ou indiretamente ao sistema de ensino, frequentemente questionam a legitimidade dessa disciplina na escola brasileira (Bueno; Carniel, 2018). A preocupação em elaborar material didático seguindo o rigor científico da disciplina

representa justamente a tentativa em legitimar a Sociologia para além do espaço acadêmico, conferindo a ela estatuto de disciplina científico-escolar. Observa-se uma crescente produção de Livro Didático de Sociologia que se intensificou nos últimos dez anos. O primeiro PNLD a incluir Sociologia, em 2012, reuniu duas obras da disciplina, em 2015, seis obras e no PNLD 2018, cinco livros de Sociologia foram selecionados.

Nesse levantamento se pode observar de antemão que o Livro Didático de Sociologia é um objeto ambivalente, por algumas razões: 1) porque, ao passo que é Política Pública, é também mercadoria e 2) porque, sendo uma mercadoria, também cumpre uma função legitimadora da sociologia escolar. Como indica Simone Meucci (2014), os livros aparecem como “bens culturais complexos elaborados num emaranhado de relações sociais complexas.” A compreensão do Livro Didático é, pois, mecanismo eficiente para também compreender a produção e circulação do conhecimento na sociedade (Meucci, 2014). Por meio do Livro Didático de Sociologia, procuramos, nesta investigação, lançar dados sobre a análise de uma Política Pública Social tendo por parâmetro os seus agentes implementadores, aqueles responsáveis por adaptar a Política ao público que atende. A seguir trataremos de dados que buscam responder à questão: os docentes são implementadores da Política de Livro Didático de Sociologia?

Professores-implementadores: dados preliminares

Os docentes de Sociologia que compõem o universo desta pesquisa estão vinculados ao Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO). Este recorte deve-se a duas razões, uma de natureza metodológica, outra de natureza epistemológica: primeiro, nos ocorre que o vínculo institucional do docente ao Programa viabiliza o acesso à informação em uma ampla e diversa realidade territorial, nos possibilitando reunir dados de diferentes estados brasileiros; segundo, que o vínculo ao PROFSOCIO é, por si só, um dado relevante que carece teorização, pois o Programa representa uma série de esforços para a consolidação de uma política de formação continuada para docentes de Sociologia.

Nota-se algumas ações comprometidas de órgãos de fomento à pesquisa como a CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) e a FACEPE (Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do Estado do Pernambuco), ao financiar Programas de Pós-Graduação dedicados à formação *stricto sensu* de professores e ao desenvolvimento de pesquisa⁸. Por outro lado, cresce o tom de ameaça contra as disciplinas das ciências humanas, especificamente a Sociologia, do currículo da Educação Básica. Este panorama complexo demanda análises mais apuradas, mas é possível supor que Programas de Mestrado Profissional em Sociologia ou Ciências Sociais representam categorias de análise privilegiadas para investigações sobre políticas de formação docente, Ensino de Sociologia e circulação do pensamento social.

Os dados aqui apresentados foram colhidos a partir da aplicação de questionário dirigido a docentes da Educação Básica, vinculados ao PROFSOCIO e que estejam ou já estiveram ministrando aulas de Sociologia na Rede Pública de Ensino, para que possam contribuir com informações sobre os livros de Sociologia do Plano Nacional do Livro Didático. O questionário encontra-se em fase de coleta de dados, pois trata-se de uma pesquisa em desenvolvimento, desta maneira, os resultados parciais aqui discutidos referem-se a uma amostragem específica: isolamos demograficamente as respostas colhidas e utilizamos como amostra aquela região com maior número de respostas até então registradas, a Região Nordeste. Esta também é a região com maior número de matrículas (72% do total). Salientamos que os dados aqui apresentados são preliminares e que podem sofrer variações conforme avança a coleta. Até agora, analisamos 33 questionários da Região Nordeste do país com o objetivo de averiguar a relação que esses docentes de Sociologia desenvolvem com o PNLD e o Livro Didático de Sociologia.

Inicialmente o que chama a atenção é o indicativo de que as editoras têm se apresentado mais aos docentes que o próprio Estado no que diz respeito ao Livro Didático, dado que 52,3% dos docentes relatam que, em 2018, tomaram conhecimento

⁸ Em 2013 teve início o primeiro Mestrado Profissional em Ciências Sociais, ofertado pela Fundação Joaquim Nabuco, no Recife (já encerrado). Em 2018 ingressaram as primeiras turmas de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional voltado à formação e aperfeiçoamento profissional de professores de Sociologia da Educação Básica. A efetivação deste programa significa um avanço na agenda das políticas públicas de formação docente, especialmente na área da Sociologia.

sobre o Livro Didático a partir da ação das editoras, enquanto 29,5% a partir de sites oficiais do Governo. O que nos leva a interpretar que a divulgação do PNLD e dos Livros Didáticos adentra mais a escola pelas editoras que pelo Estado.

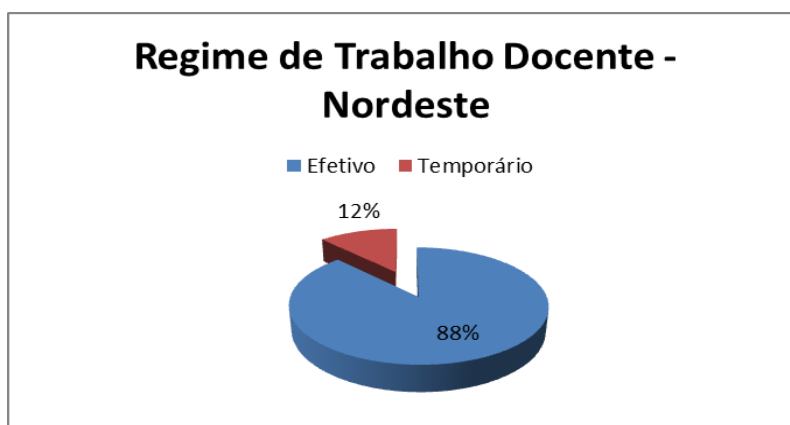
Um breve perfil dos docentes que responderam ao questionário nos sugere, até então, tratar-se de um grupo de professores em estável carreira profissional no que diz respeito ao vínculo empregatício. Estes profissionais atuam nas mesmas escolas há mais de cinco anos, em média. Sendo que 33,3% leciona há um período entre 11 e 15 anos, 27,2% entre 5 e 10 anos, outros 27,2% há um período superior a 16 anos e apenas 9% leciona há 2 e 4 anos, como demonstra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 1: TEMPO DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL



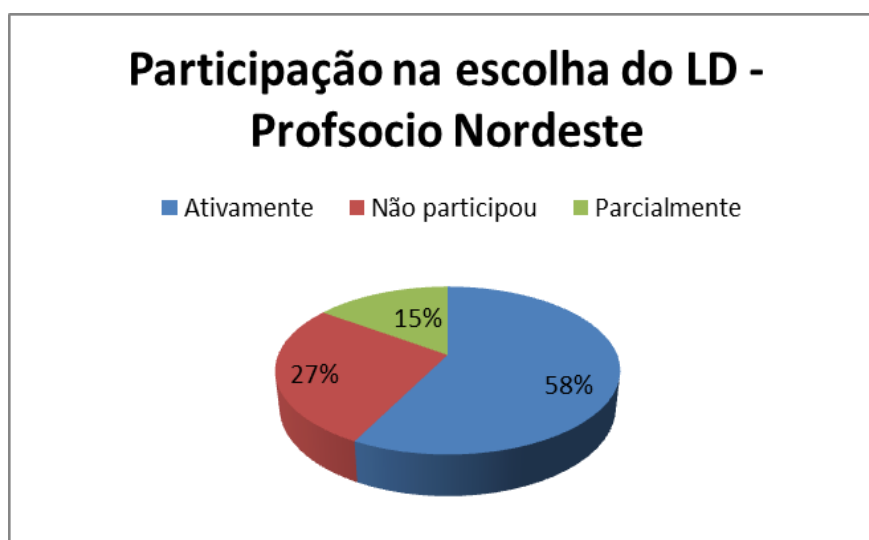
O gráfico a seguir demonstra o vínculo empregatício, indicando uma possível estabilidade profissional destes docentes, já que a grande maioria encontra-se em regime de trabalho efetivo, ou seja, é concursado pelo estado (88%). Sendo que uma minoria encontra-se em regime de trabalho temporário (12%).

GRÁFICO 2: REGIME DE TRABALHO



Quando se trata de averiguar a participação destes docentes na escolha do Livro Didático de Sociologia do PNLD, observamos que, destes profissionais, a maioria relata ter participado ativamente do processo de decisão sobre a obra a ser utilizada pela escola, além de relatarem que a maior preocupação, ao escolherem a obra, é sua adequação ao currículo vigente. O gráfico a seguir demonstra o índice de participação dos professores(as) na escolha do livro didático para sua escola. Observamos que 73% participaram da escolha, seja ativamente ou parcialmente, e apenas 27% declararam não ter participado.

GRÁFICO 3: PARTICIPAÇÃO NA ESCOLHA DO LIVRO DIDÁTICO



É interessante observar que, mesmo dentre os que relatam ter participado parcialmente ou não participado, a frequência de uso do Livro Didático é similar a dos que participaram ativamente, como ilustra os gráficos abaixo.

GRÁFICO 4: FREQUÊNCIA ENTRE OS QUE PARTICIPARAM ATIVAMENTE

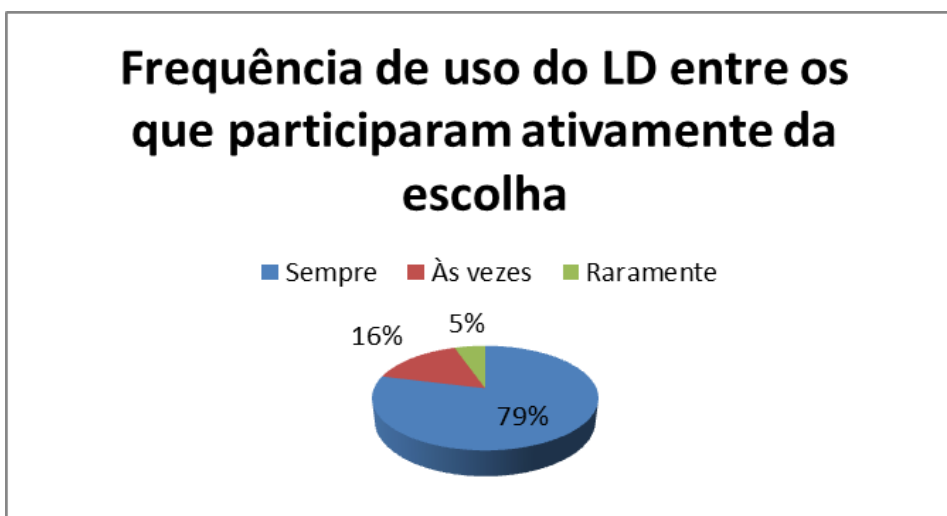
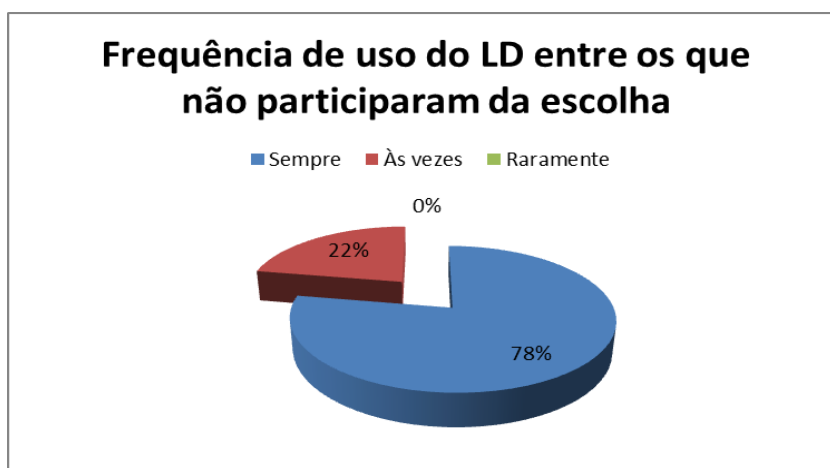


GRÁFICO 5: FREQUÊNCIA ENTRE OS QUE NÃO PARTICIPARAM



É notável a frequência com que recorrem à utilização do Livro Didático, seja tendo participado da escolha ou não, este aspecto nos sugere que a opção didática mais acessível entre docentes de Sociologia desta Região é o Livro do PNLD. A alternativa “nunca” desta questão não foi assinalada em nenhum dos questionários. Os próximos passos desta investigação estarão comprometidos em levantar dados sobre acesso à material didático, bibliotecas e livrarias disponíveis nas cidades em que residem esses docentes, nesse sentido poderemos constatar se o Livro Didático de Sociologia é o único material acessado, por falta de opções, ou se é a opção mais utilizada dentre outras.

Até aqui, traçamos um perfil dos docentes vinculados ao PROFSOCIO, notamos sua estabilidade profissional, sua ativa participação na escolha da obra a ser adotada pela escola e a constância com que utilizam o Livro Didático em sala de aula. A partir destes dados, sugerimos que, conforme Gonçalves (2017), o PNLD tem sido implementado de acordo com os principais fatores que erigiram a Política Pública de Livro Didático no Brasil, quais sejam, a produção via mercado editorial e a garantia de que os Livros sejam escolhidos pelos professores(as). Mas ainda se faz necessário apurar aspectos didático-pedagógicos sobre como se dá o uso deste material por docentes e estudantes.

Para encerrar esta análise, lançamos mão de um dado com o objetivo de indicar a pertinência de futuras pesquisas no campo em questão. Trata-se da finalidade do uso do Livro Didático: as respostas dos questionários sugerem que 100% dos docentes entrevistados recorrem ao Livro Didático de Sociologia com a finalidade de estudar conteúdos e/ou planejar aula, ou seja, utilizam do material como fonte de referência para o planejamento. Ao que parece, estes acessam o Livro do PNLD para suprir uma necessidade de material paradidático, que dê suporte aos professores em sua atividade de planejamento. Levando em conta a especificidade dos docentes entrevistados, que encontram-se em processo de formação continuada e desfrutam, ainda que com dificuldades, de uma condição privilegiada de formação, notamos a demanda por averiguar a relação entre formação docente em Sociologia e usos do Livro Didático.

Considerações

Até agora, nos preocupamos em analisar previamente os dados relativos à Região Nordeste do país e que fornecem elementos para a compreensão de três principais aspectos envolvendo o Livro Didático como objeto de estudo, o primeiro diz respeito à escolha da obra didática do PNLD, o segundo trata da frequência do uso do livro didático e o terceiro da finalidade deste uso. A leitura dos referenciais teóricos e a análise prévia dos dados nos possibilita afirmar, de antemão, a) que o Livro Didático de Sociologia é um objeto de estudo em fase de consolidação, apesar da intermitência da

disciplina no currículo escolar; b) ao tratar os dados da Região Nordeste, notamos uma preponderância no uso do Livro Didático entre os docentes vinculados ao PROFSOCIO, no entanto, chama a atenção uma finalidade específica sobre a qual 100% destes docentes relataram recorrer, o uso do livro para estudo e planejamento. Este dado sugere uma demanda por mais aprofundadas investigações e sinaliza a necessidade de formulação de materiais paradidáticos que possam contribuir com a prática docente em Sociologia, além da necessidade em manter e aperfeiçoar os Programas de formação continuada de professores de Sociologia, como é o caso do Programa de Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional.

Ao nos questionarmos se professores(as) de Sociologia implementam o Plano Nacional do Livro Didático, reunimos um conjunto de dados preliminares que vem indicando, a despeito de docentes vinculados ao PROFSOCIO, que a Política Pública de Livro Didático vem sendo implementada por meio da participação dos professores(as) na escolha da obra, do uso frequente dos livros em sala de aula e até mesmo da finalidade outra destinada aos Livros pelos professores(as), a de servir como material de apoio ao planejamento docente, aspecto que demanda mais profundas investigações.

Referências

BRASIL, Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Dados Estatísticos PNLD**. Brasília, 2019. Disponível em: <<https://www.fnnde.gov.br/programas-do-livro/pnld/dados-estatisticos>> Acesso em: 16/04/2019.

BUENO, Zuleika de Paula; CARNIEL, Fagner. **O Ensino de Sociologia e os seus públicos**. Campinas: Educação e Sociedade, v. 39, nº. 114, p.671-685, jul-set., 2018.
CANDIDO, Antonio. **Sociologia: ensino e estudo**. Sociologia, Revista Didática e Científica, XI(3), p. 275-289, FFLCH: USP, 1949.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **O mercado do livro didático no Brasil do século XXI: a entrada do capital espanhol na educação nacional**. São Paulo: Editora Unesp, 2007.

CAVALCANTE, Thayene Gomes. **Adoção do livro didático de Sociologia na educação básica: estudo com docentes da rede pública da Primeira Gerência Regional de Ensino da Paraíba.** Recife: FUNDAJ, 2015.

DESTERRO, Fabio Braga do. **Sobre Livros Didáticos de Sociologia para o Ensino Médio.** Rio de Janeiro, UFRJ, 2016.

DI GIORGI, Cristiano Amaral Garboggini. et al. **Uma proposta de aperfeiçoamento do PNLD como política pública: o livro didático como capital cultural do aluno/família.** Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. vol.22, n.85, p.1027-1056, 2014.

ENGERROFF, Ana Martina Baron. **Mapeando a produção sobre o livro didático de sociologia: um estado da arte no campo acadêmico brasileiro.** Florianópolis: UFSC, 2017.

FERNANDES, Florestan. **Comunicação e debates.** In: Anais do I Congresso Brasileiro de Sociologia. São Paulo: SBS, p. 319-328, 1955.

FURTADO, Andréa Garcia; GAGNO, Roberta Scrocaro. **Políticas do livro didático e o mercado editorial.** Curitiba: EDUCERE, 2009.

GONÇALVES, Paulo Celso Costa. **Políticas públicas de livro didático: elementos para compreensão da agenda de políticas públicas em educação no Brasil.** Uberlândia, UFU, 2017.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. **Notas para discussão quanto à implementação de programas de governo: Em foco o Programa Nacional do Livro Didático.** Campinas: Unicamp, 2000.

LIPSKY, Michael. **Street-level bureaucracy: dilemmas of the individual in public services.** Nova York: Russel Sage Foundation, 2010.

MEUCCI, Simone. **Sobre a rotinização da sociologia no Brasil: os primeiros manuais didáticos, seus autores, suas expectativas.** Mediações, Londrina, vol. 12, n.1, p. 31-66, jan/jun., 2007.

_____. **Notas sobre o pensamento social brasileiro nos livros didáticos de sociologia.** Revista Brasileira de Sociologia, v.2, n.3, jan./jun., p.209-232, 2014.

_____. **Licenciatura em Ciências Sociais e ensino de Sociologia, entre o balanço e o relato.** São Paulo: Tempo Social, v. 15, n. 1, p. 5-20, 2003.

_____. **Ensino de Sociologia: periodização e campanha pela obrigatoriedade.** Campinas: Caderno Cedes, vol. 31, nº. 85, p.359-382, set.-dez., 2011.

SILVA, Ileizi Luciana Fiorelli. **A Sociologia no ensino médio: os desafios institucionais e epistemológicos para a consolidação da disciplina.** Cronos, Natal, v. 8, nº.2, p.403-427, jul./dez., 2007.

_____. O ensino das Ciências Sociais/Sociologia no Brasil: histórico e perspectivas. In: **SOCIOLOGIA.** Coleção Explorando o Ensino. Vol. 15, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2010.

O *habitus* autoritário das classes populares: um estudo com alunos do ensino médio de Juiz de Fora-MG¹

Mariana Cardozo Batista de Oliveira²

Recebido em novembro de 2019

Aceito em dezembro de 2019

RESUMO

No âmbito da atual conjuntura política das sociedades ocidentais, é fato notório a ascensão do que se tem chamado na academia de “nova direita”. Inspirada, pois, por esse fenômeno, objetivo contribuir para o estudo da relação entre juventude e conservadorismo/autoritarismo no Brasil. Para tanto, apliquei questionários em estudantes do ensino médio de quatro escolas de Juiz de Fora-MG, no intento de verificar a correlação entre determinados atributos de classe e a manifestação do autoritarismo. Algumas constatações importantes foram feitas, como, por exemplo, a observação de que as camadas populares são as que mais aderem a essa posição. Nesse sentido, os dados apontam que tais camadas são as mais autoritárias e, ao mesmo tempo, as mais despolitizadas, além de possuírem forte viés religioso, sobretudo evangélico. O estudo sinaliza, portanto, corroborar a hipótese principal, segundo a qual os capitais (econômico, cultural e social) acumulados pelos indivíduos estudados, na medida em que se apresentem em maior ou menor grau, possuem uma relação direta com a expressão de seu autoritarismo. Os resultados apresentados no presente trabalho foram obtidos a partir de correlações bivariadas entre as variáveis pesquisadas.

Palavras-chave: Autoritarismo; Conservadorismo; Classe; Juventude; Sociologia Política.

ABSTRACT

Within the current political conjuncture of western societies, the rise of what has been known in the academy as the "new right" is notorious. Thus inspired by this phenomenon, I aim to contribute for the study of the relationship between youthfulness and conservatism/authoritarianism in Brazil. For this, high school students from four schools in Juiz de Fora-MG were submitted to questionnaires, intending to explore the correlation between certain social class attributes and the manifestation of authoritarianism. Some important findings were made, such as the observation that the lower income layers are the ones that most adhere to this position. In this sense, the data indicates that these layers are the most authoritarian and, at the same time, the most depoliticized, besides having a strong religious bias, especially evangelical. The study, therefore, confirms the main hypothesis that the capital (financial, cultural and social) accrued by the individuals in the study, according to how it is presented in higher or lesser degrees, has a direct relation with the expression of their authoritarianism. The results presented in the present work were obtained from bivariate correlations between the researched variables.

Keywords: Authoritarianism; Conservatism; Class; Youthfulness; Political Sociology.

¹ Este trabalho foi apresentado no X Seminário Nacional Sociologia & Política da UFPR (GT 09 - Intelectuais, marxismo e produção cultural: dilemas da esquerda latino-americana).

² Bacharel em Direito pela UFJF e Mestre em Ciências Sociais pelo PPGCSO/UFJF. E-mail: mariana.batistadeoliveira@gmail.com. Recebeu bolsa CAPES durante a realização do mestrado.

1. Introdução

A temática abordada neste trabalho, fruto da pesquisa realizada durante meu mestrado em Ciências Sociais na Universidade Federal de Juiz de Fora, sob a orientação do Prof. Dr. Dmitri Cerboncini Fernandes, insere-se no campo da sociologia, tendo por interesse estudos que envolvam e relacionem autoritarismo, conservadorismo, classe social e juventudes.

É fato notório, quando se analisa a atual conjuntura política das sociedades ocidentais, o crescimento do autoritarismo e da intolerância em variados âmbitos sociais e correntes políticas, o que provocou a ascensão do que se tem chamado na academia de “nova direita”³.

Pensando especificamente no Brasil, o que é importante em razão das eleições que ocorreram em 2018, constatou-se, aqui, um fato específico que, acredito, ainda carece de explicações sociológicas mais satisfatórias: de acordo com pesquisas de opinião do Instituto Datafolha⁴, realizadas pouco antes das eleições, a maioria dos

³ A partir dos movimentos sociais de 2013 no Brasil, vários vetores, como produções intelectuais e acadêmicas, mídia, instituições e a opinião pública em geral, estão sinalizando para o surgimento de uma “nova direita” no país. Se antes, nos anos 1980/1990, se dizer de direita era algo mal visto e de cunho pejorativo, hodiernamente pode-se notar uma mudança nesse quadro, em que tal posicionamento se tornou motivo de orgulho e de defesa apaixonada para uma parcela da população. Antônio Flávio Pierucci, um dos teóricos pioneiros a conferir um olhar sociológico ao tema da adesão ao discurso da direita pelo eleitorado, já empregava, em estudos que realizou em São Paulo da década de 1980, a expressão “nova direita”, uma vez que tais manifestações estavam se dando logo após o final da ditadura militar (em um período de redemocratização), tendo buscado apreender o que ela significava naquele momento, quais pautas defendia, o que não estava presente em seu discurso, quem eram os seus principais apoiadores, etc. Em um brevíssimo resumo, o autor conclui que o direitista paulistano daquela época era eminentemente branco, pertencia a uma classe média baixa que, apesar de apresentar algumas posses econômicas, era desprovida de capital cultural, e residia em bairros posicionados entre a periferia e o centro de São Paulo, localizados sobretudo nas zonas Norte e Leste da cidade, ou seja, distante das regiões que ofereciam serviços culturais (do outro lado da cidade); era uma direita estatista e moralista. Não se tratava, portanto, de fato, de uma “nova direita”, e sim de uma direita velha ou transformada. Pode-se dizer que o mesmo se sucede atualmente. A direita hoje identificada uma vez mais como “nova” continua trazendo elementos dessa “velha direita”, a despeito de modificações sociais e políticas que provocaram a adesão à discursos neoliberais (elemento praticamente ausente à época dos estudos de Pierucci) por parte de uma classe média que outrora reverberava algum progressismo político e cultural, de maneira que esta parcela, que vive do lado *in* da cidade, redefiniu o pertencimento à direita ao cultivar e apoiar essa guinada (FERNANDES e MESSEMBERG, 2018).

⁴ Disponível em: <<http://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/2017/10/1923631-lula-lidera-disputa-presidencial-sem-ele-marina-e-bolsonaro-ficam-a-frente.shtml>>. Acesso em 13/10/2017.

eleitores que indicavam voto em Jair Bolsonaro, político cujas pautas se inscrevem em um espectro de extrema-direita, eram jovens (tinham menos de 34 anos).

Desse modo, o objetivo geral da pesquisa é compreender por que uma parcela de jovens brasileiros vem apresentando cada vez mais tendências a adotar posições autoritárias, conservadoras ou até mesmo reacionárias⁵ na atual conjuntura, bem como os mecanismos causais desse processo, e verificar se a classe social é uma variável importante na ocorrência de tal fenômeno, de maneira a explicitar a relação entre juventude e conservadorismo/autoritarismo no Brasil.

Os estudos realizados sobre autoritarismo no Brasil, até agora, o fizeram, de maneira geral, sob um viés político, deixando de lado a análise sociológica. São também nesse sentido a maioria dos trabalhos que se dedicam a pensar a formação social do Brasil, os quais têm por foco o Estado, e não a sociedade civil, possuindo, além do mais, um caráter ensaísta, ou seja, não pautado em pesquisas científicas.

Nesse sentido, a sociologia, disciplina que poderia contribuir muito para a elucidação do fenômeno em tela, ainda não se debruçou de maneira sistemática sobre o mesmo, não havendo mais justificativas para que isso não seja feito. Uma perspectiva sociológica, portanto, se revela premente (FERNANDES e MESSEMBERG, 2018).

⁵ Mannheim (1982), ao traçar uma diferenciação/aproximação entre tradicionalismo e conservantismo, aponta que o primeiro indicaria uma forma de conservantismo natural (mais ou menos universal; praticamente sem história verificável), enquanto o segundo seria tipicamente moderno (produzido por circunstâncias históricas e sociais particulares). O tradicionalismo, portanto, se aproximaria mais de uma tendência à reação original a deliberados impulsos reformistas e ao apego a modos de vida antigos, sendo “uma característica psicológica formal de todas as mentes individuais” (p. 108). A ação conservadora, contudo, é sempre dependente de uma série de circunstâncias concretas, que possui uma configuração estrutural objetiva, dinâmica, particular, política e historicamente desenvolvida. O autor afirma, ainda, que “o comportamento tradicionalista é quase que exclusivamente reativo” (p. 111), o que poderia aproximar o conceito do reacionarismo. Nesse sentido, enquanto o tradicionalismo seria uma tendência inconsciente que o indivíduo abriga em si mesmo, o conservantismo seria necessariamente consciente e reflexivo desde o início, uma vez que pretende fazer oposição a um movimento dotado de uma organização sistematicamente desenvolvida, o movimento progressista. Entretanto, a despeito das diferenciações possíveis, Mannheim pondera que “o conservantismo assume uma forma histórica particular de tradicionalismo e a leva até sua conclusão lógica” (p. 111), de maneira que os conceitos se sobrepõem; o conservantismo seria o tradicionalismo tornado consciente. O autor indica, ainda, que a ênfase sobre o concreto em oposição ao abstrato, aliado a outros impulsos fundamentais como a natureza qualitativa, a aceitação da realidade em oposição ao desejo progressista de mudança, a substituição do indivíduo atômico e das unidades aglomerativas como as classes por unidades sociais orgânicas, são as raízes do pensamento conservador. Por fim, Mannheim chama a atenção para o caráter relacional da formação de uma ideologia conservadora: “o conservantismo primeiro se torna consciente e reflexivo quando os outros modos de vida e pensamento aparecem em cena, contra os quais ele é compelido a tomar posição na batalha ideológica” (p. 132), como, por exemplo, o pensamento burguês-revolucionário e o pensamento baseado no direito natural.

2. Metodologia, Referencial Teórico e Hipótese

Inspirando-me, sobretudo, na metodologia elaborada por Theodor W. Adorno na obra *A Personalidade Autoritária*⁶, apliquei 214 questionários em estudantes do ensino médio⁷ de quatro escolas de Juiz de Fora-MG (duas particulares e duas públicas estaduais – uma localizada no centro da cidade e outra na periferia), os quais buscavam medir a trajetória social dos participantes, seu nível socioeconômico, seus hábitos de consumo cultural (gosto) e suas opiniões políticas/morais, no intento de verificar a correlação entre determinados atributos de classe e a manifestação do autoritarismo.

⁶ Os estudos sobre a Personalidade Autoritária empreendidos por Theodor W. Adorno e outros pesquisadores (psicólogos clínicos e sociais da Universidade da Califórnia em Berkeley), realizados nos Estados Unidos e publicados originalmente em 1950, foram motivados pelos acontecimentos históricos que envolveram a Europa no período que vai do começo da década de 1930 até o final da Segunda Grande Guerra, marcados pela influência de personalidades como a de Hitler e a de Mussolini na construção de sociedades autoritárias, e os desastres por elas causados. Tais estudos se debruçaram sobre os traços fascistas que podiam ser observados, de maneira explícita ou velada, nas modernas sociedades democráticas, tal como a norte-americana, e que poderiam estar latentes em cidadãos comuns, aqueles não participantes de organizações fascistas. Em sua pesquisa, Adorno *et alli* trabalharam com a hipótese principal de que as convicções econômicas, políticas e sociais de um indivíduo com frequência formam um padrão amplo e coerente, como se estivessem ligadas por uma “mentalidade” ou um “espírito”, e esse padrão é a expressão de tendências profundas de sua personalidade. Sua preocupação maior foi com o indivíduo potencialmente fascista, aquele cuja estrutura é capaz de torná-lo particularmente suscetível à propaganda antidemocrática. Para empreender sua pesquisa e testar suas hipóteses, Adorno entendeu por bem realizar estudos de grupos conjuntamente a estudos com indivíduos, integrando ambos. Os indivíduos foram estudados através de técnicas clínicas especiais e entrevistas, de maneira a revelar seus desejos, medos e defesas latentes; os grupos foram estudados por meio de aplicação de questionários. Inicialmente, foram aplicados questionários anônimos a um grande grupo de estudantes universitários, os quais eram compostos por um bloco de questões factuais sobre a vida passada e presente do sujeito (a preferência e a prática religiosa, partidos políticos, profissão, salário, etc.), e um bloco contendo enunciados de conteúdos antidemocráticos variados, a fim de obter avaliações quantitativas de certas tendências ideológicas, com quais o participante deveria manifestar o grau de seu acordo ou desacordo (como antisemitismo, etnocentrismo e conservadorismo político-econômico). A partir das respostas a este questionário foi elaborada uma escala para mensurar as tendências antidemocráticas no seio da própria personalidade. Após, os indivíduos que se manifestaram mais de acordo com os enunciados, e, por contraste, também aqueles que demonstraram mais desacordo ou os mais neutros, foram estudados por meio de entrevistas e outras técnicas clínicas. Após essa primeira etapa, o questionário foi submetido a uma revisão e todo o procedimento descrito foi repetido. A entrevista foi utilizada, em parte, como uma forma de controle da validade do questionário, a fim de verificar se as pessoas que obtiveram as pontuações mais altas em termos de respostas antidemocráticas eram as mesmas que, frente a frente com um entrevistador, expressariam os mesmos sentimentos. Feito isso, o próximo passo foi traduzir essas manifestações em proposições para a reelaboração do questionário, o qual foi aplicado em um outro grupo de estudantes, a fim de encontrar indicações cada vez mais confiáveis sobre as forças centrais da personalidade e a relação destas com expressões antidemocráticas (ADORNO, 2007).

⁷ Os estudantes selecionados para participar da pesquisa integravam, à época da coleta dos dados (entre setembro e outubro de 2018), o segundo ou terceiro ano do ensino médio. A opção por este recorte se deu em razão de que, a partir do segundo ano, a maioria dos alunos já possui 16 anos ou mais, idade em que já estão aptos a serem eleitores.

É importante destacar que, apesar de estar fazendo uma abordagem quantitativa dos dados coletados, não pretendo, com essa pesquisa, utilizar uma amostra representativa. Desse modo, não poderei fazer inferências estatísticas no sentido de uma amostra-população, uma vez que o número de observações não segue um critério amostral válido.

A aplicação dos questionários foi feita, simultaneamente, em todos os alunos da turma que se disponibilizaram a responder. Uma vez que as questões foram respondidas sem o auxílio de um aplicador para perguntar e anotar as respostas, algumas questões não foram respondidas, motivo pelo qual há alguns *missings* e nem sempre estarei trabalhando com exatos 214 indivíduos nas análises bivariadas.

Em termos estruturais, o questionário está organizado em três blocos: o primeiro se destina a apreender os dados socioeconômicos dos participantes, o segundo, seus hábitos de consumo cultural, e o terceiro, suas opiniões políticas e morais a respeito de temas como homossexualidade, programas sociais, machismo, movimentos sociais, punitivismo, imigração, racismo e meritocracia.

Ressalto que o presente trabalho irá reportar apenas algumas correlações bivariadas realizadas entre os dados socioeconômicos (primeiro bloco) e as opiniões políticas e morais dos respondentes (terceiro bloco), em razão da limitação do número de páginas ao qual está submetido.

Às alternativas das questões integrantes do terceiro bloco do questionário foram atribuídos diferentes pesos ou pontos, a depender do seu grau de autoritarismo/conservadorismo, de maneira que as respostas poderiam valer 1, 3, 6, 9 ou 12 pontos. Em seguida, a partir da soma dos valores referentes às respostas dos participantes para cada variável integrante deste bloco, foi elaborado um índice⁸, por meio do programa estatístico SPSS, que representa o nível de

⁸ A elaboração deste índice foi inspirada em uma pesquisa desenvolvida no NUPPAI (Núcleo de Pesquisa "Preconceito, Autoritarismo e Ideologia"), coordenado pelo professor Dmitri Cerboncini Fernandes e vinculado ao PPGCSO/UFJF. Tal pesquisa, iniciada no ano de 2014, junto a discentes e docentes da Universidade Federal de Juiz de Fora, tem por objetivo apreender, sob uma perspectiva sociopsicanalítica, os mecanismos que permitem a instauração e a manutenção de discursos e atitudes enfeixados preliminarmente sob o conceito de "autoritários" na contemporaneidade. Por meio de aplicação de questionários e entrevistas em profundidade com agentes variados, o estudo pretende compreender os vínculos dos discursos e atitudes mencionados tanto com fontes heterônomas aos indivíduos quanto com suas trajetórias sociais.

autoritarismo/conservadorismo de cada participante. Nesse sentido, quanto maior é a pontuação do participante, maior é o nível supracitado, e vice-versa. Feito isso, o próximo passo foi distribuir os indivíduos e as pontuações que obtiveram em quatro grupos homogêneos, classificados, em termos de seu autoritarismo, dentro das categorias “Menos”, “Médio-”, “Médio+” e “Mais”⁹, conforme Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Índice de Autoritarismo

	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Índice Menos	55	25,7%	25,7	25,7
Médio -	52	24,3%	24,3	50,0
Médio +	55	25,7%	25,7	75,7
Mais	52	24,3%	24,3	100,0
Total	214	100%	100,0	

Podemos notar que, dentro do universo pesquisado (214 estudantes), 55 estudantes foram classificados como “menos” autoritários, 52 como “médio-” autoritários, 55 como “médio +” autoritários e 52 como “mais” autoritários.

A elaboração desse índice foi fundamental para a análise bivariada dos dados, uma vez que, ao transformarmos as 21 questões de conteúdo político ou moral, integrantes do terceiro bloco do questionário, em apenas uma variável, denominada “Índice de Autoritarismo”, nos foi possível correlacioná-la com outras variáveis constantes do instrumento de pesquisa, resultados estes que serão apresentados mais adiante.

É importante ressaltar que Adorno fez um estudo psicossocial para explicar posicionamentos autoritários de direita, tendo focado em algo interno ao sujeito, em sua estrutura de personalidade, em seus aspectos psicológicos. Não ignoro a importância desse tipo de estudo, tendo utilizado o modelo criado pelo autor para elaborar os instrumentos de pesquisa. Contudo, acredito que, para uma melhor compreensão do fenômeno objeto do presente estudo, é necessária, ainda, a contribuição de uma teoria de cunho sociológico, motivo pelo qual trabalhei, também, com os estudos de Pierre Bourdieu, notadamente na obra *A Distinção: crítica social do julgamento*, e sua teoria das classes sociais.

A intenção é confrontar teorias psicanalíticas com teorias sociológicas, pois entendo que nem uma nem outra consegue explicar, por si só, o fenômeno do autoritarismo, ultrapassando-se, assim, a dicotomia clássica entre “indivíduo” e “sociedade”.

Enquanto Adorno trabalha com o conceito de *estrutura de personalidade*, Bourdieu trabalha com a noção de *habitus* para explicar a posição, a disposição e a tomada de posição dos agentes dentro da estrutura social.

Segundo Bourdieu (2015), os pontos de vista dos agentes, dentro do espaço social¹⁰, dependem da posição aí ocupada por eles, e se referem a sua vontade de conservá-lo ou de transformá-lo.

A construção do *habitus* é, então, uma fórmula geradora que permite relacionar as características pertencentes às condições econômica e social dos agentes (o volume e a estrutura do capital) e os traços distintivos relacionados à posição ocupada por eles no espaço dos estilos de vida; é, ainda, uma necessidade incorporada, convertida em disposição geral e operadora de práticas sistemáticas, por ser o produto da aplicação de esquemas idênticos e, ao mesmo tempo, diferentes das práticas características de outros estilos de vida. Percebe-se, portanto, que distintas condições de existência produzem *habitus* distintos (BOURDIEU, 2015).

Vinculado à noção de *habitus*, outro componente importante para a compreensão da teoria bourdieusiana é a noção de *classe* ou *fração de classe*. Uma classe ou uma fração de classe não é caracterizada unicamente pela posição dos agentes que a ela pertencem nas relações de produção (por profissão, renda ou nível de instrução), mas também pela proporção entre o número de homens e mulheres distribuída em determinado espaço geográfico, e por outras características auxiliares, como, por exemplo, filiação étnica (BOURDIEU, 2015).

Nesse sentido, a classe social não se define apenas por uma propriedade, nem mesmo pela mais determinante delas, que é o volume e a estrutura do capital, e nem

¹⁰ “O espaço social (...) é uma representação abstrata, produzida mediante um trabalho específico de construção e, à maneira de um mapa, proporciona uma visão panorâmica, um ponto de vista sobre o conjunto dos pontos a partir dos quais os agentes comuns (...) lançam seu olhar sobre o mundo social” (BOURDIEU, 2015, p. 162).

por uma soma de propriedades, como o sexo, a idade ou a origem étnica, mas sim pela relação entre todas as propriedades pertinentes (BOURDIEU, 2015).

Portanto, seguindo pistas de uma sociologia política embasada, sobretudo, nos achados de Pierre Bourdieu (2015) e em sua teoria das classes sociais, defendo a hipótese de que os capitais (econômico, cultural e social) acumulados pelos indivíduos estudados, na medida em que se apresentem em maior ou menor grau, possuem uma relação direta com o fato de eles revelarem ou não tendências a adotar posições autoritárias, conservadoras ou reacionárias. Há uma possível relação inversa entre maior capital cultural e maior tendência ao autoritarismo, ou seja, quanto mais capital cultural o indivíduo deter, menor será a sua tendência a adotar posições autoritárias e conservadoras sob o aspecto moral, ou seja, menor será a tendência de que ele vote à direita.

Nesse sentido foram as conclusões do autor ao analisar os resultados de pesquisas de opinião realizadas na França pelos institutos SOFRES e IFOP entre 1959 e 1972. Segundo Bourdieu (2015), ao responderem as pesquisas de opinião, os agentes mais desprovidos do ponto de vista político, os quais, em sua maioria, também são os mais desprovidos do ponto de vista econômico e cultural, aplicam a questões políticas esquemas de apreciação e percepção que levam a constatação de seu autoritarismo e conservadorismo. Ao reconhecerem na pergunta a ser respondida ao instituto de sondagem uma forma particular de conservação ou subversão da ordem estabelecida, tais agentes não respondem à questão que, de fato, lhes é formulada, mas a uma pergunta que elaboram com seus próprios recursos, isto é, a partir dos princípios que orientam seu *ethos* de classe.

A partir desta base teórica, a elaboração dos instrumentos de pesquisa (questionário e roteiro de entrevista) foi pensada de modo a apreender os volumes de capital (cultural, econômico e social) acumulados pelos indivíduos participantes, além de outros atributos como cor/etnia, sexo, religião, e relacioná-los com suas opiniões políticas e morais a respeito de variados temas, no intuito de compreendermos a ligação existente entre *habitus* de classe e posicionamento político e moral dentro do universo estudado. A seguir, serão apresentados alguns resultados destas correlações.

3. Resultados

Nesta seção irei apresentar alguns resultados obtidos das análises dos dados com o auxílio do programa estatístico SPSS, os quais se referem, sobretudo, ao cruzamento de algumas variáveis socioeconômicas com as escolas pesquisadas e com a variável “índice de autoritarismo”.

3.1. A cidade¹¹

Juiz de Fora, cidade na qual encontram-se as escolas e, por consequência, os indivíduos pesquisados, é um município localizado na Zona da Mata (sudeste) do estado de Minas Gerais. No último censo, realizado no ano de 2010, contava com 516.247 habitantes e uma densidade demográfica de 359,59 hab/km², sendo, à época, a 4^a maior cidade do estado e a 36^a maior do país.

Em termos educacionais, no ano de 2017, o município contava com 59.774 estudantes matriculados no ensino fundamental e 18.947 no ensino médio. Destes últimos, universo que nos interessa no presente trabalho, 12.966 matrículas eram em escolas públicas estaduais, 1.357, em escolas públicas federais, e 4.624 em escolas privadas.

3.2. Apresentando as escolas pesquisadas

Apliquei, ao todo, 214 questionários em alunos dos segundo e terceiro ano do ensino médio de quatro escolas de Juiz de Fora, sendo duas públicas estaduais e duas particulares, conforme Quadro 2:

Quadro 2 – Quantidade de alunos entrevistados por Escola

Escola	Frequência	Percentual	Percentual Válido	Percentual Acumulado
Escola 1	47	22%	22,0	22,0
Escola 2	36	16,8%	16,8	38,8

¹¹ Informações obtidas no site do IBGE. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>. Acesso em: 23/04/2019.

Escola 3	104	48,6%	48,6	87,4
Escola 4	27	12,6%	12,6	100,0
Total	214	100%	100,0	

- 1) Escola 1: trata-se de escola pública estadual localizada na periferia da cidade, em dois bairros localizados a 10km e 15 km do centro, respectivamente. Nesta escola, apliquei 57 questionários, o que representa 22% do universo.
- 2) Escola 2 – escola privada localizada no centro da cidade. Nesta escola, apliquei 36 questionários, o que representa 16,8% do universo.
- 3) Escola 3 – escola pública estadual localizada no centro da cidade. Nesta escola, apliquei 104 questionários, o que representa 48,6% do universo.
- 4) Escola 4 – escola privada localizada em bairro a 3 km do centro da cidade. Nesta escola, apliquei 27 questionários, o que representa 12,6% do universo.

Acredito que a melhor forma de apresentar as escolas em relação ao nível socioeconômico de seus alunos¹² é através da comparação entre elas. Portanto, farei uma análise conjunta e simultânea de todas as escolas. Trabalharei, aqui, com as variáveis, cor, renda familiar, escolaridade e profissão dos responsáveis dos alunos¹³, de acordo com os quadros apresentados a seguir¹⁴.

Quadro 3 – Escolas x Cor (210 respondentes)

		Escola				Total
		Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	
Cor	Branca	16	28	46	21	111

¹² As configurações das escolas foram elaboradas em termos proporcionais e considerando apenas o os alunos do universo pesquisado, e não o total de alunos da escola.

¹³ Antes de descrever os quadros, uma breve explicação sobre o critério de categorização das profissões é importante. O critério “manual não qualificado” representa as profissões que não necessitam de uma qualificação para serem exercidas, como, por exemplo, empregada doméstica, porteiro, pedreiro, etc. O critério “manual qualificado” diz respeito a profissões que não necessitam de curso superior para serem exercidas, mas que implicam em alguma qualificação, como motorista, secretária, policial militar, etc. O critério “curso técnico e graduação” representa as profissões que necessitam de curso técnico ou de algum curso superior para serem exercidas, mas que não se encaixam nos critérios “superior econômico” ou “superior cultural”. Esses dois últimos critérios referem-se, respectivamente, às profissões mais historicamente valorizadas economicamente na sociedade, como medicina, direito e engenharia, e às profissões que detêm mais capital cultural, como a de professor. É importante destacar, também, que as categorizações das profissões dos responsáveis foram realizadas em conjunto com a variável “escolaridade” dos mesmos.

¹⁴ Para apreender as informações acerca do universo como um todo, observar os percentuais nos quais as linhas somam 100% e, para apreender as informações acerca das escolas, observar os percentuais nos quais as colunas somam 100%.

Quadro 4 – Escolas x Renda Familiar (209 respondentes)

			Escola				Total
			Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	
Renda	Menos de 1 SM a 2 SM	Respondentes	34	4	52	6	96
		% na renda	35,4%	4,2%	54,2%	6,3%	100,0%
		% na escola	72,3%	11,1%	52,0%	23,1%	45,9%
	De 2 a 4 SM	Respondentes	13	4	38	8	63
		% na renda	20,6%	6,3%	60,3%	12,7%	100,0%
		% na escola	27,7%	11,1%	38,0%	30,8%	30,1%
	De 4 a 10 SM	Respondentes	0	15	9	11	35
		% na renda	0,0%	42,9%	25,7%	31,4%	100,0%
		% na escola	0,0%	41,7%	9,0%	42,3%	16,7%
	Acima de 10 SM	Respondentes	0	13	1	1	15
		% na renda	0,0%	86,7%	6,7%	6,7%	100,0%
		% na escola	0,0%	36,1%	1,0%	3,8%	7,2%
Total	Respondentes	47	36	100	26	209	
	% na renda	22,5%	17,2%	47,8%	12,4%	100,0%	
	% na escola	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	
		% na cor	14,4%	25,2%	41,4%	18,9%	100,0%
		% na escola	34,8%	84,8%	44,2%	77,8%	52,9%
	Preta	Respondentes	14	1	26	2	43
		% na cor	32,6%	2,3%	60,5%	4,7%	100,0%
		% na escola	30,4%	3,0%	25,0%	7,4%	20,5%
	Parda	Respondentes	16	4	32	3	55
		% na cor	29,1%	7,3%	58,2%	5,5%	100,0%
		% na escola	34,8%	12,1%	30,8%	11,1%	26,2%
	Indígena	Respondentes	0	0	0	1	1
		% na cor	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
		% na escola	0,0%	0,0%	0,0%	3,7%	0,5%
	Total	Respondentes	46	33	104	27	210
% na cor		21,9%	15,7%	49,5%	12,9%	100,0%	
% na escola		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro 5 – Escolas x Escolaridade do Responsável de Sexo Feminino (196 respondentes)

			Escola				Total
			Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	
Escolaridade	Não frequentou a escola	Respondentes	1	0	0	0	1
		% na escolaridade	100,0%	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%
		% na escola	2,3%	0,0%	0,0%	0,0%	0,5%
	Ensino Fundamental	Respondentes	30	3	34	2	69
		% na escolaridade	43,5%	4,3%	49,3%	2,9%	100,0%
		% na escola	68,2%	8,6%	36,2%	8,7%	35,2%
	Ensino Médio	Respondentes	13	16	42	9	80
		% na escolaridade	16,3%	20,0%	52,5%	11,3%	100,0%
		% na escola	29,5%	45,7%	44,7%	39,1%	40,8%
	Ensino Superior	Respondentes	0	10	16	10	36
		% na escolaridade	0,0%	27,8%	44,4%	27,8%	100,0%
		% na escola	0,0%	28,6%	17,0%	43,5%	18,4%
	Pós-Graduação	Respondentes	0	6	2	2	10
		% na escolaridade	0,0%	60,0%	20,0%	20,0%	100,0%
		% na escola	0,0%	17,1%	2,1%	8,7%	5,1%
Total	Respondentes	44	35	94	23	196	
	% na escolaridade	22,4%	17,9%	48,0%	11,7%	100,0%	
	% na escola	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

Quadro 6 – Escolas x Escolaridade do Responsável de Sexo Masculino (171 respondentes)

			Escola				Total
			Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	
Escolaridade	Não frequentou a escola	Respondentes	0	0	0	1	1
		% na escolaridade	0,0%	0,0%	0,0%	100,0%	100,0%
		% na escola	0,0%	0,0%	0,0%	5,0%	0,6%
	Ensino Fundamental	Respondentes	22	3	34	2	61
		% na escolaridade	36,1%	4,9%	55,7%	3,3%	100,0%
		% na escola	64,7%	9,7%	39,5%	10,0%	35,7%
	Ensino Médio	Respondentes	12	15	40	9	76
		% na escolaridade	15,8%	19,7%	52,6%	11,8%	100,0%

	% na escola	35,3%	48,4%	46,5%	45,0%	44,4%
Ensino Superior	Respondentes	0	10	9	4	23
	% na escolaridade	0,0%	43,5%	39,1%	17,4%	100,0%
	% na escola	0,0%	32,3%	10,5%	20,0%	13,5%
Pós-Graduação	Respondentes	0	3	3	4	10
	% na escolaridade	0,0%	30,0%	30,0%	40,0%	100,0%
	% na escola	0,0%	9,7%	3,5%	20,0%	5,8%
Total	Respondentes	34	31	86	20	171
	% na escolaridade	19,9%	18,1%	50,3%	11,7%	100,0%
	% na escola	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quadro 7 – Escolas X Profissão do Responsável Feminino (202 respondentes)

Profissão			Escola				Total
			Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	
Manual não qualificado	Respondentes		40	8	63	5	116
	% na profissão		34,5%	6,9%	54,3%	4,3%	100,0%
	% na escola		88,9%	22,9%	64,3%	20,8%	57,4%
Manual qualificado	Respondentes		4	11	18	8	41
	% na profissão		9,8%	26,8%	43,9%	19,5%	100,0%
	% na escola		8,9%	31,4%	18,4%	33,3%	20,3%
Curso técnico e graduação	Respondentes		1	6	9	4	20
	% na profissão		5,0%	30,0%	45,0%	20,0%	100,0%
	% na escola		2,2%	17,1%	9,2%	16,7%	9,9%
Superior econômico	Respondentes		0	7	3	3	13
	% na profissão		0,0%	53,8%	23,1%	23,1%	100,0%
	% na escola		0,0%	20,0%	3,1%	12,5%	6,4%
Superior cultural	Respondentes		0	3	5	4	12
	% na profissão		0,0%	25,0%	41,7%	33,3%	100,0%
	% na escola		0,0%	8,6%	5,1%	16,7%	5,9%
Total	Respondentes		45	35	98	24	202
	% na profissão		22,3%	17,3%	48,5%	11,9%	100,0%
	% na escola		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Quadro 8 – Escolas X Profissão do Responsável Masculino (182 respondentes)

			Escola				Total
			Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	
Profissão	Manual não qualificado	Respondentes	27	2	43	5	77
		% na profissão	35,1%	2,6%	55,8%	6,5%	100,0%
		% na escola	67,5%	6,5%	48,3%	22,7%	42,3%
	Manual qualificado	Quantidade de alunos	13	14	34	9	70
		% na profissão	18,6%	20,0%	48,6%	12,9%	100,0%
		% na escola	32,5%	45,2%	38,2%	40,9%	38,5%
	Curso técnico e graduação	Quantidade de alunos	0	5	6	4	15
		% na profissão	0,0%	33,3%	40,0%	26,7%	100,0%
		% na escola	0,0%	16,1%	6,7%	18,2%	8,2%
	Superior econômico	Quantidade de alunos	0	9	4	3	16
		% na profissão	0,0%	56,3%	25,0%	18,8%	100,0%
		% na escola	0,0%	29,0%	4,5%	13,6%	8,8%
	Superior cultural	Quantidade de alunos	0	1	2	1	4
		% na profissão	0,0%	25,0%	50,0%	25,0%	100,0%
		% na escola	0,0%	3,2%	2,2%	4,5%	2,2%
Total		Quantidade de alunos	40	31	89	22	182
		% na profissão	22,0%	17,0%	48,9%	12,1%	100,0%
		% na escola	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Conforme podemos perceber a partir da análise dos quadros apresentados, a Escola 1 é bastante homogênea em termos socioeconômicos, apresentando a seguinte configuração em relação aos seus alunos:

65,2% deles são pretos ou pardos (Quadro 3); 100% deles estão concentrados nas duas primeiras faixas de renda familiar (menos de 1 SM a 2 SM e de 2 a 4 SM), sendo que 72,3% estão localizados na primeira faixa (Quadro 4); em termos escolaridade dos responsáveis, não há nenhum cujo responsável do sexo feminino ou masculino tenha ensino superior ou pós-graduação, incompletos ou completos, de modo que a maioria deles está concentrada no critério “ensino fundamental” (completo ou incompleto) – 68,2% e 64,7%, respectivamente (Quadros 5 e 6); e, conseqüentemente, em termos de profissão dos responsáveis, não há nenhum cujo responsável do sexo feminino ou masculino esteja posicionado nos critérios “superior econômico” ou “superior cultural”, estando a maioria deles posicionada no critério manual não qualificado – 88,9% e 67,5%, respectivamente (Quadros 7 e 8). Podemos

notar que os alunos desta escola são, de modo geral, mais escolarizados que os seus pais.

Trata-se, portanto, da escola, entre as 4 pesquisadas, cujos alunos possuem os menores níveis de capital econômico e cultural acumulados. Penso que isso se justifique pela sua localização, o que a faz receber os alunos que moram na periferia da cidade.

Continuando as análises das escolas públicas, a Escola 3 se apresenta mais heterogênea que a Escola 1 em termos socioeconômicos, o que acredito que ocorra, também, em razão da sua localização. Por estar posicionada no centro da cidade, a mesma recebe estudantes majoritariamente provenientes de bairros próximos ao centro ou que residem na região central.

Tal escola apresenta a seguinte configuração em relação aos seus alunos: os pretos e pardos ainda são a maioria, representando 55,8% do total de respondentes, contudo, possui uma porcentagem considerável de alunos brancos – 44,2% (Quadro 3); 90% deles estão concentrados nas duas primeiras faixas de renda familiar (menos de 1 SM a 2 SM e de 2 a 4 SM), contudo, 38% estão na segunda faixa, número bastante superior ao da outra escola pública (Quadro 4); em termos de escolaridade dos responsáveis, apesar de a maioria dos responsáveis do sexo feminino ou masculino possuir ensino fundamental (36,2% e 39,5 respectivamente) ou ensino médio (44,7% e 46,5%), incompletos ou completos, podemos notar que os mesmos são mais escolarizados que os responsáveis dos alunos da Escola 1, de maneira que alguns possuem, ainda, nível superior (17% e 10,5% respectivamente) ou pós-graduação (2,1% e 3,5% respectivamente), completos ou incompletos (Quadros 5 e 6); e em termos de profissão dos responsáveis do sexo feminino e masculino, a maioria também é constituída por “manuais não qualificados” (64,3% e 48,3% respectivamente) e “manuais qualificados” (18,4% e 38,2%), contudo, ainda que em menor número, há representantes das outras categorias, fato que estava ausente na Escola 1 (Quadros 7 e 8).

Podemos perceber, portanto, que a Escola 3 possui alunos com uma maior variação nos índices socioeconômicos em comparação com Escola 1, o que a torna mais heterogênea.

É importante destacar, ainda, que a Escola 3 é a que concentra a maior parte dos casos pesquisados (104 alunos ou 48,6% do universo). Apesar de representar quase metade da amostra, acredito que, em razão do seu caráter heterogêneo, isso não representa um problema para a pesquisa.

Passando, agora, para a análise das escolas particulares, a Escola 2, dentre elas, é a mais homogênea em termos socioeconômicos, apresentando a seguinte configuração em relação aos seus alunos:

84,8% deles são brancos (Quadro 3); 77,8% deles estão concentrados nas duas últimas faixas de renda familiar (de 4 a 10 SM e acima de 10 SM) (Quadro 4); em termos escolaridade dos responsáveis do sexo feminino ou masculino, 45,7% e 42%, respectivamente, possuem ensino superior ou pós-graduação, incompletos ou completos (Quadros 5 e 6); e, em termos de profissão dos responsáveis do sexo feminino e masculino, 45,7% e 48,3%, respectivamente, possuem curso técnico, curso superior, profissões superiores economicamente ou profissões superiores culturalmente, sendo esta a escola que mais possui alunos cujos pais ocupam profissões de cunho “superior econômico” – 20% e 29%, respectivamente (Quadros 7 e 8).

A Escola 2, em comparação com todas as escolas, é a que apresenta alunos com os maiores níveis de capital econômico acumulados.

Por fim, passemos para a análise da Escola 4, a qual, em termos comparativos com a Escola 2, apresenta uma composição mais heterogênea de alunos. Contudo, sua heterogeneidade não é tão expressiva em relação à Escola 2 como a Escola 3 é em relação à Escola 1.

A Escola 4 apresenta a seguinte configuração no que tange aos seus alunos: 77,8% deles são brancos, percentual menor do que o número de brancos na Escola 2 (Quadro 3); 73,1% deles estão concentrados nas faixas de renda intermediárias (de 2 a 4 SM e de 2 a 4 SM), possuindo, portanto, um nível de renda um pouco menor que os alunos da outra escola particular (Quadro 4); em termos de escolaridade dos responsáveis do sexo feminino e masculino, 52,2% e 40%, respectivamente, possuem ensino superior ou pós-graduação, incompletos ou completos (Quadros 5 e 6); e em termos de profissão dos responsáveis do sexo feminino e masculino, 45,9% e 36,3%,

respectivamente, possuem curso técnico, curso superior, profissões superiores economicamente ou profissões superiores culturalmente. Apesar de estes serem números altos em relação aos encontrados nas escolas públicas, a Escola 4 possui um valor expressivo de alunos cujos responsáveis do sexo feminino e masculino realizam profissões de cunho “manual qualificado” – 33,3% e 40,9%, respectivamente. Ademais, tal escola é a que mais possui alunos cujos responsáveis ocupam profissões de cunho “superior cultural” – 16,7% (feminino) e 4,5%, (masculino) (Quadros 7 e 8).

Feita a apresentação socioeconômica das escolas pesquisadas, passarei, agora, para a correlação entre algumas variáveis e o índice de autoritarismo.

3.3. O Índice de Autoritarismo¹⁵.

Nesta seção, selecionarei algumas variáveis como sexo, renda, religião, candidatos e escolas para uma correlação com a variável “índice de autoritarismo”¹⁶.

Primeiramente, vejamos a relação entre o índice e a variável sexo dos respondentes (Quadro 9):

Quadro 9 – Índice de Autoritarismo X Sexo (214 respondentes)

			Índice de Autoritarismo				Total
			Menos	Médio -	Médio +	Mais	
Sexo	Masculino	Respondentes	11	21	25	25	82
		% no sexo	13,4%	25,6%	30,5%	30,5%	100,0%

¹⁵ Para uma correta leitura dos quadros apresentados, observar que os resultados referentes ao universo como um todo encontram-se nos percentuais de linha (que somam 100%) e que os resultados referentes às categorias do índice de autoritarismo encontram-se nos percentuais de coluna (que somam 100%). Desse modo, a título de exemplo, no Quadro 9, 13,4% dos respondentes que foram classificados como “menos” autoritários são do sexo masculino e 20% dos respondentes de sexo masculino foram considerados “menos” autoritários.

¹⁶ As correlações apresentadas levam em consideração um valor de significância menor que 0,05 (teste qui-quadrado de Pearson) para rejeitar a hipótese nula, ou seja, para demonstrar que as variáveis correlacionadas não são independentes. Contudo, em casos em que este valor seja superior a 0,05, não significa que as mesmas são completamente independentes, mas apenas que se relacionam de uma maneira menos forte. (EVERITT, 1991). Nesse sentido, Bourdieu (2006 *apud* KLÜGER, 2018) afirma ser problemático atribuir independência a variáveis que são sempre imbricadas e multideterminadas, de modo que a mais independente das variáveis oculta uma rede de relações “presente, subterraneamente, na relação que ela mantém com uma determinada opinião ou prática” (p. 81).

		% no Índice de Autoritarismo	20,0%	40,4%	45,5%	48,1%	38,3%
Feminino	Respondentes		44	31	30	27	132
	% no sexo		33,3%	23,5%	22,7%	20,5%	100,0%
	% no Índice de Autoritarismo		80,0%	59,6%	54,5%	51,9%	61,7%
Total	Respondentes		55	52	55	52	214
	% no sexo		25,7%	24,3%	25,7%	24,3%	100,0%
	% no Índice de Autoritarismo		100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

*Significância: 0,019.

Podemos observar que os respondentes de sexo masculino são mais autoritários que as de sexo feminino. Enquanto os primeiros estão localizados de forma majoritária entre as categorias “médio+” e “mais” (61%), as segundas encontram sua maior representação nas categorias “menos” e “médio-” (56,8%). Ademais, 80% dos respondentes que foram considerados “menos” autoritários são do sexo feminino.

No que toca à correlação do índice com a variável renda familiar (Quadro 10), temos os seguintes resultados:

Quadro 10 – Índice de Autoritarismo X Renda Familiar (209 respondentes)

			Índice de Autoritarismo				Total
			Menos	Médio -	Médio +	Mais	
Renda	Menos de 1 SM a 2 SM	Respondentes	23	22	24	27	96
		% na renda	24,0%	22,9%	25,0%	28,1%	100,0%
		% no Índice de Autoritarismo	41,8%	44,0%	46,2%	51,9%	45,9%
	De 2 a 4 SM	Respondentes	15	13	16	19	63
		% na renda	23,8%	20,6%	25,4%	30,2%	100,0%
		% no Índice de Autoritarismo	27,3%	26,0%	30,8%	36,5%	30,1%
	De 4 a 10 SM	Respondentes	13	7	10	5	35
		% na renda	37,1%	20,0%	28,6%	14,3%	100,0%
		% no Índice de Autoritarismo	23,6%	14,0%	19,2%	9,6%	16,7%
	Acima de 10 SM	Respondentes	4	8	2	1	15
		% na renda	26,7%	53,3%	13,3%	6,7%	100,0%
		% no Índice de Autoritarismo	7,3%	16,0%	3,8%	1,9%	7,2%
Total	Respondentes	55	50	52	52	209	
	% na renda	26,3%	23,9%	24,9%	24,9%	100,0%	
	% no Índice de Autoritarismo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

*Significância: 0,000

Podemos observar que, considerando as categorias extremas da renda familiar, a primeira (menos de 1 SM a 2 SM) concentra majoritariamente os respondentes enquadrados nos níveis “médio+” e “mais” autoritários (53,1%), enquanto a última (acima de 10 SM) engloba a maioria dos enquadrados nos níveis “menos” e “médio-” autoritários (80%). Ademais, ao considerarmos os respondentes “médio+” e “mais” autoritários, observamos que eles se localizam, em sua maioria, nas duas primeiras faixas de renda (menos de 1SM a 2 SM e de 2 a 4 SM) – 77,8% e 88,4%, respectivamente.

Por outro lado, ao analisarmos a relação dos respondentes “menos” e “médio-” autoritários com as duas últimas faixas de renda (de 4 a 10 SM e acima de 10 SM), podemos notar que eles são maioria em relação aos “médios+” e os “mais” autoritários – 30,9% (menos) e 30% (médio-) contra 23% (médio+) e 11,5% (mais).

Concluimos, portanto, que, dentro do universo pesquisado, as pessoas de renda familiar mais baixa são as que mais tendem a adotar posições autoritárias em termos políticos e conservadoras em termos morais.

Passemos, agora, para a correlação entre o “índice de autoritarismo” e a religião dos respondentes (Quadro 11).

Quadro 11 – Índice de Autoritarismo X Religião (211 respondentes)

			Índice de Autoritarismo				Total
			Menos	Médio -	Médio +	Mais	
Religião	Católica	Respondentes	20	24	23	23	90
		% na religião	22,2%	26,7%	25,6%	25,6%	100,0%
		% no Índice de Autoritarismo	37,0%	48,0%	41,8%	44,2%	42,7%
	Evangélica e Cristã	Respondentes	9	6	16	20	51
		% na religião	17,6%	11,8%	31,4%	39,2%	100,0%
		% no Índice de Autoritarismo	16,7%	12,0%	29,1%	38,5%	24,2%
	Espírita e Budista	Respondentes	6	3	4	2	15
		% na religião	40,0%	20,0%	26,7%	13,3%	100,0%
		% no Índice de Autoritarismo	11,1%	6,0%	7,3%	3,8%	7,1%
	Umbanda	Respondentes	3	2	1	0	6
		% na religião	50,0%	33,3%	16,7%	0,0%	100,0%
		% no Índice de Autoritarismo	5,6%	4,0%	1,8%	0,0%	2,8%

Agnósticos, ateus e sem religião	Respondentes	16	15	11	7	49
	% na religião	32,7%	30,6%	22,4%	14,3%	100,0%
	% no Índice de Autoritarismo	29,6%	30,0%	20,0%	13,5%	23,2%
Total	Respondentes	54	50	55	52	211
	% na religião	25,6%	23,7%	26,1%	24,6%	100,0%
	% no Índice de Autoritarismo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

*Significância: 0,072

Podemos notar, na relação entre o índice e a religião dos respondentes, que esta última é uma variável bastante importante na explicação do fenômeno do autoritarismo dentro do universo pesquisado.

Inicialmente, observamos que a maioria da amostra é composta por respondentes católicos (90 alunos ou 42,7% do universo). A religião católica não pode ser considerada um fator explicativo para o autoritarismo, uma vez que os representantes da mesma se encontram quase igualmente distribuídos entre as quatro categorias do índice, com poucas variações entre uma e outra. Contudo, o mesmo não se passa com as demais religiões ou com aqueles que não possuem uma religião.

Dentre os evangélicos e cristãos, 31,4% integram a faixa “médio+” autoritários e 39,2% a faixa “mais” autoritários, de modo que 70,6% dos respondentes evangélicos estão localizados nos quadrantes mais autoritários da amostra.

Por outro lado, os espíritas, budistas e umbandistas se encontram, majoritariamente, entre os “menos” e os “médio-” autoritários. Em relação aos dois primeiros, 40% estão na categoria “menos” e 20% estão na “médio-” e, quanto aos últimos, 50% estão na categoria “menos” e 33,3% na “médio-”. Ressalto que os umbandistas não têm nenhum representante na categoria “mais” autoritários.

Na mesma linha seguem os respondentes agnósticos, ateus ou sem religião, de maneira que também estão concentrados, em sua maioria, nas categorias “menos” (32,7%) e “médio-” (30,6%) autoritários.

Podemos perceber, portanto, que o fato de pertencer à religião evangélica é um dos fatores explicativos do perfil autoritário e conservador dos respondentes dentro do universo pesquisado.

Para uma compreensão mais ampla do fenômeno dentro do universo pesquisado, julgo importante, também, observar a relação existente entre as escolas e a religião dos alunos (Quadro 12):

Quadro 12 – Escolas x Religião dos Alunos

			Escola				Total
			Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	
Religião	Católica	Respondentes	21	14	42	13	90
		% na Religião	23,3%	15,6%	46,7%	14,4%	100,0%
		% na Escola	46,7%	40,0%	40,4%	48,1%	42,7%
	Evangélica e Cristã	Respondentes	16	3	30	2	51
		% na Religião	31,4%	5,9%	58,8%	3,9%	100,0%
		% na Escola	35,6%	8,6%	28,8%	7,4%	24,2%
	Espírita e Budista	Respondentes	0	7	6	2	15
		% na Religião	0,0%	46,7%	40,0%	13,3%	100,0%
		% na Escola	0,0%	20,0%	5,8%	7,4%	7,1%
	Umbanda	Respondentes	0	1	5	0	6
		% na Religião	0,0%	16,7%	83,3%	0,0%	100,0%
		% na Escola	0,0%	2,9%	4,8%	0,0%	2,8%
	Agnósticos, ateus e sem religião	Respondentes	8	10	21	10	49
		% na Religião	16,3%	20,4%	42,9%	20,4%	100,0%
		% na Escola	17,8%	28,6%	20,2%	37,0%	23,2%
Total		Respondentes	45	35	104	27	211
		% na Religião	21,3%	16,6%	49,3%	12,8%	100,0%
		% na Escola	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

*Significância: 0,004

Novamente, a distribuição de católicos é quase uniforme nas quatro escolas. Quanto aos evangélicos, podemos notar que eles se concentram, majoritariamente, nas escolas públicas, estando, contudo, em maior número na Escola 1 (35,6%) do que na Escola 3 (28,8%). Ademais, considerando-se todos os respondentes que se declararam evangélicos, 31,4% estão na Escola 1 e 58,8% estão na Escola 3.

Os espíritas e budistas encontram sua maior representação na Escola 2, de modo que 20% dos respondentes desta escola são espíritas ou budistas e 46,7% dos respondentes espíritas e budistas se concentram nela, que é a mais homogênea entre as particulares.

O número de respondentes agnósticos, ateus ou sem religião é maior, em termos proporcionais, nas escolas particulares. Na Escola 2, 28,6% dos participantes se enquadram nessa categoria, enquanto, na Escola 4, eles são 37%.

Podemos inferir, portanto, que a variável religião possui uma relação com a classe social a que pertencem os respondentes, uma vez que os evangélicos se localizam, sobretudo, nas escolas mais populares, e os espíritas, budistas e sem religião, nas escolas de classe média. Tais resultados corroboram os já acima apresentados, uma vez que os mesmos apontam uma relação direta entre menor renda, religião evangélica e maior autoritarismo/conservadorismo.

Passemos, agora, para a correlação da variável “índice de autoritarismo” com a variável “candidatos à presidência da república em 2018¹⁷” (Quadro 13).

Quadro 13 – Índice de Autoritarismo x Candidatos à Presidência em 2018 (209 respondentes)

			Índice de Autoritarismo				Total
			Menos	Médio -	Médio +	Mais	
Candidatos Marina Silva	Respondentes		0	1	3	3	7
	% nos Candidatos		0,0%	14,3%	42,9%	42,9%	100,0%
	% no Índice de Autoritarismo		0,0%	2,0%	5,6%	5,8%	3,3%
Ciro Gomes	Respondentes		27	20	15	9	71
	% nos Candidatos		38,0%	28,2%	21,1%	12,7%	100,0%
	% no Índice de Autoritarismo		50,0%	40,8%	27,8%	17,3%	34,0%
Fernando Haddad	Respondentes		12	5	9	6	32
	% nos Candidatos		37,5%	15,6%	28,1%	18,8%	100,0%
	% no Índice de Autoritarismo		22,2%	10,2%	16,7%	11,5%	15,3%
Jair Bolsonaro	Respondentes		0	1	7	18	26
	% nos Candidatos		0,0%	3,8%	26,9%	69,2%	100,0%
	% no Índice de Autoritarismo		0,0%	2,0%	13,0%	34,6%	12,4%
Álvaro Dias	Respondentes		0	1	0	0	1
	% nos Candidatos		0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% no Índice de Autoritarismo		0,0%	2,0%	0,0%	0,0%	0,5%
Guilherme Boulos	Respondentes		5	4	0	0	9
	% nos Candidatos		55,6%	44,4%	0,0%	0,0%	100,0%
	% no Índice de Autoritarismo		9,3%	8,2%	0,0%	0,0%	4,3%

¹⁷ Apesar de o nome de todos os candidatos à presidência da República constarem no questionário aplicado, os resultados serão exibidos apenas para aqueles que foram citados pelos respondentes.

Cabo Daciolo	Respondentes	0	2	0	0	2
	% nos Candidatos	0,0%	100,0%	0,0%	0,0%	100,0%
	% no Índice de Autoritarismo	0,0%	4,1%	0,0%	0,0%	1,0%
João Amoêdo	Respondentes	0	2	0	5	7
	% nos Candidatos	0,0%	28,6%	0,0%	71,4%	100,0%
	% no Índice de Autoritarismo	0,0%	4,1%	0,0%	9,6%	3,3%
Não vou votar	Respondentes	10	13	20	11	54
	% nos Candidatos	18,5%	24,1%	37,0%	20,4%	100,0%
	% no Índice de Autoritarismo	18,5%	26,5%	37,0%	21,2%	25,8%
Total	Respondentes	54	49	54	52	209
	% nos Candidatos	25,8%	23,4%	25,8%	24,9%	100,0%
	% no Índice de Autoritarismo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

*Significância: 0,000

Podemos notar que os respondentes localizados nas categorias “menos” e “médio-autoritários indicaram voto, majoritariamente, em candidatos posicionados politicamente mais à esquerda. Nesse sentido, considerando a soma das porcentagens, estão concentrados nas duas primeiras faixas: 66,2% dos que disseram que votariam em Ciro Gomes, 53,1% dos que votariam em Fernando Haddad e 100% dos que votariam em Guilherme Boulos (nenhum dos respondentes que indicou voto em Boulos está posicionado nas categorias “médio+” ou “mais”).

Por outro lado, candidatos posicionados politicamente mais à direita foram indicados por respondentes enquadrados, sobretudo, nas categorias “médio+” e “mais” autoritários. Nesse aspecto, considerando novamente a soma das porcentagens, estão localizados nas duas últimas categorias: 96,1% dos que votariam em Jair Bolsonaro e 71,4% dos que votariam em João Amoêdo. Marina Silva, que aqui estou considerando ser de “centro-direita”, também concentrou votos de respondentes localizados nas faixas “médio+” e “mais” (85,8%).

Por fim, observamos que a maioria dos respondentes que marcaram a opção “não vou votar”, a qual poderia ser escolhida caso o participante ainda não tivesse título pela não obrigatoriedade em razão da idade ou se fosse votar nulo ou em branco, está concentrada nas categorias “médio+” e “mais”, totalizando 57,4%. Este fato indica uma relação direta entre despolitização e maiores níveis de autoritarismo/conservadorismo dentro do universo pesquisado.

Ademais, podemos notar, também (Quadro 14), que o maior número de participantes que selecionaram esta opção está nas escolas públicas – 43,6% na Escola 1 e 46,3% na Escola 3, sendo que, na Escola 1, 54,3% dos respondentes do questionário indicaram que não iriam votar, o que demonstra que também existe uma relação direta entre as classes populares e uma maior despolitização.

Quadro 14 – Escolas x Candidatos à Presidência em 2018 (209 respondentes)

		Escola				Total
		Escola 1	Escola 2	Escola 3	Escola 4	
Não vou votar	Respondentes	25	1	25	3	54
	% nos Candidatos	46,3%	1,9%	46,3%	5,6%	100,0%
	% na escola	54,3%	2,8%	24,8%	11,5%	25,8%

*Significância: 0,000

Estes resultados estão bastante coerentes em termos do que se poderia esperar dos respondentes que tem posições políticas mais à esquerda, os quais tendem a ser mais progressistas e menos conservadores, e dos respondentes que tem posições políticas mais à direita, a qual pode assumir, dentre as suas variadas vertentes, um caráter mais conservador moralmente e mais autoritário politicamente, sobretudo no que toca aos papéis punitivo e repressor do Estado.

Vejamos, por fim, a correlação entre o “índice de autoritarismo” e as escolas participantes da pesquisa (Quadro 15).

Quadro 15 – Índice de Autoritarismo x Escolas (214 respondentes)

			Índice de Autoritarismo				Total
			Menos	Médio -	Médio +	Mais	
Escola	Escola 1	Respondentes	9	11	10	17	47
		% na escola	19,1%	23,4%	21,3%	36,2%	100,0%
		% no Índice de Autoritarismo	16,4%	21,2%	18,2%	32,7%	22,0%
	Escola 2	Respondentes	12	15	7	2	36
		% na escola	33,3%	41,7%	19,4%	5,6%	100,0%
		% no Índice de Autoritarismo	21,8%	28,8%	12,7%	3,8%	16,8%
	Escola 3	Respondentes	26	20	30	28	104
		% na escola	25,0%	19,2%	28,8%	26,9%	100,0%
		% no Índice de Autoritarismo	47,3%	38,5%	54,5%	53,8%	48,6%
	Escola 4	Respondentes	8	6	8	5	27
		% na escola	29,6%	22,2%	29,6%	18,5%	100,0%
		% no Índice de Autoritarismo	14,5%	11,5%	14,5%	9,6%	12,6%
Total	Respondentes	55	52	55	52	214	
	% na escola	25,7%	24,3%	25,7%	24,3%	100,0%	
	% no Índice de Autoritarismo	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	

*Significância: 0,042

No que toca à relação entre o índice de autoritarismo e as escolas pesquisadas, observamos que a Escola 1 e a Escola 3 (escolas públicas) são as que concentram o maior número de respondentes, considerando o total do universo, que estão enquadrados nas categorias “médio+” e “mais” – 72,7% e 86,5%, respectivamente, contra 27,2% (médio+) e 13,4% (mais), porcentagens das escolas particulares.

Analisando-se cada escola em separado, o que é importante em razão das peculiaridades de cada uma, podemos notar que a Escola 1 (pública) é a que possui mais alunos participantes enquadrados na categoria “mais” autoritarismo.

A Escola 3 (pública) apresenta uma distribuição que pouco varia entre as quatro categorias, possuindo um maior número de alunos (mesmo que com uma diferença pouco expressiva em relação às demais faixas) concentrados na categoria “médio+”, 28,8%. Acredito que esta baixa variação é devida ao caráter heterogêneo da escola, já descrito anteriormente.

A Escola 2 (particular) é que possui mais alunos participantes englobados pelas categorias “menos” e “médio-” – 33,3% e 41,7%, respectivamente, sendo a escola menos autoritária/conservadora de toda a amostra.

A Escola 4 (particular) também se mostrou mais heterogênea em relação à Escola 2, razão pela qual acredito que se justifica a sua distribuição quase uniforme de alunos pelas categorias, de forma semelhante à Escola 3 (pública). Demonstra o seu caráter heterogêneo o fato de que, nesta escola, a mesma porcentagem de alunos (29,6%) está enquadrada nas categorias “menos” e “médio+”.

A relação entre as escolas o índice de autoritarismo corrobora os resultados acima apresentados, no sentido de uma maior tendência de serem as classes mais populares a adotar, dentro do universo pesquisado, posições políticas e morais de cunho mais autoritário/conservador.

4. Considerações Finais

Os resultados apresentados neste trabalho corroboram, portanto, a hipótese principal de que os capitais (econômico, cultural e social) acumulados pelos indivíduos estudados, na medida em que se apresentem em maior ou menor grau, possuem uma relação direta com o fato de eles revelarem ou não tendências a adotar posições autoritárias, conservadoras ou reacionárias.

Nesse sentido, pode observar que as camadas populares do universo pesquisado, ou seja, as que possuem menores níveis acumulados de capital, são as que mais aderem a essa posição. Os dados apontam que tais camadas são as mais autoritárias/conservadoras e, ao mesmo tempo, as mais despolitizadas, além de possuírem forte viés religioso, sobretudo evangélico.

Em sentido contrário, as classes médias deste universo, concentradas, sobretudo, nas escolas particulares e, de modo ainda mais específico, na Escola 2, são as que apresentam uma menor tendência à adesão a posições políticas e morais autoritárias/conservadoras, além de serem mais politizadas.

Concluí, portanto, que existe um *habitus* autoritário nas camadas populares integrantes do universo pesquisado, fato ausente nas suas classes médias. Nesse sentido, podemos afirmar que a classe social, conceituada, aqui, em termos bourdieusianos, é um fator altamente explicativo do fenômeno do autoritarismo neste universo.

Referências

ADORNO, T. W., et al. **Etudes sur la personnalité autoritaire**. Paris: Editions Allia, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **A Distinção**: crítica social do julgamento. Porto Alegre, RS: Zouk, 2015.

FERNANDES, Dmitri Cerboncini; MESSENERG, Debora. Um espectro ronda o Brasil (à direita). **Plural**, v. 25, n.1, 2018.

MANNHEIM, Karl. O significado do conservantismo. In FORACCHI, Marialice Mencarini (Org.). **Karl Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982.

Polícia, PCC e dispositivo letal em São Paulo

Gabriel de Sousa Romero¹²

Recebido em novembro de 2019

Aceito em dezembro de 2019

RESUMO

No contexto democrático brasileiro contemporâneo, a equação entre eficiência policial e amplo respeito aos direitos civis resulta num paradoxo: o uso continuamente abusivo, excessivo e seletivo da força pelas polícias, contribui decisivamente à manutenção de índices elevados de homicídios dolosos. Além dos altos índices de letalidade policial verificados nas últimas décadas, a orientação punitivista das políticas de controle do crime são atestadas também pelo cenário de encarceramento em massa, que expõem os detentos a situações degradantes de aprisionamento. Inserido neste contexto, a emergência do Primeiro Comando da Capital (PCC) no início da década de 1990 e sua atuação nas prisões paulistas e em comunidades periféricas, é decisiva para compreender a regulação do uso da força pelo Estado e a influência da organização criminal na gestão dos conflitos violentos do “mundo do crime”. Diante dessa conjuntura, a pesquisa buscou problematizar o uso da força pelas agências policiais e o pelo PCC em São Paulo, a fim de discutir a tendência de militarização das forças policiais, bem como as implicações das relações entre agências estatais e criminais na determinação de políticas de segurança.

Palavras-chave: Segurança Pública; Letalidade Policial; PCC

ABSTRACT

In the contemporary brazilian democratic context, the equation between police efficiency and broad respect for civil rights results in a paradox: the continually abusive, excessive and selective use of force by police, contributes decisively to the maintenance of high rates of willful murder. In addition to the high rates of police lethality observed in recent decades, the punitive orientation of crime control policies is also attested by the scenario of mass incarceration, which exposes detainees to degrading situations of imprisonment. Inserted in this context, the emergence of the Primeiro Comando da Capital (PCC) in the early 1990s and its performance in São Paulo prisons and peripheral communities is crucial to understand the regulation of the use of force by the state and the influence of criminal organization in management of violent conflicts in the “word of crime”. Given this conjuncture, the research sought to problematize the use of force by police agencies and the PCC in São Paulo, in order to discuss the tendency of militarization of police forces, as well as the implications of relations between state and criminal agencies in determining security policy.

Keywords: Public Security; Police Lethality; PCC

RESUMEN

En el contexto democrático brasileño contemporáneo, la ecuación entre la eficiencia policial y el amplio respeto por los derechos civiles resulta en una paradoja: el uso continuo, abusivo, excesivo y selectivo de la fuerza por parte de la policía contribuye decisivamente al mantenimiento de altas tasas de asesinatos deliberados. Además de las altas tasas de letalidad policial observadas en las últimas décadas, la

¹ Pós-Graduando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), pesquisador do Observatório de Segurança Pública (OSP). Contato: emaildoromero@gmail.com.

² Uma primeira versão deste texto foi apresentada na X edição do Seminário Nacional Sociologia & Política da Universidade Federal do Paraná, em 2019.

orientación punitiva de las políticas de control del delito también está atestiguada por el escenario de encarcelamiento masivo, que expone a los detenidos a situaciones degradantes de encarcelamiento. Insertado en este contexto, el surgimiento del Primer Comando de la Capital (PCC) a principios de la década de 1990 y su desempeño en las cárceles y comunidades periféricas de São Paulo es crucial para comprender la regulación del uso de la fuerza por parte del estado y la influencia de la organización criminal en gestión de conflictos violentos en el "mundo del crimen". Dada esta coyuntura, la investigación buscó problematizar el uso de la fuerza por parte de las agencias policiales y el PCC en São Paulo, a fin de discutir la tendencia de la militarización de las fuerzas policiales, así como las implicaciones de las relaciones entre el estado y las agencias criminales para determinar la política de seguridad.

Palabras Clave: Seguridad Pública; Letalidad Policial; PCC

Controle social e monopólio legal da força: aprofundando a análise contemporânea da segurança pública paulista

A manutenção de estratégias militarizadas e letais pelas agências policiais, bem como a expansiva consolidação de vínculos políticos, econômicos e morais oriundas do chamado “mundo do crime” (FELTRAN, 2008), constituem dois dos principais e atuais temas de pesquisa da sociologia da violência. Além das características e diferentes formas que agenciam o uso da força, e da decisiva intervenção nos múltiplos fenômenos da “violência urbana”, as interferências desses dois atores no problema da redução do número de homicídios em São Paulo é um campo de pesquisa aberto.

Esta comunicação tem como objetivo, portanto, debater o contexto contemporâneo de violência letal em São Paulo a partir do desenvolvimento de uma questão principal: como organizações estatais e não-estatais, especificamente as forças policiais paulistas e o Primeiro Comando da Capital (PCC), regulam um dispositivo letal através de mecanismos e estratégias que buscam legitimar o uso centralizado da força que operam?

Diante dessa complexa questão, a etapa inicial de pesquisa tratou de resgatar as principais discussões e o contexto político-social da formação do “campo da segurança pública” do Brasil (VASCONCELOS, 2017). Esse processo, que decorreu nas últimas décadas do século XX, é marcado por uma institucionalização da análise sociológica do sistema de segurança e justiça, e dos múltiplos fenômenos da chamada “criminalidade urbana violenta” (ADORNO, 1993).

Num primeiro momento, as atenções dos pesquisadores e pesquisadoras estavam voltadas, sobretudo, às violações dos direitos humanos (tortura, assassinato e ocultação de cadáveres, por exemplo) praticadas pelo Estado durante o regime militar (1964-1985). Já no início dos anos 1990, sob a égide de uma Constituição Federal, a resistência das polícias às reformas democráticas foi um dos principais elementos destacados e atestado no campo acadêmico, vide a manutenção de padrões de ação policial violenta, por elevados e constantes níveis de letalidade, pelas evidências da atuação de policiais em grupos de extermínio e na participação dos agentes em chacinas (NEME, 1999).

Num Estado democrático de Direito, o uso legal da força pela polícia refere-se a um dispositivo de controle que prevê como conduta adequada o respeito à proporcionalidade, ou seja, que o recurso da arma de fogo seja utilizado respeitando uma escala de intervenção e apenas em último caso. No entanto, a “letalidade policial” (SOUZA, 2015) constitui um grave e complexo problema do Brasil contemporâneo, já que está ligada a uma rede de relações de poder e de saberes (FOUCAULT, XXXX), jurídicos e policiais, que reproduzem através do discurso de combate ao “criminoso” práticas letais seletivas.

Outro movimento histórico recente importante para compreender o contexto atual é o desenvolvimento do sistema penitenciário paulista. Além de um alto índice de mortos pela polícia, há desde 1980 um avolumamento significativo da população carcerária no Brasil, em geral. E foi dentro dos presídios que não só nasceram as chamadas “fácções criminosas”, como também é aí um importante território utilizado para fortalecer os vínculos político e econômicos entre os grupos criminais.

Um conceito importante para tratar esse conjunto de problemas é a noção de “controle social”. Atrelada à tradição durkheimiana de investigação dos mecanismos de solidariedade social e de caracterização da “anomia”, ou seja, dos problemas que constituem o desvio à manutenção da ordem (DURKHEIM, 2010), já no século XX a noção é retomada no contexto da sociologia norte-americana, que ao invés de procurar os princípios de coesão social através do Estado, tratou-os numa perspectiva microsociológica (ALVAREZ, 2004).

No contexto pós 2ª Guerra Mundial foi formulado um novo conjunto de questões sobre as relações sociais, reorientando o “controle social” de sua acepção clássica como princípio de integração social e como estrutura centralizada de poder, valorizando num sentido positivo a construção da própria realidade a partir da micromecânica dos dispositivos disciplinares e biopolíticos (FOUCAULT, 1988).

Neste campo analítico se destacam as formulações do filósofo Michel Foucault, sobretudo a respeito da formação de um dispositivo penal, vigilante e interventor nas subjetividades e na coletividade populacional, no Ocidente moderno (FOUCAULT, 2008; 2014). Para Foucault (2014) a fórmula da prisão possibilitou não só um agenciamento disciplinar, mas permitiu a manutenção de determinadas relações de poder hierárquicas e de dominação, através das quais se realiza uma gestão diferencial dos ilegalismos e se reproduz a delinquência, como próprias ferramentas de governo.

Foucault (1988; 2014) estabelece uma nova metodologia de análise das relações sociais, a arqueo-genealogia, através da qual podemos identificar e interpretar a configuração das tecnologias de poder e dos processos de sujeição que permitem o gerenciamento da vida e a regulação da morte na sociedade moderna (o que caracteriza o regime biopolítico). O conceito de “poder” na acepção foucaultiana não remete a uma intensificação do “controle social”, assim como não possui um significado meramente proibitivo e repressivo. Dotado de um caráter positivo, ele se refere às próprias relações sociais, às relações de força que se exercem em diferentes níveis e com extensões variadas (FOUCAULT, 2010).

Para Foucault (1988), o regime de biopoder se encarrega, portanto, de potencializar a vida da população, dos indivíduos em conjunto, através de saberes sobre o governo da vida, dentre os quais não estão descartadas políticas de morte (FOUCAULT, 2010). A partir da máxima soberana do regime de biopoder, “fazer viver, deixar morrer” (FOUCAULT, 1988, p.150), podemos nos questionar através de quais meios se “deixa morrer” e quais vidas são entregues à morte.

Neste sentido, o “controle social” não deve ser concebido como uma categoria analítica fechada, e sim como ferramenta de interpretação de determinado arranjo de práticas de poder. Numa análise local, podemos caracterizar os processos contemporâneos de restrição de direitos e de instalação de dispositivos de exceção no

interior dos procedimentos formais do ordenamento jurídico, como mecanismos de regulação, controle e produção de comportamentos compatíveis a uma lógica punitiva e letal de segurança.

Considerando não haver pena de morte no Código Penal Brasileiro, o princípio de “manutenção da ordem” que rege o uso legal da força e os altos índices de homicídio dolosos praticados pela polícia, é possível afirmar, portanto, que na experiência urbana atual estão borradas as fronteiras entre legalidade/ilegalidade, formalidade/informalidade (TELLES, 2010).

Outro conceito fundamental e muito influente nas discussões sobre segurança pública no Brasil é o “monopólio da força” (WEBER, 2003). No pensamento sociológico weberiano o Estado constitui-se como legítimo detentor do poder de usar a força na mediação das relações sociais. Evidentemente há limites de exercício da força e da coação física a serem respeitados, que se identificam com a própria formação do Estado e o alcance de sua legitimidade, constituindo-se “na única fonte do ‘direito’ à violência” (WEBER, 2003, p.56). A pacificação e modernização da sociedade Ocidental, engendrados através de outros processos como o “desencantamento do mundo” e a burocratização da máquina estatal, são marcados por uma ação voluntária dos cidadãos que entregam seu “poder” ao Estado. Essa relação é sustentada através de três possibilidades de sujeição: tradicional, carismática e legal (WEBER, 2003). Nesta última, a obediência é em relação a um código estabelecido, a um estatuto, que denota a autoridade característica do Estado moderno.

Adorno (2002), ao retomar a questão weberiana do monopólio estatal da violência numa interpretação sobre o Estado brasileiro, identifica a erosão desse monopólio como resultado de um parcial processo de modernização nacional, caracterizado pela privatização do uso da força (pelos próprios agentes policiais e por empresas de segurança privada), pela presença armada do crime organizado e, também, pela centralidade da violência na resolução dos conflitos interpessoais. Há, neste sentido, uma indiferenciação do monopólio da violência e um apagamento do marco civil democrático.

Comparados internacionalmente os casos de violência policial indicam as polícias brasileiras como uma das mais letais do mundo (FÓRUM, 2016). Há de fato

uma disjunção entre um Estado de Direito e o modelo de segurança nacional (CALDEIRA, 2000), que apesar de não se encontrar declaradamente em uma “guerra”, preconiza o caráter bélico do combate ao “crime” e às “drogas”. Apesar das diferentes prerrogativas de autorização do uso da força pela Polícia – segurança interna – e pelas Forças Armadas (FA) – segurança externa –, há um processo crescente de militarização das polícias e a policialização das FA (SOUZA, 2015). A este cenário se soma uma estratégia de gestão dos riscos, controle e eliminação dos “perigos sociais” que permite a gestão de ilegalidades e a marginalização dos indesejáveis (TELLES, 2010).

Segundo Vera Telles (2010), no Brasil da redemocratização houve um deslocamento das questões sobre os direitos e sobre a modernização incompleta, que requerem uma atualização dos referenciais a partir dos quais se formulam as questões sobre segurança e violência. Daí a necessidade e a relevância de buscar outros referenciais para acompanhar os fluxos estabelecidos nas dobras, nas fronteiras do legal/ilegal, onde se disputam legitimidades e se desenrolam os conflitos (TELLES, 2010).

Resumindo o problema da violência policial contemporânea, podemos perceber a articulação de complexas tramas políticas, negociações, projetos de reforma dos dispositivos de segurança pública, de incentivo às políticas penais, ao encarceramento, à letalidade policial, entrecortadas por relações de poder autoritárias e hierarquizantes que associam certas categorias de “suspeitos” e “bandidos” como alvos preferenciais do dispositivo penal. Por outro lado, conforme abordaremos adiante, indagando as tramas ilegais e a organização do “mundo do crime” têm-se acompanhado nos últimos 20 anos o crescimento de uma organização criminosa que consolidou uma extensa estrutura política e econômica (informal) dentro do estado de São Paulo, e que atualmente disputa o controle de outros territórios, nacionais e internacionais, impactando aí também, por exemplo, no problema e nas dinâmicas do conflito violento (DIAS & MANSO, 2018).

Trata-se, portanto, de indagar o problema da guerra na sociedade civil (FOUCUALT, 2010) recolocando o “controle social” e o “uso legal da força” em outros patamares teóricos. A análise das práticas de segurança pública permite afirmar que a militarização da segurança pública corresponde à possibilidade de assassinar os

indivíduos “perigosos”, os “bandidos”, e, portanto, os potencialmente *matáveis* (AGAMBEN, 2004; FOUCAULT, 2010). E, também que o processo de consolidação do PCC, a *disciplina* posta como *norma* e os ideais de “igualdade” propagados pela organização no “mundo do crime”, correspondem a um específico processo ancorado em discursos de “pacificação social”, cuja principal prerrogativa é justamente a centralização do uso da força (DIAS, 2014) e seu conseqüente uso na manutenção de estruturas de poder informais e autoritárias.

As redes de poder e os fluxos dos mecanismos de regulação social são tema de interesse social que não estão restritos ao ambiente acadêmico. O estudo da segurança pública, das formas de administração dos conflitos urbanos, dos mecanismos punitivos contemporâneos e das possibilidades pelas quais se produz a morte, têm ligação direta com o aprofundamento dos debates sobre a manifestação das desigualdades sociais, raciais, de gênero e etárias, que expõem populações marginalizadas às múltiplas formas de controle disciplinar e violência (SINHORETTO, *et. al.*, 2004).

Consolidação e hegemonia do PCC

Nas áreas urbanas os discursos sobre segurança remetem, de modo geral, ao universo dos eventos que envolvem a experiência do “crime” e que permitem equacionar uma série de previsões sobre os riscos da vida moderna, interferindo diretamente na manutenção da ordem pública. Neste sentido, a pesquisadora Teresa Caldeira (2000) identificou como um sentimento de insegurança impulsionado por uma série de fatores sociais, econômicos e políticos, interferiu diretamente na organização socioespacial paulistana e alterou substancialmente a gestão do uso da força pelo Estado.

A partir de dados reunidos durante as décadas de 80 e 90 – como aumento do número de crimes violentos (principalmente roubo e tráfico), densidade demográfica (somada aos problemas urbanos daí decorrentes) e ainda a transição democrática no final do século XX –, Caldeira (2000) percebeu que mesmo com o fim de um governo militar e a abertura da experiência democrática, houve a acentuação de uma segregação social espetacular. A necessidade de “proteção” desencadeada pela

retomada do “criminoso” (estereótipo associado ao “marginal”, ao “ladrão” e ao “traficante”) como principal inimigo social, ampliou o espectro de ações ilegais dos agentes policiais, o mercado de segurança privada e a construção de “enclaves fortificados”; aliando o desrespeito aos direitos democráticos, como a cidadania, a uma normatividade violenta de combate ao “crime”.

Num contexto de experiência da vida moderna marcada por um individualismo crescente, a segurança pública parecer ser o campo que integra complexas redes pessoais e técnicas, baseadas na vigilância disciplinar contínua e em estratégias militares de defesa social, como o ataque e a eliminação do “oponente”. Nessas condições, analisar o uso da força e a violência nas relações entre policiais e não-policiais não é uma tarefa fácil. Mesmo o restrito fenômeno das mortes resultantes dos “conflitos” na atuação policial, é composto por diferentes eventos que remetem desde as condições do trabalho dos agentes até uma esfera de atuação paramilitar, vide a atuação de “Esquadrões da Morte” (BUENO, 2014).

Outro aspecto relevante do “combate à criminalidade” tem a ver com o desenvolvimento de um projeto de encarceramento em massa no Brasil. Da década de 1990 até 2016 o número de pessoas saltou de 90 mil para mais de 700 mil (DIAS; MANSO, 2018). Além do mais, as condições de privação de liberdade continuam desumanas, num sistema marcado dentre outros problemas, por um enorme déficit de vagas. Em São Paulo, por exemplo, a formação do PCC em 1993 no Anexo da Casa de Custódia de Taubaté, ocorreu um ano após a truculenta ação policial na Casa de Detenção de São Paulo (Carandiru), que vitimou violentamente 111 pessoas. A gestão dos presídios pelo Estado em condições degradantes e o encarceramento em massa, são apenas alguns dos elementos responsáveis pela formação e pela consolidação do controle político interno do sistema penitenciário pelas facções criminosas.

Atualmente as autoridades públicas e agências de informação estimam a existência de mais de 80 facções criminosas atuando dentro dos presídios (DIAS; MANSO, 2018). Ainda que não se possa precisar o nível de influência de todas essas facções nas dinâmicas criminais, é possível afirmar que há um modelo de coalização de criminosos reunidos em torno desses agrupamentos, que apresentam como características gerais: o exercício de um poder centralizado que regula o uso da força,

aplicação de códigos punitivos a dissidentes e desafetos, e que estabelecem uma rede de influência nas relações sociais dentro e fora das prisões onde atuam. No estado de São Paulo a presença do PCC é hegemônica. Estima-se que a organização controle 90% do total de unidades prisionais e seja força política reconhecida em diferentes zonas periféricas (BIONDI, 2014; FELTRAN, 2008; GODOI, 2015).

Em sua tese de doutorado, Camila Nunes (2011) se propôs a fazer um resgate histórico da expansão do PCC no sistema prisional paulista a partir de dois eixos: um horizontal/processual em que se analisa o nascimento e a expansão do PCC, tomando como foco o uso da violência física direta no exercício do poder; e outro vertical/figuracional, que visou investigar os efeitos e compreender as transformações na dinâmica social urbana vigente a luz deste processo. As transformações sociais que desembocaram no surgimento do PCC, bem como a reestruturação da figuração social urbana que o *partido do crime* continuamente provoca, são percebidas, em geral, pela posição centralizadora das oportunidades de poder que ocupa como referência no cotidiano de diferentes espaços urbanos (DIAS, 2011), em oposição, colaboração e concorrência às normas estatais (BIONDI, 2014; FELTRAN, 2008).

A hipótese é que o PCC articula uma política de segurança própria, decisiva na experiência de insegurança social, o que confere importância singular ao estudo dos processos de estruturação dessa plataforma moral de vigilância e punição. Podemos destacar aqui, duas particularidades desse movimento da organização criminal, fundamentais à interpretação dos conflitos contemporâneos: os processos de legitimação interna através das relações de poder punitivas às transgressões da *disciplina do Comando* (FELTRAN, 2010), e os processos de legitimação externa, pautados no conflito direto, que caracterizam o atual projeto de expansão (DIAS & MANSO, 2018).

Quanto à legitimação interna, trata-se de um processo conjuntural oriundo de diferentes transformações ao longo da trajetória da organização. A criação do PCC é fruto de uma ruptura do antigo cenário de pulverização da violência no interior do sistema penitenciário, que expunha os detentos às mais variadas formas de constrangimento físico e moral. A organização desencadeou toda uma rede de interdependência e divisão de funções, que num primeiro momento teve como alvo

opponentes que não queriam se submeter ao processo de imposição do autocontrole às regras informais do PCC (DIAS, 2011). Esse processo de centralização das oportunidades de poder pautou-se em dois elementos principais: os monopólios econômico e político.

O monopólio econômico diz respeito ao controle dos fluxos econômicos ilegais/informais, bem como o controle das oportunidades de acesso ao bem ilegal (como por exemplo as drogas). O monopólio político, por sua vez, diz respeito ao próprio controle da violência e ao exercício de um rigoroso controle social da população carcerária, que compreende o uso restrito da força no ambiente prisional ao PCC por meio de seus representantes. Conforme indica a bibliografia especializada sobre o tema (BIONDI, 2014; DIAS, 2011; FELTRAN, 2008; MARQUES, 2009) o PCC possui características peculiares que lhe garantiram o exercício de um rígido controle político baseado em ideais de Paz, Justiça, Liberdade e União. Essa narrativa estatutária é constitutiva de processos objetivos de identificação, integração, punição e busca pelo *certo* daqueles que a compartilham – e estão de algum modo ligados ao mundo do crime.

A expansão desse processo de legitimação interna desencadeou no controle territorial do PCC para além dos muros das instituições prisionais (GODOI, 2015). A este respeito cumpre destacar o processo de “pacificação social” desempenhado pela organização através de dois elementos: a organização de um sofisticado código de condutas e mecanismos de resolução dos conflitos interpessoais através de uma “justiça” paralela. Segundo Camila Dias e Bruno Paes Manso (2018), alguns fatores explicam o fato de ser o PCC a facção brasileira com maior poder de influência. Em São Paulo, a facção conseguiu funcionar como agência reguladora do mercado de drogas, costurando uma ampla rede de parceiros que passou a conviver conforme as novas regras do crime, estabelecidas por salves e estatutos, na qual o homicídio só ocorreria com o aval do grupo.

O PCC tornou-se o grande mediador de conflitos num ambiente antes povoado por pequenos grupos regidos pela lei do mais forte. A pacificação, dessa maneira, agradou ao crime e às autoridades porque reduziu rebeliões e homicídios, ao mesmo tempo que contribuiu para a expansão do faturamento dos criminosos ligados a essa

rede. A simbiose improvável de interesses foi fundamental para que os paulistas alcançassem esse equilíbrio longo no mercado de drogas local. (DIAS & MANSO, 2018).

Um dos mais contundentes e controversos debates sobre o impacto da organização nas dinâmicas sociais paulistas diz respeito ao acionamento da “tese PCC” para explicar a drástica redução dos homicídios em São Paulo entre 1990 e a primeira década dos anos 2000. Uma série de hipóteses foram aventadas para explicar a drástica diminuição no número de assassinatos (como políticas públicas de segurança, campanhas de desarmamento etc.), entretanto, foi decisivo o papel desempenhado pelo Primeiro Comando da Capital (PCC) nas periferias paulistas enquanto instância reguladora dos conflitos (FELTRAN, 2008).

Por enquanto podemos afirmar que, ainda que alicerçado em ideais igualitários o regime disciplinar do PCC é responsável por manter uma estrutura rígida de controle hierárquico, que não é compatível com uma estrutura democrática. No entanto, não há dúvidas a respeito do poder político da organização. Entre os dias 12 e 21 de maio de 2006 por exemplo, uma “crise” na segurança pública paulista revelou a dimensão da força da organização. Segundo alguns estudos, o acontecimento teve origem, dentre outros fatores, com a corrupção policial praticada contra membros do PCC, que desencadeou um desequilíbrio no sistema prisional através de um *salve* que provocou rebeliões simultâneas nos presídios paulistas.

A situação excedeu o espaço prisional e resultou em ataques dos *irmãos* a policiais e órgãos das forças da ordem, resultando na morte de 59 agentes. No entanto, a resposta policial ao pânico que se instaurou na cidade foi instantânea, desmedida e altamente letal, principalmente nas periferias; resultando no número de 564 mortos e 110 feridos segundo dados da pesquisa realizada pela Clínica de Direitos Humanos de Harvard e a organização Justiça Global (CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS & JUSTIÇA GLOBAL, 2011). A maior parte dos homicídios de não-policiais não foi investigada e as denúncias sobre a prática de execuções sumárias e chacinas por membros das polícias não alcançou os objetivos estabelecidos por aqueles que conclamam por justiça e responsabilização dos culpados. A falta de investigações sérias e de responsabilização dos culpados, leva a crer que este tipo de ação atende a

propósitos políticos específicos (BUENO, 2014).

Considerações

É uma responsabilidade científica e um desafio político importante tratar a segurança pública como objeto de estudo, tendo em vista a importância de produzir análises sobre os mecanismos de segurança e justiça no interior de um regime político democrático, de uma sociedade marcadamente desigual. A partir de um projeto de pesquisa mais amplo e tendo em vista as questões suscitadas nesta comunicação, é possível realizar algumas considerações sobre o atual modelo de gestão da segurança pública em São Paulo, a partir da observação das relações locais e dos fluxos de poder que mantém determinados padrões de conflitos violentos.

Um ponto importante trata especialmente das relações entre uso da força, letalidade e expansão do PCC, dos quais desdobram-se outros dois: as articulações entre a regulamentação estatal do crime e da punição, através da polícia e do sistema penitenciário; e as relações estabelecidas no interior das prisões e fora delas, na rede identificada como “mundo do crime”. Este tópico refere-se, portanto, a uma própria análise conceitual sobre “controle social”, recolocando as discussões contemporâneas sobre as formas através das quais se exercem práticas de vigilância e punição.

Interessante notar que as polícias, especialmente a Polícia Militar, apesar da prerrogativa legal de uso da força, recorre a métodos informais de ação para atingir seus objetivos. Ao mesmo tempo, o PCC, que ao longo de mais de 20 estruturou uma organização criminal complexa, portanto, ilegal, recorra a métodos formais e burocráticos de atuação.

Por informalidade entende-se o exercício de uma forma de controle social que embasada no modelo jurídico (a lei), configura-se como um dispositivo de segurança pautado por uma interpretação da realidade e de ação normativa, que não é correspondente aos códigos constitucionais de uso da força compatíveis com o estado democrático e com respeito aos Direitos Humanos. A norma suspende a lei, criando um estado de exceção permanente (AGAMBEN, 2004). A formalidade da ação de uma organização criminosa como o PCC, por outro lado, corresponde à uma interpretação

do processo de estruturação e de ação da organização. A criação de estatutos, setores responsáveis por assistência jurídica, à família dos presos e aos negócios da facção, revelam uma complexa operação calcada em relações formais, hierárquicas e com protocolos definidos (DIAS & MANSO, 2018).

Os impactos à vida social e à democracia ainda são imensuráveis. Mas é possível afirmar que está em desenvolvimento um processo mais amplo de disputas pelas redes criminais, e que certamente não podemos deslocar essas análises das interpretações sobre a ação estatal através dos sistemas de segurança pública e justiça criminal.

A atuação política da polícia e do PCC reporta a fluxos e relações de poder que envolvem a reprodução de um saber securitário, o controle punitivo dos ilegalismos e a própria eliminação dos “opponentes”. A *norma* (FOUCAULT, 2014) figura como regras dispositivas de controle. Neste caso, a regulação social da violência pelo PCC remete à organização enquanto referência moral e instância balizadora de experiências locais através do controle de uma economia informal, da mediação dos conflitos e da definição de uma *disciplina*. Esta, ao contrário de remeter ao estrito cumprimento regras prescritivas, aproxima-se mais de uma dinâmica discursiva em que os *irmãos* (membros “batizados” na organização), colaboradores e residentes sob influência da ação do PCC e, portanto, sujeitos ao seu controle, pautam seu comportamento de acordo com o *proceder*, noção que remete ao conjunto ético e moral que define, no mundo do crime, o que é o *certo* (BIONDI, 2014; MARQUES, 2009).

É preciso avançar nos estudos sobre a militarização das forças policiais e sobre a formação e consolidação das facções criminais no Brasil. Os elevados índices de homicídios dolosos, os crescentes números de pessoas presas e a persistência da violência policial, são alguns dos indicadores que apontam para o aprofundamento do problema da “violência” na sociedade contemporânea

Referências

ADORNO, Sérgio. A criminalidade urbana violenta no Brasil: um recorte temático. *BIB*, Rio de Janeiro, n.35, p.3-24, 1993.

_____. Monopólio Estatal da Violência na Sociedade Brasileira Contemporânea. In: MICELI, S. (org.) *O que ler na Ciência Social Brasileira*, v. IV. São Paulo: ANPOCS/Ed. Sumaré/CAPES, p.267-307, 2002.

AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. Tradução Iraci D. Poleti. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2004.

ALVAREZ, Marcos Cesar. Controle Social: notas em torno de uma noção polêmica. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v.18, n.1, p.168-176, 2004.

BIONDI, K. *Etnografia no movimento: território, hierarquia e lei no PCC*. 2014. 336 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.

BUENO, Samira. *Bandido bom é bandido morto: a opção ideológico-institucional da política de segurança pública na manutenção de padrões de atuação violentos da polícia militar paulista*. 2014. 145f. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo). Escola de Administração de Empresas, FGV, São Paulo, 2014.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Edusp/34, 2001.

CLÍNICA DE DIREITOS HUMANOS; JUSTIÇA GLOBAL. *São Paulo sob ataque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006*. São Paulo, maio de 2001. 245p.

DIAS, Camila Caldeira Nunes. *Da pulverização ao monopólio da violência: expansão e consolidação do Primeiro Comando da Capital (PCC) no sistema carcerário paulista*. 2011. 386f. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

DIAS, Camila Caldeira Nunes; MANSO, Bruno Paes. *A Guerra. A ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil*. São Paulo: Todavia, 1ª ed., 2018.

DURKHEIM, Émile. *Da divisão do trabalho social*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

FELTRAN, G. de S. O legítimo em disputa: as fronteiras do “mundo do crime” nas periferias de São Paulo. *Dilemas - Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, p.93-126, 2008.

_____. Crime e castigo na cidade: os repertórios de justiça e a questão dos homicídios nas periferias de São Paulo. *Cadernos CHR*, Salvador, v.23, n.58, jan/abr, 2010.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário do Fórum brasileiro de Segurança Pública*. Relatórios de 2011-2017.

FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Tradução Maria T. C. Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 16ª ed. Rio de Janeiro: Edição Graal, 1988.

_____. *Em Defesa da Sociedade: curso no Collège de France (1975- 1976)*. Tradução Maria Ermantina Galvão, 2ª ed., São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Tradução de Raquel Ramallete. 42 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

GODOI, Rafael. *Fluxos em cadeia: as prisões em São Paulo na virada dos tempos*. 2015. 243f. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

KANT DE LIMA, R.; MISSE, M.; MIRANDA, Ana Paula M. Violência, Criminalidade, Segurança Pública e Justiça Criminal no Brasil: uma bibliografia. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, n. 50, p.45-123, 2000

MARQUES, Adalton. *Crime, proceder, convívio-seguro*. Um experimento antropológico a partir da relação entre ladrões. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

NEME, Cristina. *A instituição militar na ordem democrática: o caso da Polícia Militar do Estado de São Paulo*. São Paulo. 1999. 107f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SINHORETTO, Jacqueline; SILVESTRE, Giane; SCHLITTLER, Maria Carolina. *Desigualdade Racial e Segurança Pública em São Paulo*. Sumário Executivo. São Carlos: abril, 2004.

SOUZA, Luís Antônio Francisco de. Dispositivo militarizado da segurança pública. Tendências recentes e problemas no Brasil. *Revista Sociedade e Estado*, Brasília, v.30, n.1, p. 207-223, abr, 2015.

TELLES, Vera da Silva. *As cidades nas fronteiras do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Argumentum, 2010.

VASCONCELOS, Francisco T. Rocha. As Ciências Sociais brasileiras e a formação do “campo da segurança pública”. *Revista Brasileira de Sociologia*, v.5, n.9, jan/abr. 2017. p.33-58.

WEBER, Max. A política como vocação. In:_____. *Ciência e Política*. São Paulo: Cultrix, 1985.

“Somos uma igreja como qualquer outra”: modelo de santidade e dissidências sexuais e de gênero em uma igreja inclusiva de Salvador

Lucas Vinicius Oliveira dos Santos¹

Recebido em maio de 2019

Aceito em outubro de 2019

RESUMO

Neste artigo, trago através do relato de uma experiência etnográfica uma análise sobre modelos de santidade em uma igreja inclusiva de Salvador. Para isso, primeiramente traço qual o lugar das igrejas inclusivas dentro do campo religioso para depois, através da etnografia mostrar como a questão da santidade aparece nos discursos de líderes religiosos dessas igrejas.

Palavras-chave: igrejas inclusivas; santidade; dissidências sexuais e de gênero.

ABSTRACT

In this article, I conduct a narrative through an ethnographic understanding, a role analysis of the model of holiness in an inclusive church in Salvador. For this, I first trace what is the position of inclusive churches within the religious field and then, conclude through ethnography, showing how the issue of holiness arises in the religious leaders speeches of these churches.

Keywords: inclusive churches; holiness; sexual and gender dissens.

O poder religioso cristão e as dissidências sexuais e de gênero, pelo menos à primeira vista, aparecem como polos absolutamente inconciliáveis de uma disputa. De um lado assume-se existir uma forma de exercício do poder que opera na regulação dos corpos no sentido de produzir e reiterar uma norma historicamente estabelecida sobre o sexo e o gênero, e do outro, modos de existir que desafiam essas interdições e atuam em resistência contra esse poder.

Nesse artigo, proponho a análise de uma experiência em que essa dicotomia não é suficiente para compreender os modos como se articulam esses dois polos. Trata-se das igrejas inclusivas, igrejas evangélicas em que ser LGBT não

¹ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal da Bahia. Possui licenciatura em Ciências Sociais pela mesma universidade. Tem se dedicado aos estudos da religião, gênero e dissidências sexuais desenvolvendo pesquisa sobre as Igrejas Inclusivas com a orientação da Prof. Dra. Miriam Rabelo do Núcleo de Estudos em Ciências Sociais e Saúde (ECSAS). Contato: l.vinicius12@gmail.com.

é um interdito para o exercício da vida religiosa. Ao contrário, uma sexualidade ou identidade de gênero dissidentes são percebidas como uma criação divina tão legítima como a cisgeneridade e a heterossexualidade.

Nas próximas sessões farei então uma síntese da relação entre Igreja, sexualidade e gênero pensando nos modos como o poder religioso cristão participa na constituição de uma norma rígida sobre os corpos e seus impactos na vida de sujeitos dissidentes. Localizarei também historicamente as igrejas inclusivas desde seu surgimento nos Estados Unidos até a chegada no Brasil, compreendendo-a como o resultado de um propósito não gerado pelo poder religioso cristão. E finalizarei com o caso particular da Igreja Cristã Contemporânea em Salvador através de materiais etnográficos, analisando a forma como se entrecruzam a experiência dos fiéis dessa igreja e as exigências heteronormativas da tradição cristã.

Igreja, gênero e sexualidade

É fato que em termos históricos o cristianismo cumpriu papel central de, através de técnicas variadas estabelecer os limites entre o lícito e o ilícito das práticas sexuais e as normas de gênero. Pelo menos até o final do século XVIII os principais códigos de regulação do sexo centravam-se na Igreja Católica através do direito canônico, da pastoral cristã e da lei civil (FOUCAULT, 1999). Esses códigos operavam pela realização do que era considerado a aliança legítima. Ou seja, a união matrimonial entre o homem e a mulher tendo como fim a procriação. Preenchia-se então o sexo dos cônjuges com regras e recomendações e regulava-se os desvios em relação à genitalidade e ao desejo.

Estava então sob a vigilância da Igreja os limites do dever conjugal, suas exigências, sua fecundidade, sua frequência, suas proibições e a própria capacidade de desempenhá-lo, organizado em um conjunto rígido de prescrições. Romper com as leis do casamento ou entregar-se a prazeres “estranhos” sucumbiam os fiéis a condenação espiritual e/ou física.

O período da contrarreforma recrudescer esse quadro ao em um duplo movimento tanto colocar a carne como a origem de todos os pecados quanto a estender o próprio sentido do pecado do ato em si para o desejo. Atribuiu-se então cada vez mais valor ao que era entendido como insinuações da carne. E assim o jogo dos prazeres, sensações, pensamentos, desejos e imaginações deveriam passar a incorporar a confissão². Constituíam-se assim cada vez mais um saber sobre as diferenças sexuais e circunscrevia-se o sexo nos limites da monogamia heterossexual.

A Igreja participava dessa forma de um quadro regulatório que sustentava uma noção compulsória, essencialista, binária e assimétrica sobre a diferença sexual. Nesse esquema sexo, gênero e desejo obedecem a uma coerência supostamente natural que produziria invariavelmente homens e mulheres heterossexuais em uma relação assimétrica de poder.

O próprio pecado era genericado, como investigou a medievalista Cristina Segura Graiño. Ao invés de uma “queda universal”, a Igreja Cristã Medieval atribuía assimetricamente um conjunto de pecados a homens e mulheres. Enquanto os pecados dos homens estavam ligados ao espaço público os pecados das mulheres eram associados ao espaço doméstico e cotidiano como os excessos da fala, a preguiça, não cuidar do marido e filhos, desobedecer aos pais ou ao marido, prostituição e luxúria.

Com as devidas especificidades e reelaborações históricas corpo e desejo figurarão de forma bastante marcada o quadro regulatório do poder religioso. Dada a hegemonia da Igreja Católica e das Igrejas Protestantes pode-se dizer que a moral cristã determina em grande parte as noções Ocidentais das possibilidades e limites da sexualidade. Seja no controle da aliança conjugal, com a determinação do sexo depois do casamento, o dever da procriação e da fidelidade. Até o controle sobre corpo e o desejo, onde se localizaria de forma mais evidente a interdição da homossexualidade e da transexualidade, por exemplo. Tais controles possuem efeitos tanto na constituição dos sujeitos e da sociabilidade, no sentido do

² Segundo Foucault (1999), através da confissão a pastoral cristã pretendia produzir efeitos específicos sobre o desejo. Ao colocá-lo integral e aplicadamente em discurso era possível gerar efeitos de domínio e reconversão espiritual.

reconhecimento positivo ou negativo de si e do outro; quanto na esfera pública, relativo à garantia ou não de direitos e cidadania.

No Brasil, uma pesquisa sobre o segmento evangélico realizada pelo Instituto Superior dos Estudos da Religião (ISER) na década de 90 lança luz sobre o debate da diversidade sexual e o cristianismo ao incluir uma questão de múltipla escolha em que os fiéis deveriam responder por quais motivos morais uma pessoa deveria ser punida ou afastada das atividades na igreja. Os resultados indicaram um índice de 53% de rejeição à homossexualidade, seguido de 52% do adultério (FERNANDES ET AL., 1998). Outro estudo feito por Machado (1996) abrangendo pentecostais e católicos carismáticos no Rio de Janeiro também identificou a rejeição de homossexuais por esses grupos religiosos. Já Carranza, no início dos anos 2000, observou que 71% dos católicos se posicionaram contra o tema da união homoafetiva.

Uma pesquisa do IBOPE³ realizada em 2011 por ocasião do debate sobre a união estável homoafetiva no Supremo Tribunal Federal, revelou que 77% dos evangélicos e 50% dos católicos eram contrários a aprovação da união entre homossexuais. No tema da adoção de crianças por casais homoafetivos 72% dos evangélicos e 51% dos católicos se posicionaram contrariamente. Outra pesquisa⁴ do mesmo instituto, dessa vez abrangendo apenas a cidade de São Paulo apontou que 60% dos evangélicos e 42% dos católicos são contra pessoas do mesmo sexo demonstrarem afeto, como beijos e abraços, em locais públicos. Essas pesquisas demonstram uma forte rejeição desses grupos a diversidade sexual e as pautas mais caras ao movimento LGBT.

O trabalho de Natividade e Oliveira intitulado “As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidades LGBT no Brasil” traça um panorama significativo sobre como os grupos evangélicos elaboram noções sobre a diversidade e como reagem ao movimento de cidadania LGBT mais intenso nos últimos anos. O estudo demonstra que os valores e concepções religiosas

³ IBOPE. **União Estável entre homossexuais.** Disponível em <<http://www.ibopeinteligencia.com/>>. Acesso em: 23 de setembro de 2018.

⁴ IBOPE. **Viver em São Paulo: diversidade.** Disponível em <<http://www.ibopeinteligencia.com/>>. Acesso em: 23 de setembro de 2018.

propagados por diversas igrejas têm reforçado o estigma sobre a população LGBT, gerando conflitos internos no sujeito dissidente chegando a no limite estimular intenções suicidas. Além de representar grandes barreiras na esfera pública, no que se refere ao avanço de pautas sobre a cidadania LGBT.

Por ocasião da tramitação da PL 122/2006 no Senado que propunha criminalizar a homofobia, uma série de discursos religiosos sobre a sexualidade foi mobilizada. O mapeamento realizado pelos autores em sites institucionais de diversas igrejas, ministérios interdenominacionais e de personalidades públicas apontaram para uma variedade de posições conservadoras que desqualificam a diversidade sexual. A Igreja Metodista do Brasil, por exemplo, declarou que é papel da igreja “contribuir para a reversão da tendência homossexual”. Acompanharam ela a Igreja Presbiteriana do Brasil, a Convenção Batista Brasileira e Igrejas Pentecostais.

Ministérios interdenominacionais como o Grupo de Amigos, Grupo Êxodus Brasil e o Movimento pela Sexualidade Sadia que se auto intitulam como ministérios de ajuda para aconselhamento de pessoas que vivem “conflitos homossexuais”, além do Centro Apologético Cristão e o Corpo de Psicólogos e Psiquiatras Cristãos, também aderiram a essa perspectiva. O tom dos discursos assinalava que a aprovação do projeto promoveria uma crescente aceitação da diversidade sexual, resultaria no “extermínio do heterossexual” e a “destruição da família brasileira”, além de conduzir a “atitudes heterofóbicas”, ao “crescimento da pedofilia no país” e a difusão da epidemia de HIV/Aids. Havia também um medo crescente de que a aprovação da lei pudesse impedir as atividades pastorais e de psicólogos de aconselhamento de gays e lésbicas que tivessem como finalidade converter, curar e regenerar.

Tratava-se de construir discursivamente a “ameaça homossexual”. Esse fenômeno não se inaugura apenas por causa da tramitação da PL anti-homofobia. Mas modula-se em intensidade através dos diversos momentos em que as sexualidades dissidentes ganham visibilidade pública. Como por ocasião da explosão da epidemia do HIV/Aids, por exemplo. Essa ameaça visa promover o terror social através de dois estigmas que se inter-relacionam e se retroalimentam

sobre essas sexualidades. A primeira mais ligada ao discurso médico e psiquiátrico e a segunda ao discurso religioso.

Trata-se para Natividade e Oliveira de uma espécie de sexologia religiosa que:

[...] demarcaria as práticas sexuais admitidas por Deus por meio da segmentação e da especificação de um domínio de práticas referidas como ‘anormais’, ‘anômala’, ‘pervertidas’, ‘mórbidas’, ‘obscenas’, portanto, ‘anti-bíblicas’ e ‘anti-naturais’. Não se trata meramente de postular o sexo penetrativo vaginal como única prática aceitável, mas de colocar em discurso uma pluralidade de ‘pecados’ que são, simultaneamente, distúrbios de sexualidade (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013, p. 108).

Um artigo exemplar sobre esse tema chamado “A Bíblia, o homossexualismo e outras eropatias” de Antônio Gilberto, fala especificamente sobre o que chama de eropatia homossexual⁵. Preocupado em estabelecer suas causas pensa que estão ligadas a fatores como a criação em “famílias disfuncionais” e a “influência de movimentos sociais”. A desconstrução dos padrões de gênero defendido pelas feministas teria atacado o “sexo natural” e favorecido o “aparecimento de práticas sodomitas”. Argumenta também que se a criança é criada por uma “mãe carrasca”, “desumana” e “tirana” e por um pai “omisso”, “indiferente” e “mole”, esta teria disposição a desenvolver uma “personalidade fraca” e “pusilânime” e passaria a “odiar mulheres”. Outro fator seria a “influência de Satanás” através da mídia e certos programas infantis que supostamente incentivaram uma sexualidade prematura.

Alguns discursos também constroem a figura do homossexual como propagadores da epidemia da AIDS. Uma reportagem do jornal *Mensageiro da Paz* afirmava que “quem pratica ato sexual diferente daquilo que Deus projetou sofre consequências graves”. Trata-se de marcar os homossexuais como vetores de doença e um perigo a ser corrigido ou eliminado. Este sujeito produzido

⁵ A noção de “eropatia” do autor engloba o que ele chama de “transvios sexuais”. Distúrbios que ele categoriza em quatro categorias de “anomalias eróticas”: erofobias (aversões desenvolvidas na área afetivo-sexual), erofilias (paixões desenfreadas, crônicas), eromanias (distúrbios emocionais localizados na mente) e eroísmo (fenômenos ligados a adoção consciente de “comportamentos pervertidos”).

discursivamente representaria vários personagens “ele seria pedófilo, agressivo, amoral, descontrolado, sujo, contaminador/propagador de doenças, abusador sexual, possuído por demônios, personificação do mal, instrumento do Enganador” (NATIVIDADE; OLIVEIRA, 2013, p. 112).

Outras abordagens engendram discursos e formas de exclusão menos diretas, que aderem ao tom do acolhimento e do cuidado pastoral, mas ainda compreendendo o sujeito homossexual como um indivíduo a ser corrigido. O discurso da acolhida vem associado a ideia de que é possível eliminar a homossexualidade através do aconselhamento, do exorcismo, curas ou terapias. Trata-se de um fenômeno ligado a homofobia cordial (FERNANDES, 2008). Ou seja, a acolhida não trata de reconhecer e atribuir uma representação positiva da diferença, mas de pôr em ação dispositivos de normalização dos sujeitos dissidentes para a eliminação da diversidade.

Toda essa rede polimorfa de discursos é caracterizada por Natividade e Oliveira como estruturantes da homofobia religiosa. Sendo ela um conjunto heterogêneo de práticas e discursos de desqualificação e controle da diversidade sexual. Que extrai autoridade de princípios cosmológicos, sobrenaturais, argumentos teológicos e doutrinários e interpretações conservadoras da Bíblia.

É uma estratégia para garantir o status de normalidade da heterossexualidade. De forma que o sujeito heterossexual se pensa como única e legítima forma de exercício do desejo. Nesse esquema supõe-se uma continuidade e coerência natural entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a expressão ou efeito de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual de modo que a inteligibilidade do ser heterossexual só pode ser garantida pela exclusão de outros tipos de identidade. Segundo Butler: “do ponto de vista desse campo, certos tipos de ‘identidade de gênero’ parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformaram às normas da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2003, p. 39).

Essa rede de discursos e práticas atingem a subjetividade dos fiéis de forma que aqueles que possuem desejos eróticos não-heterossexuais e/ou performam papéis de gênero não-normativos só conseguem enxergar a si próprio como

desviantes e tem a sua trajetória marcada pela sujeição⁶. Sobre os impactos do poder religioso na subjetividade Natividade e Oliveira identificam que:

Grosso modo, é recorrente o relato de dilemas interiores relacionados à percepção de estar em pecado, de incorrer em um comportamento que suscita o ódio e ira divinos e a reprovação da sociedade e da família. (...) Medo, culpa, sentimentos de “vergonha” e temor de rejeição social são descritos na tensão entre vida religiosa e vivência da homossexualidade, assinalando a incorporação de ideias religiosas no discurso sobre si (NATIVIDADE; OLIVEIRA, p. 200).

Nas entrevistas feitas pelos autores foi identificado uma quantidade considerável de relatos envolvendo algum momento de intenção suicida por homossexuais e lésbicas que tiveram passagem por igrejas desse perfil. Evidenciando que o auto estranhamento e a percepção negativa de si provocado por esses discursos e práticas se traduz em graves tensões intrapsíquicas. Contribuindo assim para um cultivo precário do *Self* que passa a ser essencialmente marcado por sentimentos de medo e culpa. Esse dispositivo interdita a diversidade sexual de forma que a trajetória desses sujeitos é marcada pela vexação de si e pelo segredo. E caso o desejo ganhe alguma evidência pública, é atingido então pela sanção e pela normalização mais intensa.

“Ali onde há poder, há resistência”: o surgimento das Igrejas Inclusivas

Traçado esse panorama geral sobre a forma hegemônica que o poder religioso cristão assume sobre a dissidência sexual e de gênero, é necessário considerar que “ali onde há poder, há resistência” (FOUCAULT, 1999). Essa figura da dominação que limita e interdita de forma unitária e universal a dissidência é insuficiente para compreender a real dinâmica na qual o poder está inserido. É importante analisar a dimensão da ação desses sujeitos. Pensando que a agência supõe um propósito não gerado pelo poder e que não deriva lógica ou

⁶ Refiro-me a noção em Butler (2017) na qual a vexação do desejo é crucial para a sujeição. Segundo a autora, para persistir o sujeito deve tolher o próprio desejo e para que o desejo triunfe o sujeito deve ser ameaçado de dissolução. Nesse modelo de sujeição, o sujeito voltado contra si mesmo (seu desejo) é condição da sua própria existência.

historicamente dele. Mas pode operar numa relação de contingência e inversão em relação ao que a torna possível. Apesar de existir a exigência de reiteração do poder, ela própria é temporalizada não constituindo estruturas estáticas, mas contingentes, ativas e produtivas (BUTLER, 2017).

Não se trata de negar a dominação, mas de perceber que ela nunca se dá de maneira mecânica e total. Mas que, como elabora Foucault, é perpassada por inúmeras clivagens que às vezes podem suscitar grandes rupturas, mas que na maioria delas geram pontos menores, focos móveis de resistência que podem adquirir ou não maior densidade. Trata-se de uma arena em que através de lutas e afrontamentos incessantes transforma-se, reforça-se, inverte-se. É consciente desse modo complexo da operação do poder que podemos identificar o surgimento de igrejas inclusivas como um desses módulos de resistência que rompe pretensas unidades dentro da hegemonia do poder religioso cristão.

A revolta de *Stonewall* em 1969 foi um marco importantíssimo para a articulação de LGBT's na luta por reconhecimento positivo e direitos civis não só nos EUA, mas em todo o mundo. A rebelião deu início a um conjunto de organizações e contínuas mobilizações como a Parada do Orgulho LGBT, que colocaram na agenda global questões importantíssimas para gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais como: a questão dos direitos civis, a descriminalização e despatologização da homossexualidade e o enfrentamento a discriminação e a violência. É um contexto de profundas reivindicações de inclusão do grupo na vida pública, em contraste a uma realidade anterior de isolamento.

O poder religioso, particularmente os evangélicos, objeto deste trabalho, não saiu imune desse complexo de contestações, e surgirá paralelamente a essa movimentação a primeira comunidade cristã formada predominantemente por homossexuais. Ela foi fundada em Los Angeles em 1968 pelo pastor Troy Perry com o nome de *Metropolitan Community Churches* (MCC), a primeira denominação inclusiva dos Estados Unidos. Segundo dados de 2013 as MCC reúnem cerca de 43 mil membros em 222 congregações em 37 países, sendo que apenas 10% dos membros se declaram heterossexuais (Camargo, 2013). Na esteira das MCC um conjunto de novas denominações que se reivindicavam inclusivas foram surgindo

nos EUA, em 2011 contabilizavam-se um total de 6.826 comunidades com uma abordagem teológica inclusiva a LGBT's.

No Brasil começa-se a ter registros de igrejas desse tipo na década de 90, ensejadas por um contexto de profunda organização de LGBT's nas pautas por direitos civis, inclusão, reconhecimento positivo e combate a Aids. Natividade (2010) conta que o pastor Nehemias Marien da Igreja Presbiteriana de Copacabana em meados da década de 90 já defendia a avaliação positiva da homossexualidade e realizava todos os anos o Culto do Orgulho Gay próximo a data de comemoração da revolta de *Stonewall*. Seu discurso favorável a inclusão de homossexuais no culto atraiu diversas pessoas que chegaram a fundar na denominação o Grupo Convivência Cristã que servia como um espaço de troca de experiências entre homossexuais, ativistas e heterossexuais. Outros movimentos ainda na década de noventa como um debate sobre religião e preconceito promovido pelo Centro Acadêmico de Estudantes de História da USP articulou lideranças para a formação da primeira Comunidade Cristã Gay no país.

As tentativas de implantação da MCC no Brasil começaram entre 2002 e 2004 no Rio de Janeiro. Em 2010 a Igreja Metropolitana encontrava-se já em Fortaleza, Natal, Vitória, Belo Horizonte e São Paulo. Apesar de ser um movimento recente, já é possível identificar diversos grupos que se auto intitulam inclusivos no país. Além da Igreja Metropolitana, figuram nesse cenário também a Igreja Cristã Contemporânea, a Igreja Acalanto, Comunidade Cristã Nova Esperança, Igreja Cristã Evangelho Para Todos, Igreja Plenitude, Igreja Inclusiva Mergulho, Comunidade Cristã Abraça-me, Comunhão Cristã Plena Graça, Igreja Deus Vivo Inclusivo, Ministério Inclusivo Livres em Cristo, Terra da Adoração Church, Igreja Todos Iguais, Igreja Apostólica Acolhidos por Cristo, Igreja Inclusiva Resgatando Vidas, dentre outras.

O grande número de comunidades autônomas revela a própria dinâmica de constante segmentação dos evangélicos que é marcado fortemente por processos de rupturas e inovações seja por divergências doutrinárias ou conflitos internos. Contudo, apesar da diversidade de “placas”, práticas, orientações doutrinárias, litúrgicas e eclesiásticas, as Igrejas Inclusivas sustentam em comum

uma avaliação positiva da diversidade sexual, sendo compreendida agora como parte do plano natural de Deus. Permitindo não só a participação de gays, lésbicas, bissexuais, transexuais e travestis nos cultos, mas sobretudo nos postos de liderança.

Natividade e Oliveira propõem uma distinção entre dois tipos ideais de orientação programática nas Igrejas Inclusivas. Considerados em nível analítico, mas que se dispersam em maior e menor grau nas experiências locais. Trata-se primeiramente de uma perspectiva mais ativista, ligada aos movimentos sociais e a luta por direitos, buscando reinterpretações bíblicas que incluam LGBT's. E outra estratégia mais ligada a uma ênfase na vida religiosa, em modelos de santidade, vida cristã e na batalha espiritual.

Na primeira tipificação figuraria com maior destaque a Igreja da Comunidade Metropolitana. Esta apresentaria maior conteúdo militante, centrando a sua atuação na desconstrução da homossexualidade como pecado, propondo uma releitura da Bíblia que positiva a diversidade, compreendendo-a agora como um dom divino. O pecado passaria a estar nas formas de exclusão, discriminação e preconceito como a homofobia. Essa noção influenciará o direcionamento público da igreja, que será marcado pela divulgação de informações relacionados ao tema da cidadania e dos direitos humanos e pela luta contra o preconceito. O verdadeiro cristão estaria engajado nas lutas por igualdade e direitos para LGBT's e outras minorias.

É possível verificar marcadamente essa postura acessando as páginas no *facebook* da ICM Brasil e suas filiais como Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte. A ICM Belo Horizonte, por exemplo, tem como foto de perfil a imagem da vereadora Marielle Franco, executada no Rio de Janeiro em março de 2018 durante a intervenção militar no estado, sobreposta com a mensagem "luto". A capa da página por sua vez contém uma parede com uma pichação que diz "Nós somos a revolução". No quadro de eventos encontra-se rodas de conversa, mesas redondas, cine-debates e celebrações como: "Celebração Ecumênica - Minha Identidade é uma Delícia", "Celebração Ecumênica - ICM Delas e Reforma da

Previdência”, “Mesa redonda: famílias, espiritualidade e direitos”, “ICM QUEER - Espiritualidade Subversiva”, dentre outros.

A página da ICM Rio em setembro de 2018, articulada com o momento eleitoral, convocava os fiéis para um ato intitulado “Cristãos LGBTs contra o fascismo” e compartilhava imagens com mensagens como: “Minha fé combina com feminismo”, “Minha fé combina com inclusão”, “Minha fé combina com justiça social” e “Minha fé combina com respeitar as diferenças”. Em tom um pouco mais moderado, com menos referências a bandeira LGBT, por exemplo, a ICM São Paulo mostrava em sua grade, eventos como: “Vigília pelas Vítimas da AIDS”, “Culto do Dia da Visibilidade TRANS” e “Culto alusivo ao Dia Nacional do Surdo”. Mostrando assim como militância e religião se misturam nessa estratégia.

O outro tipo identificado pelos autores relaciona-se menos com uma orientação do discurso voltada para os direitos e a cidadania LGBT e mais para uma ênfase na batalha espiritual e ao tema da vida religiosa, como a Igreja Cristã Contemporânea. Não quer dizer que não tratem sobre a exclusão de LGBT’s, mas que possuem maiores mediações com o campo do pentecostalismo brasileiro, centrados na emoção e na experiência. A ênfase está na cosmologia que compreende a existência do demônio, nos dons do Espírito e no poder de Deus para a libertação. O fiel estaria constantemente seduzido pelo pecado, mas disporia de instrumentos como o jejum, a oração e a intercessão para a libertação e a cura. Categorias como “vida na carne”, “vida no espírito”, “maldições”, “homem velho”, “renascimento”, “libertação” e “cura” são constantemente mobilizados nessa estratégia.

Uma pesquisa nas páginas no *facebook* da Igreja Cristã Contemporânea e suas filiais demonstra a reiteração desse discurso. Nas chamadas para os cultos podemos ver temas que se repetem na cosmologia pentecostal brasileira como: “3 quartas da prosperidade”, “7 quartas da unção”, “Domingo da construção”, “Noite do retorno”, “Culto da família”, “Noite da resposta”, “Domingo da porta sentimental”, dentre outros. Não há nenhuma referência a questão da cidadania LGBT e uma exposição bastante modesta de símbolos do movimento. O tema da homossexualidade entra em reflexões sobre a auto aceitação e na construção de

“relacionamentos saudáveis” como em vídeos de orientação do Pr. Marcos Gladstone. Essa é uma ênfase na cosmologia da batalha espiritual e nas definições de um modelo de homossexualidade santificada (NATIVIDADE, 2010). Há nele modelo uma defesa reiterada da dimensão da monogamia, em oposição a exercícios da sexualidade que seriam considerados promíscuos.

“Somos uma igreja como qualquer outra”: um relato etnográfico em uma Igreja Inclusiva

Constituído esse panorama geral das Igrejas Inclusivas enquanto resistência ao poder religioso cristão tradicional, e das mediações que fazem com a tradição e com os movimentos pela cidadania LGBT, parto agora para o relato de uma inserção inicial no meu campo de pesquisa. O local definido foi a Igreja Cristã Contemporânea – Intenção Salvador. Trata-se de uma filial da ICC, com sede no Rio de Janeiro, e que pelo menos desde o início de 2017 tenta consolidar uma igreja na cidade. Nesse processo de intenção, realiza-se uma diversidade de cultos e reuniões em datas programadas (geralmente em um intervalo mensal) que acontecem atualmente em um espaço alugado no bairro de Brotas em Salvador.

O interesse de pesquisa nessa igreja tem a ver com compreender como se articulam duas dimensões aparentemente antagônicas: a vida religiosa cristã e a diversidade sexual. Essa inserção inicial tratou de observar o culto, os discursos das lideranças, a liturgia e o comportamento dos fiéis durante as celebrações. Nas observações foi possível perceber alguns elementos que apontam para como os atores fazem essa articulação. Os códigos morais de santidade se mostram como um aspecto importante desse processo, sobretudo no campo das relações sexuais e afetivas. Nos dois cultos, dicotomias como “vida na carne/vida no espírito”, “coisas do mundo/coisas do espírito”, “agir pela carne/agir pelo espírito” eram constantemente reiteradas nas mensagens e orações. Percebi então um forte apelo a moralização das relações como um elemento de legitimação da igreja inclusiva em relação às igrejas tradicionais.

Fiz a primeira visita em um culto dominical em dezembro de 2017, o endereço indicado apontava para um prédio comercial onde funciona um curso de língua estrangeira. Não havia nenhum movimento de pessoas na frente, identifiquei que era o local certo através de um pequeno banner na porta com a frase “Sorria! Jesus te aceita”. Me aproximando, fui muito bem recebido por um rapaz chamado Felipe com uma camisa que o indicava como do “Ministério de Recepção”. Ele me deu as boas-vindas e me informou o caminho para a sala onde aconteceria o culto. Entrando na sala, avistei algumas pessoas (de 15 a 20) sentadas em cadeiras enfileiradas de frente para uma mesa onde haviam elementos da Santa Ceia (o pão e o vinho), um projetor, uma caixa de som e uma outra mesa com equipamentos de áudio e um notebook. Uma organização comum em pequenas igrejas. Havia também uma outra mesa com alguns lanches, sucos e café ao lado que identifiquei ser para uma outra confraternização que aconteceria após o culto.

A recepção é marcada por abraços de boas vindas de diversos membros. Alguns tinham camisas com mensagens como “Sorria, Jesus te aceita” e “Jesus te ama sem preconceitos”. Dois deles eram especificamente separados para essa tarefa: Felipe e César. O último recolheu nosso telefone ao final do culto e manteve contato comigo durante o intervalo entre as visitas enviando por *whatsapp* mensagens religiosas e também me convidando para participar de outras atividades da igreja. Mesmo que eu tenha comunicado sobre a pesquisa, vi que havia um esforço para que fidelizasse as visitas.

Percebi também, pela forma com que sentavam juntos, que haviam alguns casais não-heterossexuais no lugar. Quatro ou cinco estavam bem próximos. Os momentos que antecediam o culto se assemelhavam muito a de uma igreja tradicional: pessoas que se cumprimentavam com “a paz do senhor”, casais conversando entre si e algumas pessoas que chegavam se ajoelhavam e faziam suas orações particulares. Destaco que não percebi nenhuma forma de contato mais próxima do que estou aqui supondo serem casais, para além das cadeiras mais aproximadas, não vi nenhum contato mais íntimo como mãos dadas, selinhos, ou coisas do tipo.

Nas duas visitas, o início do culto era dado por uma oração acompanhada de um fundo musical. No primeiro dia, a Pastora Lourdes convidou todos a se colocarem de pé e começar a orar pedindo que as preocupações externas fossem embora e que Deus visitasse aquele lugar e abençoasse o culto. Ao fim da oração pediu para que cada um abraçasse pelo menos três pessoas e dissesse palavras de boas-vindas. Iniciou-se então o momento de louvor com músicas tradicionais das igrejas evangélicas sendo executadas, de cantoras como Aline Barros, Ana Paula Valadão e outros. Foram cerca de cinco músicas, das mais agitadas para mais introspectivas que se intercalavam com falas da pastora convocando a adoração e reflexão.

Em um momento pediu para que as pessoas se afastassem uma das outras para que nada as distraísse. Durante essa parte mais reflexiva, onde era cantada a música “Abro mão” da banda Toque no Altar, a Pastora Lourdes passou o microfone para a Pastora Jéssica que iniciou uma oração bastante fervorosa sobre arrepende-se de pecados e de uma vida “no mundo”, a favor de entregar tudo a Deus. A música continha versos como “Abro mão dos meus sonhos / Abro mão dos meus planos / Abro mão da minha vida por Ti / Abro mão dos prazeres / E das minhas vontades / Abro mão das riquezas por Ti”.

Ainda na primeira visita, após a oração fomos convidados a sentar e a Pr^a. Jéssica iniciou o momento da pregação. Começou de forma descontraída, dando boas-vindas a todos e falando da saudade que ela e sua esposa, a Pr^a. Lourdes, sentiam de todos já que são do Rio de Janeiro e haviam visitado a igreja somente no mês anterior. Depois pediu que abrissemos a Bíblia em João 3, passagem que conta a história do encontro entre Jesus e Nicodemos. A pregação girava em torno da dicotomia entre “coisas do mundo” x “coisas espirituais” e exortava os fiéis para uma vida “fora da carne” e que os pensamentos e ações fossem dirigidas “pelo espírito”.

Dentre as formas de “agir pela carne” a pastora contava que a Igreja Cristã Contemporânea, por se tratar de uma comunidade de pessoas que foram muito oprimidas em suas casas e nas igrejas que já frequentaram, tendiam a serem insubmissas às autoridades eclesíásticas da igreja. Segundo ela, esse era um

comportamento que evidenciava o “agir pela carne” e um desafio para a igreja que ela ainda não havia identificado na intenção de Salvador, mas que vivenciava em outras filiais.

Várias vezes era enfatizado que a Igreja Cristã Contemporânea era uma igreja como outra qualquer. A submissão as autoridades da igreja, uma vida dedicada ao serviço eclesialístico e a consagração espiritual eram responsabilidade essencial dos fiéis assim como em qualquer outra denominação que já poderiam ter participado e que a aceitação a pessoas “homoafetivas” não significava uma vida de “libertinagem espiritual”. Nas palavras da pastora “as pessoas acham que porque é inclusiva dá para fazer o que quiser”. Citou exemplos de pessoas que visitavam a central no Rio de Janeiro para descobrir onde ficava o “quarto escuro da pegação” ou que iam para paquerar outros fiéis. Contou também sobre pastores de igrejas de denominações tradicionais que iam fazer visitas secretas para descobrir o que a igreja era, e que nas palavras dela “acabavam sem ter o que dizer pois percebiam ser uma igreja normal”.

Em outra visita, sem a presença da Pr^a. Jéssica a pregação foi feita pela sua esposa Pr^a. Lourdes. O sermão foi baseado no livro de Ester, capítulo 8, versículo 4 e 5 e falava sobre honra, orientado pelo tema anual da igreja intitulado “2018: ano da honra”. A mensagem falava sobre como Deus poderia honrar os planos de seus filhos se estes vivessem uma vida de fé constante e consagrada a Ele. A fé constante se relacionava com aqueles que não abandonavam a vida religiosa e mantinham-se de forma perene na rotina eclesialística. A pastora reiterava que conflitos na igreja tanto na inclusiva, quanto em experiências que tiveram em igrejas tradicionais não poderiam motivar o abandono da fé.

A consagração tem a ver com a santificação de todas as dimensões da vida. Foi quando a mensagem começou a falar sobre relações afetivas. A Pr^a. Lourdes incentivava os fiéis a consagrarem a Deus a sua vida sentimental, aguardando em oração constante o envio da “pessoa prometida”. Esta viria no momento e no lugar certo, e uma vida em festas e boates resultaria apenas em um “vazio existencial”. A pastora trazia a sua própria vida como exemplo, relatando que os lugares que frequentava e a ansiedade por ter uma companheira não lhe faziam bem. Exortou

também sobre o problema do “julgo desigual”, ou seja, o relacionamento com uma pessoa não-cristã. Também trazendo um exemplo pessoal, falou sobre os problemas que vivenciou em um relacionamento com uma não-cristã. Segundo ela, apenas quando esperou em Deus e consagrou a sua vida afetiva a Ele, encontrou a Pr^a. Jéssica, com a qual é casada até hoje.

Já encerrando a pregação, a Pr^a. Lourdes convidou os fiéis a realizarem um “ato profético”, ritual comum em igrejas pentecostais. Trata-se de fazer uma simbolização física de um propósito a ser alcançado. Os membros deveriam ir até a frente e a pastora “coroaria” cada um simbolizando a honra de seus planos. O momento foi seguido da realização da santa ceia, assim como no primeiro culto. Destaco que, diferente de outras denominações protestantes em que apenas membros batizados poderiam comungar da Santa Ceia, lá todos estavam convidados a participar. Nos dois dias a santa ceia era seguida do recolhimento de ofertas.

Um pequeno sermão sobre ofertas e dízimos era feito enquanto envelopes passavam de mão em mão. Havia também uma máquina de cartão de crédito e débito nas mãos dos auxiliares da igreja. No segundo dia o recolhimento de ofertas foi seguido pela consagração de um casamento. A pastora Lourdes falou sobre duas mulheres que tinham feito uma decisão importante na última semana e que queriam consagrar-se a Deus. As duas se dirigiram à frente da igreja e a pastora iniciou os votos tradicionais de casamento, cada uma respondeu “eu aceito” e logo após foi iniciada uma oração em que todos estavam de mãos estendidas para o casal, abençoando-as. As mulheres levaram um bolo para confraternização com toda a igreja.

Considerações finais

Poucos acreditam ser possível uma conciliação entre o cristianismo e exercícios da sexualidade não-heteronormativos. O tom bélico que o campo hegemônico protestante se utiliza para enfrentar a organização LGBT, nos faz pensar que estamos diante de polos completamente opostos de uma disputa. Já

que as igrejas tem sido historicamente um dos principais vetores da circulação ideológica da “ameaça homossexual”. Construindo a figura do LGBT como abominável, doente, foco de DST’s e adepto de práticas sexuais ilegais que ameaçam a família e a sociedade.

Assim, acreditamos que a única forma de aceitação de LGBT’s nos cultos cristãos é na condição de pessoas que negam a sua sexualidade e se dispõem a processos de cura e readequação ao modelo heteronormativo. Contudo, um ambiente de profunda organização de LGBT’s provocou fissuras nessa hegemonia a partir da criação de igrejas inclusivas. Nelas, lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis participam livremente dos cultos e são espaços de acolhimento onde podem novamente sentir a presença de Deus.

Nas primeiras visitas a Igreja Cristã Contemporânea – Intenção Salvador, alguns elementos ficaram bem marcantes. Primeiro é a quantidade de casais que frequentam a igreja. Isso parece indicar as formas como os fiéis articulam a sua sexualidade com as exigências heteronormativas da tradição cristã. É como se a relação monogâmica fosse um componente “santificador”. Também as pregações exortando a uma vida consagrada no espírito, “esperando em Deus” e afastando-se do “julgo desigual” revelam um apelo a adequação a um modelo de santidade nas relações afetivas. Parece ser um esforço para o afastamento do estigma de “promiscuidade” das relações não-heterossexuais, para enquadrá-las em um modelo em certo sentido tradicional.

Além do discurso das lideranças, um folheto distribuído aos visitantes revela isso de forma bem marcante. Em uma seção intitulada “Postura” encontra-se a mensagem:

Nosso compromisso é com a restauração e o progresso de cada pessoa em Jesus Cristo. Cuidado com os “olhares” e não faça do nosso Ministério “ponto de encontro” de paqueras. Você já deve estar cansado de ser usado emocionalmente como um ‘objeto descartável’. Participantes da Contemporânea devem evitar ter relacionamento que não o fraternal com os visitantes no seu primeiro mês de igreja, não descredibilize este ministério.

Esse esforço aparece não só na dimensão sexual ou afetiva, mas na própria concepção do que é a Igreja Cristã Contemporânea. A repetição da frase “somos

uma igreja como outra qualquer” durante as visitas mostram que há um forte interesse da própria denominação em afastar-se do estigma de “igreja gay”. Esse discurso remonta o que Natividade (2010) fala sobre a cisão da Igreja da Comunidade Metropolitana que deu origem a Igreja Cristã Contemporânea. Ele afirma que:

[...] a denominação pretendia seguir a linha de uma “igreja normal”, pregando “o que toda igreja prega”: o crescimento espiritual, a Palavra, o conhecimento de Deus e da Bíblia. Uma igreja tão normal que nem mesmo se ouviria pregações sobre homossexualidade nos cultos, contrastando com o estilo de pregação adotado na ICM (NATIVIDADE, 2010, p. 100).

Estes aspectos, contudo, não nos pode fazer afirmar que a Contemporânea se trata de uma igreja mais conservadora ou menos inclusiva. O elemento da posituação da diversidade sexual é presente nos dois modelos tipificados, mas se manifesta de modo polimorfo. Seja a Igreja da Comunidade Metropolitana ou a Igreja Cristã Contemporânea, ambas fazem mediações com o poder religioso mais geral, diferenciando-se nas formas e nos graus. Cabe então investigação mais específica sobre esse campo das mediações e a construção dos modelos de santidade que se elaboram nesses contextos, e que tipo de agência engendram.

O central é que a Igreja Cristã Contemporânea e as igrejas inclusivas em geral são possibilidades importantes dentro do campo religioso protestante para a disputa do reconhecimento positivo de identidades LGBT's. Pessoas que passaram pela experiência da rejeição em igrejas tradicionais e cultivaram uma imagem negativa de si baseada no medo, na vergonha e no auto ódio, encontram nelas um espaço de acolhimento onde podem vivenciar novamente uma ligação com o sagrado.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **A vida psíquica do poder: teorias da sujeição.** Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

CARRANZA, Brenda. **Renovação Carismática Católica: origens, mudanças e tendências.** Aparecida: Santuário, 2000.

CÉSAR, Marília de Camargo. **Entre a cruz e o arco-íris: a complexa relação dos cristãos com a homoafetividade.** Belo Horizonte: Editora Gutenberg, 2013.

FERNANDES, Luis Osvaldo Ribas Lobos. **Homofobia Cordial** (palestra). Salvador, UNEB/ DIADORIM, 2008. [mimeo]

FERNANDES, Rubem César; et al. **Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política.** Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber.** Rio de Janeiro: Graal, 1997.

NATIVIDADE, Marcelo; OLIVEIRA, Leandro de. **As novas guerras sexuais: diferença, poder religioso e identidade LGBT no Brasil.** Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

NATIVIDADE, Marcelo Tavares. Uma homossexualidade santificada: etnografia de uma comunidade inclusiva pentecostal. **Revista Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, v.30, n. 2, 2010.

SEGURA GRAIÑO, C, **El pecado y los pecados de las mujeres.** In: CARRASCO MANCHADO, A.I.; RÁBADE OBRADÓ, M. P. (Coords). Pecar en la Edad Media. Madrid; Sílex, 2008.

Biografias de imigrantes poloneses que se tornaram nomes de endereços na cidade de Curitiba – PR

Rafaela Mascarenhas Rocha¹

*Recebido em maio de 2019
Aceito em outubro de 2019*

RESUMO

Este artigo é parte da amostra dos dados coletados em pesquisa junto a membros do grupo de imigrantes poloneses em Curitiba, que emprestaram postumamente seus nomes para endereços na capital paranaense. Trazemos aqui algumas informações referentes às biografias de dez imigrantes que atualmente são nomes de ruas em Curitiba, a localização de cada uma dessas ruas, uma descrição sobre os logradouros – quanto à extensão, se são vias de transporte coletivo, se são áreas comerciais ou predominantemente residenciais e outras características – e também ainda há informações sobre o processo de oficialização de cada um deles junto ao poder público municipal. Neste artigo não serão problematizadas questões como, por exemplo, se há uma lógica para as homenagens, que obedeça a uma relação de importância entre homenageado e logradouro, ou níveis diferentes de prestígio entre os homenageados, pois essas são informações ainda em processo de análise em um estudo maior. As trajetórias aqui apresentadas serão as seguintes: Edmundo Saporski, Jerônimo Durski e Madame Curie (Maria Sklodowska).

Palavras-chave: Biografias; polono brasileiros; ruas; Curitiba.

ABSTRACT

This paper is a part of the sample of the data collected in a research with members of the polish immigrant group on Curitiba who posthumously lent their names to addresses in the city. Here we bring some information concerning the biography of ten immigrants that gave their names to streets in Curitiba, nowadays. We present the location of each one of the streets and some description about them – their length, if they are public transportation routes, or if those streets are commercial or residential areas, and other features. There is also some information about the process of formalization in each one of the addresses in the government. In this paper we are not going to discuss certain questions, for example: about if there is a logic involving these kinds of honors, as the relationship of importance between the immigrant who is honored and the street named with the his or her name, or different levels of prestige between the immigrants honored – because these are information still in a process of analysis, in a major study. The trajectories presented here belong to the following immigrants: Edmundo Saporski, Jerônimo Durski and Madame Curie (Maria Sklodowska).

Keywords: Biographies; Polish-Brazilian; Streets; Curitiba.

¹ Bacharel em Ciências Sociais e Mestra em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR), atualmente é doutoranda em Sociologia pela UFPR. Recebe apoio financeiro da CAPES. Email: rafaela_mrocha@yahoo.com.br

Introdução

A imigração polonesa na região de Curitiba possibilitou vários estudos no campo da história como em Wachowicz (1976, p.12; 2000, p. 107-146) e Boschilia (2004, p. 63), por exemplo, obras nas quais os autores apresentam levantamentos históricos detalhados sobre a chegada do grupo às áreas de colônias, além de contar como era a vida cotidiana desses imigrantes na terra de adoção. Para além desses, há também muitos trabalhos em áreas como o turismo, um exemplo é o de Bahl (1994, p. 21-32) que identifica a identidade polonesa como um potencial para atrativo turístico na cidade. Mas é com o olhar voltado para a sociologia que podemos avançar nas discussões feitas desde Ianni (1966, p. 117-146) quando verificou a maciça presença polonesa em Curitiba, e como ela era tratada pela população local até a primeira metade do século XX; ou em Oliveira (2010, p. 83-99) quando indica uma saída para a resignificação da presença polonesa em Curitiba, apresentando aos leitores que além do trabalho rural o grupo – mais numeroso entre os imigrantes europeus e asiáticos no estado do Paraná – se organizara em torno de um extenso número de instituições sociais construídas e mantidas pelos poloneses na cidade, tais como: jornais, escolas, clubes esportivos e artísticos, debatendo com Ianni (1966, p. 117-146) o quanto era ilógico o estigma negativo colocado sobre este grupo. A desconstrução deste estigma aparece tanto na obra de Ianni (1966, p. 117-146) e que serve-nos agora, como ponto de partida para pensarmos posições de prestígio dos imigrantes poloneses em Curitiba. Pois, se consideramos a presença de polono brasileiros ilustres na vida curitibana, como: médicos, engenheiros, professores, escritores, políticos entre outras profissões, e que ao exercerem suas profissões e ao serem reconhecidos pelos seus feitos após suas vidas – recebendo homenagens na cidade – elevam o nome da comunidade polono brasileira e desfazem ainda mais aquele primeiro estigma detectado por Ianni (1966, p. 117-146), algo que não acreditamos existir mais atualmente.

O mecanismo de se prestar homenagem a um antepassado vem sendo utilizado pelos descendentes de poloneses em Curitiba e pela comunidade curitibana, de maneira geral, desde a metade do século XX (ROCHA, 2016, p. 115). Isso pode ser entendido como

uma maneira de perpetuar os legados dos antepassados, de prestar reconhecimento às trajetórias e também de destacar nos espaços públicos da cidade a presença deste grupo de imigrantes. Foram observados entre os homenageados com endereços, nomes de imigrantes ilustres para a história da cidade; para o grupo polono brasileiro de maneira localizada, ou seja, dentro dos bairros; e ou até mesmo em nível internacional. Os prestadores das homenagens são agentes do poder público municipal: vereadores ou prefeitos, que aprovam os nomes dos homenageados que se tornarão oficialmente denominações de endereços através de projetos de lei que tramitam na Câmara Municipal ou, em alguns casos, por decreto. Ainda segundo trabalho anterior que vem ganhando sequência (ROCHA, 2016, p. 83) os endereços com nomes de polono brasileiros acontecem em 60 dos 75 bairros de Curitiba, indo muito além dos territórios das antigas colônias, que atualmente são bairros nas regiões norte e oeste da cidade. Em números, de um total de 8034 logradouros públicos, 421 possuem nomes de polono brasileiros, ou seja, 5% do total. Com destaque para o bairro Cidade Industrial de Curitiba, que possui 49 endereços com nomes de polono brasileiros.

Para além de maiores apontamentos teóricos sobre o movimento de prestar e receber homenagens, ou quanto ao estudo de reconhecimento de legados dos antepassados, este artigo tem por objetivo analisar biografias de quatro dos polono brasileiros homenageados. Isto permite verificar o peso de seus legados na hora da escolha de seus nomes para oficializar um endereço. E mais, se compararmos os legados entre si, pode-se perceber trajetórias com níveis diferentes de destaque. Quer dizer, pode-se observar assim, se um imigrante era alguém muito popular no bairro, ou na colônia, ou se era alguém reconhecido nacionalmente em uma área profissional específica, ou ainda se a pessoa teve notoriedade internacional devido à sua trajetória e sua carreira. Não se trata de comparar maiores ou menores importâncias, mas sim verificar os diferentes tipos de pessoas que mereceram um nome em alguma rua. Para que, assim, se compreenda melhor o mecanismo de prestação de homenagens, através do pensamento que questiona: o homenageado é importante para quem, ou para que grupo de pessoas? Em que medida sua trajetória pode valer uma homenagem como essa? Essa é a maior honraria que se pode prestar postumamente?

De maneira inicial, fazemos uma exposição sobre como a denominação de endereços para homenagear antepassados da imigração polonesa, especificamente, é pertinente e frequente na cidade de Curitiba. As relações entre a vida do imigrante e o bairro onde sua rua se encontra; ou a importância em termos de hierarquia social do imigrante em sua trajetória e o porte da rua que leva seu nome; e por último, se houve e qual era a relação entre o homenageado e o prestador da homenagem, são elementos que ainda estão sendo fruto de análise, dentro de uma pesquisa maior. Portanto, nos concentraremos em apresentar a ocorrência desta forma de homenagem e como isso pode ser um sujeito de estudo dentro do campo da Sociologia, e também a relação entre a concentração de ruas que levam nomes de poloneses e as áreas da cidade onde eles ocuparam no passado, mostrando que há uma relação nisso e a possibilidade de um reduto polonês em Curitiba. As informações aqui apresentadas dão conta dos nomes das ruas, trajetórias dos homenageados, os bairros onde ficam os endereços e um retrato de como é cada um deles. Pois acreditamos que, desta forma se compreenda se houve uma lógica utilizada pelos agentes públicos ao prestar cada uma das homenagens e qual foi ela: se foi uma demanda da comunidade, se foi uma prestação pessoal de homenagem, ou um nome que surgiu ao acaso entre as diversas ruas precisando de um nome, inúmeras são as possibilidades.

Os endereços a serem apresentados neste artigo serão: Rua Edmundo Saporski, Rua Jerônimo Durski, Rua Julio Szymanski e Rua Madame Curie (Maria Sklodowska) e as respectivas descrições sobre trajetórias de cada homenageado e características das ruas. Cada descrição acompanha uma imagem da rua, para uma melhor visualização do endereço trabalhado.

Nomes de ruas: processos de oficialização

Pelas cidades brasileiras – e Curitiba não foge a esta regra – existem milhares de nomes de endereços que fazem referências diversas, tais como datas importantes: a exemplo da Avenida Nove de Julho na cidade de São Paulo e da Praça Sete de Setembro em Belo Horizonte; nomes em alusão à religiosidade: como a Avenida Nossa Senhora de Copacabana no Rio de Janeiro; ou também em referência a outros países: como a

Avenida República Argentina em Curitiba. No entanto, a grande maioria dos endereços levam nomes de pessoas, podendo ser comprovado pelo caso de Curitiba em que são cerca de 80% dos 8034 endereços que trazem o nome de alguma figura ilustre, como os exemplos da Avenida Presidente Kennedy ou da Alameda Dom Pedro II.

Dentre os nomes de endereços encontram-se homenageados de diversos ramos profissionais, épocas da história e nacionalidades. Contudo, uma importante curiosidade em relação a este tema é a de que, de maneira geral nas ruas das cidades brasileiras, há muito mais nomes masculinos do que femininos denominando os endereços. Alguns endereços marcantes aparecem como a Rua Clara Nunes, no bairro de Madureira no Rio de Janeiro, a Rua Augusta no centro de São Paulo ou a Avenida Anita Garibaldi no bairro Juvevê, em Curitiba são exemplos de locais com nomes femininos, mas são exceções. O que pode indicar mais um ramo de pesquisa para colegas da área, futuramente.

De maneira geral, a denominação de um endereço é uma homenagem póstuma, salvo em períodos antidemocráticos². A proposta para oficializar um nome de endereço surge como projeto de lei, geralmente dentro do poder legislativo local – a Câmara Municipal. Vereadores proponentes elaboram o projeto para denominar uma ou mais ruas ao mesmo tempo, em casos de inauguração ou abertura de conjuntos habitacionais, no entanto esses projetos não trazem detalhes sobre as homenagens nem as razões para tal. Para ser aprovado, o projeto de lei passa por Comissões dentro da Casa, grupos de trabalho onde os vereadores discutirão a constitucionalidade do projeto, fazer ajustes quando necessário, ou incluir adendos. No caso dos nomes de rua em Curitiba, a Comissão que discute o tema é a de Educação e Cultura, onde além de receber projetos de lei de vereadores, de maneira individual, também se elabora projetos coletivos, onde vereadores que concordam com uma denominação, ou com um bloco de denominações, elaboram juntos um projeto de lei. Ao ser aprovado ou ajustado na Comissão de Educação e Cultura, o projeto vai para a Comissão de Constituição e Justiça, onde se discute se há legalidade nos nomes propostos, se nenhum dos homenageados fere direitos humanos, por exemplo, ou se não há repetição na homenagem. Para que então o

² Um exemplo de denominação de espaço público como homenagem em vida é percebido no período da ditadura militar brasileira (1964-1985) quando o ex-prefeito de Curitiba Omar Sabbag recebe ainda em vida a homenagem de uma escola com seu nome no bairro Cajuru, no início dos anos 1970.

projeto vá ao plenário da Casa ser aprovado pelo conjunto dos vereadores. Em geral, os nomes de ruas aqui estudados são aprovados de maneira consensual e rápida. Por fim, o projeto de lei é encaminhado para o prefeito, que sanciona a lei e a faz cumprir. Algumas das ruas aqui estudadas foram oficializadas por meio de decretos do prefeito, ou seja, denominação elaborada e sancionada por ele sem que passasse pelo Poder Legislativo Municipal, o que pode significar duas coisas: a primeira é que aquela era uma demanda particular do prefeito, como um desejo político seu; ou pode-se tratar de mais uma das fases de ruptura democrática que o Brasil teve, onde se anula o poder legislativo.

Polono brasileiros em nomes de ruas: iniciativas e oficializações

A Sociologia da Imigração se apresenta como um campo de pesquisa que dialoga muito com a história dos grupos que imigraram e imigram, principalmente no caso brasileiro. O texto de Seyferth (1999, p. 220) é exemplo de trabalho que trata sobre a Lei de Nacionalização imposta pelo governo Getúlio Vargas – proibindo, entre outras coisas, o uso de língua estrangeira em espaços públicos de todo o país – e que veio acarretar em transformações drásticas nas vidas dos estrangeiros no Brasil, como o fim das associações e das escolas em idiomas de suas terras de origem. Os estrangeiros em Curitiba que foram afetados pela Lei de nacionalização eram principalmente aqueles de origem germânica e italiana, pois eram protagonistas dos Estados de exceção na Europa, e que assim como o Japão formaram o Eixo durante a II Guerra Mundial. No entanto, isso não impediu que o rechaço chegasse a populações eslavas, como o desmonte de clubes e de jornais escritos em polonês na cidade de Curitiba, como traz Oliveira (2010, p. 83-99).

Sobre o grupo de imigrantes poloneses no Paraná, é importante citar o artigo “*Do Polonês ao Polaco*”, de Octavio Ianni (1966, p. 117-146) que se tornou um capítulo em *Raças e Classes Sociais no Brasil*, este por sua vez, relatava um contexto da imigração polonesa em seu tempo presente. Quando trabalhando em Curitiba na década de 1960, o sociólogo se deparou com um grande estigma negativo e preconceito bastante presente, que a comunidade curitibana nutria pelos poloneses que aqui viviam. Esta população de imigrantes era tratada como indesejável para relações afetivas, dispensáveis para

trabalhos que exigissem mais intelecto do que força braçal, pois eram taxados como analfabetos, alcoolistas, que teriam eles predileção pelos trabalhos domésticos, que tinham dificuldade em aprender a língua portuguesa e eram apegados em demasia à religião e às orientações dos padres. E assim, o autor viu que uma comparação entre poloneses e negros era inevitável por parte da comunidade local: “Constitui-se ali toda uma doutrina de inferioridade moral e intelectual do polonês, como se formara com a escravatura a doutrina da inferioridade inata do africano ou seu descendente.” (IANNI, 1966, p. 56).

Em estudo anterior (ROCHA, 2016, p. 14), verifica-se uma notável presença de endereços na cidade de Curitiba que tem nomes de algum polono brasileiro: tanto imigrantes quanto descendentes. E ao investigar o processo de oficialização desses endereços, verificou-se também, que grande parte desses nomes foi oficializada por dois vereadores em especial, são eles: José Gorski entre os anos 1970 e 2000 e Tito Zeglin a partir dos anos 1980 até o presente. Ambos são de origem polonesa, se consideram como representantes do grupo na Câmara Municipal de Curitiba e tem ou teve – no caso de José Gorski – como prioridade elevar o nome da comunidade através do trabalho no legislativo, para além somente da denominação de logradouros. Como por exemplo, títulos de cidadão honorário a outros membros do grupo e melhorias na infraestrutura urbana nas proximidades da Igreja de Santo Estanislau, no centro da cidade, local de concentração do grupo, pois realiza missas em idioma polonês até os dias atuais, entre outros projetos e leis.

Dentre os resultados encontrados até o momento, pode-se afirmar que a denominação de ruas com nomes de algum antepassado polono brasileiro seja um mecanismo de prestação de homenagem por parte dos congressistas, e em especial Gorski e Zeglin. Algo que reforce a presença polonesa na cidade, ressaltando sua importância no cenário local, como o maior grupo de imigrantes a se instalar na cidade (OLIVEIRA, 2010, p. 83-99) e que reforça também, conseqüentemente, as trajetórias individuais, levando a pensar que esse mecanismo de prestação de homenagem passe por critérios referentes à trajetória, em que possa haver alguns polono brasileiros mais e outros menos aptos a receber tal honraria. Contudo, esta reflexão não está concluída e não será apresentada no presente artigo, pois necessita de maior arcabouço teórico

dentro da linha de uma Sociologia das Homenagens. Porém para começar a traçar este raciocínio, nos voltamos para as biografias dos homenageados com endereços para entender se há um padrão de trajetórias, que marque também um padrão de homenagens, ou se há heterogeneidade, o que possibilita, então, variar as razões para que os prestadores das homenagens às façam.

Trajetórias de polono brasileiros que viraram nomes de ruas em Curitiba

A cidade de Curitiba tem quatro bairros que foram colônias exclusivamente polonesas no passado, são eles: Abranches, Orleans, Santa Cândida e Santo Inácio. Em todos eles o índice de ruas com nomes de poloneses é alto, no bairro Orleans são 18 ruas e no bairro Santa Cândida 24, mas não somente nesses. Há também bairros de urbanização recente (anos 1970) como o Cajuru, Cidade Industrial e Sítio Cercado que também contam com alto número de endereços que homenageiam poloneses, somente na CIC são 51 endereços com nomes de poloneses. Dos 8034 logradouros na cidade, 421 levam o nome de algum polono brasileiro segundo dados levantados por Rocha (2016, p. 86)³, nomes que estão presentes em 60 dos 75 bairros de Curitiba. Apresentamos a seguir alguns dos nomes de imigrantes ou descendentes de poloneses que foram agraciados com seus nomes em algum endereço na cidade.

A primeira biografia a ser apresentada é a de *Edmundo Saporski*, imigrante nascido em Siolkowice, Polônia em 1844. Pioneiro da imigração polonesa ao Brasil, Saporski chamava-se Sebastião Edmundo Wós Saporski, quando muda de nome para desertar do exército da Prússia e emigra rumo ao continente americano (WACHOWICZ, 2000, p. 107-146). No Paraná, trabalhou como agrimensor e ajudou imigrantes e governo local com a divisão de terras para abertura de novas colônias. Escreveu para a *Gazeta Polska* e foi membro da *Sociedade Tadeusz Kosciusko*. Viveu até 1933. A rua que leva seu nome fica no bairro Mercês, e foi oficializada em 1951 por iniciativa do vereador Edvino Donato Tempski. Sendo a primeira via em Curitiba a ter o nome de algum polono

³ Uma atualização destes dados está sendo feita em pesquisa mais recente. No qual o número de logradouros da cidade já aparece consideravelmente maior e, conseqüentemente, o de homenageados também. Porém sua divulgação ainda não pode ser feita, devido ao andamento do seu processo de apuração.

brasileiro. Inclusive, foi no bairro do Mercês que Saporski se instala e vive a maior parte de sua vida, o bairro foi uma colônia mista que recebeu alguns alemães, poloneses e ucranianos. A localização da rua – um bairro central e que foi antiga colônia – e a data de sua oficialização, são aspectos que podem mostrar a ideia de homenagear o representante da imigração polonesa, demarcar essa região como um reduto da presença polonesa e abrir espaço para que outras homenagens desta natureza fossem feitas, como de fato foram.



Figura 1: Rua Edmundo Saporski, no bairro Mercês

Em seguida, temos *Jerônimo Durski*, uma rua que passa pelos bairros Bigorrião e Campina do Siqueira, que se tornou via oficial da cidade de Curitiba em dezembro de 1954, através de decreto do então prefeito Ernani Santiago Oliveira. Durski foi um imigrante nascido em Poznan, em 1824, trabalhou como professor a vida toda. Era conhecido como um mestre rígido, e muito procurado pelas escolas coloniais de Curitiba, tendo trabalhado na escola do Orleans entre os anos de 1890 e 94 (WACHOWICZ, 1976, p. 39). Trabalhou em diversas escolas em áreas rurais, ou urbanas, como no bairro do Batel em Curitiba, ou nas cidades do interior do Paraná como na

Lapa, lecionando em polonês nas colônias ou em português, pois havia se naturalizado brasileiro⁴. Ele foi uma liderança comunitária, que exigia dos pais a presença das crianças na escola; e do governo, a melhoria da estrutura das colônias e das escolas coloniais. Viveu até 1905. A iniciativa de denominar uma das principais vias da região do Campina do Siqueira com o nome de Durski, provavelmente venha a ser um sinal de reconhecimento da trajetória individual, como também a referência ao grupo polono brasileiro em Curitiba, pois essa homenagem é feita três anos após a de Saporski, parecendo ser esse o início do reconhecimento ao grupo.



Figura 2: Rua Jerônimo Durski, no bairro Campina do Siqueira

Em seguida, apresentamos o Largo *Júlio Szymanski*, um imigrante que viveu entre os anos de 1870 e 1975, nascido em Kielce, Polônia. Szymanski foi um oftalmologista e professor da área de medicina, sendo um dos fundadores da UFPR,

⁴ A fonte consultada não deixa claro se esse movimento “naturalização” de Durski teria sido uma solicitação de cidadania ou de nacionalidade brasileiras, visto que são pedidos diferentes de acordo com a legislação do século XX, não nos permitindo saber se assim o era também no século XIX.

porém ele não se fixa em Curitiba, trabalha também no Rio de Janeiro. Esse é o terceiro dos endereços selecionados aqui, que foi oficializado através de decreto do prefeito, e neste caso foi um decreto assinado por Omar Sabbag, em abril de 1970. Importante ressaltar que o período de oficialização deste espaço público coincide com um dos anos mais rígidos da ditadura militar brasileira,⁵ e Sabbag foi eleito prefeito por indicação do executivo estadual, os chamados prefeitos “biônicos”. O Largo é uma pequena área rodeada por três ruas muito movimentadas no bairro Rebouças: a Avenida Marechal Floriano Peixoto, a Avenida Presidente Kennedy e a Rua Almirante Gonçalves, o que pode indicar que o logradouro está ali colocado para valorizar ainda mais a trajetória de Szymanski, valorizando um dos fundadores da UFPR entre vários chefes de Estado, e em uma região central da cidade e que não teve qualquer ligação com a imigração polonesa.

⁵ Após a imposição do AI-5, manteve-se eleições para os poderes legislativos – vereadores, deputados e senadores - mas não para prefeitos de capitais e de cidades consideradas “estratégicas”, a exemplo de Foz do Iguaçu-PR, tendo então as indicações pelos governadores dos estados. Fonte: <<http://arte.folha.uol.com.br/especiais/2014/03/23/o-golpe-e-a-ditadura-militar/a-abertura.html>>. Acesso em: 17/04/2019.



Figura 6: Largo Julio Szymanski, no bairro Rebouças

E o último exemplo aqui listado leva o nome de polonesa que não foi imigrante em Curitiba, mas em Paris. *Madame Curie (Maria Skłodowska)* nasce em Varsóvia, em 1867 e emigra para a França para fazer seus estudos em ciências. Descobre elementos químicos capazes de emitir radiações, os quais ela batiza de Polônio (em homenagem à sua terra natal) e Rádio, e com esses descobrimentos Curie ganha dois prêmios Nobel, um em Química e um em Física, além de ser a primeira mulher a obter o título de doutora pela Universidade de Sorbonne, lecionando também por essa instituição. Curie faleceu em 1934, em decorrência de uma leucemia, causada pela exposição excessiva aos elementos que ela mesma descobrira. Hoje, seus restos mortais jazem no Panthéon de Paris, sendo a única imigrante lá sepultada entre os grandes heróis da França. A rua com seu nome está localizada no Jardim Piratini, no bairro Pinheirinho, e foi oficializada por projeto de lei de autoria da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Municipal, em dezembro de 1981, com outras cinco ruas. Isso pode indicar que não se trata exatamente de uma homenagem direcionada à personalidade de Marie Curie, mas um nome que

surge em meio a tantos outros para contemplar o endereço que precisava de nome na ocasião. Talvez até devido à distância que essa personalidade tem em relação à vida na cidade, a homenagem acaba relacionando-se muito mais ao importante nome das ciências exatas do que uma marca dos polono brasileiros na cidade.

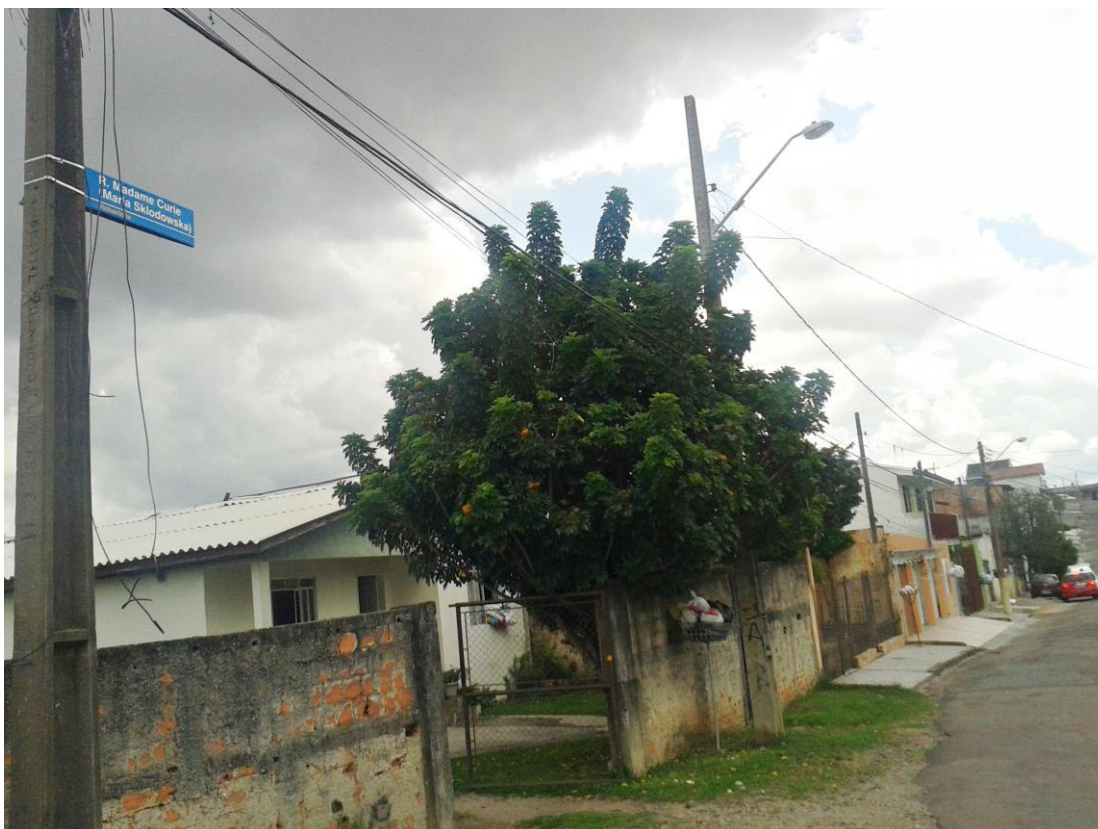


Figura 3: Rua Madame Curie (Maria Skłodowska), no bairro Pinheirinho

Considerações finais

O histórico da imigração polonesa na região leste do Paraná, e em especial na cidade de Curitiba mostra uma presença intensa por toda a cidade, e uma concentração bastante expressiva nas regiões que foram antigas colônias, e que atualmente são bairros da região norte e oeste da capital paranaense. Em quase 150 anos de imigração, este grupo consegue utilizar-se das denominações de endereços para demarcar seus redutos, afirmar sua presença e homenagear seus antepassados ilustres. Isso é perceptível através dos números coletados neste estudo.

Os quatro polonos brasileiros que tiveram suas trajetórias apresentadas aqui são pessoas das mais diversas origens e ramos profissionais, também divididos entre imigrantes e descendentes, homens e mulheres. Com essa pequena amostra, é possível verificar o quanto o grupo polono brasileiro é heterogêneo, a começar por aqueles que tiveram seus nomes eternizados nas ruas da cidade. Desta forma, é possível pensar que não estão somente localizados nos trabalhos rurais, como se discutia outrora, ou também que se diferenciam de outros grupos que se concentraram em trabalhos urbanos, somente.

E pensando sobre as localizações dos endereços, é possível verificar que se em um primeiro momento houve maior concentração da população polono brasileira nas áreas das ex-colônias, e é portanto, aceitável denotar que esses espaços possam ser redutos da imigração, a amostra indica também que a ferramenta de denominação de endereços extrapola os limites das ex-colônias, espalhando a presença polono brasileira e afirmando este como o grupo de imigrantes mais numeroso da cidade. Sobre os processos de oficialização, o que se vê é a divisão das iniciativas entre poder legislativo e executivo. Pois se em um primeiro momento, compreende-se esta pauta como sendo um trabalho dos vereadores, exclusivamente, nota-se entre os exemplos aqui citados uma forte interferência da prefeitura nas escolhas das denominações. E os motivos em que se pode pensar aqui para que as homenagens aconteçam, giram em torno das trajetórias pessoais dos homenageados, a necessidade de denominação de endereços novos e a urgência por afirmação de um sentimento de *polonidade* por parte de representantes da comunidade. Pontos estes que serão confirmados ou não em um estudo mais aprofundado, ainda em curso.

Referências

BAHL, Miguel. Imigração como Potencialidade Turística. In: Revista Turismo em Análise, São Paulo, v. 5. n. 2. 1994. p. 21-32.

BOSCHILIA, Roseli. org. Reconstruindo Memórias: os poloneses do Santo Inácio. Curitiba: Universidade Tuiuti do Paraná, 2004.

IANNI, Octavio. Do polonês ao polaco. In: IANNI, Octavio. *Raças e classes sociais no Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 1966, p. 117-146.

NICOLAS, Maria. *Alma das Ruas*. Curitiba: Imprensa Oficial do Estado do Paraná, vol. I, 1969.

OLIVEIRA, Márcio de: *Organizações sociais dos Imigrantes Poloneses e seus descendentes em Curitiba (Brasil, 1890-1938)*. In: *E/imigrações: histórias, culturas, trajetórias*. LIMA, Ismênia de, HECKER Alexandre, org. 1ªed. São Paulo: Expressão e Arte editora, 2010. p. 83-99.

ROCHA, Rafaela Mascarenhas. *Curitiba Polonesa?: Um estudo sobre logradouros públicos dedicados a imigrantes e descendentes de poloneses (1951-2008)*. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, Paraná, Brasil.

SEYFERTH, Giralda. *Os Imigrantes e a Campanha de Nacionalização do Estado Novo*. In: *Repensando o Estado Novo*. PANDOLFI, D. org. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999. p. 199-228.

WACHOWICZ, Ruy Cristovam. *Orleans: Um século de Subsistência*. Curitiba: Edições Paiol, 1976.

_____. *Saporski: um pioneiro polono brasileiro*. *Revista Projeções*, Curitiba, ano II, 2000, p. 107-146.

_____. & MALECZEWSKI, Zdzislaw. *Perfis Polônicos no Brasil*. Curitiba: Vicentina, 2000.

O Movimento de Três Passos e o processo de construção de hegemonia

Gabriel Pancera Aver¹

Recebido em maio de 2019

Aceito em outubro de 2019

RESUMO

Por meio da experiência do primeiro movimento armado contra o regime militar brasileiro, conhecido como Movimento de Três Passos, o presente artigo busca refletir sobre o processo de construção de hegemonia, por meio dos aportes teóricos de Gramsci, refletindo acerca do agenciamento de coerção e consenso em relação ao referido Movimento. Por meio da análise de fontes históricas primárias, busca-se relacionar a narrativa midiática acerca do Movimento com a formação de uma opinião pública específica e, em última instância, a construção de um consenso tácito de aversão ao comunismo, tanto em nível micro, com a experiência de Três Passos, quanto em nível macro, deslocando a referida problemática ao contexto da redemocratização. Sendo assim, o presente trabalho colabora na reflexão acerca do agenciamento de consenso no contexto da ditadura militar, entendido como um processo contínuo e conflituoso, para repensar a redemocratização nacional dentro da chave analítica da construção de hegemonia.

Palavras-chave: Hegemonia; Movimento de Três Passos; Consenso; Ditadura Militar; Coerção.

ABSTRACT

Through the experience of the first armed movement against the Brazilian military regime, known as the Três Passos Movement, the present article sought to reflect, through Gramsci's theoretical contributions, about the process of hegemony construction, reflecting on the agency of coercion and consensus on that Movement. Through the analysis of primary historical sources, the aim was to relate the media narrative about the Movement with the construction of a tacit consensus of aversion to communism, both at the micro level, with the Três Passos historical experience, and at the macro level, displacing the referred to the context of redemocratization. Thus, the present work contributes to the reflection on consensus construction, understood as a continuous and conflicting process, within the context of the military dictatorship to rethink national redemocratization within the analytical key of hegemony construction process.

Keywords: Hegemony; Três Passos Movement; Consensus; Military Dictatorship; Coercion.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em sociologia da Universidade Estadual de Londrina (PPGSOC/UDEL) na linha de pesquisa Desigualdades, Cidadania e Cultura. Email: aver_gabriel@hotmail.com.

1. Introdução

Após a consolidação e ascensão do regime militar em 1964, o exílio foi a alternativa que muitas e muitos cidadãos e cidadãs brasileiras/os, ameaçadas/os pelas arbitrariedades do regime militar, encontraram para proteger e garantir a integridade da própria vida. O processo de cruzar a fronteira tornou-se, portanto, um fator central no agenciamento de movimentos de oposição ao regime militar, os quais visavam a retomada do poder político brasileiro.

No contexto dos exílios e, neste caso em específico, na cidade de Montevideu, no Uruguai, planejou-se e organizou-se o primeiro movimento armado contrário à ditadura militar brasileira, no ano de 1965. O referido movimento ficou conhecido como Movimento de Três Passos, tendo em vista que os insurgentes começaram efetiva e publicamente as suas ações no município de Três Passos, no oeste do Rio Grande do Sul.

Desse modo, por meio desta experiência histórica de oposição armada, busca-se retomar as discussões presentes no pensamento de Gramsci sobre o processo de construção de hegemonia e o agenciamento de consenso e coerção, passando, portanto, pelos conceitos de sociedade civil e sociedade política, com o intuito de pensar: Qual a atuação dos aparelhos privados de hegemonia na construção de consenso e coerção?

Ora, na tentativa de discorrer sobre a presente temática, devem-se retomar questões centrais do pensamento de Gramsci que encontram, por vezes, pela própria complexidade de forma dos escritos deixados pelo autor, divergências entre diversos/as autores/as que se debruçam sobre os aportes do filósofo e político italiano. Assim, como exemplo, é possível citar a complexa unidade entre coerção e consenso, o processo de formação de hegemonia e as relações entre sociedade política e sociedade civil. Perpassando essas temáticas, a presente pesquisa busca colaborar na compreensão e na problematização de alguns conceitos centrais dentro do pensamento gramsciano à luz dos conceitos teóricos do próprio autor, assim como por meio dos aportes de comentadores, dentre os quais destacam-se Rey (2010), Bianchi (2008) e Roseberry (2002).

Nesse âmbito, a partir influência da mídia na construção de uma narrativa específica acerca do referido Movimento, o presente trabalho busca reflexionar sobre a análise e compreensão da sociedade civil e da sociedade política como duas esferas estáticas, problematizando a existência ou não de fronteiras concretas entre ambas. Busca-se evidenciar que o discurso midiático em relação ao Movimento logrou formar uma opinião pública específica em relação à insurgência e aos insurgentes que, em última instância, colaborou na legitimação de práticas sociais e políticas de Estado repressivas.

De mesmo modo, busca-se articular a relação entre opinião pública e construção de consenso, com o objetivo de propor a reflexão acerca da construção de hegemonia durante o período da ditadura militar brasileira, associando consenso e coerção. Dessa maneira, ao entender hegemonia como um processo de disputa contínua, o presente artigo visa discorrer e problematizar o consenso em relação a redemocratização, buscando relacionar a experiência micro do Movimento de Três Passos, com o contexto histórico e político macro da redemocratização nacional.

Contudo, antes de nos aprofundarmos nos debates teóricos propostos, devem-se retomar algumas considerações historiográficas sobre o referido Movimento insurgente, a fim de localizar histórica e geograficamente o/a leitor/a.

2. Considerações históricas acerca do movimento de três passos

Há uma expressiva quantidade de produções acadêmicas que buscam revisitar, a partir de distintas perspectivas e recortes, o Movimento de Três Passos. Para logarmos contextualizar minimamente o/a leitor (a), retomaremos a dissertação de mestrado de Cademartori (1993) e os relatos de Palmar (2012).

Nessa perspectiva, Cademartori (1993) destaca que, entre as exiladas e os exilados no Uruguai, ainda que houvesse uma disputa entre duas tendências de oposição, armada ou não, preponderavam as/os adeptos à “resistência” armada. Afirma ainda que “[...] a ideia que prevalecia era a de que qualquer insurgência no sentido de retomar o poder perdido com o golpe de 31 de março seria facilmente vitoriosa” (CADEMARTORI, 1993, p. 132). As intenções do movimento de exilados e exiladas era de

aproveitar as bases que o governo Goulart ainda mantinha no Brasil para, no prazo máximo de um ano, retomar o poder político a fim de que o regime militar não conseguisse se consolidar. O Movimento de Três Passos começa a ser planejado neste contexto de disputa interna do próprio conjunto de exilados/as em Montevideo.

Dentre os² que planejaram e executaram a operação Três Passos, destacam-se Alberi Vieira dos Santos e Jefferson Cardim de Alencar Osório. Ambos foram militares expulsos da corporação após a consolidação do regime militar. Os dois tiveram uma participação ativa e determinante nas ações do movimento, as quais podem ser detalhadamente encontradas no diário³ de Jefferson Cardim e na dissertação de Cademartori (1993).

O grupo de aproximadamente treze insurgentes chegou ao município de Três Passos na noite do dia 25 de março de 1965. Nessa noite, “[...] o grupo deixou a cidade sem comunicação telefônica, pois cortaram os fios da rede, e posteriormente tomaram o presídio e o destacamento da brigada militar, de onde levaram armas, munições e fardas” (PALMAR, 2012, p. 289). Narra-se que:

Entraram no alojamento e mandaram os homens se levantarem e quando viram o coronel fardado se levantaram assustados, todos de cuecas. Jefferson e seus comandos apanharam todo o armamento existente no destacamento e mais fardamento e munições, atravessaram a rua e entraram no presídio. O guarda que guarnecia a portaria se assustou e correu para o fundo, que não tinha saída. O outro guarda viu e também fugiu (PALMAR, 2012, p. 290).

Nesse viés, partiram do presídio em direção à delegacia, contudo, como destaca Palmar (2012), encontraram o delegado no caminho e esse declarou apoio ao Movimento e, sendo assim, os insurgentes seguiram em direção à rádio municipal de Três Passos. Chegando à rádio, obrigaram “[...] sob a mira de uma metralhadora, os proprietários a

² Nesse momento, não se utiliza o pronome “as”, tendo em vista que em nenhum documento histórico lido e analisado pelo autor foram encontrados nomes de mulheres que integraram ou planejaram o movimento, nem mesmo nos trabalhos acadêmicos e nas sentenças deferidas aos insurgentes após suas capturas. Destaca-se, entretanto, a necessidade do desenvolvimento de pesquisas com este recorte específico dentro do contexto do Movimento de Três Passos.

³ Disponível em: <<https://www.plural.jor.br/documentosrevelados/repressao/finalmente-revelado-o-diario-do-coronel-jefferson-cardin-lider-da-guerrilha-dos-dentes-de-ouro/>>. Acessado em 9 de agosto de 2019.

colocar a emissora no ar para ler um manifesto contra a ditadura militar que defendia as reformas de base e conclamavam o povo para a revolução” (PALMAR, 2012, p. 290).

Tendo sido lido o manifesto, os insurgentes partiram de Três Passos em direção ao município de Tenente Portela (RS) com o objetivo de tomar a guarnição militar do município. Em Portela, “[...] o sargento que estava sozinho [no destacamento] fugiu, pulando uma janela e saindo disparado pela rua [...] Osório ocupou a mesa do sargento, enquanto o grupo quebrava a estação de rádio e cortava o telefone” (PALMAR, 2012, p. 291). Ademais, em Portela, usaram a rádio para ouvir as notícias referentes às suas ações, isto é, para acompanhar a transmissão do desenrolar dos acontecimentos via rádio.

Posteriormente, no seu descolamento ao longo da região oeste dos estados de Santa Catarina e Paraná, a Força Aérea brasileira localizou o grupo e, nas proximidades do município de Capitão Leônidas Marques-PR, o cercou. Durante o cerco, militares e insurgentes entraram em conflito direto, durante o qual os insurgentes se dividiram em ambos os lados da estrada e, com a chegada da patrulha militar, o Exército e o grupo entraram em confronto direto, tendo em vista que o tenente da patrulha ordenou que os militares abrissem fogo contra o grupo de insurgentes.

No confronto, o sargento militar Carlos Argemiro de Camargo foi atingido por um dos disparos e faleceu. Deste modo, segundo Palmar (2012), foi acertada uma trégua para que o Exército pudesse recolher o corpo do Sargento atingido. No momento em que o confronto cessou, o grupo escondeu suas armas na mata e se dispersou com o objetivo de fugir da região.

Aos poucos, os insurgentes foram capturados pelo Exército e levados à Foz do Iguaçu, onde foram torturados. Segundo relato publicado no Coojornal em 1978 e disponível em Gaspari⁴ (2002), a chegada dos insurgentes de Três Passos em Foz do Iguaçu foi repleta de atos de violência psicológica e física:

Cardim pagou sua conta na moeda dos vencedores. Antes de qualquer interrogatório, um capitão jogou-o no chão e, depois de chutá-lo, ordenou que a tropa “cuspiisse na cara desse filha da puta, comunista, assassino”. Foi espancado e crucificado nas grades de sua cela. Torturaram-no em três quartéis diferentes. Em um deles teve demência e foi submetido a tratamento médico (COOJORNAL, 1978 Apud: GASPARI, 2002, p. 443).

⁴ Ver: Gaspari, 2002. p. 443.

Antes de serem apresentadas as demais punições e sentenças aferidas aos insurgentes, devem-se retomar algumas questões referentes à atuação da mídia e, de mesmo modo, as consequências da referida atuação.

2.1 A mídia, a elucidação dos fatos e as práticas sociais

A pesquisa⁵ metodológica aqui proposta parte da análise de documentos como técnica de coleta de dados e da análise do discurso como técnica analítica dos dados coletados, a partir dos aportes de Flick (2009). Nesse sentido, para contemplar os objetivos propostos, elencaram-se documentos referentes ao discurso produzido pela mídia, pelo próprio Movimento e pela população. Os documentos referentes a categoria “mídia” foram selecionados de acordo com a circulação⁶ nacional e regional dos periódicos. Desse modo, foram selecionadas as publicações referentes ao Movimento de Três Passos no Jornal Folha de São Paulo e no Jornal Correio do Povo, sendo um dos maiores jornais em circulação a nível nacional e regional, respectivamente. Na categoria “população” foram selecionadas fontes primárias que se constituem fundamentalmente como relatos de pessoas que vivenciaram o Movimento sem estarem diretamente a ele vinculadas e que tampouco possuíam vínculo direto com a mídia ou o Exército. Nesse sentido, resgatam-se o relato do radialista de Três Passos e um registro visual de camponeses. Por fim, para a categoria referente ao discurso produzido pelo próprio Movimento, resgata-se o diário de Jefferson Cardim.

Nessa perspectiva, sabendo que, como indicado na introdução do presente trabalho, parte-se de uma interpretação gramsciana da realidade social, os presentes documentos foram selecionados a fim de buscar compreender a mídia, entendida como

⁵ A análise aqui apresentada constitui-se como um recorte da pesquisa desenvolvida pelo autor. Sendo assim, os próprios limites de formatação do artigo não possibilitam a apresentação total dos dados informados. Busca-se aqui sintetizar de modo que o leitor/a possa compreender minimamente a coleta e a correlação dos dados. A pesquisa em sua íntegra pode ser consultada em: <<http://dspace.unila.edu.br/123456789/5083>>. Acessado em 15 de novembro de 2019.

⁶ O Jornal Folha de São Paulo publicou a primeira manchete referente ao Movimento insurgente de Três Passos no dia 26 de março de 1965 e seguiu acompanhando e veiculando diariamente notícias referentes ao Movimento até o dia 29 de março. De mesmo modo, o Jornal Correio do Povo teve veiculação diária de informações e narrativas referentes ao Movimento entre os dias 27 e 29 de março de 1965.

aparelho privado de hegemonia e as suas influências na articulação de consenso, bem como a maneira como o consenso opera no âmbito da coerção. Dessa maneira, a triangulação proposta nos permite vislumbrar a disputa discursiva, tendo-a como reflexo da disputa política entre a mídia e o Movimento e, de mesmo modo, como essa disputa se reflete nas ações práticas da população – ou de um extrato dela -. Assim, a análise metodológica proposta objetiva possibilitar a problematização do agenciamento de coerção e consenso dentro do contexto de disputa política e discursiva em relação ao Movimento de Três Passos.

Tabela 1: Síntese Ilustrativa dos Documentos Coletados

Documentos da mídia	Documentos da população	Documentos do Movimento
Correio do Povo: Sequência de reportagens	A noite em Três Passos: Relato do radialista	Diário de Jefferson Cardim de Alencar Osório ⁷
Folha de São Paulo: Sequência de reportagens	Registro fotográfico: Acervo documentos revelados	

Fonte: Autoria própria, 2019.

Em relação aos documentos referentes ao discurso da mídia elencaram-se três categorias⁸ analíticas oriundas de uma análise que visava compreender a construção histórico-discursiva sobre o objeto de estudo do presente trabalho. A primeira delas está relacionada à inconsistência do Movimento. Tanto as notas do Exército, quanto os trechos editados pelo próprio corpo editorial dos jornais, apontavam a atuação em âmbito restrito, alegando que, devido à insignificância numérica de insurgentes e a falta

⁷ O diário de Osório não está publicado integralmente. As páginas publicadas são de acesso livre e estão disponíveis em: <<https://www.documentosrevelados.com.br/repressao/finalmente-revelado-o-diario-do-coronel-jefferson-cardin-lider-da-guerrilha-dos-dentes-de-ouro/>>. Acessado: 21 de Novembro de 2019.

⁸ A elaboração das referidas categorias deu-se a partir da análise e correlação das reportagens utilizadas, visando mapear a formação do discurso ao longo dos 4 dias em que a mídia veiculou reportagens e notas oficiais do Exército sobre o Movimento. A visualização pormenorizada da construção das categorias pode ser consultada na íntegra da pesquisa, já disponibilizada anteriormente em nota de rodapé.

de apoio na sociedade, o Movimento seria rapidamente resoluto. Ainda, afirmavam que o mesmo estava concentrado na figura de Jefferson Cardim, construindo uma narrativa baseada na personalização das ações dos insurgentes.

A segunda categoria elencada é a caracterização do Movimento, ou seja, os adjetivos empregados pela mídia e pelo Exército⁹, via nota oficial, para caracterizar os insurgentes e suas ações, dentre os quais se destacam as expressões “baderneiros”, “mercenários”, “guerrilheiros” e “desordeiros”. Ora, se os insurgentes representavam a desordem e a baderna, pode-se afirmar que, na visão e na narrativa dos jornais, há uma ordem e uma “organização” já instituída à qual os insurgentes buscam confrontar?

Há, portanto, uma terceira categoria, a saber, a existência narrativa de uma ordem instituída. Essa autoridade, representada pela ordem do próprio Estado brasileiro, não se propõe apenas à manutenção de um regime ou de uma forma de governo específica. A existência de uma ordem perpassa, na narrativa das reportagens analisadas, a condição de checagem e elucidação dos fatos. Ou seja, para além de concentrar em si o papel da ordem, o Estado brasileiro assume a posição de agente de elucidação dos fatos, nos quais, segundo as notas oficiais do Exército, a população deveria confiar. A fonte de informações confiáveis que se opunha em veracidade aos “boatos alarmistas” e, do mesmo modo, à fonte que “elucidará os fatos”, está concentrada nas mãos do Exército que, neste momento, era o poder executivo nacional. Por conseguinte, percebe-se o controle do Estado na transmissão da informação e a ação dos jornais, pois por intermédio da construção das reportagens, há a reprodução de uma narrativa específica acerca do movimento de Três Passos.

Logo, atrelando e correlacionado os três elementos anteriores, chega-se à construção histórica e política do Movimento presente no discurso midiático. Buscou-se caracterizar politicamente o Movimento frente à sociedade a partir da personalização da figura de Osório, desprovido de apoio popular, atuando em ambiente restrito, desobedecendo a ordem estabelecida e, em última instância, ameaçando a segurança da

⁹ Neste momento mídia e Exército estão diretamente correlacionados tendo em vista o alto índice de trechos com citação direta às notas oficiais do Exército no corpo do texto das reportagens analisadas.

população que ali residia. O Movimento teve a sua imagem publicamente construída e, em contrapartida, encontra-se afônico frente ao discurso da mídia.

O diário de Osório contradiz fortemente o discurso jornalístico de que o Movimento não possuía apoio popular, tendo em vista que evidencia e comprova o apoio de diversos partidos e organizações da sociedade civil, bem como de pequenos camponeses, em todo o deslocamento, desde o Uruguai até Três Passos. Essa constatação contraria também a perspectiva de personalização do Movimento e de sua incapacidade de atuar politicamente de forma expressiva. Além disso, resta-nos apontar como algumas ações da população podem estar correlacionadas com a identificação dos insurgentes como baderneiros, mercenários e ameaçadores da segurança local.

Os relatos publicados no Coojornal¹⁰ (1978), afirmam que, na cidade de Foz do Iguaçu, onde Alberi e Osório chegaram para serem presos, formou-se um corredor de civis que escarravam nos insurgentes enquanto esses eram levados para dentro do Batalhão. A “comitiva do escarro”, como foi denominada pelo Coojornal, formou-se a partir de ordens de um capitão do Exército.

A reação da população pode ser percebida a partir do relato do radialista, que teve sua rádio ocupada pelo Movimento na noite em que esses chegaram em Três Passos. No discurso do radialista há dois elementos centrais. O primeiro faz referência à condição da população, isto é, a sensação que, segundo ele, tomou conta da cidade após as ações do movimento, assim como as medidas tomadas por parte da população. O segundo elemento faz referência à própria ação do movimento.

Nesse âmbito, segundo o radialista, naquela noite estavam todos apavorados. Alguns fugiram da cidade, como, por exemplo, o prefeito de Três Passos, Alcides Braun. Outros foram ao banco e recolheram suas economias, levando-as para casa. Em suma, o radialista descreve uma sensação de medo, atrelado à incerteza em relação a real magnitude das consequências da ação do movimento. O medo, atrelado à incerteza, fica

¹⁰ Os relatos do Coojornal, pela própria característica jornalística do texto, isto é, contrário à ditadura e ligado aos movimentos de oposição ao regime militar, não se enquadram em nenhuma das três categorias propostas à análise. Contudo, são utilizados como material historiográfico complementar, no intuito de contextualizar a chegada dos insurgentes à Foz do Iguaçu. A escolha de retomar os relatos do Coojornal, apesar de não se enquadrarem rigidamente nas categorias metodológicas propostas, possibilitam uma compreensão de um contexto específico que, por outras fontes históricas, ficaria velado. Os referidos relatos podem ser consultados em: COOJORNAL, 1978 Apud: GASPARI, 2002, p. 443.

evidente quando se relata que alguns, ainda que quisessem fugir, preferiram ficar em casa, tendo em vista que dizia-se que o movimento já havia tomado as cidades vizinhas, tal como no trecho no qual o radialista descreve que a cidade passou a madrugada em claro, atenta a possíveis novas movimentações.

Narra-se, ainda, que o prefeito da cidade conseguiu ir até Tiradentes (RS) e lá permaneceu durante toda a noite, retornando a Três Passos apenas na seguinte manhã. Durante esse período, o radialista descreve:

“(...) outros fugindo, como foi o prefeito Alcides Braun, que fugiu até Tiradentes e só apareceu no outro dia às 11 horas da manhã, quando o Dr. Goelzer e eu já tínhamos ido na prefeitura, o Goelzer meio que assumiu, já que não tinha ninguém” (DOCUMENTOS REVELADOS, 2015).

Desse modo, percebe-se que, segundo a narrativa do radialista, as ações do movimento causaram relativa desordem na ordem social e política na cidade, tendo em vista a fuga do prefeito, causando certa “vacuidade” do maior cargo do poder executivo no município por diversas horas. Antes de passarmos ao segundo elemento, deve-se destacar quem são as/os agentes que aparecem na narrativa do radialista, ainda que ele use as expressões “todo mundo estava apavorado” e “ninguém tinha coragem de sair da cidade”, dando a impressão de que o seu relato engloba a totalidade da população de Três Passos. O primeiro agente do discurso é o próprio radialista, tendo em vista que, partindo da concepção do discurso aqui utilizada, as representações do próprio radialista estão impressas no seu discurso, condicionadas pelo contexto no qual o discurso foi emitido. Esse é um elemento fundamental para analisarmos o discurso supracitado, tendo em vista que os donos das rádios eram pessoas com relevância social pela própria centralidade da rádio como fonte de emissão de informação. Além disso, deve-se levar em consideração que o referido radialista teve seu negócio invadido e foi forçado a ler um manifesto escrito pelo movimento.

As/os segundos agentes que aparecem no discurso são aqueles que foram aos bancos recolher dinheiro a fim de esconder suas economias em casa. Ora, ainda que seja uma passagem sutil e relativamente vaga, há que se considerar a realidade social de uma pequena municipalidade do interior do Rio Grande do Sul no ano de 1965. Aquelas e aqueles que tinham condições de ter economias guardadas em um banco, nesse período

e nesse contexto social e geográfico, não podem ser enquadrados como “todo mundo”. Ainda que a informação no discurso do radialista seja vaga e generalizada, sabe-se que as/os segundos agentes que aparecem no discurso eram sujeitos financeiramente abonados.

Os terceiros agentes que aparecem no discurso são o Dr. Goelzer e o prefeito. O Dr. Egon Julio Goelzer era advogado na cidade de Três Passos e estava ligado à política municipal, visto que, anos depois, chegou a ser eleito prefeito do município, como é possível evidenciar a partir de documentos¹¹ da câmara municipal de Três Passos. Portanto, podemos caracterizar os terceiros agentes mencionados no discurso do radialista como sujeitos diretamente envolvidos com a política municipal.

Dessa forma, identificar quem são os sujeitos impressos no discurso analisado é importante para não cairmos na generalização discursiva do emissor do discurso. Nesse sentido, não temos um “todo mundo” apavorado e com medo de fugir de Três Passos, mas sim a classe política, aquelas e aqueles abonados que tinham condições de manter economias aplicadas no banco e o radialista. A identificação dos agentes do discurso nos permite ainda vislumbrar e identificar a forma como o radialista aponta a interpretação da ação dos insurgentes, utilizando amplamente de expressões como “tomaram” e “cercaram”, dando um suporte a narrativa de medo generalizado.

Outrossim, outro documento que permite vislumbrar a reação da população é a imagem (ver figura 1) de camponeses auxiliando os militares nas buscas pelos insurgentes, após o conflito direto entre o Movimento e o Exército, nas proximidades de Capitão L. Marques, é possível perceber a constituição e legitimação de práticas sociais específicas em relação ao Movimento de Três Passos. A cooperação com o Exército reforça não somente a ideia de que o Movimento falhou na tentativa de lograr apoio popular expressivo por meio da leitura do manifesto de convocação na rádio, mas também evidencia a ideia de que a caracterização dos insurgentes enquanto inimigos, os quais deveriam ser neutralizados, legitimou-se socialmente.

¹¹ A partir de projetos de leis municipais aprovados e sancionados na câmara municipal de Três Passos, é possível evidenciar que o referido Dr. Goelzer foi prefeito de Três Passos. Cita-se, como exemplo, a lei Nº 2283/1973, disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a1/rs/t/tres-passos/lei-ordinaria/1973/223/2238/lei-ordinaria-n-2238-1973-autoriza-o-executivo-a-adquirir-tres-3-caminhoes-sendo-um-1-a-gasolina-e-dois-2-a-oleo-cru>>. Acessado em 17 de novembro de 2019.

FIGURA 1: MILITARES E AGRICULTOR.



Fonte: Documentos Revelados, 10 de março de 1965.

Tendo sido apresentados os dados extraídos dos documentos coletados, passa-se ao resgate dos aportes teóricos de Gramsci, que orientam a análise aqui proposta, a fim de, posteriormente, relacionar os resultados oriundos da triangulação dos documentos com a teoria proposta pelo filósofo e político italiano.

3 Entre o consenso e a coerção: aportes teóricos de Gramsci

As concepções teóricas de Gramsci colaboram para a compreensão do papel da mídia e a construção de consenso em relação ao Movimento. Contudo, antes de conceber a mídia como um aparelho privado de hegemonia, devem-se resgatar alguns conceitos que fundamentam a interpretação proposta.

Nesse contexto, Gramsci introduz o conceito de Estado integral, isto é, compreende o Estado como “[...] todas as forças intelectuais e morais necessárias e suficientes para organizar uma sociedade completa e perfeita” (GRAMSCI, Q 6, § 10, p. 691). Ou seja, “busca-se escapar de uma concepção que reduziria o Estado ao aparelho coercitivo” (BIANCHI, 2008, p. 177). Portanto, Gramsci concebe o Estado como: “Estado = sociedade política + sociedade civil, ou seja, hegemonia encouraçada de coerção” (GRAMSCI, Q 6, § 88, p. 763-764) e, posteriormente, no mesmo caderno, como: “Estado (no sentido integral: ditadura + hegemonia)” (GRAMSCI, Q 6, § 155, p. 810-811). Expande-se, portanto, no pensamento de Gramsci, a concepção de Estado para além da característica coercitiva dos aparelhos estatais, teoricamente alocados na sociedade política.

Bianchi (2008) traz uma síntese do conceito de sociedade política que colabora para a compreensão do debate: “trata-se do Estado no sentido restrito, ou seja, o aparelho governamental encarregado da administração direta e do exercício legal da coerção” (BIANCHI, 2008, p.178). Contudo, o que se busca aqui destacar é que, ainda que Gramsci não perca a perspectiva da política como coercitiva, não reduz ela a coerção e, para isso, introduz o conceito de sociedade civil para a compreensão do Estado.

“(…) pode-se por enquanto fixar dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organizações chamados comumente de “privados”) e o da “sociedade política” ou Estado, que correspondem à função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquela de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo “jurídico” (GRAMSCI, p. 1518 apud ANGELI, 2011, p. 128).

Dessa maneira, pode-se entender sociedade civil como organizações privadas (não ligadas à sociedade política) e, conseqüentemente, não pertencentes à parte jurídica e burocrática do Estado. Segundo Bianchi (2008), o conceito de sociedade civil pode ser percebido de duas maneiras. A primeira, “como forma de exercício e afirmação da supremacia de uma classe sobre o conjunto da sociedade” (BIANCHI, 2008, p. 182), e a segunda como “a capacidade de iniciativa econômica que o Estado possui no capitalismo contemporâneo” (BIANCHI, 2008, p. 182). Contudo, para além do debate¹² gerado a partir dessa dupla interpretação do conceito de sociedade civil, o que interessa aos objetivos desse trabalho é compreender que a sociedade civil “mantém uma relação de unidade-distinção com a sociedade política” (BIANCHI, 2008, p. 183) no que diz respeito ao processo de construção de hegemonia.

Sendo assim, a ampliação do conceito de Estado (REY, 2010) está relacionada a sua característica de articular consenso e coerção como modo de legitimar sua dominação. Entretanto, para além de pensar apenas a questão da coerção como manutenção do poder do Estado, Gramsci postula o conceito de aparelhos privados de hegemonia, ou seja, as diversas esferas da sociedade civil, como forma de, para além da coerção, gerar consenso em relação à hegemonia do Estado. Nesse sentido, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, a classe dirigente impõe sua visão de mundo aos

¹² Sobre a dupla interpretação do conceito de sociedade civil, ver: BIANCHI, 2008, p. 173-185.

demais, uma vez que “a difusão de certos valores está determinada pelas relações de compromisso da classe dirigente com outras forças sociais, expressas no Estado” (REY, 2010, p. 17). Sendo assim, a hegemonia do Estado é fundamentalmente baseada na unidade e articulação entre coerção e consenso.

Deve-se compreender ainda a unidade entre coerção e consenso como um processo de construção de hegemonia, isto é, há a necessidade de despir-se da compreensão da hegemonia como “um processo de dominação e luta problemático, disputado e política, e não como uma forma ideológica terminada e monolítica” (ROSEBERRY, 1994, p. 219). Afirma-se, diante disso, à luz de Roseberry (1994), que a hegemonia não é uma ideologia compartilhada, “mas um marco comum material e significativo para viver através das ordens sociais caracterizadas pela dominação” (ROSEBERRY, 1994, p. 220).

Por fim, à luz do resgate teórico desenvolvido, indaga-se: Qual a atuação dos aparelhos privados de hegemonia na construção e articulação de consenso e coerção no contexto de Três Passos?¹³

4 A mídia e os limites entre a coerção e o consenso

A partir do pensamento de Gramsci é possível alocar a mídia, enquanto aparelho privado de hegemonia, dentro da sociedade civil, isto é, como uma esfera da sociedade civil que busca agenciar consenso. Contudo, a distinção entre sociedade civil e sociedade política, por vezes, gera análises bidimensionais, ou seja, atrela-se a sociedade política unicamente à esfera da coerção e a sociedade civil unicamente ao âmbito de produção de consenso. Contudo, como afirma Bianchi (2008), deve-se compreender que a sociedade civil “[...] mantém uma relação de unidade-distinção com a sociedade política” (BIANCHI, 2008, p. 183). Nesse viés, ainda que possam ser agenciadas teoricamente como esferas sociais distintas, no pensamento gramsciano não são duas dimensões

¹³ Na presente pesquisa analisa-se o papel da mídia enquanto aparelho privado de hegemonia. Contudo, sabe-se que não há como compreender a totalidade do processo de construção de hegemonia apenas analisando uma esfera da sociedade civil. Sendo assim, compreende-se a necessidade de seguir pesquisando sobre a influência de outras organizações da sociedade civil na articulação de consenso e coerção em relação ao Movimento de Três Passos.

isoladas e estáticas, são interdependentes e associam mutuamente a coerção e o consenso, objetivando o agenciamento de hegemonia.

Percebe-se, a partir da análise das reportagens, que se buscou construir uma narrativa específica acerca do Movimento, a qual foi amplamente difundida nos meios de comunicação, enquanto o Movimento encontrava-se afônico. Entretanto, busca-se aqui problematizar a atuação da mídia¹⁴ indagando: Em que medida a construção de uma narrativa específica acerca do Movimento operou na dimensão da coerção?

Ora, a narrativa produzida pela mídia logrou gerar, em uma parcela da população, uma visão específica acerca do Movimento, como debateremos adiante, como inimigos que deveriam ser capturados e neutralizados. Todavia, se operou na forma como essa população concebia o Movimento, como também na forma como a população agiu em relação aos insurgentes. O auxílio na captura dos membros de Movimento e o corredor de escarro, ambos os episódios anteriormente narrados neste trabalho, evidenciam que a narrativa da mídia se legitimou socialmente e, sendo assim, gerou práticas sociais repressivas.

Nesse sentido, percebe-se que a mídia, alocada na sociedade civil, operando na dimensão da construção de consenso, produziu efeitos na dimensão da coerção. A narrativa midiática influenciou e legitimou práticas sociais repressivas de “punição” aos insurgentes que, ao mesmo tempo, já estava atrelada à consolidação de um ambiente político propício à consolidação da tortura como política de Estado, tendo em vista que, após presos, todos os insurgentes foram duramente reprimidos e torturados. Logo, a mídia não operou apenas na dimensão do consenso, mas produziu efeitos claros na dimensão da coerção, tanto como prática social, quanto como política de Estado.

Diante disso, a concepção de Bianchi (2008) acerca da relação de unidade-distinção entre sociedade política e civil pode ser visualizada com maior clareza quando

¹⁴ Para tal problematização deve-se levar em consideração o contexto histórico no qual a produção e circulação de conteúdos midiáticos estava inserida. A censura, ainda que apenas posteriormente institucionalizada, já operava nos meios de comunicação. Além disto, deve-se compreender a relação dos grupos midiáticos frente à ascensão dos militares ao poder. Porém, parte-se do conhecimento deste debate como pressuposto, tendo em vista a impossibilidade de se retomar uma questão tão extenso em um espaço tão restrito. Para a compreensão destas questões sugere-se: MOTTA, 2013.

se analisa de forma pormenorizada o papel da mídia na construção de consenso em relação ao Movimento de Três Passos, fortalecendo a necessidade de uma análise de unidade entre sociedade civil e sociedade política e, conseqüentemente, de consenso e coerção.

A experiência histórica de Três Passos, à luz das categorias analíticas de Gramsci, nos permite refletir acerca do uso dos conceitos de sociedade civil e sociedade política e, conseqüentemente, de consenso e coerção, enquanto categorias separadas na formulação metodológica de uma análise social. No entanto, deve-se manter cautela no momento de se pensar a totalidade do agenciamento entre coerção e consenso na realidade prática da construção de hegemonia, não permitindo que a distinção analítica estática e bidimensional seja transportada à análise concreta da realidade em questão.

Os aparelhos privados de hegemonia, alocados na sociedade civil, refletem interesses de classe e operam por meios de elementos da superestrutura na produção e reprodução da ideologia do sistema de produção capitalista. Dessa forma, o que se busca demonstrar é a operação da mídia no agenciamento da legitimação da coerção, tanto na legitimação do uso da coerção por parte da sociedade política, na repressão e na administração da justiça em relação aos insurgentes, assim como a legitimação de práticas sociais repressivas por parte da própria infraestrutura, vide apoio dos camponeses a captura dos insurgentes e a formação de corredores de escarro objetivando a humilhação pública dos membros do Movimento.

5 Reflexões acerca do consenso em Três Passos

Outra pergunta surge a partir da análise proposta: pode-se afirmar que a legitimação social de uma narrativa específica acerca do Movimento de Três Passos configura-se como a construção de consenso? O contexto histórico no qual o referido Movimento está inserido nos leva a indagar que forma de consenso buscou-se construir em relação aos insurgentes e, de mesmo modo, se houve realmente construção de hegemonia, isto é, agenciamento de coerção e consenso, ou se o que realmente existiu em Três Passos foi dominação sem hegemonia.

Quando se propõe a análise do contexto brasileiro da ditadura militar, a coerção do Estado é evidente. A forma como o poder foi tomado pelos militares e as tentativas de legitimar a “revolução” por meio de atos institucionais, bem como a censura, a tortura, a perseguição a jornalistas, opositores políticos, artistas, sindicalistas, intelectuais, etc. são demonstrações claras de como o regime militar empregou a coerção como forma de manutenção da dominação.

Por conseguinte, para dar continuidade à discussão, entende-se que a coerção foi um mecanismo amplamente utilizado pelos militares na articulação da dominação. Entretanto, busca-se aqui problematizar a articulação de consenso nesse processo político. É possível identificar a influência da narrativa midiática nas ações de uma parcela, expressiva ou não, da população em relação ao Movimento de Três Passos. Não há como negar, historicamente, que os militares contaram com a ajuda de produtores rurais para localizar e capturar os insurgentes. As fontes históricas apresentadas na primeira parte desse trabalho também mostram práticas sociais repressivas de uma parcela da sociedade. Desse modo, pode-se afirmar que sim, a narrativa midiática influenciou a concepção da população em relação ao Movimento insurgente. Mas, pode-se enquadrar essa influência na concepção gramsciana de consenso?

O consenso, assim como o próprio conceito de hegemonia, não pode ser compreendido como uma ideologia monolítica que se instaura em dado momento histórico. Não se pode desconsiderar a capacidade dos agentes sociais de compreenderem as formas de dominação nas quais estão inseridos. O consenso, portanto, não se configura como algo dado, mas sim como uma disputa contínua.

A disputa pelo consenso presente nessa experiência de Movimento armado perpassa questões que originam e configuram o próprio contexto histórico no qual o Movimento se insere, a saber, a disputa por hegemonia entre Estados Unidos e União Soviética. A narrativa midiática influenciou a população -ou uma parcela dela- das regiões de fronteira do sul do país, por onde o Movimento passou, sobre a condenação e subjugação daqueles e daquelas que enfrentassem a ordem social e política instituída. O consenso se constituiu no âmbito do fortalecimento da ideia da necessidade de manutenção de uma determinada perspectiva material, política e social de compreender o mundo, na qual imperou a repulsa ao comunismo e a ampla adesão ao capitalismo.

Deste modo, a narrativa midiática acerca do Movimento logra construir consenso no âmbito de legitimação de uma ordem política que buscava se consolidar por meio da ascensão dos militares ao poder, a saber, a hegemonia estadunidense na América Latina como um todo e, por consequência, a consolidação hegemônica do capitalismo como modelo social e político. Nesse paradigma, ao imperar uma perspectiva específica sobre o Movimento, o Estado logrou articular consenso, por meio de aparelhos privados de hegemonia, em relação à legitimidade e autenticidade de uma ordem social e política que buscava consolidar-se e que, no Brasil, encontrou grande expressão e suporte com a ascensão dos militares ao poder.

Entretanto, não há como afirmar a construção desse consenso apenas durante as atividades do Movimento. O início desse processo é anterior a esse e, de mesmo modo, o fim do Movimento não significa o término do processo de articulação da hegemonia. Durante as atividades do Movimento, as disputas pelo consenso são claras. Os insurgentes contaram com grande apoio de partidos políticos que ainda estavam em atividade em território nacional, com o auxílio de camponeses, líderes sindicais e até prefeitos municipais¹⁵.

O conceito de opinião pública colabora na reflexão da questão referente ao agenciamento ou não de consenso. Gramsci, afirma que:

A opinião pública como hoje se entende nasceu às vésperas da queda dos Estados absolutistas, isto é, no período de luta da nova classe burguesa pela hegemonia política e pela conquista do poder. A opinião pública é o conteúdo político da vontade política pública, que poderia ser discordante: por isso, existe luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública- jornais, partidos, parlamento -, de modo que uma só força modele a opinião e, portanto, a vontade política nacional, desagregando os que discordam numa nuvem de poeira individual e inorgânica (GRAMSCI, 2000, p. 265).

Em vista disso, compreender a censura instituída pelo regime militar dentro da chave interpretativa da “luta pelo monopólio dos órgãos de opinião pública” (GRAMSCI, 2000, p. 265) nos permite compreender a mídia como um aparelho privado de hegemonia fundamental na articulação de opinião pública, como aparelho articulador

¹⁵O Diário de Jefferson Cardim é uma fonte primária fundamental para analisar e compreender os diversos apoios e suportes estruturais e logísticos que o Movimento teve ao longo do processo de planejamento e execução da Operação de Três Passos.

da vontade política. Portanto, a emissão de um discurso específico acerca do Movimento e a busca pela “elucidação dos fatos” nos permite compreender a narrativa midiática não como articuladora de consenso, mas sim como agenciadora de opinião pública. Estava pautada no discurso midiático a impressão de uma direção moral da sociedade, referente a não insurgência e, com isso, a aceitação de uma autoridade política específica que, por sua vez, pautava uma direção intelectual e moral da sociedade.

Assim, compreende-se a legitimação de um discurso específico acerca do Movimento não como articulação de consenso, mas sim de formação de opinião pública. Ora, a opinião pública, operando por meio da imprensa, caracteriza-se como a cristalização do consenso e está a ele relacionado. Nesse sentido, a opinião pública formada a partir da narrativa midiática em relação ao Movimento de Três Passos buscava fortalecer e legitimar socialmente o regime militar e a percepção de sociedade incorporado por esse regime político. Pode-se afirmar ainda que a mídia, portanto, agenciou a construção de uma opinião pública específica objetivando a formação de uma moralidade coletiva.

Nesse contexto, consolidou-se, no que diz respeito ao Movimento de Três Passos, a dominação sem hegemonia, imperou a coerção no processo de supressão do Movimento, atrelado a formação de uma opinião pública que projetava a fundamentação do processo de construção de um consenso específico. Contudo, ao fim do processo histórico da ditadura militar, logrou-se agenciar coerção e consenso. Ou seja, compreendida como uma experiência histórica micro dentro do contexto nacional e internacional no qual está inserida, a experiência armada de Três Passos nos permite identificar a formação de uma opinião pública específica, atrelada à dominação pela coerção. Ademais, a partir disso, também nos possibilita projetar, à luz do desenvolvimento histórico da ditadura militar brasileira, bem como do processo de redemocratização, a cristalização de consenso, por meio da formulação de opinião pública, além de possibilitar a compreensão o contexto macro da ditadura militar brasileira a partir do conceito de construção de hegemonia em relação à consolidação do capitalismo como ordem política e social.

Deste modo, a formação de opinião pública em relação ao Movimento de Três Passos não se reduz a forma como a mídia logrou influenciar a concepção de uma parcela

da população em relação ao Movimento, mas sim, em âmbito micro, como os aparelhos privados de hegemonia do Estado, por meio da construção de uma opinião pública, colaboraram na legitimação e na consolidação de uma perspectiva específica de sociedade, isto é, de consenso. Essa relação de unidade entre coerção e consenso se vislumbra, com certa nitidez, na parcela da população que agiu diretamente a fim de reprimir os insurgentes, como narrado anteriormente. Todavia, dentre aqueles/as que não agiram, poderia imperar ou não a concordância com as práticas repressivas do Estado ou com a insurgência do Movimento, mas não há como precisar tal afirmação. Cabe salientar, porém, que essa parcela se manteve passiva, o que também possibilita o pensar sobre a imposição da hegemonia estatal a partir da passividade da ação.

6 O processo de hegemonia e a redemocratização

O processo de redemocratização e o pacto conciliatório entre civis e militares, com o término do regime militar, possuíam uma pauta central: a retomada da democracia como regime político nacional, por meio de eleições diretas, gerais e livres. Consolidou-se progressivamente, a partir daquele momento, uma agenda política específica, de disputa organizada dentro de um novo regime político. Levando em consideração o contexto político do momento compreende-se a euforia com o reestabelecimento de uma democracia a nível nacional e não há intenção alguma de questionar o valor dessa conquista para a política brasileira.

Busca-se, no entanto, problematizar, em certa medida, como o processo de redemocratização pode ser compreendido dentro da chave analítica do processo de construção de hegemonia e como a mídia colaborou, enquanto aparelho privado de hegemonia, na construção de consenso em relação à transição democrática. Busca-se ainda, problematizar se a formação da opinião pública que a mídia buscava articular em Três Passos pode ser compreendida como uma parte articuladora desse consenso macro articulado na redemocratização. Em outras palavras, indaga-se: é possível analisar a formação de uma opinião pública contrária à insurgência e à contraposição a ordem política instaurada com a ditadura com o consenso em relação ao estabelecimento da democracia como regime político?

Progressivamente, com a consolidação das eleições diretas, a agenda política dos partidos de esquerda brasileira voltou-se à disputa eleitoral pelo governo. Deixou-se de lado, progressivamente, a disputa por outro projeto de Estado, de economia e de sociedade. Acatou-se, por fim, a democracia como regime político inquestionável, dados os dolorosos processos enfrentados durante o autoritarismo militar. Com a retomada da democracia, uma parte expressiva da esquerda brasileira despiu-se da disputa política antagônica à hegemonia capitalista. Acataram-se bases e fundamentos sociais capitalistas em troca da manutenção da garantia de direitos humanos e políticos.

Diante desse panorama, o mesmo sistema de articulação de hegemonia em relação a uma ordem social específica que buscava consolidar-se com a ascensão dos militares precisava deixá-los [os militares] para trás para seguir vigente. Deste modo, a redemocratização pode ser compreendida como uma nova fase de dominação e, conseqüentemente, de articulação de hegemonia.

A articulação de uma classe específica e dirigente no centro do Estado, que durante o regime militar atrelava-se¹⁶ com o Exército e com capital financeiro internacional, agora precisava rearticular-se para seguir disputando e se unificando, ainda que por vezes de forma desarmônica, no poder do Estado. Não obstante, ainda que rearticulado, o Estado manteve seu caráter de unificação e articulação das classes dirigentes.

Contudo, como destaca Roseberry (1994), o processo de construção de hegemonia, por ser inerente à disputa e a luta política, é conflituoso e, sendo assim, pode, por vezes, ser frágil. Desse modo, a democratização nacional, mantém-se, de modo similar, fragilizada. A sua manutenção e continuidade depende da manutenção e continuidade da hegemonia capitalista.

O processo de redemocratização pode ser posto em análise como uma continuidade do processo de articulação de consenso e coerção, presentes na disputa política brasileira, desde o contexto pré-golpe de 1964. De mesmo modo, é possível visualizar a forma como Estado, por meio dos aparelhos privados de hegemonia, buscou articulação consenso e coerção em relação as bases sociais capitalistas, tanto em nível

¹⁶ Para aprofundar os debates acerca das disputas pelo poder do Estado durante o regime militar ver: Boito, 2014.

micro, a partir da experiência armada de Três Passos, quanto em nível macro, no processo de redemocratização. Pode-se, assim, traçar paralelos acerca da articulação de hegemonia entre ambas as experiências históricas.

7 Considerações finais

Em suma, o que se buscou problematizar foi a possibilidade de pensar o Movimento de Três Passos e a articulação de consenso e coerção presentes nessa experiência histórica de luta armada, em âmbito micro, como mecanismo para compreender e analisar o processo de construção de hegemonia em nível macro. Os aparelhos privados de hegemonia sendo, no caso dessa pesquisa, a mídia, logrou articular um consenso tácito, tanto no caso de Três Passos, por meio da formação de uma opinião pública que legitimava a violência contra aquelas e aqueles que subvertessem a ordem política vigente, quanto no contexto da redemocratização, acerca da necessidade da consolidação, no primeiro caso, e da manutenção, no segundo caso, da hegemonia capitalista no cenário social, político e econômico do Brasil.

De mesmo modo, buscou-se refletir acerca da existência ou não de limites ou fronteiras entre a sociedade civil e a sociedade política e, conseqüentemente, do consenso e da coerção. Dessa forma, tratou-se de identificar elementos históricos que nos permitam visualizar como a mídia, enquanto aparelho privado de hegemonia, atuando na dimensão da articulação de consenso, operou também na esfera da coerção, legitimando socialmente práticas sociais repressivas e propiciando o estabelecimento de um ambiente político favorável ao emprego da tortura como política de Estado.

Sendo assim, essa proposta analítica nos permite revisitar pontos centrais da obra de Gramsci e pensar o presente a partir do passado. Em que medida a redemocratização pode ser compreendida como continuidade do processo de articulação de hegemonia? E, caso aceitas tais considerações teóricas acerca da possibilidade desta análise, como pensar a continuidade da construção de hegemonia no presente? Tais reflexões devem ser pensadas de forma pormenorizada em futuros trabalhos.

Referências

- BIANCHI, A. O Laboratório de Gramsci. Alameda Editorial, UNICAMP, 2008.
- BOITO, A. Entrevista: Os Civis Vestiram a Farda?. Jornal da UNICAMP. Campinas- SP, 2014.
- CADEMARTORI, L. M. D. A operação três passos: A história, o Direito e o Político. Dissertação (Pós-graduação em Direito)- Mestrado em Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1993.
- FLICK, U. Introdução à Pesquisa Qualitativa. Editora Artmed, Porto Alegre, 2009.
- GASPARI, E. A ditadura envergonhada: Edição com fotos, 2002.
- GRAMSCI, Antonio. Cartas do cárcere. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- GRAMSCI, A. Cadernos do Cárcere volume 3: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a Política. Editora Civilização Brasileira, 7. Ed, Rio de Janeiro, 2016.
- MACIEL, D. Democratização e manutenção da ordem na transição da ditadura militar à Nova República (1975-1985). Dissertação (Pós-graduação em História)- Mestrado em História das Sociedades Agrárias, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 1999.
- MOTTA, S. P. R. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. Revista TOPOI, v.14, n. 26, 2013.
- PALMAR, A. Onde foi que vocês enterraram nossos mortos? Travessa de Editores, 4º Ed. Curitiba, 2012.
- REY, M. T. El Estado Ampliando en el Pensamiento Gramsciano. IN: La noción Gramsciana de hegemonia en el convulsionado fin de siglo, Universidad Nacional de San Luis, 2010.
- ROSEBERRY, W. Hegemonia y lenguaje contencioso. IN: En: Joseph Gilbert y Daniel Nugent, Everyday Forms of State Formation. Revolution and the Negotiation of Rule in Modern Mexico. Durham and London, Duke University Press. 1994.

O conceito de indivíduo em Theodor W. Adorno¹

Michel Aires de Souza Dias²

Recebido em maio de 2019

Aceito em outubro de 2019

RESUMO

Quando o indivíduo se libertou do mundo medieval, não havia mais a Igreja e os códigos sociais e morais que formavam sua individualidade. Não havia mais nenhuma referência ou modelo que pudesse lhe servir de guia. O resultado disso foi a deterioração do próprio indivíduo, que se viu subjugado pelas leis impessoais do mercado. A partir desse diagnóstico, o presente artigo pretende refletir sobre a constituição do indivíduo na sociedade moderna. Em um primeiro momento, procura-se argumentar que a sociedade tem uma função fundamental na transformação do indivíduo em uma mônada, ou seja, em um ser atomizado, alienado e determinado em seu íntimo pela lei social estabelecida da exploração econômica. A partir disso, mostra-se como o indivíduo se constitui como um ser social, sendo reduzido a um corpo reificado, adestrado, que deve se adaptar aos mecanismos que regulam a produção.

Palavras-chave: Adorno; Indivíduo; Mônada; Sociedade; Corpo.

ABSTRACT

When the individual broke free from the medieval world, there was no more the Church and the social and moral codes that formed his individuality. There was no more other reference or model that could serve as a guide. The result of this was the deterioration of the individual himself, that was subdued by the impersonal laws of the market. From this diagnosis, the present article intends to reflect on the constitution of the individual in modern society. In a first moment, one seeks to argue that society has a fundamental role in transforming the individual into a monad. In other words, in an atomized being, alienated and determined within itself by the established social law of economic exploitation. From that, shows how the individual is constituted as a social being, being reduced to a reified body, trained, that must adapt to the mechanisms that regulate production.

Keywords: Adorno; Individual; Monad; Society; Body.

Para os pensadores da Escola de Frankfurt, a sociologia não se reduz e nem se dissolve em pesquisas setoriais e especializadas, como as pesquisas de mercado, típicas da sociologia americana. Ao contrário, a pesquisa social é para eles a teoria da sociedade como um todo, uma teoria posta sob o signo da categoria de totalidade e da

¹ O presente artigo deve constituir um dos capítulos da Tese de doutorado “Educação, formação cultural e emancipação em Adorno”, que será defendido na segunda metade de 2020, na Universidade de São Paulo.

² Possui graduação em Filosofia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). É mestre em Filosofia pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Atualmente faz doutorado em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Contato: michelaires@usp.br

dialética, e dirigidas ao exame das relações existentes entre os âmbitos econômicos, psicológicos e culturais da sociedade contemporânea (REALE; ANTISERI, 2009). Desse ponto de vista, na concepção de Adorno (1978b), a sociologia não pode ser uma ciência isolada de outras disciplinas, uma vez que o trabalho interdisciplinar é fundamental para refletir sobre a totalidade social. Se a sociologia pretende enunciar proposições que se refiram à totalidade das relações e forças sociais, a psicologia, a história e a economia são imprescindíveis para o trabalho do sociólogo. Nesse sentido, o que há de específico na sociologia não são seus objetos, que também estão presentes em outras ciências, mas é o modo de concebê-los, isto é, a relação entre todos esses objetos e as leis da socialização.

Adorno como pensador dialético não concebe os fenômenos isoladamente, como entidades prontas, acabadas, como se existissem de forma independente. Ao contrário, todos os objetos e fenômenos analisados formam uma cadeia articulada de interdependência e condicionamento mútuo. Desse modo, na vida social nada pode ser compreendido separadamente, sem conexão com os fenômenos que o cercam. Na dialética o particular e o universal, o sujeito e o objeto, a consciência e a realidade interagem. Os objetos do mundo empírico devem ser compreendidos como objetos de um todo. Todo fenômeno é mediado pela totalidade e concretude da realidade histórica e social. É a partir dessa perspectiva que Adorno pensa o indivíduo. Este não pode ser pensado como a antítese da socialização, uma vez que ele não é um ser fixo e isolado, independente das determinações sociais. O indivíduo é, antes de tudo, um ser mediado socialmente. Desse modo, o que é essencial é a reflexão sobre a relação dialética entre indivíduo e sociedade. A partir desse pressuposto, Adorno procura compreender o indivíduo como uma mônada da totalidade social.

O indivíduo como mônada

Refletir sobre o conceito de indivíduo na obra de Adorno é relevante, justamente porque ele supera a velha dicotomia da sociologia entre indivíduo e sociedade. Algumas teorias sociais partem do postulado de que são as relações sociais entre os indivíduos que determinam as estruturas da sociedade. Outras, por sua vez,

analisam a sociedade como algo constituído e buscam compreender como as estruturas sociais condicionam as ações dos indivíduos. Já para o pensador alemão, essas duas instâncias não podem ser pensadas isoladamente, uma vez que são interdependentes e se condicionam mutuamente: “ocorre um nexos funcional, uma interação entre os homens individuais e o todo e – isto é essencial” (ADORNO, 2008a, p.102). Desse modo, indivíduo e sociedade só podem ser pensados dialeticamente.

O conceito de indivíduo foi pouco refletido pela sociologia, sendo muito mais um objeto da filosofia. Como observa Adorno:

O tema do indivíduo é relativamente raro na sociologia. De um modo geral, ela dedica-se ao estudo das “relações entre indivíduos”, dos grupos, classes e instituições sociais, e a sua tendência é para considerar o indivíduo um dado irreduzível, confiando sua análise à Biologia, à Psicologia e à Filosofia. Esta última, que também tentara a tarefa de reflexão crítica sobre o conceito, propôs durante longo tempo que o indivíduo fosse absolutizado como categoria extra-social (ADORNO, 1978b, p.45).

Desde o início da filosofia moderna, o indivíduo foi pensado como um ser acabado, fixo, como se tivesse uma essência dada *a priori*. No século XVII, o filósofo francês René Descartes vai ser o primeiro a colocar a pergunta “o que sou?”. Sua resposta: “uma coisa que pensa”. A certeza do *cogito* inaugura a noção de indivíduo como um eu lógico, autônomo e fechado em si mesmo. Posteriormente, Kant concebeu a razão como a capacidade que o ser humano tem, partindo de princípios *a priori*, representar e conhecer o mundo. Desse modo, o indivíduo surge como um eu transcendental e como um ser autônomo moralmente. Fichte concebeu o Eu como absoluto. Husserl como uma consciência pura. Toda filosofia moderna pensou o indivíduo como um ser acabado, independente das determinações sociais. Desde o seu aparecimento, “o conceito de indivíduo quis sempre designar algo concreto, fechado e autossuficiente” (ADORNO, 1978b, p.46).

Em seu ensaio “Indivíduo”, Adorno (1978b) procurou mostrar que essa concepção de indivíduo como um eu lógico é muito mais antiga, teve sua origem em Boécio. Desde aquela época esse conceito sempre designou algo fechado em si mesmo, algo que não se pode dividir, como se fosse uma unidade ou espírito. Essa visão perdurou até a época do liberalismo. Sob a influência da teoria da livre concorrência

surgiu o costume de considerar o indivíduo como algo absoluto, um ser em si. Foi somente quando a filosofia se converteu em ciências da sociedade, no século XIX, que essa crença foi abalada, e o indivíduo apareceu como um ser socialmente mediado:

A vida humana é, essencialmente e não por mera casualidade, convivência. Com esta afirmação, põe-se em dúvida o conceito do indivíduo como unidade social fundamental. Se o homem, na própria base de sua existência, é para os outros, que são os seus semelhantes, e unicamente por eles é o que é, então sua definição última não é de uma indivisibilidade e unicidades primárias mas, outrossim, a de uma participação e comunicação necessárias com os outros. Mesmo antes de ser indivíduo o homem é um dos semelhantes, relaciona-se com os outros antes de referir-se explicitamente ao eu; é um momento das relações em que vive, antes de poder chegar finalmente, à autodeterminação (ADORNO, 1978b, p.47).

Os estudos de Adorno (1978b) mostraram que essa ideia de convivência se expressava através do conceito de pessoa. *Persona* era o termo romano para a máscara do teatro clássico. Em Cícero, a palavra foi sublimada para designar a máscara ou o titular do papel, por exemplo, o filósofo, e a dignidade com que este representa esse papel, como se fosse um ator. Contudo, essa doutrina da pessoa somente adquiriu o status de individualidade como expressão social com a Reforma protestante. Esse fato se constitui para o frankfurtiano como um momento importante no desenvolvimento histórico do indivíduo. Para ele, essa noção é inovadora, uma vez que, nas circunstâncias em que vive o indivíduo, e mesmo antes de ter consciência de si, ele deve representar determinados papéis na sociedade. Em consequência desses papéis, e em relação aos seus semelhantes, o homem torna-se aquilo que ele é: filho de uma mãe, aluno de um professor, membro de uma tribo, praticante de uma profissão.

Essa imagem de pessoa humana, que representa certos papéis sociais, corrobora para Adorno (1978b) a tese da relação intrínseca e indissolúvel do indivíduo com sua sociedade. Para ele, se quiséssemos prescindir desse caráter funcional da pessoa para procurar em cada um o seu significado único e absoluto, não conseguiríamos chegar ao indivíduo puro, em sua singularidade indefinível, mas apenas a um ponto de referência sumamente abstrato, que só tem significado em relação ao contexto social. Com isso, o indivíduo só pode se constituir mediado socialmente. A própria pessoa como entidade biográfica é uma categoria social. Ela se

constitui em sua relação vital com outras pessoas. Desse ponto de vista, Adorno (1978a) compreende a sociedade como a soma de indivíduos singulares, onde uns dependem dos outros e na qual o todo só pode subsistir em virtude da unidade das funções assumidas pelos seus membros. A cada um se atribui uma tarefa funcional; todos, por seu turno, estão condicionados, em grande parte, pela sua participação no contexto geral:

Por seu turno, o que denominamos sociedade em sentido enfático representa determinado tipo de enredamento, que em certo sentido não deixa nada de fora. Um traço essencial dessa sociedade é que seus elementos individuais são apresentados, ainda que de modo derivado e a seguir até mesmo anulado, como relativamente iguais, dotados com a mesma razão, como se fossem átomos desprovidos de qualidades, definidos propriamente apenas por meio de sua razão de autoconservação, mas não estruturados em um sentido estamental e natural (ADORNO, 2008a, p.103-4).

Como podemos notar, o conceito de sociedade é propriamente um conceito que designa uma relação entre indivíduos. É um conceito que não pode ser hipostasiado, uma vez que é um conceito dialético. Não há como pensar a sociedade como algo absoluto para além dos indivíduos ou independente deles. Da mesma forma, a sociedade não é uma soma ou aglomerado de indivíduos. Ela só se efetiva através dos indivíduos, mas, enquanto é relação desses indivíduos, não pode ser reduzido a eles, e, por outro lado, também não pode ser apreendido como um conceito superior existente por si próprio. O que existe é uma interação recíproca entre os indivíduos e uma objetividade que se autonomiza em relação aos mesmos (ADORNO, 2008a). Desse modo, seria difícil compreender o indivíduo como algo isolado do papel social que ele representa: “Decerto, não se pode traçar uma divisão tão simples entre as pessoas em si e seus assim chamados papéis sociais. Estes penetram profundamente nas próprias características das pessoas, em sua constituição íntima” (ADORNO, 2009, p.62).

A ideia de “máscara social” como marca do indivíduo, onde este é obrigado a exercer certos papéis sociais, tem uma importância fundamental na sua atomização e isolamento na sociedade capitalista. O indivíduo torna-se obrigado a obter uma função, cargo ou profissão na sociedade para poder sobreviver. A teoria das mônadas de Leibniz ofereceu a Adorno um modelo conceitual para a visão individualista do

homem concreto burguês. No aforismo “Mônada”, do livro *Mínima moralia*, ele procurou mostrar que a sociedade tem uma função fundamental na determinação do indivíduo como uma mônada isolada, desconectada de outras mônadas, exercendo certos papéis sociais e agindo conforme as leis do mercado no interesse de sua autopreservação. Como um ser atomizado, o indivíduo se torna a imagem e semelhança do mercado, refletindo a lei social da exploração econômica. Como observa Musse (2016), o predomínio do papel social na constituição da individualidade no mundo moderno confirma a teoria marxista da alienação. Na sociedade capitalista, o indivíduo surge determinado pelas relações impessoais do mercado, mas alheio a ele, sem consciência das suas determinações:

O indivíduo deve a sua cristalização às formas da economia política, em especial à organização do mercado urbano. Ainda como oponente da pressão da socialização ele permanece seu mais autêntico produto e se lhe assemelha. Aquilo que a resistência lhe permite, cada gesto de independência, é gerado no interesse monadológico e no sedimento deste como caráter. Justamente na sua individualização o indivíduo reflete a lei social estabelecida da exploração, ainda quando mediada ao extremo (ADORNO, 2008b, p.145)

Com a ideia de mônada Adorno pretendeu mostrar duas características da individualidade na sociedade administrada e no capitalismo tardio: primeiro, sua condição de “célula” isolada do contato “ativo” (pode-se dizer, consciente) com o meio social que está envolvido, bem como com as demais células que compõe este meio. Esta, em seu isolamento cego, traz em sua constituição a mediação social sob uma forma velada e, portanto, não reflexiva. Segundo, como átomo econômico individual da sociedade burguesa, a existência do indivíduo se deve ao mercado e as formas de economia política (MORAES, 2006).

A sociedade individualista burguesa, que surge no mundo moderno, não representou para Adorno a emancipação do indivíduo. Na medida em que o homem se viu liberto das instituições e dos códigos sociais e morais que o prendiam ao mundo medieval, não havia mais grupos ou entidades que poderiam servir de modelo para guiar sua vida. Desse modo, o indivíduo passou a ser responsável pela sua própria existência. Ele se viu livre, sem nenhuma referência, tornando-se um ser ativo, responsável por seus atos e por sua felicidade. Sua vida agora passou a ser pensada no

âmbito da sociedade. Esta torna-se um campo de forças onde o indivíduo precisa lutar pela sua sobrevivência. Mas, sem nenhuma referência, substrato, ou conteúdo que pudesse lhe guiar, o homem se abandona à realidade em busca de sua autopreservação. A consequência disso foi a ruína do próprio indivíduo, que se viu subjugado pelas leis impessoais do mercado.

Na avaliação de Adorno (2008b), o desaparecimento do indivíduo no mercado significou a eliminação da própria individualidade e, com ela, sua resistência ao heterônimo. Para ele, a exaltação do indivíduo autossuficiente como senhor de si mesmo, que age em nome de sua autopreservação produz um individualismo anárquico e desenfreado, onde tudo é possível. Essa “emancipação” em vez de libertá-lo, rouba-lhe a força de ser livre, uma vez que, por mais real que possa ser o indivíduo na sua relação com os outros, concebido como absoluto, ele não passa de abstração. Ele não tem conteúdo algum que não seja socialmente constituído, nenhum impulso que transcenda a sociedade, que não seja dirigido a levar adiante a condição da sociedade. Desse modo, “cada é um modelo da gigantesca maquinaria econômica que, desde o início, não dá folga a ninguém, tanto no trabalho quanto no descanso, que tanto se assemelha ao trabalho” (ADORNO, 1985, p.105). Quando o todo se dissolve no indivíduo, este desaparece e torna-se mero objeto social:

No que tange à sociedade a condição absoluta atribuída ao indivíduo indica a passagem da mediação universal da relação social - que como troca sempre inclui um limite ao interesse que nele se realiza em cada caso - para a dominação universal, da qual se apossam os mais fortes. Ao dissolver-se toda mediação no próprio indivíduo, que lhe permitia ser até certo ponto sujeito social, ele se empobrece, se embrutece e regride à condição de mero objeto social. [...] Se hoje o remanescente do humano parece aderir unicamente ao indivíduo em declínio, então ele clama pelo fim dessa fatalidade, que individualiza os homens unicamente para, isolados, poder quebra-los tanto mais completamente (ADORNO, 2008b, p.147).

Apesar do indivíduo ter sido liquidado na sociedade capitalista, para Adorno (2008b) essa liquidação não pode ser imputada ao próprio indivíduo, mesmo que esse colabore para sua anulação. A crítica reacionária à cultura, que percebe a ruína da individualidade e da sociedade, procuram culpar o indivíduo por sua “superficialidade”, “vacuidade mecânica” e “fraqueza neurótica” (ADORNO, 2008b, p.145). Contudo, esses

críticos da cultura foram incapazes de compreender o princípio social da individualização (*principium individuationis*). Eles não conseguiram perceber as mediações sociais que fazem do indivíduo aquilo que ele é, um ser atomizado, fragmentado e alienado da totalidade social que o determina. Nesse sentido, eles foram incapazes de perceber que é a “crua realidade material que prende o humano na desumanidade” (ADORNO, 2008b, p.146). Numa sociedade falsa, incapaz de conciliar os interesses particulares com as necessidades do universal, o processo de socialização é deformado. Ao socializar o indivíduo, a totalidade falsa o individualiza pressionando-o a ser de uma determinada forma:

Rigorosamente falando, a socialização afeta o “homem” como pretensa individualidade exclusivamente biológica, não tanto desde fora, mas, sobretudo, na medida em que envolve o indivíduo em sua própria interioridade e faz dele uma mônada da totalidade social. Nesse processo, a racionalização progressiva, como padronização do homem, faz-se acompanhar de uma regressão igualmente progressiva. O que outrora talvez acontecesse aos homens de fora para dentro, têm eles agora de sofrê-lo também no seu íntimo (ADORNO, 1978a, p.40-1).

Com o advento do capitalismo tardio, dominado pelas grandes corporações, pela globalização dos mercados, pelo consumo de massa e pela racionalidade tecnológica, a sociedade tornou-se cada vez mais administrada. A sociedade administrada se define pela convivência entre capital e instituições democráticas, visando o controle e a dominação social, calcadas na racionalidade administrativa e tecnológica, tornando os indivíduos em objetos de organização e planejamento, objetivando a manutenção do sistema capitalista. Nessa forma de sociedade, a racionalidade técnica foi capaz de estabelecer padrões, formas de comportamento e atitudes que predispõe os indivíduos a aceitarem e introjetarem seus mandamentos. Desse modo, a socialização se tornou total.

Em seus estudos sobre o indivíduo na sociedade administrada, Adorno não o concebeu apenas ligado à categoria de classe social. O capitalismo atingiu uma tal amplitude no século XX, que o conceito de classe ao qual estava ligado o indivíduo se tornou mais fluido. Pertencer a uma classe significava estar ligado a um certo status social, a um certo *ethos* e a certas relações de solidariedade. Contudo, hoje, “a

modernidade capitalista não se dá mais a conhecer através de classes sociais e suas formas de organização, solidariedade, *ethos* e valores, mas encontra-se a margem da lei, como se constata nas práticas dos grupos, cliques ou gangues – os *rackets*” (MATOS, 2008, p.149). Quando o indivíduo participa de um grupo ou organização, ele se simpatiza com outros que possuem o mesmo modo de ser das entidades que a compõe. Nesse sentido, pertencer a uma igreja evangélica ou ao exército significa possuir o mesmo modo de ser das pessoas que o formam. Nesses grupos a figura dos *rackets* assume papel fundamental como um ser atomizado, isolado e alienado das forças que o subjagam. Os *rackets* que dominam a sociedades são os exemplos mais acabados de mônadas sociais. Eles se constituem como especialistas, managers de todo tipo, dirigente de sindicatos, políticos, engenheiros altamente qualificados, advogados, líderes empresariais e todo tipo de predador individualista que busca defender seus interesses dentro de grupos ou organizações. Adorno descreveu a figura dos *rackets* como a forma mais acabada de mônada social em uma passagem de *Minima moralia*. Segundo ele:

Se, como ensina uma teoria contemporânea, a sociedade é uma sociedade de *rackets*, então o seu modelo mais fiel é justamente o contrário do coletivo, a saber, o indivíduo como mônada. Na prossecução dos interesses absolutamente particulares de cada indivíduo é onde se pode estudar com maior precisão a essência do coletivo na sociedade falsa; e pouco falta para que, desde o princípio, se deva conceber a organização dos impulsos divergentes sob o primado do eu ajustado à realidade como uma íntima quadrilha de bandidos com chefe, séquito, cerimonial, juramentos, traições, conflitos de interesses, intrigas e tudo o mais (ADORNO, 2001, p.35).

Os *rackets*, como mônadas isoladas, refletem a imagem do mercado como rapinagem e exploração. São indivíduos que mimetizam a realidade e se ajustam a ela de tal forma que suas atitudes e emoções são sempre violentas. Eles agem de forma enérgica em busca de seus interesses. Desse modo, eles são parecidos como líderes de quadrilha que se envolvem sempre em intrigas e conflitos de interesses: “Basta observar certas emoções em que o indivíduo se afirma energicamente contra o ambiente, como a raiva. O raivoso sempre se apresenta como líder de bando de si próprio” (ADORNO, 2008b, p.41). Como sujeito agressivo de si mesmo, que se adapta ao ambiente opressivo de seu meio, ele personifica o princípio opressor da sociedade.

Com isso, aquilo que parece representar o mais individual, na verdade representa o mais geral (ADORNO, 2008b).

Em uma época de capitalismo flexível e neoliberalismo, o conceito de rackets torna-se imprescindível para pensar o mundo atual, uma vez que o indivíduo está cada vez mais atomizado e fragmentado. Na sociedade neoliberal, a busca desenfreada pelo dinheiro, a competição, o consumo compulsivo, a busca de reconhecimento simbólico, a labuta do dia-a-dia não permitem ao homem determinar sua própria vida como projeto, como determinação consciente. A sociedade se torna cada vez mais individualista na medida em que valoriza o desempenho, o esforço pessoal, o sacrifício e a adaptação. Em contrapartida, a radicalização política, os discursos de ódio, a intolerância, o autoritarismo, a xenofobia, o racismo, os conflitos étnicos, o surgimento de líderes fascistas e de milícias são indícios de que os rackets têm dominado a sociedade. Hoje, a vida social enclausura o indivíduo de tal forma que ele não se distingue de seu meio. Como afirma Erich Fromm nessa passagem:

O indivíduo deixa de ser ele mesmo; adota inteiramente o tipo de personalidade que lhe é oferecido pelos padrões culturais; e, portanto, torna-se exatamente igual a todos os outros e ao que os outros esperam que ele seja [...] Eles parecem tão semelhantes ao seu entorno que só podem ser distinguidos dele com grande dificuldade. (FROMM, 1960, Apud GIDDENS, 2002, p.176)

A ideia de um indivíduo singular, como mônada isolada, liberto das amarras do antigo regime surgiu no século XVIII. A expansão do capitalismo nesta época possibilitou a tomada de consciência da classe burguesa. A revolução industrial, o avanço da técnica e das ciências possibilitaram ao homem uma forte crença no poder da razão como critério de todo julgamento. Com isso, foi somente naquela época que o homem se tornou senhor de si mesmo, como um indivíduo autoconsciente:

O indivíduo surge, de certo modo, quando estabelece o seu eu e eleva o seu ser para si, a sua unicidade, à categoria de verdadeira determinação. Antes, a linguagem filosófica e a linguagem comum indicavam tudo isso mediante a palavra “autoconsciência”. Só é indivíduo aquele que diferencia a si mesmo dos interesses e pontos de vistas dos outros, faz-se substância de si mesmo, estabelece como norma a autopreservação. E não é mero acidente fortuito que só por volta do século XVIII a palavra “indivíduo” tenha passado a designar o homem singular, e que a própria coisa não seja muito mais antiga do que a

palavra, dado que só começou a existir nos alvares do Renascimento (ADORNO, 1978b, p.52).

Como avalia Adorno (1978b), o indivíduo não existe separado da sociedade. Essa autoconsciência da singularidade do eu somente pode designar o indivíduo como autoconsciência social. A própria ideia de autoconsciência já supera a ideias de sujeito fechado em si mesmo, como um ser abstrato. Ela somente pode surgir como uma relação, não como uma relação do indivíduo consigo mesmo, mas como uma relação com outra autoconsciência. A autoconsciência da singularidade do eu surge mediada socialmente. Ela é autoconsciência social e só se realiza a partir da interação e da socialização dos indivíduos. É na relação que os indivíduos estabelecem entre si que surge o universal: “a sociedade como unidade de mônadas, só se manifesta na medida em que o eu somos nós e nós o eu” (ADORNO, 1978b, p.52). Em consequência disso, para Adorno, a ideia de indivíduo como um ser fixo, estável e determinado *a priori* é apenas uma crença, uma ficção:

Com efeito, a crença na independência radical do ser individual em relação ao todo nada mais é, por sua vez, do que uma aparência. A própria forma do indivíduo é a forma de uma sociedade que se mantém viva em virtude da mediação do mercado livre, no qual se encontram sujeitos econômicos livres e independentes. Quanto mais o indivíduo é reforçado, mais cresce a força da sociedade, graças a relação da troca em que o indivíduo se forma. Ambos os conceitos são recíprocos. O indivíduo, num sentido amplo, é o contrário do ser natural, um ser que, certamente, se emancipa e se afasta das simples relações naturais, que está desde o princípio referido à sociedade, de um modo específico, que, por isso mesmo, recolhe-se em seu próprio ser (ADORNO, 1978b, p.53).

Como podemos notar nesta passagem, o próprio indivíduo como ser biológico perde suas características naturais e passa a ser moldado socialmente. O conceito de individuação biológica para Adorno (1978b) é tão abstrato e indeterminado que não pode expressar o que realmente o indivíduo é. Ele significa algo mais do que apenas o seu ser biológico. A própria existência natural e biológica do ser humano já está mediatizada pelo gênero humano. Desse modo, não é possível um conhecimento do indivíduo se ele não for pensado do ponto de vista das determinações sociais e, portanto, do ponto de vista do seu ser social. Adorno parte aqui da própria concepção de constituição do indivíduo em Marx.

O trabalho social e o corpo reificado

No final do século XIX, Marx já havia feito a crítica ao conceito de indivíduo iluminista como um eu lógico, acabado, estável, com uma essência fixa, biologicamente determinada. Na concepção do materialismo-histórico, o indivíduo surge determinado por aquilo que ele faz. Ele se torna o que é pelo seu ser social: “A forma como os indivíduos manifestam a sua vida, reflete muito exatamente aquilo que são. O que são coincide, portanto, com a sua produção, isto é, tanto com aquilo que produzem como a forma como produzem” (MARX; ENGELS 1976, p.19). Desse modo, é o comportamento material do homem que fomenta suas representações e pensamentos. Se examinarmos a maneira pelas quais os homens produzem os bens necessários à vida, é possível compreender as formas de seu pensamento, tais como sua moral, religião e filosofia. Nesse sentido, o pensamento torna-se o reflexo do desenvolvimento material objetivo da história (MARX; ENGELS, 1976).

A partir da influência de Marx, Adorno procura mostrar em seus ensaios que o indivíduo não possui nenhum substrato ou conteúdo que pudesse defini-lo, pois ele só se constitui por meio da sociedade, que o torna mera força de trabalho. Como Marx (2016) já havia sustentado em o *Capital*, com a universalização da forma mercantil, o trabalho como produtor de valor de uso, que visa a produção de objetos úteis ao bem-estar dos indivíduos, é substituído pelo trabalho como produtor do valor de troca, que busca o acúmulo de capital expandindo a riqueza do capitalista. Em toda história da civilização o fim último do trabalho humano era a produção do valor de uso. O objeto produzido deveria ter uma utilidade. O que se buscava era a satisfação de uma necessidade, seja ela física ou psicológica. Contudo, no modo de produção capitalista, o valor de troca passa a ser mais importante que o valor de uso, pois ele é imprescindível para a reprodução do capital. A substituição do valor de uso pelo valor de troca, como critério de intercâmbio material entre os homens, lançou as bases para a exploração do trabalho humano e, conseqüentemente, para a expansão do capital. A partir daí o homem foi reduzido à mera força de trabalho, perdendo toda sua autonomia e tornando-se um apêndice da máquina.

O que é característico nas sociedades capitalistas é a transformação de todas as coisas em mercadoria. Tudo o que existe passa a ter um valor. A força de trabalho não foge a essa regra. Ela é uma mercadoria como outra qualquer. Ela também possui um valor de troca. Esse valor é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário de produção dos meios de subsistência do trabalhador e de sua família. Como o trabalhador só dispõe de sua força de trabalho, ele a vende ao capitalista. Assim começa o ciclo de exploração e reprodução do capital. Como o próprio Adorno avalia:

É só quando o processo que tem início com a transformação da força de trabalho em mercadoria impregna integralmente os homens e torna cada gesto deles comensurável de antemão, enquanto no mesmo passo o converte em objeto na condição de modalidade da relação de troca, que se faz possível a reprodução da vida sob as relações de produção dominantes. Sua organização integral exige a união de mortos. A vontade de viver vê-se remediada à negação da vontade de viver: a autopreservação anula a vida na subjetividade (ADORNO, 2008b, p.226-7).

Como mostra essa passagem, em vez do indivíduo realizar todas as suas potencialidades por meio do trabalho, ocorre justamente o contrário, ele perde sua humanidade, uma vez que o trabalho surge como espoliação. A subsunção formal do trabalho ao capital se efetiva a partir do momento em que o produto do trabalho se torna algo exterior ao indivíduo, torna-se algo estranho, deixa de pertencer ao seu ser. Ao vender sua força de trabalho, o operário desgasta sua atividade física e mental, mortificando seu corpo e arruinando seu espírito numa atividade que ele não se reconhece. Desse modo, ele nega-se a si mesmo e torna-se apenas uma peça dentro de uma engrenagem. Ele torna-se um ser alienado de seu trabalho e de sua própria vida. Como observou o sociólogo inglês John Horton:

A atividade social e humana do homem é o seu trabalho; os produtos do trabalho, incluindo a sociedade, são extensões da própria natureza humana. Portanto, o homem é a sua atividade, é seus objetos, o homem é a sociedade. Qualquer reificação dos objetos humanos, qualquer transcendência do produto dos homens sobre eles mesmos que os impeça de visualizar seus interesses, sua habilidade e seu poder ali expressados e afirmados, vem a ser uma evidência da alienação do homem de sua própria atividade, de seus objetos e de si mesmo (HORTON, 2008, p.82).

No processo de alienação o indivíduo perde sua própria identidade. Ele deixa de ser um sujeito livre e autônomo, capaz de decidir e escolher seus próprios meios de vida. É como se uma parte de seu ser lhe fosse arrancada. Esse fenômeno foi analisado pela historiadora Maria Bresciani (1984), que procurou compreender essa nova sensibilidade experimentada pelo trabalhador quando ele se tornou um assalariado. Segundo ela, a primeira perda que o trabalhador experimentou foi a perda da “representação do tempo”. Ele deixou de se relacionar com o tempo de modo natural, onde sua vida era regida pelos ciclos da natureza. O tempo tornou-se abstrato e linear, tornou-se tempo de trabalho, que subjuga o movimento, o ritmo e a atividade humana. A segunda perda foi a da unidade do homem com suas condições de produção. O trabalhador é reduzido à mera força de trabalho, sendo despojado dos seus instrumentos de trabalho. As ferramentas se autonomizam e se materializam nas máquinas, tornando dispensável o labor de suas mãos. Desse modo, o trabalhador deixou de se reconhecer na sua atividade. A terceira perda foi a das “relações pessoais”, que foram substituídas pelas relações impessoais do mercado. Aquela relação de compartilhamento de experiências e aprendizagem entre o aprendiz e o mestre-artesão deixou de existir. No modo de produção capitalista, a relação entre patrão e operário torna-se mercantil. A última perda foi a do “habitat tradicional”, o trabalhador fabril e urbano foi arrancado de sua vida cotidiana, ao qual ele se identificava e convivia com seus pares. Em seu vilarejo ele compartilhava experiências e construía relações sólidas. Mas, ao abandonar sua vida tradicional, ele foi impelido a levar uma vida agressiva nas cidades, sem garantias de sobrevivência. Foi a partir dessas quatro perdas que o homem deixou de ser livre e autônomo. Ele perdeu a capacidade de autodeterminação.

Ao ser reduzido a mera força de trabalho, ao ser desenraizado de sua vida e de seus afazeres, o trabalhador perde todas as referências que tinha até então. Antes, ele produzia livremente, se reconhecendo e podendo ser reconhecido em sua atividade, mas ao ser afastado das suas condições de produção, ele se aliena de sua vida e de seu trabalho. Ao vender sua força de trabalho para um patrão, e ao submeter-se a um trabalho repetitivo e mecânico, o trabalhador torna-se um objeto, uma simples mercadoria. Ele é dessubjetivado, deixa de ser um sujeito. Nesse sentido, como bem avaliou Lukács (2003), a separação do produtor dos seus meios de produção, a

dissolução e a desagregação de todas as unidades originais de produção, são as condições econômicas e sociais do nascimento do capitalismo moderno. Todas essas condições agem no sentido de substituir por relações racionalmente reificadas as relações originais em que eram mais transparentes as relações humanas.

Lukács (2003) observou que a única atitude que restou ao trabalhador em relação a opressão do aparato produtivo foi a contemplação. No modo de produção capitalista o homem é confrontado com sua própria atividade, com seu próprio trabalho como algo objetivo, independente dele e que o domina por leis próprias, que lhe são estranhas. E isso ocorre tanto sob o aspecto objetivo quanto o subjetivo. O homem deixa de ser portador do processo de trabalho, com isso, ele é incorporado como parte mecanizada num sistema mecânico que já se encontra funcionando de modo totalmente independente dele. Como o processo de trabalho é cada vez mais racionalizado e mecanizado, a atitude do trabalhador perde cada vez mais seu caráter ativo para tornar-se uma atitude contemplativa.

Em um mundo cada vez mais socializado, a impotência do indivíduo só lhe permite contemplar as forças que o subjagam. A lógica do capital nivelou a tudo e a todos aos imperativos da economia. Nada escapa à mão invisível do mercado, que modela não somente os bens e serviços, mas também a alma humana. O indivíduo como mônada perde todas as suas qualidades, tornando-se igual a todos os outros. A opressão do todo se impõe como uma força devastadora, impedindo o de realizar sua plena individualidade. Ele torna-se um corpo-máquina inserido na maquinaria da produção: “Sob o *a priori* do vendável o vivente enquanto tal se fez ele próprio coisa, equipamento” (ADORNO, 2008b, p.227).

Na sociedade capitalista, quem não se comporta segundo as regras econômicas tem sua vida arruinada, pode sucumbir a marginalização. Torna-se visível o caminho para o associal, para o criminoso: a recusa de colaborar torna suspeito e expõe à vingança social: O medo [Angst] de ser excluído, a sanção social do comportamento econômico, internalizou-se há muito através de outros tabus, sedimentando-se no indivíduo. Tal medo transformou-se historicamente em segunda natureza. O superego, a instância da consciência moral, não apenas coloca perante os olhos do indivíduo o que é proscrito socialmente como o mal em si, mas também mescla irracionalmente o

medo arcaico de aniquilação física com o medo muito posterior de não mais pertencer ao conjunto social, que abarca os seres humanos em vez da natureza (ADORNO, 2015a).

Como mônada da totalidade social, desprovido de entendimento e dessubjetivado, o indivíduo se torna apenas um corpo que experimenta um mundo que o enclausura e o disciplina aos padrões de comportamento socialmente estabelecidos. O corpo é adestrado e se adapta aos mecanismos que regulam a produção: “Quanto mais complicado e mais refinada a aparelhagem social, econômica e científica, para cujo manejo o corpo já há muito foi ajustado pelo sistema de produção, tanto mais empobrecidas as vivências de que ele é capaz” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.41)³.

A história do corpo como uma das faces da subjetividade foi tratada por Adorno e Horkheimer na *Dialética do Esclarecimento*, no ensaio: “*O interesse pelo corpo*”. Nesse ensaio, eles nos mostram que por trás da história conhecida da Europa ocorre uma outra, que age no sentido de transformar o corpo vivo em algo morto. É a história do destino dos instintos e das paixões humanas recalcadas e desfiguradas pela civilização.

A *Dialética do esclarecimento*, escrito nos anos 40, surge como uma ruptura com concepção de história do marxismo ortodoxo. Adorno e Horkheimer não partiam mais da ideia de luta de classes como o motor da história. A análise não deveria focar apenas os fundamentos econômicos da sociedade. Agora, o conflito era analisado a partir da luta entre o indivíduo e a natureza, tanto da natureza externa como da natureza interna no homem. Nesse sentido, a dominação do corpo na história da civilização aparece como a expressão desse conflito. A dominação que o homem exerceu sobre a natureza, é a mesma dominação que hoje ele exerce sobre seu próprio corpo. O mesmo processo de subjugar, dominar e transformar tudo o que é vivo em coisa também se aplica à história do corpo humano. O corpo e os instintos humanos sempre foram objetos de coerção no interior das práticas sociais. Essa dominação é parte de um longo processo de reificação da existência humana pela sociedade. A

³ O livro *Dialética do Esclarecimento* e algumas de suas notas e esboços, como “Fragmentos de uma teoria do criminoso”, “Interesse pelo corpo”, “o homem e o animal”, antecipa em algumas décadas os estudos de Michel Foucault sobre as práticas disciplinares e as relações de poder sobre o corpo, tal como aparecem em obras como *Vigiar e Punir*, *História da loucura* e *Microfísica do poder*.

repressão e subjugação do homem teve como consequência a liberação dos impulsos destrutivos contra a civilização. Foi a partir dessa perspectiva que Adorno e Horkheimer pensaram todos os genocídios, holocausto e barbárie no decorrer do século XX.

A dominação do corpo pela sociedade teve sua origem nos primórdios da divisão social do trabalho. Com essa divisão, o prazer tornou-se o bem supremo de alguns e o trabalho a desgraça de muitos: “Quanto menos os senhores podiam dispensar o trabalho dos outros, mais desprezível ele se tornava a seus olhos. Assim como o escravo, o trabalho também foi estigmatizado” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.190). Com a divisão social do trabalho, a atividade física foi separada da atividade intelectual, ou seja, aqueles que mandam e desfrutam se diferenciam daqueles que trabalham e obedecem. Mas, esse processo foi lento, o trabalho, primeiramente, foi imposto ao escravo na antiguidade, tornando-o uma coisa, um objeto que servia ao seu senhor: “O destino dos escravos da antiguidade foi o destino de todas as vítimas até os modernos povos colonizados” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.191). A história humana é a história de sua escravidão, seja pelo poder do homem ou das instituições. Já desde o velho testamento o trabalho era visto como uma maldição, uma condenação.

Foi somente com o cristianismo que o trabalho foi louvado, anunciando a ordem burguesa. Contudo, o corpo foi amaldiçoado como a fonte de todo o mal. Ele foi visto como algo que devia ser desprezado, subjugado, como uma coisa, um objeto pecaminoso. Já na época do Renascimento, com Lutero e Calvino, o trabalho surge ligado a salvação da alma. O protestantismo dá um novo rumo ao cristianismo. O homem não é mais um ser passivo, submetendo-se aos preceitos e dogmas religiosos, esperando receber a graça divina. Ele agora é um ser ativo que busca no trabalho glorificar Deus e reconhece a riqueza e a felicidade humana nessa atividade. Nesse momento, o corpo já surge subjugado pelo trabalho, transformado em instrumento de produção: “Para Lutero e Calvino, o laço que ligava o trabalho à salvação já era tão complexo que a exortação febril ao trabalho, típica da reforma, quase parece um escárnio, como uma bota pisando um verme” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.191).

Através da divisão social do trabalho, a história da civilização ocidental aparece como a história da divisão entre indivíduos superiores e inferiores. Essa divisão aparece também na religião como a separação entre corpo e alma: “O corpo explorado devia representar para os inferiores o que é mau e o espírito, para o qual os outros tinham o ócio necessário, deveria representar o sumo bem” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.191). A libertação do indivíduo das forças da natureza significou no mundo moderno uma transformação geral da cultura europeia, uma vez que diminuía a coerção externa sobre ele. Mas, em compensação, aprofundava cada vez mais a divisão social do trabalho, onde uns exerciam atividades intelectuais, usufruindo dos bens culturais; e outros exerciam atividades físicas, sendo explorados.

A hierarquia entre trabalho físico e o intelectual tornou-se a base de toda a hierarquia na civilização ocidental. Aqueles que foram obrigados a transformar o seu corpo em um instrumento de trabalho e se dedicaram à atividade física, foram humilhados e hostilizados como seres inferiores. Seu destino foi trabalhar e postergar o prazer indefinidamente, além de serem excluídos da cultura do espírito. Para eles não sobrava tempo para se dedicarem ao conhecimento e a cultura. Já aqueles que cultivaram as atividades do espírito, desempenharam o trabalho intelectual na sociedade, exercendo o papel de comando e dominação das classes inferiores. Eles se tornaram a classe que desfrutava da riqueza produzida, além de propagarem a ideologia do amor-ódio pelo corpo, cantando o louvor pelo trabalho e exaltando os valores da alma e a pecaminosidade do corpo. Essa mentalidade das massas de amor-ódio pelo corpo foi propagada por toda Europa:

O amor-ódio pelo corpo impregna toda a cultura moderna. O corpo se vê de novo escarnecido e repellido como algo inferior e escravizado, e, ao mesmo tempo, desejado como o proibido, reificado e alienado. É só a cultura que conhece o corpo como coisa que se pode possuir; foi só nela que ele se distinguiu do espírito, quintessência do poder e do comando, como objeto, coisa morta, “corpus”. Com o autorrebaixamento do homem ao corpus, a natureza se vinga do fato de que o homem a rebaixou a um objeto de dominação, de matéria bruta (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.191).

As grandes produções culturais do mundo moderno somente puderam acontecer por causa dessa divisão, onde uns vivem do trabalho e outros se dedicam a

cultura do espírito. O controle e dominação sobre o corpo significou as grandes descobertas e produções no campo da ciência, da filosofia e das artes a partir do Renascimento. Enquanto a classe burguesa se dedicava ao cultivo de si mesmo e de suas habilidades intelectuais, que permitiram a ela criar uma nova ordem mundial, ao trabalhador cabia a escravidão no interior da fábrica para produzir a riqueza da sociedade na esperança de um dia salvar sua alma dos pecados da vida terrena. Desse modo, como observou Benjamin (1994) em seu clássico texto “Sobre o conceito de história”, todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo denominados de bens culturais. Com isso, “nunca houve um monumento de cultura que também não fosse um monumento da barbárie” (BENJAMIN, 1994, p.225).

Para Adorno e Horkheimer (1985), em uma época onde o corpo torna-se um objeto de repressão e subjugação, não é possível mais reconverter o corpo físico [*Körper*] em corpo vivo [*Leib*]. O que eles denominam de corpo físico é o corpo subjugado historicamente, reificado e transformado em instrumento de produção; ao contrário do corpo vivo, como algo orgânico, natural, biológico. O corpo físico por mais exercitado que seja, permanece um cadáver, algo morto, um objeto que foi transformado em partes da engrenagem social. O corpo é parte desse “processo perene que transformava a natureza em matéria e material. As obras da civilização são o produto da sublimação, desse amor-ódio adquirido pelo corpo e pela terra, dos quais a dominação arrancou todos os homens” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.193).

Do homem grego até os senhores feudais, a relação com o corpo foi determinada pela habilidade e destreza pessoal, mas essas características se ligavam diretamente à dominação. O cuidado com o corpo tinha uma finalidade social. O objetivo era a preservação do poder pessoal e a dominação pela espada. Nesse período, as relações entre os indivíduos eram ainda entre o superior e o inferior. Mas, com a entrada do mundo capitalista, a dominação deixou de ser entre indivíduos e passou a ser mediatizada pelo comércio e pelas comunicações e, sobretudo, quando surge a indústria, há uma mudança formal nas relações hierárquicas: “A humanidade deixa-se

escravizar, não mais pela espada, mas pela gigantesca aparelhagem que acaba, é verdade, por forjar de novo a espada” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.192).

O advento do fascismo na Europa é o testemunho dessa aparelhagem técnica que domina o corpo, desfigurando os instintos e as paixões humanas. A tentativa de reconciliar a unidade perdida entre alma e corpo no fascismo, mostra a aparência socialmente necessária de uma identidade perdida. Em suas propagandas, onde se mostra o amor pela natureza e pelo destino, se expressa “uma superficial formação reativa a essa servidão ao corpo” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 193). Quando não se pode se livrar do corpo, quando não se pode golpeá-lo, louva-o. O culto ao corpo, belo, saudável, com cartazes de drágeas de vitaminas e de cremes para a pele são apenas uma falsa aparência para reforçar a subjugação do corpo e o poderio do “novo, grande, belo e nobre tipo humano, vale dizer, dos chefes fascistas e suas tropas” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.192). Esses assassinos executam seus prisioneiros não com base em sua força superior, mas porque esse aparelho gigantesco e seus verdadeiros potentados, que continuam a não fazê-lo com as próprias mãos, entregam-lhes as vítimas da razão do Estado nos porões dos quartéis gerais (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Para Adorno todos esses homicidas fascistas a serviço do poder ou dos poderosos são os vingadores da reificação e da impotência, são indivíduos incapazes de afirmar o seu eu no mundo. Eles possuem uma vida atrofiada, incapaz de realização, são produtos de um mundo que transformou o corpo em matéria e objeto a serviço das estruturas sociais do poder vigente. O ódio antissemita demonstrou isso:

O comportamento antissemita é desencadeado em situações em que os indivíduos obcecados e privados de sua subjetividade se veem soltos enquanto sujeitos. [...] O antissemitismo é um esquema profundamente arraigado, um ritual da civilização, e os progroms são os verdadeiros assassinatos rituais. Neles fica demonstrado a impotência daquilo que poderia refreá-los, a impotência da reflexão, da significação e, por fim, da verdade. O passatempo pueril do homicídio é uma confirmação da vida estúpida a que as pessoas se conformam (ADORNO, 1985, p. 141-2).

Esses algozes do poder, que tornam a terra um inferno para os homens, representam a imagem do rancor e do ódio contra a realidade: “Eles profanam tudo o

que tocam, aniquilam tudo o que veem à luz, e esse aniquilamento é o rancor pela reificação, eles repetem numa fúria cega sobre o objeto vivo tudo o que não podem mais fazer desacontecer” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.193). Desse modo, o antissemitismo é a prova de que o indivíduo foi dessubjetivado e se dissolveu no mundo moderno.

Considerações finais

No desenvolvimento histórico da civilização, o homem durante séculos subjugou a natureza através da técnica e esse domínio se estendeu a própria dominação humana. O triunfo da grande indústria no mundo moderno representou o triunfo de uma realidade que se confronta com os indivíduos como algo absoluto e esmagador. O resultado disso foi a transformação dos indivíduos em mônadas, em seres isolados, impotentes e enfraquecidos pelas condições sociais da totalidade social reificada. Todo indivíduo, sem exceção, é sujeitado como parte da maquinaria social, sendo impedido de desenvolver sua individualidade. Esse caráter repressivo da existência, que transforma o corpo em um instrumento de produção, gera um grande mal-estar, que tem como resultado a violência contra o mundo civilizado. Esse rebaixamento do corpo a uma mercadoria, que o torna matéria bruta, como um mero apêndice da máquina, significou para Adorno o retorno da barbárie primitiva, uma vez que a natureza ao se vingar, produziu uma compulsão à crueldade, que se estendeu por toda cultura ocidental: “A compulsão à crueldade e à destruição tem origem no recalçamento orgânico” (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p.191). Desse ponto de vista, o advento dos regimes totalitários na Europa é uma consequência da revolta da natureza. “Em certo sentido era a vingança da natureza pela crueldade e exploração que o homem ocidental lhe impusera durante gerações” (JAY, 2008, p. 321).

Hoje, vivemos uma época de xenofobia, de racismo, de misoginia e de ódio às minorias, onde líderes autoritários de extrema direita, com discursos de ódio e intolerância, têm chegado ao poder em todo o mundo. Na Turquia vimos a subida ao poder de Recep Erdogan; na Hungria, Viktor Orbán; nos Estados Unidos, Donald Trump; no Brasil, Jair Bolsonaro. Todos eles com um discurso conservador, xenófobo,

que despreza a democracia, os direitos humanos e atacam as minorias. Essa nova regressão e recaída na barbárie surge como consequência dessa totalidade reificada, que se impõe em todas as esferas da vida social, impedindo os indivíduos de realizarem sua plena autonomia e liberdade. Em um mundo onde a socialização se tornou total, as pessoas passam a ser determinados cada vez mais por instâncias heterônomas. O resultado disso são sujeitos enfraquecidos e frustrados, que buscam na dimensão do poder uma forma de compensar sua fraqueza. É essa “fraqueza do eu” que os levam a aderirem facilmente aos grandes coletivos e aos líderes autoritários com seus discursos contrários aos direitos humanos. Para Adorno, a exigência que Auschwitz não se repita é a condição primeira de toda educação em nossa época. Assim, ele propõe a reconstrução da individualidade do sujeito por meio do processo educativo, para que essa individualidade seja fonte impulsionadora de resistência. Mas esse assunto deve ficar para um próximo artigo.

Referências

ADORNO, Theodor W. 2015a. Sobre a relação entre sociologia e psicologia. In: ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp. p. 71-135.

ADORNO, Theodor W. 2015b. Teoria freudiana e o padrão da propaganda fascista. In: ADORNO, Theodor W. **Ensaio sobre psicologia social e psicanálise**. São Paulo: Editora Unesp. p. 153-189.

ADORNO, Theodor W. 2009. Tempo livre. In: ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. São Paulo: Paz e Terra. p. 62-70.

ADORNO, Theodor W. **Introdução à sociologia**. São Paulo: Editora UNESP, 2008a.

ADORNO, Theodor W. **Minima moralia: reflexões da vida lesada**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2008b.

ADORNO, Theodor W. **Minima moralia**. Lisboa: Edições 70, 2001.

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. 1978a. Sociedade. In: ADORNO, Theodor W. **Temas básicos de sociologia**. São Paulo: Cultrix, p. 25-44.

ADORNO, Theodor W. e HORKHEIMER, Max. 1978b. Indivíduo. In: ADORNO, Theodor. **Temas básicos de sociologia**. São Paulo: Cultrix. p. 45- 60.

BENJAMIN, Walter. 1994. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, **Walter. Obras Escolhidas 1. Magia e Técnica, Arte e Política**. São Paulo: Brasiliense. P.114-119.

BRESCIANI, Maria. 1984. Metrôpoles: as faces do monstro urbano (as cidades no século. XIX). **Revista brasileira de história**, São Paulo, v.5, p.35-68.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HORTON, John. 2008. Anomia e Alienação: um problema na ideologia da sociologia. In: FORACCHI. M. & MARTINS. J (Org). **Sociologia e Sociedade: Leituras de introdução a sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, p. 91-106.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe: Estudos sobre a dialética marxista**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

MARX, Karl, ENGELS, Friedrich. **Ideologia Alemã**. Lisboa. Editorial Presença, 1976.

MORAES, Alexandre. 2006. Sobre a negatividade do conceito de indivíduo em Adorno: a resistência possível. **Revista Psicologia USP**. São Paulo, vol.17 no.3, p.127-144.

MUSSE, Ricardo. 2016. A administração do tempo livre. **Lua Nova**, São Paulo, N° 99, p. 107-134.

REALE, Giovanni; ANTISERI, Dario. **História da filosofia**. Vol. VI. São Paulo: Paulinas, 2009.

A modernidade nos clássicos da Sociologia: percepções acerca do mundo moderno em Tocqueville, Durkheim e Weber

Renan Oliveira de Carvalho¹

Recebido em maio de 2019

Aceito em outubro de 2019

RESUMO

O presente artigo procura trazer reflexões acerca das concepções sobre a modernidade em três dos maiores clássicos da sociologia, Émile Durkheim, Max Weber e Alexis de Tocqueville. A proposta é fornecer uma visão introdutória sobre a abordagem sociológica e os diagnósticos que esses autores ofereceram acerca da experiência moderna. Para isso, busco introduzir o leitor à discussão a partir do pensamento do historiador Reinhart Koseleck sobre a temporalidade moderna, para a partir desta lente tentar lançar luz às concepções acerca do mundo moderno nos três autores clássicos mencionados.

Palavras-chave: Modernidade; Weber; Durkheim; Tocqueville.

ABSTRACT

The present article seeks to bring reflections on the conceptions of modernity in three of the greatest classics of sociology, Émile Durkheim, Max Weber and Alexis de Tocqueville. The proposal is to provide an introductory insight into the sociological approach and diagnoses these authors offers about the modern experience. For this, I seek to introduce the reader in the discussion from the historian's thinking Reihart Koseleck about modern temporality, and from this point of view try to shed light on the conceptions about the modern world in the three classical authors mentioned

Keywords: Modernity; Weber; Durkheim; Tocqueville.

Introdução

O que seria a modernidade? Essa é uma pergunta a qual muitos autores de diferentes ramos das ciências humanas se debruçaram em busca de resposta. Pode a modernidade ser definida a partir do humanismo, da separação do ser humano e da natureza, da aceleração do tempo histórico, do surgimento e difusão das filosofias da história, ou ainda, identificando a modernidade com o capitalismo e as transformações ocorridas

¹ Formado em Direito pela UFRJ e licenciado em Ciências Sociais também pela UFRJ. Mestre em Ciência Política pela UFF. Doutorando em Sociologia pelo IESP-UERJ. Contato: reenan.carvalho@gmail.com.

com as revoluções sociais e tecnológicas do último quarto do segundo milênio. Todas essas definições têm, ao mesmo tempo, um quê de arbitrariedade e de perspicácia. Algo de criatividade e de fidelidade à observação e descrição do que se passa com o mundo.

A modernidade possui tantos sentidos quantos forem os pensadores ou jornalistas. Ainda assim, todas as definições apontam, de uma forma ou de outra, para a passagem do tempo. Através do adjetivo moderno, assinalamos um novo regime, uma aceleração, uma ruptura, uma revolução no tempo. Quando as palavras “moderno”, “modernização”, e “modernidade” aparecem, definimos, por contraste, um passado arcaico e estável (LATOURET, 1994, p. 15).

Seja qual for a chave interpretativa que possamos escolher para tentar definir ou entender o que seria a modernidade, podemos concordar que se trata de uma época, um tempo ou uma temporalidade que se constitui a partir de uma contraposição com a ideia de antiguidade. Os “modernos” são modernos porque são diferentes em algum sentido do que eram os “antigos”. Mas, em que consiste esta diferença? Como podemos identificar o que separa o ser humano “moderno” do “antigo”?

É atravessado por essas questões que buscaremos esboçar uma concepção de modernidade que a nosso ver pode servir de fio condutor para analisarmos as diferentes representações e entendimentos acerca desta temporalidade ou deste processo denominado de “modernidade” por parte de três clássicos da sociologia: Alexis de Tocqueville, Émile Durkheim e Max Weber. Nela, percebemos uma transformação fundamental na forma como a civilização ocidental passou a perceber o tempo histórico e a estabelecer sua relação com ele.

A concepção da História como mestra da vida (em latim, *Historia Magistra Vitae*) foi por muito tempo aquela que orientou a percepção do tempo histórico na civilização ocidental. Nela está contida a ideia de que a(s) história(s) tem um caráter pedagógico, pois sua observação pode sempre servir de aprendizado e ser utilizada para a resolução das questões que possam surgir no contexto da vida individual e coletiva. Sob esta perspectiva, a história representa um ciclo, onde todas as experiências voltariam a acontecer de uma forma diferente, porém comparável às experiências já ocorridas e observadas no passado.

Para ilustrar a transformação ocorrida na perspectiva do tempo histórico,

Reinhart Koselleck, em sua obra "Futuro Passado: Contribuição à semântica dos tempos históricos", começa por descrever o quadro de Albercht Altdorder, "Batalha de Alexandre", onde é retratada a Batalha de Issus (ocorrida no ano de 333a.c) entre Alexandre, o Grande e o exército Persa de Dário III. Entretanto, segundo Koselleck:

Quando contemplamos o quadro na Pinacoteca de Munique, somos confrontados com mais um anacronismo notável: acreditamos ver à nossa frente Maximiliano, o último cavaleiro, e as hordas de lansquenetes da Batalha de Paiva. A maioria dos persas assemelha-se, dos pés aos turbantes, aos turcos, que, no mesmo ano da composição do quadro (1529), sitiaram Viena, sem resultado. Em outras palavras, Altdorfer captou um acontecimento histórico que era, ao mesmo tempo, contemporâneo para ele. Alexandre e Maximiliano (Altdorfer pintou o quadro para este último) assemelham-se de maneira exemplar. O espaço de experiência nutria-se, portanto, da perspectiva de uma única geração histórica (KOSELLECK, 2006, p. 22).

É através da descrição dos anacronismos presentes nesta obra de arte, bem como de uma minuciosa análise acerca da semântica historicamente atribuída à palavra "história", que Koselleck pretende introduzir o leitor a sua tese acerca do conceito de modernidade.

A escolha da obra, por seu caráter ambíguo em relação a temporalidade da narrativa nela retratada busca, de fato, destacar a atemporalidade do quadro de Albercht Altdorder para seus contemporâneos. A observação de que o estado das técnicas de guerra à época em que o quadro foi pintado não diferia tanto daquelas da antiguidade, dos tempos de Alexandre o Grande já é, em si, bastante contundente. Mas não é só isso. Koselleck (2006) convida o leitor a observar a tela com os olhos de um contemporâneo da obra e descreve a representatividade dos elementos ali dispostos para com as profecias acerca do fim dos tempos - muito em voga durante toda idade média e também no século XVI. "A história da cristandade, até o século XVI, é uma história das expectativas, ou melhor dizendo, de uma contínua expectativa do final dos tempos" (KOSELLECK, 2006, p. 24).

Dessa forma o autor pretende demonstrar que, para os contemporâneos de Albercht Altdorder, aquela imagem representaria tanto uma narrativa passada como um acontecimento histórico presente e, possivelmente, uma representação da futura grande batalha pré-apocalíptica. "A Batalha de Alexandre era atemporal como modelo, como figura ou arquétipo de uma luta final entre Cristo e Anticristo; os que lutavam ali eram

contemporâneos de todos aqueles que viveram aguardado o Juízo Final" (KOSELLECK, 2006, p. 24).

Ao analisar o comentário que Friedrich Schlegel, poeta e crítico literário alemão que viveu entre os séculos XVIII e XIX, fez ao observar a obra de Altdorfer, descrevendo a imagem como "a mais sublime aventura da antiga cavalaria"; e com isso, conferindo a ela distância histórica em relação ao presente, Koselleck percebe uma diferença em relação a dimensão especificamente temporal que se estabelece entre Schlegel e Altdorfer. Para o autor, nos trezentos anos que os separam transcorreu mais tempo, ou melhor, um tempo de natureza diferente daquele que transcorreria entre Altdorfer e a Batalha de Issus, por ele representada em seu quadro (KOSELLECK, 2006).

Esta diferença na perspectiva em relação ao tempo histórico, ou essa temporalização da história, marca a ruptura com a perspectiva cíclica da história, ou da percepção dominante onde "presente e passado estariam (...) circundados por um horizonte histórico comum" (KOSELLECK, 2006, p. 22). A ideia de Leibniz de que "O mundo que está por vir já se encontra embutido no presente, completamente modelado" (KOSELLECK, 2006, p. 24), é expressão desta perspectiva que, dentro do âmbito da política, tinha como método o prognóstico racional, a ser realizado através da soma entre a análise de conjuntura política da época com as lições apreendidas pelo estudo da história e de seus exemplos. Foi Maquiavel o exemplo clássico e talvez o mais notório filósofo a se utilizar do método do prognóstico racional baseando-se na concepção circular do devir político. Ao descrever a política, Maquiavel busca estabelecer paradigmas para a atuação política segundo as lições oferecidas pelos exemplos históricos. Está aí contida a essência da concepção da História como mestra da vida.

Nem é por acaso, nem sem motivo, que os sábios costumam dizer: basta considerar o que foi para saber o que será. De fato, em todas as épocas o que acontece neste mundo tem analogia com o que já aconteceu (MAQUIAVEL, 1994, p. 423).

O advento da modernidade representa uma transformação na forma como o homem se relaciona com o tempo. Se antes a história² era uma palavra que representava

² Em alemão "Historie" sendo um termo usado no plural, pois designava narrativas particulares e descoladas entre si. O advento da modernidade pode ser percebido também pela semântica

as narrativas sobre os fatos que aconteceram e que poderiam ser objeto de análise e reflexão para iluminar o presente e o futuro, com o tempo ela passa a designar a história da humanidade como um todo. A marcha do ser humano desde sua criação até os dias atuais. A metáfora espacial que melhor ilustra este processo é a ruptura da concepção cíclica da história para uma forma de percepção progressiva e linear do tempo. A história passa a ser apreendida como a marcha da humanidade, uma linha reta em direção ao futuro e ao progresso.

Segundo Koselleck (2006, p. 35), “foi só com o advento da filosofia da história que uma incipiente modernidade desligou-se de seu próprio passado, inaugurando, por meio de um futuro inédito, também a nossa modernidade”. Para o autor, é apenas a partir da ideia de progresso e de um conseqüente distanciamento entre o futuro e o passado que se pode pensar a temporalidade moderna. Tal distanciamento entre o que o autor chama de espaço de experiência e horizonte de expectativa se estabelece com as transformações ocorridas nas sociedades ocidentais a partir, principalmente, da revolução industrial e da Revolução Francesa. A possibilidade do inédito marca o rompimento entre o passado e o futuro. A aceleração do tempo histórico permite um crescente distanciamento entre espaço de experiência do passado e horizonte de expectativa de futuro. Como resultado disto, a cada nova geração, cresce de sobremaneira a possibilidade do novo e a concepção da história passa a ser orientada pela ideia de um progresso que se busca indefinidamente, como um horizonte a ser “alcançado”.

Por este processo, a história deixa de ser a mestra da vida para ser percebida como um processo que pode ser apreendido e dotado de sentido. A filosofia da história surge como expressão deste processo, onde ao mesmo tempo em que o futuro deixa de se referir as experiências passadas ele passa a poder ser objeto de uma construção planejada. Passado, presente e futuro aparecem como uma totalidade, um processo progressivo capaz de ser conformado e moldado a partir da ação humana. A ideia de modernidade está contida justamente nessa indeterminação em relação ao futuro que a

historicamente atribuída a palavra história no alemão, que antes designava narrativas desligadas uma das outras – a guerra do Peloponeso, a história da igreja, ou a vida de Jesus Cristo. Com o tempo, *Historie* é substituído por “*Geschichte*” que designa uma sequência unificada de eventos que, vistos como um todo, constituem a marcha da humanidade (KOSELLECK, 2006).

aceleração das transformações sociais conformou.

A descrição da distância histórica conferida por Friedrich Schlegel à pintura do quadro “Batalha de Alexandre” ilustra essa aceleração do tempo histórico demarcada por Koselleck como expressão da modernidade. Um tempo onde a distância entre o espaço de experiência e o horizonte de expectativa aumentam progressivamente, em concomitância com as grandes transformações ocorridas na sociedade. Neste sentido, a partir de agora importará pensar como os três autores clássicos da sociologia assinalados – Max Weber, Émile Durkheim e Alexis de Tocqueville - interpretaram a então inédita sensação de viver em um mundo no qual a estabilidade fincada na tradição fora deslocada em prol de uma realidade em constante transformação. Um mundo novo que não se referia mais necessariamente ao passado e onde, nas palavras do também clássico da sociologia Karl Marx (2005, p. 43), “tudo que é sólido e estável se desmancha no ar”.

Durkheim e a Modernidade como Diferenciação.

Émile Durkheim foi um sociólogo francês nascido em Epinal, cidade francesa da região da Lorena, em 1858. É até hoje considerado um dos maiores autores clássicos da sociologia, tendo contribuído muito para a constituição da sociologia com uma ciência autônoma. Entendia que a sociologia era a ciência a estudar as instituições – entendidas como crenças e modos de conduta estabelecidos pela coletividade -, sendo seu objeto de estudo primordial todos aqueles fatos que pudessem ser considerados como fatos sociais.³

Em sua obra, Durkheim está preocupado com os efeitos que as transformações sociais ocorridas com o advento da modernidade estariam causando na constituição moral do homem moderno e na coesão do corpo social. É a partir do fenômeno da divisão do trabalho social que ele busca apreender esse processo e explicar suas consequências.

Durkheim elabora uma teoria funcionalista e estrutural da sociedade. Segundo

³ Os fatos sociais seriam as formas de pensar, agir e sentir que são ao mesmo tempo, exteriores ao indivíduo, gerais na sociedade ou em determinados grupos sociais, e coercitivos, uma vez que expressam estados da consciência coletiva que penetram nos indivíduos com um caráter normativo, conformando suas ações em sociedade.

sua perspectiva, a divisão do trabalho social significa especialização funcional. Cada indivíduo, inserido em uma sociedade cada vez mais complexa e diversificada está nela inserido de modo a exercer uma função dentro do organismo social. Este fenômeno cada vez mais aprofundado e difundido na ordem social moderna tem efeitos muito além daqueles observados no incremento da produção e da economia. A divisão do trabalho tem um caráter moral. Uma vez que gera consequências na forma como a sociedade se organiza e na consciência coletiva que a conforma.

Neste sentido, em sua obra “Da divisão do trabalho social” tese de doutoramento publicada em 1893, Durkheim pretende demonstrar como a divisão do trabalho se torna o principal fator de coesão social nas sociedades modernas. Para ilustrar essa transformação e expressar sua perspectiva acerca de seus efeitos na conformação da sociedade moderna, o autor busca contrapor a sociedade moderna às sociedades tidas como “inferiores” ou “primitivas”. Neste ponto fica muito clara sua imersão na lógica que percebe uma linha progressiva no desenvolvimento histórico das sociedades humanas. Para ilustrar como se articulam a ideia de modernidade ligada ao progresso e a divisão do trabalho social Durkheim dispõe:

Somos levados, assim, a nos perguntar se a divisão do trabalho não desempenharia o mesmo papel em grupos mais extensos, se, nas sociedades contemporâneas, em que teve o desenvolvimento que sabemos, ela não teria a função de integrar o corpo social, assegurar sua unidade. É legítimo supor que os fatos que acabamos de observar se reproduzem nelas, mas com maior amplitude; que essas grandes sociedades políticas também só se podem manter em equilíbrio graças à especialização de tarefas; que a divisão do trabalho é a fonte, se não única, pelo menos principal de solidariedade social. (DURKHEIM, 1995, p. 29).

E, citando Augusto Comte, continua:

Já foi nesse ponto de vista que Comte se colocou. De todos os sociólogos, a nosso conhecimento, ele foi o primeiro a assinalar na divisão do trabalho algo mais que um fenômeno puramente econômico (...). Considerada por esse aspecto a divisão do trabalho, diz ele “leva imediatamente a encarar não apenas os indivíduos e as classes, mas também, sob muitos aspectos, os diferentes povos, como participantes, ao mesmo tempo e de acordo com um modo próprio e um grau especial, exatamente determinados, de uma obra imensa e comum, cujo inevitável desenvolvimento gradual também liga, aliás, os atuais cooperadores à série de seus predecessores e mesmo à série de seus sucessores. Portanto, é a repartição contínua dos diferentes trabalhos humanos que constitui principalmente a solidariedade social e que se torna a causa elementar

da extensão e da complicação crescente do organismo social". (DURKHEIM, 1995, p. 29).

É a partir da criação de algumas categorias e de sua instrumentalização na observação das dinâmicas da sociedade que Durkheim busca explicar no que consiste a mudança estabelecida pelo fenômeno da divisão do trabalho social, e quais suas consequências para a sociedade, principalmente no tocante a coesão social. Segundo o autor: "O conjunto das crenças e dos sentimentos comuns à média dos membros de uma mesma sociedade forma um sistema determinado que tem vida própria; podemos chama-lo de consciência coletiva ou comum" (DURKHEIM, 1995, p. 50). A solidariedade social adviria dessa consciência coletiva, como aspecto que integra a sociedade, garantindo sua coesão. Seria o elemento social que estabelece nos indivíduos o sentimento de que integram uma mesma comunidade, seja pela sua semelhança ou pela sua interdependência.

Nas sociedades que designa como "primitivas" ou "inferiores", pautadas nos costumes, na tradição, em economias predominantemente agrárias e onde a religião ocupa um papel determinante na conformação e organização do corpo social, a consciência coletiva teria uma grande força sobre a individualidade dos seus membros. Estas sociedades teriam a divisão do trabalho social pouco difundida e diversificada, o que implicaria na conformação de sociedades mais simples que as modernas e sem grandes diferenciações entre seus membros. Durkheim (1995) assevera que a solidariedade que garantiria a coesão neste tipo de formação social seria a solidariedade "mecânica" ou por similitude. Isto porque nelas, o elemento que garantiria a coesão da sociedade seria justamente a semelhança entre os membros do corpo social, e o fato desta semelhança expressar uma forte uniformidade na consciência coletiva.

Em contraponto à solidariedade mecânica fundada na semelhança entre os membros do corpo social e que garantiria a coesão social nas sociedades primitivas e sem uma grande divisão social do trabalho, haveria se conformado uma nova forma de solidariedade social nas sociedades modernas, a solidariedade orgânica. A solidariedade orgânica seria substrato da divisão do trabalho social e derivaria do crescente processo de especialização funcional ao qual os indivíduos passaram com o advento da modernidade. Essa solidariedade se conforma a partir da interdependência entre os

membros do corpo social, uma vez que cada indivíduo seria instado a se especializar cada vez mais em apenas uma função e, portanto, passaria a depender dos outros membros do corpo social, gerando um sentimento de pertencimento à sociedade por interdependência (DURKHEIM, 1995).

Do mesmo modo, a especialização gerada pela crescente divisão do trabalho social gera a possibilidade de constituição do indivíduo de forma cada vez mais autônoma em relação à sociedade. Segundo Durkheim (1995), à medida que a divisão social do trabalho vai se tornando uma característica mais marcante e presente nas sociedades, abre-se o espaço para a personalidade individual, que se sobrepõe de forma progressiva à semelhança entre os membros da comunidade observada nas ditas “sociedades inferiores”. Essas transformações possibilitaram o surgimento de novas formas de viver que não eram possíveis antes da emergência desse processo.

Entretanto, segundo Durkheim (1995), apesar da divisão do trabalho ser o elemento conformador da solidariedade social nas sociedades modernas – a solidariedade orgânica – as mudanças ocorridas na sociedade em função da divisão do trabalho se deram muito mais rápido do que as regulações estabelecidas para normatizar e ordenar essas mudanças. Neste sentido, Durkheim percebe que haveria um estado de anomia, ou desordem que põe em risco a coesão social. Isto poderia ser observado ao analisar a taxa de suicídio de uma dada sociedade, onde as sociedades modernas teriam, segundo suas análises, taxas de suicídio maiores do que as sociedades “primitivas”. Em sua explicação acerca deste fenômeno, Durkheim indica que é a falta de instituições e normas reguladoras que permitem a existência de um processo de anomia. Para ele, se as instituições reguladoras como o Estado estivessem cumprindo adequadamente suas funções de coordenação e regulação da sociedade, a solidariedade advinda da divisão do trabalho social poderia se expressar gerando harmonia social.

Portanto, podemos dizer que a modernidade seria para Durkheim um tempo onde a diferenciação entre as pessoas causada pelo incremento e diversificação da divisão do trabalho social formariam novas relações sociais e novos indivíduos, muito mais autênticos do que aqueles conformados pelas relações sociais estabelecidas nas sociedades ditas “primitivas” ou “inferiores”. Esse seria um tempo de relações sociais muito mais complexas, o que conformaria um ambiente propício para o florescimento

da personalidade individual. Uma sociedade onde a diferenciação entre as pessoas seria a característica marcante e onde através deste processo de grandes transformações estaria surgindo uma nova solidariedade, fundada na interdependência entre os indivíduos que integram o corpo social.

Weber e a Modernidade como Racionalização.

Max Weber foi um sociólogo, jurista e economista alemão, considerado um dos fundadores da sociologia. Nasceu em Erfurt, no antigo Reino da Prússia, em 1864. Estudou história, economia e direito nas universidades de Heidelberg e Berlim, e exerceu a docência nas universidades de Freiburg e, principalmente, Heidelberg. Em sua obra, realizou um esforço para a compreensão de fenômenos históricos e sociais, além de uma reflexão acerca do método nas ciências sociais.

A questão da modernidade perpassa a obra de Weber a partir do paradigma da racionalização. Para Weber a característica distintiva da modernidade seria o processo de racionalização da vida e desencantamento do mundo que a sociedade ocidental havia experimentado. Segundo Habermas, “Para Max Weber ainda era evidente a relação interna, e não a meramente contingente, entre a modernidade e aquilo que designou como racionalismo ocidental” (HABERMAS, 2000, p. 3). Em linhas gerais, entende-se que o conceito de racionalização, como utilizado por Weber, significa a redução à racionalidade de todos os aspectos da vida social. Quando trata do processo de racionalização da vida, o autor busca descrever o processo por meio do qual, nas sociedades ocidentais, as ações sociais dos indivíduos passam a ser orientadas não mais a partir de motivações tradicionais e afetivas – baseadas nos costumes, tradições ou sentimentos – mas a partir de uma lógica estritamente racional, seja quanto aos valores ou, principalmente, em relação aos fins (WEBER, 1994).⁴

Sobre o processo de racionalização em Weber, Habermas descreve:

O que Max Weber descreveu do ponto de vista da racionalização não foi apenas a profanação da cultura ocidental, mas, sobretudo, o desenvolvimento das sociedades modernas. (...) Weber entende esse processo como a

⁴ Nesse sentido, a racionalização ofereceria as condições nas quais a ação social é exercida. A racionalização é o processo que confere significado à diferenciação entre as linhas de ação.

institucionalização de uma ação econômica e administrativa racional com respeito a fins. À medida que o cotidiano foi tomado por esta racionalização cultural e social, dissolveram-se também as formas de vida tradicionais, que no início da modernidade se diferenciaram principalmente em função das corporações de ofício (HABERMAS, 2000, p. 3).

Ao lado do processo de racionalização e – em parte⁵ – concomitante a ele, estaria um outro processo, denominado por Weber de desencantamento do mundo. O desencantamento do mundo é identificado como um processo histórico-religioso ocorrido na civilização ocidental, onde, a partir das profecias do judaísmo antigo, ocorre uma desmagificação das religiões, ou seja, a construção de uma religiosidade que vai suprimindo cada vez mais a magia como elemento sacramental da religiosidade. Com o processo de desencantamento, cada vez mais o mundo deixa de ser concebido como permeado por forças ocultas que podem ser manipuladas através de rituais e feitiços, e a magia que passa a ser repudiada como superstição e sacrilégio (WEBER, 2004, p. 96). Tal processo segue com o pensamento científico-filosófico do período helenístico e tem seu apogeu com o protestantismo ascético, que, segundo Weber (2004), tem grande influência na conformação do capitalismo.

É em sua obra “A ética protestante e o “espírito” do capitalismo”, que Weber vai buscar demonstrar como se deu o processo no qual a ética estabelecida por determinadas denominações protestantes convergira com certos comportamentos econômicos de forma a proporcionar – por meio de uma teologia que se constituía a partir da união de elementos de racionalização da vida e desencantamento do mundo – condições favoráveis para o desenvolvimento do capitalismo. É a partir da angústia pela salvação trazida pela doutrina teológica da predestinação, aliada a elementos que identificavam na ética do trabalho, na vocação profissional e no ascetismo uma forma de condução da vida, que o protestantismo do calvinismo e de outras orientações “puritanas” conformaram uma forma de vida que ensejou tanto um processo de

⁵ Em parte, pois o processo de desencantamento do mundo seria anterior a este processo de racionalização da vida no mundo ocidental. Uma vez que, como visto, tem início ainda na antiguidade com a conformação das religiões judaicas e prossegue até a modernidade. De certo modo, o processo de racionalização é também anterior ao advento da modernidade, uma vez que não se pode dissociá-lo completamente do desencantamento do mundo. O que é característico da modernidade é a predominância cada vez mais acentuada de uma racionalidade instrumental, ligada a ação social com relação aos fins.

acumulação de capital, quanto a conformação de um “espírito do capitalismo”.⁶ “Essa racionalização da conduta de vida no mundo, mas de olho no Outro Mundo é o efeito da concepção de profissão do protestantismo ascético” (WEBER, 2004, p. 139).

Neste sentido, segundo Weber, os processos de racionalização da vida e desencantamento do mundo estariam profundamente imbricados, sendo ambos fundamentais para a conformação daquilo que entendemos como modernidade.

A intelectualização e a racionalização geral não significam, pois, um maior conhecimento geral das condições da vida, mas algo de muito diverso: o saber ou a crença em que, se alguém simplesmente quisesse, poderia, em qualquer momento, experimentar que, em princípio, não há poderes ocultos e imprevisíveis, que nela interfiram; que, pelo contrário, todas as coisas podem – em princípio – ser dominadas mediante o cálculo. Quer isto dizer: o desencantamento do mundo. Diferentemente do selvagem, para o qual tais poderes existem, já não temos de recorrer a meios mágicos para controlar ou invocar os espíritos. Isso consegue-se graças aos meios técnicos e ao cálculo. Tal é, essencialmente, o significado da intelectualização (WEBER, 2010, p. 30-31).

Em sua obra, Weber demarca a importância e o papel das ideias na construção histórica e na transformação e conformação da realidade. É através da ideia de racionalização que busca entender e explicar ao longo de suas obras os processos de transformação que ensejaram a conformação de realidades até então inéditas como o desenvolvimento das ciências, a centralização estatal e a formação de sua burocracia e até a própria formação da sociedade capitalista. Através de seus escritos podemos perceber sua posição acerca da tendência ao aprofundamento destes processos, percebendo-os como quase inevitáveis, e alertando para a falta de sentido e o mal-estar que poderiam ocasionar à existência do homem moderno. A ideia de que na modernidade o ser humano estaria preso a uma “jaula de ferro” – na célebre tradução de Talcott Parsons –, ou em uma “crosta de aço”, que nos prenderia a uma lógica que percebe a acumulação de bens materiais como o fim último da existência e, com isso, negaria ao ser humano a possibilidade de atribuir outros sentidos a sua própria existência (WEBER, 2004, p. 165).

⁶ Por “espírito do capitalismo”, devemos entender a conformação de um “ethos”, “uma ideia do dever que tem o indivíduo de se interessar pelo aumento de suas posses com um fim em si mesmo” que se conforma assumindo “o caráter de uma máxima de conduta de vida eticamente coroada” (Weber, 2004, p. 45).

Ninguém sabe ainda quem no futuro vai viver sob essa crosta e se ao cabo do desenvolvimento monstro não vão surgir profetas inteiramente novos (...). Então, para os ‘últimos homens’ desse desenvolvimento cultural, bem poderiam tornar-se verdades as palavras: **“Especialistas sem espírito, gozadores sem coração: esse Nada imagina ter chegado a um grau de humanidade nunca antes alcançado”** (WEBER, 2004, p. 166, grifo do autor).

Apesar de não adentrar nessa discussão mais a fundo – o que, segundo o autor, seria fugir ao tema de sua pesquisa, uma vez que adentraria assim no terreno dos juízos de valor e de fé -, Weber nos dá elementos para perceber na racionalização um processo cujo aprofundamento possibilita a conformação de mudanças materiais e culturais na sociedade, mas que ao mesmo tempo enseja certo “aprisionamento” da subjetividade humana. Aqui, o ineditismo das transformações realizadas pelo aprofundamento deste processo não se refere necessariamente à liberdade da condição humana. A modernidade enseja mudança social, ainda que a custos ou a despeito da liberdade.

(...) esse poderoso cosmos da ordem econômica moderna ligado a pressupostos técnicos e econômicos da produção pela máquina, que hoje determina com pressão avassaladora o estilo de vida de todos os indivíduos que nascem sobre essa engrenagem – não só dos economicamente ativos – e talvez continue a determinar até que cesse de queimar a última porção de combustível fóssil. (WEBER, 2004, p. 165).

Estes são, em linhas gerais e de forma sucinta, os principais aspectos da concepção Weberiana acerca da modernidade. Ao estabelecer uma concepção do capitalismo como cultura e perceber na racionalização o elemento fundamental a caracterizar a modernidade, Weber nos fornece uma importante contribuição para interpretar esses “novos tempos”. Interessante para o nosso estudo também o fato de perceber na modernidade um tempo de transformações inéditas na história – tanto de cunho material quanto cultural -, bem como o fato de realizar prognósticos em relação ao futuro, como por exemplo, ao indicar como praticamente inevitável o desenvolvimento do processo de racionalização da vida e ao perceber certo o mal-estar em relação ao futuro a partir as transformações que observa acontecerem em seu tempo histórico.

Tocqueville e a Modernidade como Igualdade.

Alexis de Tocqueville foi um pensador político, magistrado, historiador e escritor francês. Nasceu em Paris, no ano de 1805, no seio de família aristocrática francesa. Foi magistrado entre os anos de 1827 e 1839, ano em que foi eleito deputado, posição que ocupou durante boa parte da monarquia de junho. Embora fosse um pensador imbuído de ideias eminentemente liberais, nunca abandonou por completo certos valores e concepções da tradição aristocrática, podendo ser identificado hoje como um liberal conservador – apesar do fato de que, em seu tempo, no parlamento ter se identificado à centro-esquerda do espectro político.

O autor procura observar e descrever as transformações ocorridas com o advento da modernidade, identificando na Igualdade o elemento mais distintivo deste novo tempo histórico. É na obra “A democracia na América”, onde Tocqueville faz suas principais observações acerca das transformações ocorridas em seu tempo histórico e, a partir delas, pautado no que vê em sua volta, busca fazer prognósticos sobre para onde andaria a marcha da história. Ao comparar as transformações ocorridas na França de seu tempo - com o declínio das sociedades tradicionais pautadas na tradição, na estratificação social e nos privilégios de nascimento durante o longo processo da Revolução Francesa - com o que observou acerca da sociedade americana em viagem que fez aos Estados Unidos, Tocqueville aponta que: “Uma grande revolução democrática acha-se em curso entre nós” (TOCQUEVILLE, 1977, p. 11).

Entre os objetos novos que, durante a minha demora nos Estados Unidos, atraíram a minha atenção, nenhum me impressionou mais vivamente do que a **igualdade de condições**. Não me custou perceber a **influência prodigiosa que essa realidade primária exerce sobre a marcha da sociedade**; (...). Logo reconheci que esse mesmo fato se estende a sua influência para muito além dos costumes políticos e das leis e que não tem menos domínio sobre a sociedade civil do que tem sobre o governo; cria opiniões, faz nascer sentimentos, sugere práticas e modifica tudo aquilo que ele mesmo não produz. Dessa forma, à medida que estudava a sociedade americana, via cada vez mais na igualdade de condições, o fato essencial do qual parecia descender cada fato particular, e o encontrava constantemente diante de mim, como um ponto de convergência para todas as minhas observações. Voltei meu pensamento para o nosso hemisfério e pareceu-me distinguir nele algo de semelhante ao espetáculo que me oferecia o Novo Mundo. **Vi a igualdade de condições que, sem nele ter chegado, como nos Estados Unidos, aos seus limites extremos, se aproximava cada dia mais desses limites; e aquela mesma**

democracia que reinava sobre a sociedade americana parecia-me encaminhar-se rapidamente para o poder, na Europa (TOCQUEVILLE, 1977, p. 11, grifo do autor).

Para Tocqueville (1977), o século XIX poderia ser descrito com o “século da igualdade”. Essa igualdade da qual se refere quer dizer muito mais igualdade de condições entre todos os indivíduos do corpo social do que propriamente igualdade material entre eles. Se expressa politicamente no caráter democrático da organização social. Esse contraponto entre a igualdade de condições das sociedades democráticas e a desigualdade que é constitutiva das sociedades aristocráticas pautadas no privilégio hereditário do antigo regime é fundamental para entender a marcha histórica a qual, segundo o autor, caminha a humanidade. Entre suas observações, prevê que a democracia caminha para se estabelecer como regime político das sociedades modernas, sendo que o poder monárquico e as instituições e relações sociais tradicionais seriam transformadas por essa marcha histórica que moldaria as sociedades, suas instituições e costumes cada vez mais no sentido da democracia e da igualdade. O autor aborda as potencialidades dessas transformações, fazendo prognósticos acerca do que poderia vir a ocorrer com as sociedades que caminhassem neste sentido. Tocqueville (1977) prevê as sociedades de massa, onde reina a igualdade e, com ela, o consenso. Um Estado democrático tenderia, assim, a concentrar poderes e controlar vontades. Não da forma vista sob os regimes despóticos ou absolutistas de seu tempo. Mas de uma forma sutil e constante. Um tipo de organização social e do poder onde o Estado se encarrega de prever e prover as necessidades e regular a vida dos cidadãos, mas também, de tutelar suas vontades e controla-los em seus desígnios e em diversos aspectos de suas vidas.

Outro perigo que existe na constituição de regimes democráticos e fundados eminentemente na igualdade seria a tirania da maioria. Essa forma de tirania seria própria das democracias e da força que a vontade da maioria extraí dessa forma de governo (TOCQUEVILLE, 1977). Por isso, alerta para a perseguição das minorias que venham a, por ventura, se opor à vontade soberana da maioria. Apesar das críticas e alertas sobre os perigos que o futuro poderia reservar às sociedades modernas, Tocqueville entende com positivas – e inevitáveis – muitas das mudanças efetivadas pela igualdade democrática, que ao estabelecer igualdade de condições entre os indivíduos,

superavam muitas das injustiças que marcavam as sociedades aristocráticas tradicionais.

Ao longo da obra, além de tentar explicar como funcionava a sociedade e os costumes do povo norte americano, Tocqueville procura encontrar maneiras de entender como foi possível a conformação de uma sociedade tal qual aquela que ele observava nos Estados Unidos de 1830. Para isso, buscou na história da formação social dos Estados Unidos uma dentre as razões para a conformação da sociedade que observava na América. Entretanto, apesar de buscar explicar a formação social a partir de certas condições históricas de organização social que naquele lugar se deram – condições que foram originais, uma vez que nenhum outro país tinha se formado a partir de condições semelhantes – considera que apenas a história não seria suficiente para lançar luz a todas as transformações que se perfaziam naquela sociedade, pela complexidade e pelo caráter inédito daquela experiência de conformação social.

Antes de abandonar definitivamente o caminho que acabo de percorrer, **desejaria poder abranger com um derradeiro olhar, todos os diversos traços que marcam a face do mundo novo e, por fim, julgar a influência geral que a igualdade deve exercer sobre a sorte dos homens;** (...) Essa sociedade nova que procurei retratar e que desejo julgar mal acabou de nascer. O tempo ainda não definiu a sua forma, grande revolução que a criou dura ainda e é quase impossível, no que ocorre hoje em dia, discernir o que deve passar com a própria revolução e o que ficará depois dela. O mundo que surge está ainda meio preso sob os destroços do mundo que desaparece e em meio a imensa confusão que os assuntos humanos apresentam, ninguém seria capaz de dizer o que ficará de pé das velhas instituições e dos velhos costumes, e o que virá finalmente a desaparecer. Embora a revolução que se opera na situação social, nas leis, nas ideias, nos sentimentos dos homens, esteja ainda longe de terminar, já não seria mais possível já não seria mais possível comparar as suas obras a coisa alguma do que já se viu no mundo. **Remontando, de século em século, à Antiguidade mais remota, nada percebo que se assemelhe ao que tenho diante dos olhos. Como o passado já não esclarece o futuro, o espírito marcha nas trevas** (TOCQUEVILLE, 1977, p. 540, grifo do autor).

É nesse sentido que Tocqueville representa a modernidade, como um tempo de transformações em direção ao mesmo tempo à igualdade e ao desconhecido. Uma temporalidade e uma experiência histórica que não encontra precedentes onde nós possamos nos basear. Algo de inevitável leva a humanidade neste caminho, sendo os Estados Unidos apenas o primeiro dentre os países a concretizar esta experiência de forma mais contundente.

Considerações finais

A aceleração do tempo histórico e a percepção de que a humanidade estaria caminhando para uma experiência inédita na história, sem referência a qualquer experiência já estabelecida no passado são elementos que permitem a esses autores perceber a modernidade como uma ruptura com o passado. Ao analisar as concepções acerca da modernidade em Tocqueville, Durkheim e Weber, podemos perceber que todos estes autores, a despeito das especificidades em relação as suas concepções acerca do fenômeno, estão imersos na forma como a civilização ocidental passou a perceber o tempo histórico e a estabelecer sua relação com ele.

O distanciamento entre o espaço de experiência e horizonte de expectativa, tal qual descrito por Koselleck (2006) como elemento constitutivo da modernidade, pode ser percebido em suas obras, a partir tanto das potencialidades que as transformações que estabelecem a modernidade ensejam, quanto a suas preocupações em relação aos aspectos perigosos dessas transformações. A anomia, que segundo Durkheim (1995) poria em risco a coesão social. A perda de sentido da vida, que Weber (2004) observa com preocupação, que teria aprisionado seu espírito em uma “jaula de ferro” e faria a existência humana perder qualquer valor ou significado. Ou, como nos alerta Tocqueville (1977), os riscos que a democracia e a igualdade poderiam esconder no futuro, com a tirania da maioria e a perda de liberdade que o despotismo e a centralização poderiam fazer emergir.

Seja a partir do paradigma da diferenciação, como em Durkheim, da racionalização, tal qual Weber, ou da igualdade como faz Tocqueville, todos estes autores clássicos da sociologia percebem a modernidade como um tempo de mudanças incontornáveis, às quais o passado já não pode servir como referência para orientação de conduta. Trata-se da formação de um mundo novo, onde ao mesmo tempo em que se sabe que algo está se perdendo, não se sabe ao certo aquilo que poderá advir das transformações que estão sendo observadas. É nesse sentido que percebemos suas contribuições em relação a sociologia como um esforço, uma forma de tentar apreender esse movimento, essas transformações que ao mesmo tempo assustam e encantam pela força do desconhecido que o futuro enseja. Um tempo onde, como aponta Tocqueville:

“Como o passado já não esclarece o futuro, o espírito marcha nas trevas”.

Referências

DURKHEIM, Émile. **Da divisão do trabalho social**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da modernidade: doze lições**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro Passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto, Editora Puc-RJ, 2006.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaios de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro. Ed 34, 1994.

MAQUIAVEL, Nicoláu. **Comentários sobre a primeira década de Tito Lívio**. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1994.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. São Paulo: Boitempo, 2005.

PIERUCCI, A. F. **O Desencantamento do mundo: Todos os passos do conceito em Max Weber**. São Paulo: Editora 34, 2003.

SELL, Carlos Eduardo. **Max Weber e a racionalização da vida**. Petrópolis: Vozes, 2013.

TOCQUEVILLE, Alexis de. **A democracia na América**. São Paulo, ed. Universidade de São Paulo, 1977.

WEBER, Max. **A ética protestante e o “espírito” do capitalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

_____. **Ciência e política, duas vocações**. São Paulo, Cultrix, 2010.

_____. **Economia e Sociedade**. Brasília - DF: Editora da Universidade de Brasília, 1994.

Da teoria à prática: educação das relações étnico-raciais na educação infantil

Carolina Valentin dos Santos¹

Mariane Conceição Vieira²

Recebido em maio de 2019

Aceito em outubro de 2019

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar se a cultura afro-brasileira é de fato trabalhada nas escolas de educação infantil e se sim, de que forma isso se efetiva e como as crianças reagem. Para tanto, empreendeu-se uma pesquisa interveniente com crianças de 3 e 4 anos em uma instituição de ensino pública e em outra privada, apresentando-lhes um conto de fadas com personagens negros, somada ainda à realização de entrevistas com as professoras dessas escolas para verificar suas perspectivas e iniciativas didáticas em torno do assunto. O suporte teórico foi firmado nos constructos de Michel Foucault e Erving Goffmann, dialogando com o conceito de normalização e de estigma, respectivamente, os quais fornecem uma possibilidade analítica acerca das reações das crianças e dos posicionamentos das professoras. Através dessa estratégia, verificou-se que, apesar de respaldado por lei, o estudo da cultura não é assegurado, acabando por causar um distanciamento da cultura afro-brasileira e uma dificuldade na construção da identidade da criança.

Palavras-chaves: Cultura afro-brasileira; educação infantil; normalização; estigma.

ABSTRACT

This article has the objective of analyzing if the afro brazilian culture has been worked on the early childhood education and if so, how do the children react to it. To this end, it undertook an intervening research with 3 and 4 year old kids, in both public and private school, presenting them a fairy tale with black characters, added to the realization of interviews with the teachers of those schools to verify their perspective and educational initiatives of the subject. The theoretical support was established in the constructs of Michel Foucault and Erving Goffman, dialoguing with the concept of normalization and stigma respectively, which provides an analytic possibility about the reactions of the kids and the positioning of the Teachers. Through this strategy, it was verified that although supported by law, the study of afro-brazilian culture is not ensured and thus causes a cultural detachment and a difficulty in constructing the child's identity.

Keywords: Afro-brazilian culture; early childhood education; normalization; stigma.

¹ Graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). E-mail: carolinevdossantos@hotmail.com.

² Graduanda de Pedagogia pela Universidade Federal do Paraná (UFPR); é bolsista de Iniciação Científica no Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da UFPR. E-mail: marianecvieira@gmail.com.

Introdução

No Brasil, a discussão sobre a raça não se faz no isolamento, ou seja, se dá de forma estrutural, articulando-se às questões históricas, sociais, culturais, políticas e econômicas mais amplas. Através dessa estrutura, onde os indivíduos acabam inferiorizando o negro e cometendo atos racistas e nem percebem que o fizeram/disseram ou mesmo não compreendem que são, por vezes, deles vítimas.

Essa condição denota urgência no tratamento do assunto, de modo que encontra-se prevista em lei a igualdade de todos. Conforme se vê no Artigo 5º da Constituição Brasileira de 1988, um dos princípios fundamentais da União é: “IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” Encontra-se também no artigo 7º da Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, que “Todos são iguais perante a lei e têm direito, sem qualquer distinção, a igual proteção da lei”, e ainda que “Todos têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação que viole a presente Declaração e contra qualquer incitamento a tal discriminação”.

Ponderando o racismo estrutural ainda forte na sociedade brasileira e a legislação que intenta desconstruí-lo através da consagração de princípios democráticos – propomos apresentar uma análise da efetividade do ensino da cultura afro-brasileira, regido pela lei 10.639/03 - que foi extremamente importante para a luta contra o racismo dentro das escolas -, no âmbito da educação infantil ofertada no município de Curitiba/PR, tanto na rede pública quanto na privada, uma vez que a percebemos como importante instrumento para alcançar a materialização daqueles princípios legais. Usando como ferramenta de pesquisa a entrevista com professoras, uma estratégia interveniente de contação de história e a observação permitida pela vivência com alunos de 3 e 4 anos de uma instituição de ensino pública e outra privada, este estudo apresenta uma interpretação acerca dos impasses e potencialidades do ensino da cultura afro-brasileira na educação infantil.

Ao dialogar com Erving Goffman (2012) e o conceito de estigma, mobilizando-a para falar sobre as marcas e identidades de raça e perceber se as crianças já carregam

uma representação pejorativa em relação à negritude. Também num diálogo com Michel Foucault (1987), investe-se fundamentar o processo de normalização da questão racial, relacionando-a com as formas que a cultura afro-brasileira é trabalhada em âmbito educacional (ou se é de fato trabalhada) como um mecanismo que pode agir para o reforço ou desconstrução do racismo estrutural na tenra infância.

Nesse sentido, o trabalho segue organizado em três sessões que partem da localização dos fundamentos sociais e legais do ensino da cultura afro-brasileira para mapear, em sequência, a relação estigma/normalização nos dois ambientes educacionais estudados, analisando os impasses dessa prática pedagógica.

A cultura africana e afro-brasileira na educação infantil

O racismo no Brasil é estrutural, visto que se trata de um sistema de opressão que perpassa da apreensão estética até os espaços dentro das esferas públicas e privadas e as relações sociais, e isso faz com que atitudes de discriminação e preconceito sejam naturalizados pela sociedade, como colocado por Bersani (2018, p. 2):

um sistema de opressão cuja ação transcende a mera formatação das instituições, eis que perpassa desde a apreensão estética até todo e qualquer espaço nos âmbitos público e privado, haja vista ser estruturante das relações sociais e, portanto, estar na configuração da sociedade, sendo por ela naturalizado. [...] Ele transcende o âmbito institucional, pois está na essência da sociedade e, assim, é apropriado para manter, reproduzir e recriar desigualdades e privilégios, revelando-se como mecanismo colocado para perpetuar o atual estado das coisas.

Dessa forma, se faz extremamente importante que as crianças sejam apresentadas ao estudo que refere-se às diversidades desde a educação infantil e, não apenas no ensino fundamental e médio, como coloca-se nas Leis 10.639/03 e 11.645/08 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. As crianças precisam ter contato desde pequenas para entenderem as diferenças e não reproduzirem este racismo, para que saibam que há sim diversidade de cor, raça, etnia, etc., e que isso não é um fator desabonador dos sujeitos.

Segundo Fulvia Rosemberg (2012), é importante que essas questões sejam apresentadas antes dos 7 anos, fase em que essas crianças já que, segundo o entendimento defendido pela autora, “em torno, aproximadamente, dos 4-5 anos as crianças já desenvolveram algum tipo de conceituação ou identificação racial” (FAZZI *apud* ROSEMBERG et al., 2012, p.35). Nessa senda, apesar de não ser contemplado pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010, p. 20) pontuam a “apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América”.

Opera, nesse sentido, a concepção pedagógica de que se deve construir formas que combatam a dominação étnico-racial além de, como proposta pedagógica e diversidade, sinalizar para “o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e as culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação.” (DCNEI, 2010, p.21).

Tendo esse panorama em vista, a vivência em ambientes de educação infantil possibilitada por atividades de estágio, oportunizou-nos investir num exercício de verificação do quanto se tem dado atenção e materialidade para essa pauta socialmente validada e legislativamente amparada. Desenvolvemos, assim observação e pesquisa interveniente tentado perceber também se há particularidades nesse processo em relação às instituições públicas e privadas de ensino. Para esse exercício, empreendemos um trabalho de leitura de um conto infantil, a Cinderela, no qual, entretanto, os personagens são negros, verificando como agem as crianças ao ter contato com essa literatura e fazendo questionamentos acerca da aparência das personagens e do que mais as chamou atenção na história, de modo a perceber se há normalidade ou estigma em relação aos personagens. Os resultados seguem traçado a seguir.

Cultura afro-brasileira no centro de educação infantil privado

Iniciamos a pesquisa em um Centro de Educação Infantil privado de Curitiba, o qual iremos nos referir como CEI, onde percebemos que o quadro de funcionários e docentes são majoritariamente brancos. Ressalta-se que, tratando-se de uma escola em

um bairro considerado nobre, os alunos que frequentam essa escola costumam ser filhos de donos de empresa, advogados, médicos, entre outros profissionais, via de regra com remuneração significativa. Um primeiro dado importante, nesse sentido, é que poucos alunos negros frequentam esta instituição e, particularmente na turma escolhida, só existem alunos brancos.

Fomos bem recepcionadas pelas professoras e pelas crianças que lá se encontravam e, depois de nos apresentarmos, iniciamos uma contação de história para a turma, cuja faixa etária era de 3 a 4 anos. A história escolhida foi “Cinderela e Chico Rei”, já que se trata de uma versão do clássico dos contos de fadas “A Gata Borralheira” que está presente no cotidiano escolar, adaptada para o contexto afro-brasileiro. Ao concluir a história, questionamos as crianças sobre o que elas acharam da história e das ilustrações do livro, e as crianças disseram que ela era “bonita e diferente”, mas que entendiam que ela tinha a pele mais escura pois havia “puxado” sua avó, que também era diferente. Com isso, percebe-se que a ausência de crianças e pessoas negras do cotidiano dos alunos afetam seus olhares perante pessoas/personagens com características diferentes das quais elas estão acostumadas. Por menores que sejam, elas já se apropriaram de uma visão estigmatizada referente a raça. Vale, nesse sentido, recuperar a definição de estigma proposta por Erving Goffman (2012, p.14), segundo a qual,

um indivíduo que poderia ter sido facilmente recebido na relação social cotidiana possui um traço que pode-se impor à atenção e afastar aqueles que ele encontra, destruindo a possibilidade de atenção para outros atributos seus. Ele possui um estigma, uma característica diferente da que havíamos previsto.

Pudemos perceber no decorrer da intervenção que, para essas crianças, o negro se diferencia delas de modo que é alarmante o pensamento que elas apresentam perante algo que deve, inclusive previsto por lei, ser tratado sem discriminação. É possível perceber que as questões raciais e afro-brasileiras não são apresentadas para essas crianças, fazendo com que elas vivam em um mundo sem representatividade, correndo o risco de que, no futuro, acabem por tratar o negro como um ser “diferente” em sentido de “inferior”, reprovável, evitável, sendo que as próprias crianças perguntaram se as

personagens eram pobres por serem negras, ou seja, já relacionando a figura do negro com o estigma de pobreza.

Voltando ao texto de Goffman, outra face desse mesmo processo é a construção simpática dessa anormalidade, que não deixa de ser estigmatizadora, no sentido de que reforça-se que “o indivíduo estigmatizado pode ser abordado à vontade por estranhos, desde que eles sejam simpáticos à sua situação.” (GOFFMAN, 2012, p.26). Por exemplo, chegar pegando no cabelo ou dizer “nossa que macio”, o que reforça também o racismo estrutural onde isso é tratado com normalidade.

Essa reação de diferenciação ou mesmo surpresa entre as crianças em relação à personagem negra, permite notar que a cultura afro-brasileira não é trabalhada com elas de forma efetiva. Essa percepção firmada na relação com as crianças pôde ser confirmada em entrevista com a professora regente da turma que, quando questionada sobre o trabalho da escola quanto ao tema cultura afro-brasileira, colocou que “não é trabalhado explicitamente, principalmente na parte racial”. Segundo seu complemento, justifica essa carência no fato de que “faz pouco tempo que começou a ser trabalhada na educação infantil”, informando ainda que “as professoras sentem falta pois todas as princesas, por exemplo, são sempre branquinhas e loiras”. Assim, percebe-se a angústia das professoras ao querer abordar este assunto, porém, além da escola não oferecer um projeto que tange a cultura afro-brasileira, não oferece formação ou mesmo uma base para que seja iniciado um trabalho tratando do assunto.

A professora entrevistada ressaltou também que “a escola teve, há uns dois anos atrás, uma palestra sobre livros afro-brasileiros e sobre livros que acabam depreciando a raça e apresentou livros que são bons de se trabalhar”, mas que, apesar da palestra a escola “começou a pensar projetos para o nível V da educação infantil, mas acabou por não sair do papel”.

E além do mais, na biblioteca da escola, apesar de existir literaturas ricas que trazem como tema a cultura afro-brasileira, elas acabam por estar nas prateleiras mais baixas e escondidas do acervo, estando fora do campo de visão das crianças e demais frequentadores das escolas. Este fato é preocupante, já que, como relatado pela professora ao questionarmos sobre os livros selecionados para empréstimo: “ao selecionar os livros que as crianças vão levar para casa, eu acabo escolhendo os que estão

no meu campo de visão e acho interessante” e quando questionamos sobre os livros das prateleiras inferiores “nunca tive curiosidade de explorá-los, não costumo olhar para essas prateleiras, não sei nem do que se trata os livros que estão lá”, ou seja, as literaturas, embora estejam presentes, acabam por estar invisíveis, implicando no uso por parte das professoras das obras em suas aulas.

Entende-se que, “as escolas são espaços privilegiados que propiciam a busca pelo conhecimento e, além disso, é um dos meios para a desconstrução do silêncio acerca da educação das relações étnico-raciais” (LOPES, 2014, p.4), porém, quando a escola acaba por silenciar as questões que tratam da cultura afro-brasileira, limitando-se apenas ao básico, torna esse conteúdo folclórico, extraordinário, por vezes colocando a própria dinâmica do racismo estrutural. Como consequência, acaba-se por reforçar implicitamente os estigmas raciais e distanciar as crianças de uma parte significativa da nossa cultura. Além do mais, ao trabalhar trazendo apenas referências branco normativas, no momento em que a turma receber uma criança negra, esta não será contemplada nos conteúdos educacionais, podendo recair em uma crise de identidade.

A cultura afro-brasileira dentro dos CMEIs

A mesma pesquisa foi também realizada em um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI), esse localizado em bairro popular, de caráter mais periférico no município de Curitiba. O mesmo procedimento foi executado com as crianças entre 3 e 4 anos, onde há três professoras regentes e cada turma tem cerca de 30 alunos onde pudemos observar, já no primeiro instante, que grande diversidade étnico-racial entre aquelas crianças.

As professoras organizaram a turma em roda para o momento da contação de história, e foi-nos interessante perceber, inicialmente, que cada criança manteve-se no seu lugar, ordenadamente e buscando seu espaço na roda. Apresentamos, igualmente, o conto “Cinderela e Chico Rei”. As crianças demonstraram muita curiosidade para ouvir a história, mesmo se tratando de uma história relativamente conhecida, todos se mantiveram atentos a narrativa e vez ou outra fizeram alguns comentários ou questionamentos, como por exemplo, quais os animais em que a fada madrinha

transforma em carruagem, cocheiro, etc, já que estes são diferentes da história original. Ao questionarmos sobre a opinião das crianças sobre as personagens, elas agiram com plena naturalidade, não houve nenhum comentário sobre sua cor de pele, mesmo quando questionados se percebiam alguma diferença com a história/filme que já haviam visto sobre essa personagem. Supomos que a naturalidade apresentada pelas crianças deve-se ao fato de que estas crianças estão em constante contato com a diversidade, expressamente notável também entre elas mesmas que, ao contrário da turma acompanhada na instituição privada, são portadoras de abrangente diversidade de cor, raça, etnia, modelo familiar. Nessas circunstâncias, o diferente tornando-se algo natural.

Mas, de outro lado, o comportamento das crianças diante da literatura apresentada reflete também o trabalho realizado pelas professoras com esta turma, pois até mesmo no ambiente em que eles estavam havia trabalhos expostos sobre o livro “as cores de Matheus” onde cada criança representou Matheus de uma cor diferente com massinha de modelar.

Acerca disso, quando as professoras foram questionadas sobre como se dava a prática pedagógica acerca da cultura afro-brasileira naquela instituição, a professora A colocou que:

É trabalhada de forma direcionada e lúdica, é também, trabalhada no dia-a-dia, pois a criança tem contato com seus amigos que são diferentes e também entre os familiares das crianças existe uma diversidade enorme e isso enriquece a visão deles e torna-se natural. Se não apontar as diferenças e chamar a atenção para isso (a cor da pele, do olho, do cabelo, tamanho...), eles não percebem, não existe, tudo é igual. Eles não têm esse *feeling* de perceber-se diferentes. Quando eles começam a crescer que isso vai aparecer. Essa diferença vem do adulto, que acaba influenciando as crianças.

Percebe-se então que a abordagem do assunto é constante, que a atividade exposta não é algo pontual, não tem caráter folclórico. Esse empreendimento pedagógico do CMEI em questão coaduna-se com as recomendações de Rosemberg (2010, p.125), cujas pesquisas comprovaram que “o reconhecimento de que as pessoas podem ser brancas ou negras desenvolve-se por volta dos 3 e 4 anos de idade”, por isso se faz importante que esses assuntos sejam tratados nessa faixa etária, como recurso valioso para a desconstrução dos preconceitos raciais. Como pondera a professora

entrevistada, pode parecer que eles não têm essa percepção por conviverem constantemente com diversos tipos de crianças, tratando de forma normalizada pois, para eles, realmente não há essa diferença numa conotação negativa, desabonadora. Aos seus olhos são todos iguais, em suas diferenças. Trabalhar esse entendimento, no sentido de consolidar a percepção da igualdade é tarefa importante da educação infantil.

Acerca disso, a professora A coloca também como é organizada a abordagem da cultura afro-brasileira com as crianças. Conforme os seus dizeres:

Parte-se de dois princípios, o primeiro é elaborado dentro do planejamento, com atividades direcionadas para eles e, o segundo, é quando parte deles. Às vezes eles trazem curiosidades ou situações, então as usamos como gancho, através de diálogos, mais elementos para dar suporte, pois as crianças não vêm em branco, elas têm toda uma carga por trás. Não temos uma data específica para trabalhar isso, analisamos o perfil da turma e as diversidades e, quando preciso, ainda retomamos. Aqui mesmo, temos crianças de criações diferentes, por exemplo, crianças adotadas, crianças criadas só pelo pai ou pela mãe, criadas pelos avós, procuramos de maneira lúdica, trazer as realidades para eles e apontar as diferenças.

Assim, percebe-se que, nesse CMEI, as professoras, implicitamente, usaram da disciplina como meio de formar ou normalizar os comportamentos destas crianças em relação às questões raciais. A disciplina, para Foucault (1987), é um instrumento de fabricação de corpos dóceis, ou seja, com ela é possível disciplinar o indivíduo por meio da

formação de uma relação que no mesmo mecanismo o torna tanto mais obediente quanto é mais útil, e inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos (FOUCAULT, 1987, p.164).

Esse recurso, que na teoria de Foucault aparece como instrumento negativo, no sentido de que age para o adestramento dos sujeitos para as demandas opressoras e mesmo hierarquizadoras do sistema, pode ser acionado numa chave invertida, no sentido de disciplinar para a normalização do não preconceito e da não hierarquização em razão da cor da pele. De outro modo, é possível perceber esse método disciplinar na forma de distribuição dos indivíduos no espaço, de modo que possam manter a atenção

na leitura/explicação da professora, nas elaborações temporais, ou seja, o planejamento realizado e organizado na rotina diária das crianças e segmentos, como também explicitado por Foucault (1987, p.186) “na forma da continuidade e da coerção, um crescimento, uma observação, uma qualificação.” Ou seja, o ensino se dá de forma gradativa e linear no dia-a-dia dessas crianças formando assim algo naturalizado para elas em relação à diversidade.

Assim, nessa chave invertida, se a disciplina é a arte de “compor forças para obter um aparelho eficiente.” (FOUCAULT, 1987, p.189), no CMEI, quando as crianças aprendem a cultura afro-brasileira e vêem o negro como um dos seus, acabam reproduzindo este pensamento e, muitas vezes, chamando a atenção de quem não respeita essa norma. Tem-se assim que

a aquisição dos conhecimentos pelo próprio exercício da atividade pedagógica, enfim uma observação recíproca e hierarquizada. Uma relação de fiscalização, definida e regulada, está inserida na essência da prática do ensino: não como uma peça trazida ou adjacente, mas como um mecanismo que lhe é inerente e multiplica sua eficiência (FOUCAULT, 1987, p. 201).

Assim, perscruta-se que cada criança possa manter sua individualidade, mas também o respeito com outras culturas, como a afro-brasileira, foco deste artigo. Se mantém como uma norma em seu meio, para que mesmo com tais “diferenças” haja uma homogeneização na forma em que devem ser tratados e tratar o próximo.

Como produto do trabalho realizado, pôde-se perceber que, nesta turma, as professoras seguem as DCNEI no que se refere ao ensino da cultura afro-brasileira. Quando questionadas se há algum tipo de formação com esta temática, uma das professoras diz

A Secretaria da Educação passa algumas ideias de como pode ser trabalhado, mas tem que partir do profissional de procurar o material e correr atrás de tudo. É a nossa realidade né, quando eles resolvem aparecer a gente já trabalhou. E nós que corremos atrás de informações, de livros e material. Tem que partir do profissional, na realidade, não temos esse apoio, não existe. Cobranças temos bastante, mas nenhuma atividade direcionada a isso vindo deles.

Há uma grande ênfase na fala da professora quando ela diz “cobrança temos bastante”, é perceptível o incômodo tanto desta quanto das outras regentes quanto ao

fato de serem cobradas, mas não terem qualquer tipo de formação acerca de qual a melhor forma de abordagem destas temáticas. Mas a despeito dessa condição conflitiva, quando questionada sobre a importância de trabalhar esse conteúdo, revela que

É preciso trabalhar para que as crianças vejam as diferenças e as diversidades; você cria um ser humano que enxerga que as diferenças trazem riquezas e que não discrimina os outros. Você cria um ser humano não preconceituoso, pois as raças e as diferenças trazem muita riqueza para nós. Além disso, essas crianças têm que perceber que elas também devem ser aceitas e respeitadas e, se você trabalha isso de forma natural, a aceitação é maior. Elas vão perceber que as diferenças são naturais. A questão do preconceito deve ser trabalhada com adolescentes e adultos, pois eles já têm preconceitos. Embora o foco de vocês seja o negro, todo tipo de diferença é rejeitada, e é isso que temos que trabalhar, todo diferente deve ser aceito.

Claramente, pudemos perceber que essas crianças tratam a diversidade racial com naturalidade, pois as professoras se interessam e acham importante a abordagem da temática afro com seus alunos, apesar de serem cobradas e não receberem apoio para que esse trabalho aconteça com efetividade. De toda forma, a vivência nesse CMEI, a atividade com as crianças e as próprias entrevistas realizadas revelaram a presença desse exercício continuado e valorizado pelas docentes, dado que, ao contrário, não haveria esta abordagem.

Considerações finais

Entende-se como urgente o ensino da cultura afro-brasileira, por tratar-se da história brasileira e pela consciência da trajetória dos povos africanos no Brasil e suas contribuições para nossa cultura. Além de proporcionar para as crianças negras presentes na educação infantil o sentimento de representatividade, empoderamento e pertencimento.

Com a análise realizada em duas instituições diferentes, foi possível perceber grande diversidade de reação no olhar das crianças de mesma faixa etária em relação ao mesmo exercício de contação de história da literatura afro-brasileira. De um lado, temos crianças que agiram com muita naturalidade ao serem expostas a essa literatura e de outro crianças que viram como o seu diferente, como algo incomum e hereditário.

Podemos perceber a diferença da docência dessas crianças, pois ambas não possuem qualquer tipo de formação específica ou direcionamento pontuado sobre o assunto e, apesar de ambas acharem importante a abordagem, apenas as professoras do CMEI conseguem a efetividade da apropriação, reconhecimento, respeito, conforme exigido pelas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil. Já as professoras do CEI acham importante, mas acreditam que as crianças ainda não têm idade para entender o que é o racismo, creem que o trabalho deve ser realizado indiretamente, em razão da idade em questão.

De nosso ponto de vista, entretanto, entende-se como importante principalmente pois “o estranho à vivência cotidiana tende a ser repellido ou avaliado com referências preconceituosas, pois o que não é familiar causa insegurança a alguns indivíduos” (DUARTE, 2012, p. 142). Portanto, entendemos que “a educação pode exercer forte ação na prevenção do racismo e promoção da igualdade racial” (DUARTE; 2012; p. 161). Este trabalho pode ser realizado de formas simples, como por exemplo, inserir histórias e filmes que tenham personagens negras ao longo do planejamento, trazer as contribuições linguísticas e culturais dos povos africanos para a formação da cultura brasileira entre outras formas de fazer com que as crianças tenham contato com a cultura afro-brasileira.

Para tanto, é preciso que as instituições caminhem junto com as professoras da educação infantil, proporcionando formações para que suas docentes possam adquirir repertório cultural e assim sentirem-se motivadas a inserir no cotidiano de sua turma as questões que tangem a cultura afro-brasileira e quebrar a visão eurocêntrica e branco normativa que encontramos dentro dos ambientes escolares. Assim, espera-se que a cultura afro-brasileira possa ser desmistificada dentro das escolas de educação infantil e que as crianças negras possam se sentir representadas desde pequenas, que as crianças brancas possam reconhecer a cultura afro-brasileira como parte de sua cultura e que ambas aprendam a respeitar as diversidades presentes em seu cotidiano.

Ainda concluímos que a instituição e suas docentes precisam unir-se para apresentar uma educação que baseie-se no respeito, uma vez que nenhuma criança nasce preconceituosa e sim acaba construindo esse olhar ao longo do tempo com base no que aprende e vivencia. Portanto, inserindo uma educação baseada no respeito e na

representatividade, o ensino infantil poderá contribuir para minimizar questões de racismo e desigualdade racial na sociedade brasileira.

Referências

ONU, Assembleia Geral. (1948). “**Declaração Universal dos Direitos Humanos**” (217 [III] A). Paris. Retirado de < <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/> > Acesso em: 17 de novembro de 2018.

BERSANI, Humberto. Racismo Estrutural e o Direito à Educação. **Revista Educação em Perspectiva**. Minas Gerais, v.8, n.3, set./dez. 2017

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em 17 de novembro de 2018.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei ordinária 11.645, Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Brasília, DF. p.1.10 de março de 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. - Brasília: MEC, SEB, 2010.

DUARTE, Carolina. A abordagem da temática étnico-racial na educação infantil: o que nos revela a prática pedagógica de uma professora. In: Maria Aparecida Silva Bento. (Org.). **Educação Infantil e igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais**. 1ed. São Paulo: CEERT, 2012, p. 138-161. < www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/educa_infantis_conceituais_.PDF > Acesso em: 16/11/2018.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: Nascimento da prisão**. Terceira parte: Disciplina, p. 219 - 250. Tradução de Raquel Ramalhete. Petrópolis: Vozes, 1987.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

LOPES, Sawana Araújo. A educação das relações étnico-raciais e os direitos humanos: uma ação afirmativa na Seara Educacional. **Cadernos Imbondeiro**. João Pessoa, v.3, n.2, 2014.

ROSEMBERG, F. et al. Aspectos conceituais e jurídicos da educação para a igualdade racial na educação infantil. In: Maria Aparecida Silva Bento. (Org.). **Educação Infantil e igualdade racial e diversidade**: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. 1ed. São Paulo: CEERT, 2012, p. 10-114. <www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/educa_infantis_conceituais_.PDF> Acesso em: 16/11/2018.

Os primeiros meses da agenda socioambiental de Jair Bolsonaro e o que esta nos diz sobre nossa ontologia

Ana Julia Vaz dos Santos¹

Recebido em maio de 2019

Aceito em outubro de 2019

RESUMO

Este artigo tem como problema central a discussão acerca da agenda adotada pelo governo Bolsonaro (PSL), nos nove primeiros meses de mandato, caracterizadas pelo enfraquecimento de leis e órgãos de proteção e fiscalização ambiental, que estimulam o desmatamento da Floresta Amazônica. Busca-se demonstrar por meio de um diálogo com a teoria pós-estruturalista, que essa relação com o território e com outros grupos não ocidentais, está ligada a um conflito ontológico. Expõem-se ao longo do texto, detalhes de nossa ontologia atrelada à ideia de progresso, domínio sobre a natureza e seus desdobramentos na relação do homem ocidental com o ambiente e sua destruição como representados pela agenda do governo frente ao meio ambiente. Os resultados vão de encontro à ideia de que a relação humana ocidental com o meio ambiente está relacionada à lógica do 'antropoceno' correspondente à era em que os humanos se tornaram uma força capaz de destruição planetária. Além disso, a ontologia moderna mostra-se incapaz de reconhecer nossa interdependência com outras espécies apresentando resultados dramáticos. Mostra-se necessário um discurso mais eco-centrado, e a possibilidade de uma relação benéfica entre humanos e a natureza, impedindo uma agenda política de degradação ambiental e humana.

Palavras-chave: Antropoceno; Ecologia; Território; Estudos Multiespécie.

ABSTRACT

This article has as its central problem the discussion about the agenda adopted by the Bolsonaro government (PSL), in the first nine months of its mandate, characterized by the weakening of laws and environmental protection and inspection agencies, which stimulate the deforestation of the Amazon Forest. We seek to demonstrate through a dialogue with poststructuralist theory that this relationship with the territory and other non-Western groups is linked to an ontological conflict. Details of our ontology linked to the idea of progress, mastery over nature and its consequences in the relationship between western man and the environment and its destruction as represented by the government's environmental agenda are presented throughout the text. The results match the idea that Western human relations with the environment are related to the idea of the 'anthropocene' corresponding to the era in which humans became a force capable of planetary destruction. Moreover, modern ontology is unable to recognize our interdependence with other species yielding dramatic results. A more eco-centered discourse and the possibility of a beneficial relationship between humans and nature are needed, impeding a political agenda of environmental and human degradation.

Keywords: Anthropocene; Ecology; Territory; Multispecies Studies.

¹ Graduanda em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Paraná. Contato: anajuliavazs@gmail.com.

Introdução

Eleito com um discurso de extrema direita, Jair Messias Bolsonaro (PSL) inicia seu mandato com uma agenda política que preocupa ambientalistas e populações que não estão inseridas na "lógica ocidental". Trago a discussão a agenda política de Bolsonaro referente às questões ambientais com a intenção de estabelecer uma sucinta contribuição para pensarmos nossa relação com o território, natureza e não humanos.

A questão perpassa, inevitavelmente, o modo de produção capitalista neoliberal e seu impacto no ecossistema e também a outras culturas. Entretanto, não me deterei a isso nessa discussão, embora reconheça a pertinência deste fato e a gravidade destruidora desse modo de produção. Gostaria de propor olharmos para a questão por outra abordagem explicava: a ontologia ocidental e o nosso padrão cultural que tanto criamos, e que somos frutos. Frutos esses que geram motivações, e estas, definem nosso relacionamento com a natureza, explicitados nesse sentido pela agenda política do atual presidente da República.

Da mesma maneira que a questão não é meramente economicista e perpassa a discussão ontológica, cabe frisar também, que Jair Bolsonaro não é o único presidente que causa, ou que causou ações danosas ao ecossistema brasileiro, outros governos contribuíram para isso também. A diferença é que o discurso do atual presidente deixa explícitas suas intenções de criar uma espécie de 'desenvolvimento' a custas de uma exploração incessante da natureza. Dessa maneira, o recorte escolhido – os primeiros meses do governo Bolsonaro – decorre da intenção de demonstrar de forma prática e materializada a ontologia ocidental, e a atualidade da questão. Reconhece-se, entretanto, que não se completou o primeiro ano de mandato da atual gestão, e nesse sentido, é complicado delimitar qual será definitivamente a política socioambiental desta. Entretanto, é possível construir caminhos analíticos para se entender de que maneira tais ações contrastam com uma ontologia relacional.

Com o intuito de tornar clara a relação entre as práticas políticas e perspectivas ontológicas, será realizada uma breve análise dos posicionamentos de Jair Bolsonaro na mídia em relação ao meio ambiente, os discursos em relação a este, e principalmente, as

atitudes políticas do chefe de Estado para com a pasta ambiental. O tempo de análise são os nove primeiros meses de governo dessa gestão, e as fontes utilizadas para a constituição deste estudo são as fontes documentais jornalísticas. Além disso, o método bibliográfico é utilizado para tencionar as concepções teóricas que perpassam a discussão ontológica para contrastar com o caso prático proposto no trabalho.

Em um primeiro momento será definida a noção de ontologia dialogando com outros pesquisadores, com o intuito de demonstrar quais as características da ontologia dualista em contraposição as ontologias relacionais. Posteriormente, pretende-se demonstrar as características presentes nos posicionamentos e perspectivas de ações políticas dos primeiros meses da gestão de Bolsonaro, com vistas a contrastar as atuais políticas públicas com uma ontologia relacional. Assim sendo, pretende-se fundamentar a descrição das informações sobre o perfil político-ambiental de Bolsonaro, refletindo e dialogando com a teoria pós-estruturalista para delinear caminhos que tornarão perceptíveis a ontologia moderna em seu pensamento e posicionamentos governamentais.

Esse tema é de suma importância, pois existe muito mais complexidade nas relações entre natureza e cultura do que a visão de mundo moderno ocidental nos permite visualizar. Além disso, é imprescindível discutir a agenda política de Bolsonaro que está aprofundando uma crise social e ambiental de difícil reversão. Dessa forma, pretende-se entender as tensões que perpassam a ontologia e as práticas políticas, questionando dessa forma, aquilo que o ocidente e suas pautas vêm destruindo de forma avassaladora sem se sensibilizar com outras formas de existência, constituindo e se refletindo na agenda política do atual presidente da república.

A ontologia ocidental em questão

Gostaria de definir como entendo ontologia para posteriormente analisar o caso prático. Assimilo 'ontologia' me aproximando a percepção de Latour (2012), ontologia enquanto "modos de existência". Ainda vou de encontro ao esboço de Sáez (2012, p.15), de que "cada ponto de vista define um mundo diferente, se traduz na experiência singela de que cada sujeito age em função do que vê, e com isso realiza o que vê." Por outras

palavras, a ontologia é a diversidade de modos de existência que podem vir a ser materializados em práticas concretas, a visão de mundo apreendida culturalmente molda a forma como o indivíduo irá experienciar o mundo.

Em relação à ontologia ocidental, alguns autores contribuem para o entendimento de como esta opera em nosso mundo, desde a concepção de pessoa até as formas como se desenvolvem as relações com o ambiente e com outras culturas. Devido a isso, essa seção tem como objetivo demonstrar de que maneira se operam e quais as características da ontologia dualista para posteriormente contrastá-la com ontologias relacionais.

Tim Ingold (1995, p.39-53), trata acerca da concepção de ser humano no ocidente em uma encruzilhada dicotômica entre humanidade e animalidade. O antropólogo britânico busca responder o que é um humano e nos mostra que mesmo nos aproximando fisiologicamente dos animais nos achamos superiores. Entretanto, nosso entendimento de humano mesmo dado como superior, necessita da centralidade dos animais em sua construção: a cada geração construímos a noção de animalidade como o traço que não dispõe daquilo que o homem tem – linguagem, racionalidade e a consciência moral – e a cada geração lembramos a nós mesmos que o homem é também um animal. O que nos diferencia dos outros animais – em nossa ontologia – é a característica como espécie identificáveis pelas capacidades de raciocinar, pela linguagem, consciência moral e a cultura.

O fundamental é que Ingold (1995) mostra que a visão do que é um ser humano é resultado ontológico. No ocidente, a fronteira entre a espécie humana e as demais espécies animais não é paralela, ela cruza as fronteiras entre animalidade e humanidade com estado de ser.

Latour (1994) quando aborda a visão de mundo ocidental, traz para a discussão a ideia de ‘modernidade’. Boa parte das definições da modernidade apontam para uma noção de tempo que demonstra algo novo. A modernidade é idealizada como uma aceleração, ruptura, uma revolução no tempo. Essa ruptura na passagem regular do tempo contrasta-se com os não modernos – os vencidos – de passado arcaico e estável. Essa singularidade ocidental de se enxergar como ‘moderno’ é um traço da necessidade que temos de nos auto afirmar como superiores em relação a outros povos, resultando

no aparecimento em nossa ontologia da clássica concepção de hierarquização dos seres, oriunda da separação traçada pela ciência ocidental entre o sujeito detentor do conhecimento e o objeto que seriam os 'fatos' a serem conhecidos. Todavia, o infortúnio de ser moderno acarreta consequências para nós desde a forma como fazemos nossa ciência e a forma como concebemos as relações humanas e não humana, e natureza e cultura.

Reconstruindo historicamente, Latour (1994) aponta que a modernidade surge a partir da dessacralização do mundo e por meio da hegemonia que fora conquistada pelas ciências de base cartesiana e newtoniana. A modernidade surge desse modo, a partir do que se considera *natureza* e o que se considera por *cultura*. De um lado estariam os porta vozes cientistas transformando a natureza em ciência, e de outro estariam os políticos, porta vozes da cultura transformando-a em política.

Nasce dessa forma à modernidade, por meio de dois divisores construindo uma ideologia através da qual nós modernos vemos a nós mesmos e aos outros. O divisor interno opera na divisão do que é natureza e do que é cultura. A partir disso, criamos outras subdivisões – objeto e sujeito, coisa e pessoa, humano e não humano – com a exportação desse divisor para a relação com outros povos estabelece-se o grande divisor externo. Através deste, os modernos separam de um lado o ocidental que estaria representando a natureza como ela verdadeiramente é, e do outro lado estariam os "não modernos", as culturas tradicionais que na visão ocidental representam a natureza subjetiva, e dessa forma, inadequada. A modernidade ocidental nessa visão seria superiormente diferente dos outros povos, pois tem a ciência o aparato que acredita ser necessário e valorativo para se diferenciar. De qualquer forma Latour (1994) mostra que tanto o divisor interno quanto o externo possuem um padrão colonial: em primeiro lugar a cultura dominando que a natureza seja ela enquanto "recurso" seja ela enquanto o "outro", não ocidental (LATOURE, 1994, p. 43).

A hipótese que trago a presente discussão, é que nossa incapacidade enquanto ocidentais de perceber nosso "tecido" de natureza e cultura como algo idôneo torna nossa realidade repleta de divisões e hibridez, o que posteriormente, acarreta de forma incisiva efeitos em nossa relação com aquilo que entendemos como o "não humano" e até mesmo será responsável por criar pré-conceitos e uma leitura, a partir de nossas

lentes modernas, sobre outros grupos que não compartilham da mesma forma que experienciamos o mundo. Por consequência, cria-se uma imaginária linha hierarquizante que nos diferencia em grau superior aos demais, nos dando lamentavelmente a convicção de que somos um mundo único e superior com a total liberdade para tomar decisões sobre nosso meio, independente da existência de outras vidas.

Anna Tsing (2015), também questiona e expõe como se materializa a ontologia dualista. Para ela, a ciência por influência do pensamento religioso prega uma ideia de superioridade de nós humanos sobre outras espécies, desenvolvendo uma naturalização de dominação sobre outros seres. Tsing (2015) argumenta acerca da existência de mais de uma forma de se relacionar com a natureza, e mesmo assim, o combustível que nós escolhemos foi o confinamento e a dominação sobre outras espécies. A plantação que antes era vista como satisfação e não visavam o lucro, e logo, não gerava uma destruição ambiental em larga escala, reverteu-se em nossa sociedade ao escolhermos o confinamento. Padronizando em grande escala as plantações transformamos nosso relacionamento com outras espécies aprofundando a domesticação, e intensificando e forçando a fertilidade das plantas².

A forma com que nos relacionamos com o ambiente diz muito sobre a ontologia ocidental, um caso prático ilustra essa percepção: após o incêndio na Amazônia em agosto de 2019 que durou semanas, a indústria pecuária se aliou a ONGs para exigir que Bolsonaro tomasse medidas para deter o desmatamento. A princípio parece que essa ação foi um ato de preocupação ou até mesmo de respeito e reconhecimento da co-dependência que temos com o que chamamos de natureza. Longe disso, a dependência que é reconhecida e valorizada, é a dependência da natureza como fonte econômica de lucro para o agronegócio. A fala de Marcelo Britto, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio, sintetiza a questão mostrando a preocupação meramente econômica: “Não vi o cancelamento de nenhum contrato no setor, mas as luzes vermelhas estão piscando em ritmo acelerado. Se medidas não forem tomadas, se a retórica não mudar,

² Essa padronização é de tamanha potência que em nossa modernidade concebemos como a única forma de se fazer a agricultura.

a situação pode piorar”, disse após sugerir, sem mencionar marcas, que o anúncio da H&M e outras empresas de que não comprarão couro do Brasil “pode ser marketing”³.

O discurso anteriormente citado demonstra uma preocupação não apenas econômica, mas também está relacionado a toda uma teia de construções sobre a natureza que opera em nossa ontologia. Se ocorre um descaso, ou uma real falta de preocupação com o ecossistema, é justamente por este ser concebido como algo separado de nós ‘sociedade’ estabelecidos em oposição a ‘natureza’ constituindo o grande divisor moderno. Mas se, a preocupação é meramente econômica, é possível perceber outra característica da maneira como operamos no mundo: natureza para ser dominada ou para ser conhecida cientificamente como objeto.

Trazendo uma nova forma de pensar o divisor natureza e cultura, Philippe Descola, tornou-se um dos principais representantes da virada ontológica nas ciências sociais, rompendo com a perspectiva de que natureza e cultura são elementos distintos. Durante seu trabalho etnográfico com os indígenas Achuar na Amazônia Equatorial Descola nota que o binômio natureza e cultura não operam como elementos singulares. A natureza não era concebida como algo a ser utilizável, pois não se reconhece a noção de natureza como a forma ocidental. A ontologia Achuar mobiliza a percepção de que plantas, espíritos e animais, são dotados de alma. Logo, não há um afastamento ontológico que distingue humanos de não humanos entre esse grupo. Plantas, animais e humanos são sujeitos ativos, que participam, nesse sentido, nas relações sociais (DESCOLA, 2005, p. 23).

Similarmente, Eduardo Viveiros de Castro (1996), ao desenvolver a ideia de perspectivismo ameríndio, expõe que esta forma de estar no mundo e apreendê-lo é obviamente distinta da ocidental. No perspectivismo ameríndio ocorre a criação de uma humanidade compartilhada por meio da construção dos corpos. As elaborações indígenas apontam para uma visão de mundo onde, animais, plantas e humanos concebem sua humanidade através de um mesmo partilhamento de corpos.

De tal maneira que a categoria que unifica humanos e animais não é a animalidade, como aponta Ingold (1995), característica de nossa dualidade ontológica,

³ A interlocução de Britto encontra-se presente no link: <<http://bit.ly/2kqv6VZ>>.

mas o perspectivismo ameríndio nos mostra que é a humanidade a condição compartilhada pelos humanos e pelos animais, visto que, nessas ontologias operam o parecer que julga a existência de uma unidade de alma e uma multiplicidade de corpos.

A partir de uma abordagem decolonial, Arturo Escobar (2015), ao discutir sobre as ontologias políticas do direito ao território, mostra que em mundos onde se operam as ontologias relacionais, o que existe é um mundo inteiro de uma infinidade de práticas que ligam uma multiplicidade de humanos e não humanos. Para resumir, uma ontologia relacional pode ser definida como aquela em que qualquer coisa (humano ou não humano) preexiste relações que constitui. Todos nós existimos porque tudo existe.

Exposto como as formas ontológicas apreendidas pelos grupos humanos influenciam o entorno e a experiencialização da existência pelas pessoas, a ontologia também se refletiria na forma como se faz política, neste caso, na agenda política do atual presidente.

As ações de Bolsonaro nos primeiros meses de governo

A floresta está viva. Só vai morrer se os brancos insistirem em destruí-la. Se conseguirem os rios vão desaparecer debaixo da terra, o chão vai se desfazer, as árvores vão murchar e as pedras vão rachar no calor. A terra ressecada ficará vazia e silenciosa. Os espíritos xapiri, que descem das montanhas para brincar na floresta em seus espelhos, fugirão para muito longe. Seus pais, os xamãs, não poderão mais chamá-los e fazê-los dançar para nos proteger. Não serão capazes de espantar as fumaças de epidemias que nos devoram. Não conseguirão mais conter os seres maléficis, que transformarão a floresta num caos. Então morreremos, um atrás do outro, tanto os brancos quanto nós. Todos os xamãs vão acabar morrendo. Quando não houver mais nenhum deles vivo para sustentar o céu, ele vai desabar (Davi Kopenawa - A queda do céu. 2016, p. 5).

Questão ambiental só importa aos veganos que comem só vegetais (Jair Bolsonaro, julho de 2019).

É proposital iniciar este tópico com essas duas passagens que contrastam de forma clara e precisa as formas de relações que o ocidente desenvolve com aquilo que concebemos como natureza. Na primeira passagem, nota-se ao longo da fala do xamã Yanomami, Davi Kopenawa, que a relação natureza e cultura são parte de um mesmo campo sociocósmico onde, a destruição da floresta pelos brancos, estaria diretamente relacionada a um impacto direto em todas as áreas da vida Yanomami e também em nossa. Em contrapartida, a fala do atual presidente da república Jair Bolsonaro (PSL), retrata de forma concisa a ontologia ocidental ligada a ideia de progresso, separação

entre natureza e cultura e principalmente um domínio e até mesmo um descaso com a natureza de forma destruidora. Bolsonaro, vê o meio ambiente como uma forma de apropriação para o enriquecimento financeiro. Ao ser questionado nesta ocasião pela sua intenção de transformar a região da baía de Angra dos Reis, em uma “Cancún brasileira”⁴ visando o lucro, visto como uma forma de progresso, ignora que o local é hoje uma área de preservação de espécies ameaçadas de extinção.

As atitudes políticas de Bolsonaro (PSL) são muito mais graves que um “deboche” com veganos como exposto anteriormente. Logo no início de seu mandato, Jair Bolsonaro tentou fundir o Ministério do Meio Ambiente com o Ministério da Agricultura⁵, além de propor que este último tornar-se-ia responsável pela identificação, delimitação, demarcação e pelos registros de terras indígenas e quilombolas, competências exercidas pela Funai (Fundação Nacional do Índio) e pelo Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária)⁶. Essa ação supõe claramente um envolvimento em uma disputa ontológica, visto que, as duas pastas tem competências distintas e representam interesses completamente opostos que eventualmente mostrar-se-ia uma relação demasiadamente conflitiva, favorecendo o lado mais forte: o lado dos ruralistas.

Derrotado nessas questões nomeou como Ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles acusado pelo Ministério Público de fraudar processo do plano de manejo da área de proteção ambiental da várzea do rio Tietê, em 2016, quando estava à frente da pasta do Meio Ambiente do governo de Geraldo Alckmin (PSDB)⁷. Além disso, Bolsonaro questionou a divulgação de dados do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) sobre desmatamentos no Brasil, alegando que a ação prejudicaria o país⁸. Estes exemplos de ações remetem a um aumento demasiado de destruição ambiental precipitando um colapso de difícil reversão em nome do lucro.

Arturo Escobar (2015, p. 93) afirmou que a modernidade ocidental adotou a categoria "Mundo" para si própria. Por essa noção de mundo, entende-se civilizado, livre

⁴ Para mais informações ver em: <<https://glo.bo/2lIYF56>>.

⁵ Para mais informações ver em: <<http://bit.ly/2m7tCQT>>.

⁶ Para mais informações ver em: <<https://glo.bo/2kyGkaP>>.

⁷ Disponível em: <<https://glo.bo/2lIxEPy>>.

⁸ Disponível em: <<https://glo.bo/2lIxp76>>.

e racional. Ao adotar essa categoria o ocidente nega outros mundos, outras formas de viver e de existir, que são distintas. Essa modernidade estaria baseada em uma "ontologia dualista", que separa o humano do não humano, a natureza da cultura, indivíduo e sociedade, nós e eles, etc. Logo, nossa ontologia dualista reflete naquilo que somos, fazemos, pensamos. Escobar propõe o termo "ontologia política" para falar dos múltiplos mundos como aqueles dos povos indígenas, quilombolas, afrodescendentes, camponeses, e tantos outros. Suas lutas, existências e resistências seria uma luta pela defesa do pluriverso contendo várias formas de viver, aquilo que nós ocidentais estamos destruindo e que nesse caso, são bem visíveis na agenda política do atual presidente da república.

É interessante pensar que, não apenas nossa ontologia torna-se um problema na forma como se estabelece nossa relação com o ecossistema, mas também a intensidade destruidora que isso acarreta quando há uma combinação entre ela e o sistema capitalista neoliberal: natureza e igualdade com outras formas de mundo não se enquadram no desenvolvimento de um mundo único esperado e necessário pelo capitalismo frenético, tornando-se impossível de coexistirem sem contradições. Como apontou Giddens (1991, p. 68), o sistema capitalista envolve uma natureza fortemente competitiva e expansionista constante, quanto a questão ambiental, a atual crise deve a sua razão primordial às contradições inerentes ao modo de produção capitalista. James O'Connor (2002), nos mostra que as crises ambientais derivam do que ele chamou de uma crise de custos das condições de produção. O capitalismo é tão degradante que intensifica a demanda por mais capital para manter o mesmo nível de lucratividade mediante o declínio das suas condições de produção. Não vivemos mais em um período onde o processo produtivo contava com supostas fontes inesgotáveis de recursos materiais, hoje o sistema depara-se com impedimentos ecológicos às atividades econômicas (MONTIBELLER-FILHO, 2001).

Não é à toa que a dialética entre nossa ontologia e o modo de produção capitalista, levantaram a discussão de que hoje estamos no período de tempo em que muitos pesquisadores o chamam de *Antropoceno*: a era em que os humanos se tornaram uma força capaz de destruição planetária. Para Haraway (2016, p. 139), "Chegamos em um ponto em que trata-se de mais do que 'mudanças climáticas'; trata-se também da

enorme carga de produtos químicos tóxicos, de mineração, de esgotamento de lagos e rios, sob e acima do solo, de simplificação de ecossistemas, de grandes genocídios de pessoas e outros seres, em padrões sistemicamente ligados que podem gerar repetidos e devastadores colapsos do sistema.” A recursividade do processo pode ser terrível, em nome do progresso.

Um acontecimento marcante que demonstra nossa relação com o ambiente ocorreu no dia 29 de julho de 2019, o dia em que a Terra entrou em sobrecarga após a sociedade e a economia global ultrapassarem a capacidade do ecossistema terrestre. A partir desse dia passamos a utilizar mais do que o ecossistema mundial consegue renovar anualmente passando a utilizar o estoque da natureza.⁹ Noticiado em diversas mídias, à estimativa da Global Footprint Network¹⁰ apontou que se todas as pessoas do planeta tivessem o mesmo estilo de vida dos estadunidenses precisaríamos de aproximadamente cinco planetas Terra para sustentar essa forma de viver.¹¹ A questão que permanecem ainda é: *Quais motivos que levam a invejar esse estilo de vida norte americano mesmo sabendo que isso levará a consequências terríveis em nome de um progresso, de um ganho financeiro?* Afirmar que o sistema capitalista é o responsável pela degradação ambiental é correto. Não há desenvolvimento sustentável no capitalismo e este sistema tem contribuído para que ocorra uma aceleração na degradação ambiental, mas a questão ainda é mais profunda, a questão também é ontológica.

Durante a reunião com governadores em agosto¹², com a intenção de expor as ações que o governo federal estava realizando para combater os incêndios na Amazônia, Bolsonaro afirmou que haviam mais de 400 pedidos de demarcação de terra indígena em processo de tramitação no Ministério da Justiça e que estas levariam a uma inviabilização de desenvolvimento do país. Nas palavras do presidente, áreas de proteção ambiental, quilombos e parques nacionais levariam a uma insolvência do Brasil.

⁹ Para saber mais ver em: <<http://bit.ly/2lCpMz1>>.

¹⁰ A Global Footprint Network é uma organização internacional pioneira em calcular a pegada ecológica que contabiliza o quanto de recurso natural é usado para as necessidades de um indivíduo ou população.

¹¹ Disponível em: <<http://bit.ly/2m1NowY>>.

¹² A reunião foi o resultado de uma crise política que o governo enfrentou após ocorrer um incêndio na Floresta Amazônica em agosto de 2019, os incêndios queimaram equivalente a 4,2 milhões de campos de futebol. Para saber mais: <<http://bit.ly/2XEJTLV>>.

A ideia de um desenvolvimento demonstra de forma concisa a relação com o ambiente e a forma como se estabelece uma ontologia dualista. Se em Latour (1994), ele nos mostra que a ideia de modernidade traz consigo uma ideia de revolução no tempo, Porto-Gonçalves (2004, p. 24) complementa ao mostrar que “desenvolvimento é o nome síntese da ideia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria.” E de fato, essa percepção está de forma inegável presente no discurso do chefe de Estado Brasileiro e sua visão de ambiente e desenvolvimento eurocêntrica.

Em seu discurso na ONU,¹³ Bolsonaro afirmou:

Em primeiro lugar, meu governo tem um compromisso solene com a preservação do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável em benefício do Brasil e do mundo. [...] Hoje, 14% do território brasileiro está demarcado como terra indígena, mas é preciso entender que nossos nativos são seres humanos, exatamente como qualquer um de nós. Eles querem e merecem usufruir dos mesmos direitos de que todos nós. Quero deixar claro: o Brasil não vai aumentar para 20% sua área já demarcada como terra indígena, como alguns chefes de Estados gostariam que acontecesse. [...] Existem, no Brasil, 225 povos indígenas, além de referências de 70 tribos vivendo em locais isolados. Cada povo ou tribo com seu cacique, sua cultura, suas tradições, seus costumes e principalmente sua forma de ver o mundo. A visão de um líder indígena não representa a de todos os índios brasileiros.

Embora reconheça a diversidade cultural dos povos indígenas, Jair Bolsonaro ainda delinea sua perspectiva etnocêntrica ao afirmar “eles querem e merecem usufruir dos mesmos direitos de que todos nós”. Embora a primeira vista possa parecer um discurso plural e humanista, ainda está presente uma disputa de poder assimilacionista para com os povos indígenas, com a intenção de enquadrá-los em uma ‘modernidade’ dominando-os dessa maneira, para abrir caminhos para a exploração do meio ambiente que por conseguinte acarretaria em um ‘desenvolvimento’. Todavia, Escobar (2004, p. 98) alerta que “Y entre mayor se ala disponibilidad de considerar em pie de igualdad a los grupos subasternos, mayor es la presión ejercida sobre ellos para que nieguen su diferencia a través de conflictivas formas de assimilacion.”.

¹³ O discurso de Bolsonaro na ONU ocorreu durante o dia 24 de setembro de 2019 na abertura da Assembléia Geral das Nações Unidas e está disponível em: <www.youtube.com/watch?v=7OfUQd45ETw>.

Há algo em torno da palavra desenvolvimento que remete a ideia de progresso e cria-se um discurso por trás dessa palavra, que difunde a perspectiva de que é necessário impulsionar o mercado, economia por meio de megaprojetos com a justificativa de que essa exploração incessante da natureza e a criação destes projetos alavancarão o mercado de trabalho e, por conseguinte, qualidade de vida das pessoas aumentará. É dessa forma, que a ideologia do desenvolvimento funciona tão bem.

Entretanto, no ocidente, pouco se pergunta quanto às questões ambientais. É justamente pela forma com que concebemos o mundo não de forma relacional; pois criamos a divisão de natureza e de cultura. A primeira como um objeto e meio para ser explorada e algo aparte de nós, sociedade. Assim se tornam tão banais ou pouco importantes, os resultados desastrosos consequentes de megaprojetos que visam o desenvolvimento econômico. Ocorre uma espécie de escalonamento de importância: primeiro o desenvolvimento de ‘nós’ sociedade e por fim o ‘outro’ a natureza. O que sobra de resultado dessa divisão natureza e cultura na prática por meio desses megaprojetos se torna visível por meio da poluição de rios e lagos, devastações de vegetações nativas e a exploração da mão de obra local, sem o reconhecimento da interdependência da agência não humana (plantas e animais, aquilo que está no plano da natureza) em nosso mundo relacional.

Há uma ausência de consideração sobre o verdadeiro sentido que a palavra desenvolvimento tem para grupos não ocidentais como também para a importância do lugar para a constituição cultural do grupo, não há um diálogo de saberes. Como aponta Porto Gonçalves (2004, p. 39), “des-envolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com o seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza.”

A disputa ontológica com grupos não ocidentais pelo ambiente e a concepção de natureza enquanto uma forma de recurso e lucro, também se delineia em outro fato que ocorreu ao longo desses primeiros meses de mandato da atual gestão. O jornal online *The Intercept Brasil*, divulgou documentos inéditos que mostravam um plano

governamental de desenvolvimento e ocupação da Amazônia¹⁴, conhecido como projeto Barão do Rio Branco, e gestados pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, o projeto propõe povoar a Amazônia e desenvolvê-la sob a alegação de proteger as fronteiras.

Como mostram os documentos vazados, as reuniões têm ocorrido desde fevereiro de 2019 a portas fechadas, com o objetivo de criar um plano de atração de populações não indígenas e impulsionar mega projetos com vistas a aumentar a participação da região no PIB (Produto Interno Bruto) brasileiro. Os documentos também revelaram que o atual governo vê o potencial hidrelétrico, terras cultiváveis, e minérios para exploração. O jornal *The Intercept Brasil*, ainda revelou que nos slides durante as reuniões mostravam excertos que delineiam claramente que a atual gestão concebe indígenas e quilombolas, como um empecilho à presença do Estado no local. E sem a presença do Estado no local, na lógica moderna não há desenvolvimento. Segundo os participantes da reunião – como mostra o jornal – a atual situação econômica do Brasil está relacionada com alguns paradigmas: “indigenismo”, do “quilombolismo” e do “ambientalismo”. As populações tradicionais seriam uma espécie de “massa de manobra” por ONGs internacionais para impedir que as riquezas da região fossem usadas “para o bem comum”. Mas que o objetivo tornar-se-ia criar um “novo paradigma”, com o Governo Bolsonaro, esse paradigma seria o paradigma do “liberalismo” e do “conservadorismo”.

Se na imprensa internacional, Bolsonaro diz que defende um desenvolvimento sustentável para o Brasil, na prática ocorre o oposto. Sua agenda político-ambiental até então tem sido, perpassada por discursos e atitudes que dizem respeito e estão diretamente ligadas às concepções ocidentais de experiência do mundo e dominação deste. O plano Barão do Rio Branco e a ideia de que o país está cercado de paradigmas não ocidentais e que estes constituem um problema ao país, suscitam algumas questões: por que há nesse caso um discurso violento em nome da civilização em curso e contra as populações indígenas, ambientalistas, e até mesmo com aquilo que concebemos por natureza? Por que tanto interesse nessas terras? Sem dúvida podemos voltar a encontrar

¹⁴ Para saber mais informações sobre o ‘projeto Barão do Rio Branco’ acessar: theintercept.com/2019/09/19/plano-bolsonaro-paranoia-amazonia/

respostas mais uma vez na dinâmica do capital global e nacional. Contudo, essa resposta, é suficiente?

É claro mais uma vez que o discurso de Bolsonaro delinea uma disputa ontológica pelos direitos do território. Embora, como aponta Escobar (2015), às ontologias relacionais caracterizam muitos povos étnico-territoriais, elas não são limitadas para estes (na verdade, dentro da mesma experiência da modernidade ocidental há expressões de mundos relacionais, mas não são dominantes). O importante a salientar é que a pressão sobre os territórios que hoje é evidente em todo o mundo – especialmente para a mineração e os agropecuários – pode ser vista como uma verdadeira guerra contra os mundos relacionais e uma tentativa adicional de dismantlar todo o coletivo. Dessa maneira, não surpreende que indígenas e ambientalistas não tenham participado das reuniões do Plano Barão do Rio Branco, muito menos que o atual presidente não pretenda realizar a demarcação de terras indígenas. Dentro desta complexa situação, as lutas pelos territórios tornam-se uma luta pela defesa dos muitos mundos que habitam o planeta.

Considerações finais

Procurei mostrar ao longo do desenvolvimento desse texto que uma das possibilidades de explicar a relação entre nós humanos ocidentais – tendo como objeto a agenda política do atual presidente da república, Jair Bolsonaro – com o meio ambiente e para com os grupos não ocidentais, pode ser explicada além de um discurso econômico do capitalismo neoliberal, mas como uma questão de visão de mundo.

É possível concluir que nossa ontologia moderna se reflete naquilo que somos, fazemos e valorizamos em nossa cultura. É necessário ressaltar que as características que nos torna modernos como a visão de mundo dualista marcada pela divisão entre humano e não humano, natureza e cultura, indivíduo e comunidade, razão e emoção, nós e eles, podem vir a ser, e normalmente se torna, um empecilho para uma relação harmoniosa com aquilo que entendemos como não humanos. Temos a tendência a nos achar superiores em relação à outra espécies, não é de se surpreender que a noção de

superioridade possa virar uma tendência a dominar os não humanos tornando prejudicial o convívio tanto para nós quanto para o ambiente.

É necessário falar de ontologia, pois, é uma forma de higiene conceitual, uma forma de despojar-se do eurocentrismo e do antropocentrismo, para ir a um nível mais elementar da construção da vida coletiva, em que não vá prejudicar a identidade das entidades que compõem o mundo em que vivemos.

As formas de relação interespecies são variáveis de cultura para cultura, e existe muito mais complexidade na relação de naturezas-culturas e humanos e não humanos que podemos compreender, pois, nossa visão de mundo é a moderna, nosso entendimento em relação a isso se limita a nós como o centro. Torna-se difícil analisar de outro viés devido ao fato de nossa ontologia não ser relacional (ESCOBAR, 2015). As coisas existem porque tudo existe. Humano e não humano preexistem relações que constitui. Mas somos modernos e é difícil conceber isso.

A ontologia moderna mostra-se incapaz de reconhecer nossa interdependência com outras espécies e com o ambiente apresentando resultados dramáticos a outras espécies e a outros grupos humanos que não estão na mesma lógica de desenvolvimento. Percebe-se esse fato, quando dados nos mostram que o desmatamento da Amazônia aumentou 268% em relação a 2017¹⁵. Mostra-se necessário um discurso mais eco-centrado reconhecendo a importância à possibilidade de uma relação benéfica entre humanos e a natureza para que possamos dessa forma impedir uma agenda política de degradação ambiental e humana. Quando afirmo essa sentença, não espero uma virada ontológica, no sentido de que o ocidente se transforme e adquira uma visão animista do mundo. Isso não é possível: um esquema se torna um modo de identificação quando se inibem outras formas de inferência. Não fará sentido para o nós se passarmos a dizer que plantas e animais possuem almas e vivem em sociedade realizando ações, soarão bizarro para nós. Justamente, porque durante nossa socialização naturalista inibimos progressivamente as inferências que poderiam nos levar a ter essas percepções de mundo. Todavia, habitamos o mundo numa rede de dependência de diversas relações tanto humanas quanto não humanas, é necessário cuidar e gerar a possibilidade de uma

¹⁵ Disponível em: <http://bit.ly/2lD8EsW>

relação harmoniosa com o entorno, pois também somos dependentes deste. É necessário frear os desdobramentos negativos consequentes da ontologia dualista. Como disse Davi Kopenawa, “meio ambiente é o que resta do que vocês destruíram” (ALBERT, 1995, p. 20), torna-se urgente desse modo, a defesa de um pluriverso que respeite a variedade de vida que resistem ainda contra esse mundo único que o ocidente insiste em construir (ESCOBAR, 2015, p. 199).

Referências

ALBERT, Bruce. **O ouro canibal e a queda do céu: uma crítica xamânica da economia política da natureza**. Brasília: Série Antropologia. UNB, 1995.

DESCOLA, Philippe. **Par-delà nature et culture**. Paris: Gallimard, 2005.

ESCOBAR, Arturo. **Territórios da diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”**. Curitiba: Desenvolvimento Meio Ambiente, v.35, p.89-199, dezembro 2015.
ESCOBAR, **Beyond the third world: imperial globality, global coloniality and antiglobalisation social movements**. Third World Quarterly. Vol 25, N 1. 2004.

GIDDENS, Anthony. **As Consequências da Modernidade**. São Paulo: Editora Unesp, 1991.

HARRAWAY, Donna. **Antropoceno, Capitaloceno, Plantationoceno, Chthuluceno: fazendo parentes**. Campinas: Climacom Cultura Científica - pesquisa, jornalismo e arte I Ano 3 - n. 5, abril de 2016.

INGOLD, Tim. **Humanidade e Animalidade**. São Paulo: Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 28, 1995.

KOPENAWA, Davi. ALBERT, Bruce. **A queda do céu: Palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2001.

LATOUR, Bruno.. **Enquête sur les modes d’existence: une anthropologie des Modernes**. Paris: La Découverte, 2012.

MONTIBELLER-FILHO, G. **O mito do desenvolvimento sustentável**. Florianópolis: UFSC, 2001.

O'CONNOR, J. **¿Es posible el Capitalismo sostenible?** In: ALIMONDA, H. (Org.). *Ecología política, naturaleza, sociedad y utopía*. Buenos Aires: CLACSO, 2002.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

SÁEZ, Oscar Calavia. **Do perspectivismo ameríndio ao índio real**. Curitiba: Campos, n. 13, n. 2, 2011.

TSING, Anna. **Margens Indomáveis: cogumelos como espécies companheiras**. Florianópolis: Ilha, v.17, n.1, 2015.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio**. Rio de Janeiro: Mana, 2 (2), 1996.

Documentação jornalística:

Aumento de 268% no desmatamento, saída do acordo de Paris, Mineração e grandes obras: A Amazônia no governo Bolsonaro. **INESC**. 19 de out. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2LD8EsW>. Acesso em 08 de set. de 2019.

Bolsonaro diz que divulgação de dados do inpe sobre desmatamento dificulta negociações comerciais. **G1**. 22 de jul. 2019 Disponível em: <https://glo.bo/2lXp76> Acesso em: 08 de set. de 2019.

Bolsonaro diz que reservas indígenas têm a intenção de inviabilizar o país. **UOL**. 27 de ago. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2XEJTLV> Acesso em 29 de ago. 2019.

Bolsonaro recua de fusão de Ambiente e Agricultura e diz não querer xiita ambiental. **Folha de S. Paulo**. 1 de nov. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2m7tCQT> Acesso em: 08 de set. de 2019.

Bolsonaro transfere para a agricultura as atribuições sobre demarcação de terras indígenas e quilombolas. **G1**. 2 de jan. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2kyGkaP> Acesso em: 08 de set. de 2019.

Discurso de Bolsonaro na ONU. Disponível em: [youtube.com/watch?v=7OfUQd45ETw](https://www.youtube.com/watch?v=7OfUQd45ETw) Acesso em 24 de set. de 2019.

Earth Overshoot Day 2019 is July 29th, the earliest ever. **WWF**. 29 de jul. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2m1NowY> Acesso em: 8 de set. de 2019.

Incêndios na Amazônia: Indústria agropecuária do Brasil se alinha a ONGs para exigir que Bolsonaro detenha o desmatamento. **El País**. 7 de set. de 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2kqv6VZ> Acesso em: 08 de set. de 2019.

Justiça de SP condena futuro ministro do meio ambiente por improbidade administrativa. **G1**. 19 de dez. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2lXEPy> acesso em: 08 de set. de 2019.

O plano paranoico de Bolsonaro para a Amazônia. **The Intercept Brasil**. 19 de set. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/09/19/plano-bolsonaro-paranoia-amazonia/> Acesso em 24 de set. de 2019.

Sobrecarga da Terra 2019: Planeta atinge esgotamento de recursos naturais mais cedo em toda a série histórica. **G1**. 29 de jul. de 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2OdNugF> Acesso em: 08 de set. 2019.

Questão ambiental só importa 'aos veganos que comem só vegetais', diz Bolsonaro. **O Globo**. 27 de jul. 2019. Disponível em: <https://glo.bo/2lIYF56> Acesso em 08 de set. de 2019.

Lista de Pareceristas

Angélica Roxinsky de Carvalho

Paulo Mengalço Silva Junior

Natália Tavares de Azevedo

Felipe Bueno Amaral

Fernando Mendes Coelho

Raíssa Regina Brugiato Rodrigues

**Melissa Gabriela Lopes Barcellos
Coimbra**

Victor Miguel Castillo de Macedo

Marcelo Tadvald Batista

Marcos Vinicius de Freitas Reis

Marcelo Bordin

Renan Theodoro de Oliveira

Benito Eduardo Maeso

Eloyluz de Sousa Moreira